

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E
RECURSOS NATURAIS**

RODOLFO JOSÉ DE CAMPOS CURVO

**ANÁLISE DE STAKEHOLDERS E REDES SOCIAIS NO
CONTEXTO DO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E
ECOLÓGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**SÃO CARLOS – SP
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E
RECURSOS NATURAIS**

RODOLFO JOSÉ DE CAMPOS CURVO

**ANÁLISE DE STAKEHOLDERS E REDES SOCIAIS NO
CONTEXTO DO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E
ECOLÓGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutor em Ciências na área de concentração em Ecologia e Recursos Naturais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carolina Joana da Silva

**SÃO CARLOS – SP
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

C981as

Curvo, Rodolfo José de Campos.

Análise de stakeholders e redes sociais no contexto do zoneamento socioeconômico e ecológico do estado de Mato Grosso / Rodolfo José de Campos Curvo. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

268 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Zoneamento ambiental. 2. Redes sociais. 3. Stakeholders. 4. Educação ambiental. 5. Meio ambiente. 6. Mato Grosso. I. Título.

CDD: 574.5262 (20^a)

Rodolfo José de Campos Curvo

**ANÁLISE DE STAKEHOLDERS E REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DO
ZONEAMENTO SOCIO ECONÔMICO E ECOLÓGICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovada em 10 de junho de 2010

BANCA EXAMINADORA

Presidente



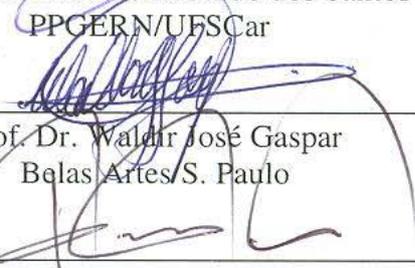
Prof. Dra. Carolina Joana da Silva
(Orientadora)

1º Examinador



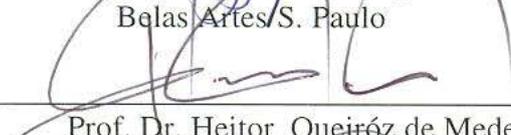
Prof. Dr. José Eduardo dos Santos
PPGERN/UFSCar

2º Examinador



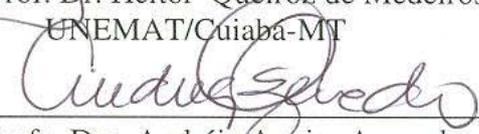
Prof. Dr. Waldir José Gaspar
Belas Artes/S. Paulo

3º Examinador



Prof. Dr. Heitor Queiróz de Medeiros
UNEMAT/Cuiaba-MT

4º Examinador



Profa. Dra. Andréia Aguiar Azevedo
UNB/Brasília-DF

Agradecimento Especial

A minha ORIENTADORA **Profª Drª
Carolina Joana da Silva** pelos
ensinamentos, amizade, oportunidade,
dedicação e competência.

Dedicações Especiais

Dedico este trabalho aos meus pais, Eugenio Agostinho Curvo Filho e Ruth de Campos Curvo; a minha companheira de todas as horas, minha esposa, Lucimar Rodrigues Vieira Curvo, que atravessou sempre ao meu lado todos os momentos difíceis desta caminhada e aos meus dois filhos, muito especiais, Rodolfo Filho e Daniel Eugenio.

*“Não estou de acordo com o que dizes,
mas defenderei com minha vida teu
direito a expressá-lo” (VOLTAIRE)*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

À Prof^a. Dr^a. Carolina Joana da Silva, por ter me aceitado como orientando, pelos exemplos e ensinamentos.

À UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso pelo apoio, pela iniciativa e oportunidade;

À UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos, em especial ao CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Ao Prof. Dr. José Eduardo do Santos pela amizade, competência e visão de educação, um exemplo.

À CAPES/PIQDTEC, pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou a realização das minhas atividades acadêmicas.

À FAPEMAT – FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DE MATO GROSSO, pelo financiamento do projeto e iniciativa junto a UFSCar, em especial ao Dr. Antônio Carlos Camacho.

Aos amigos Aguiel Messias e Patrícia Rosset, pelo amparo, estadia, amizade, pelas críticas e sugestões neste trabalho.

A todos os colegas do doutorado pela amizade e companheirismo;

Ao aluno do Curso de Graduação em Biologia da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, Carlos Eduardo Toniazzo Pinto (Duda), pelo compartilhamento de informações e ajuda na elaboração de mapas e uso de software especializado;

Aos amigos e professores do Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais pelos ensinamentos e conhecimentos partilhados nas

discussões sobre a Ecologia e pela ajuda nos momentos mais difíceis da elaboração deste trabalho.

À SEPLAN – Secretaria estado e Planejamento do estado de Mato Grosso, em especial a Coordenadora do Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso, MSc. Tereza Neide, pelas contribuições, competência, informações e transparência;

À Maria Aparecida Paiva da Superintendência de Informações da SEPLAN pelas preciosas informações e orientações;

À AL – Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso, em especial aos funcionários “Xisto” e Emanuel Amuí (Lilo), pela colaboração e compartilhamento de informações junto à Presidência da AL, que Coordenaram as audiências públicas e Grupos de Trabalho do ZSEE/MT por todo o estado;

Ao Engenheiro e Analista Ambiental da SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente pelas contribuições, André Luís T. Baby pelos ensinamentos no uso do Software *ArcGis* e fornecimento de dados de AP – Áreas Protegidas do estado de Mato Grosso;

A todos os entrevistados (as) Stakeholders que participaram desta pesquisa, pois sem eles (as) seria impossível a realização.

À Assessoria de Imprensa da AL pelas aberturas, informações e transparências;

À minha colega de graduação, amiga, excelente profissional e Superintendente da Biodiversidade da SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, Eliane Fachini, pela amizade, abertura e acesso junto ao banco de dados ambientais de Mato Grosso, caminhos e competência;

Ao colega Bruno Siqueira Ab' Saber Miguel pelas contribuições, informações e abertura junto ao Departamento de Zoneamento Territorial – DZT do Ministério do Meio Ambiente em Brasília/DF – MMA;

À Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente –MMA , pelo acesso ao Centro de Informação Ambiental do Brasil – CID;

À Coordenaria Militar da Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Resumo

O Projeto de Lei do Zoneamento Socio, Econômico e Ecológico do estado de Mato Grosso – ZSEE/MT compreende um instrumento técnico e político que direcionará o ordenamento e ocupação do território e o disciplinamento do uso dos recursos naturais, estabelecendo diferentes categorias de intervenção antrópica no ambiente estadual. Esta pesquisa teve como objetivo principal avaliar e identificar os Stakeholders e as relações da rede social, caracterizando os conflitos, alianças e as demandas socioambientais no contexto do ZSEE/MT. A abordagem definida é de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e exploratório, utilizando de pesquisa documental e de entrevistas semi-estruturadas com 65 participantes, contendo um rol de 7 perguntas na forma de aplicação em snowball para elaboração de redes sociais, indagando o entendimento das pessoas e/ou grupos sociais sobre a temática, suas atividades, parceiros e dominância de interesses, conflitos, prejuízos, benefícios, demandas e sugestões advindos da proposta de ZSEE/MT. Os dados foram gravados, anotados, transcritos, organizados, analisados, processados e especializados em planilhas Excel 2007 e UCINET 6.0. O universo da pesquisa tem uma visão macro para o estado de Mato Grosso e em escala maior tendo como referência os locais de realização dos grupos de trabalhos e audiências públicas nos Pólos de Planejamento de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta. Como resultado principal destaca-se a identificação e caracterização de grupos de Stakeholders, aqui tipificados como sendo Definitivos, sendo dois da Categoria Mercado e uma na Categoria Comunitário que apresentaram maior Grau de Dominância de Interesses, influências e destaque evidente na análise da rede social construída. É de extrema relevância este estudo, tendo em vista que são muitas as aspirações e realidades em torno do ZSEE/MT que geram infinitudes de conflitos e demandas socioambientais, que podem ser dirimidos e amenizados por modelos de gestão estatal participativa, transparente e democrática, permitindo assim, o bem estar tendo o respeito, a dignidade e cenários para a justiça e sustentabilidade socioambiental da sociedade mato-grossense em geral.

Palavras-chave: Zoneamento. Redes Sociais. Stakeholders

Abstract

The design of law of Socio, Economic and Ecological Zoning of state of Mato Grosso - ZSEE / MT includes a technical and policy that directs the development and occupation of territory and regulating the use of natural resources, establishing different categories of human intervention in the environment state. This study aimed to evaluate and identify the actors (stakeholders), characterizing the conflicts, alliances and environmental demands in the context of ZSEE / MT. The approach outlined is qualitative, focusing on descriptive and exploratory, using documentary research and semi-structured interviews with 65 participants, containing a list of 7 questions in the application form in snowball for development of social networks, questioning the understanding of people and / or social groups on the theme, activities, partners and dominance of interests, conflicts, losses, benefits, demands and suggestions from the proposal ZSEE / MT. The data was written, recorded, transcribed, organized, analyzed, processed and specialized in Excel 2007 spreadsheets and UCINET 6.0. The research has a broad vision for the state of Mato Grosso and on a larger scale with reference to the place of the implementation of work groups and public hearings in the Pólos of Planning Diamantino, Tangará da Serra and Alta Floresta. As result the main highlights is identification and characterization of three definitive Stakeholders, two categories of Mercado e one in the Comunitário category that showed a higher degree of dominance of interests, influence and focus on clear analysis of the social network built. It is extremely important this study, given that there are many aspirations and realities around the ZSEE / MT to generate an infinite number of conflicts and environmental demands, which can be resolved and ease to management models state participatory, transparent and democratic, allowing thus improving the quality of life, respect the dignity and scenarios for justice and environmental sustainability of Mato Grosso and society in general.

Key-words: Zoning. Social networks. Stakeholders.

LISTA DE ABREVIATURAS

AL - Assembléia Legislativa

AE - Áreas de Entorno

AEM - Avaliação Ecológica do Milênio

AMM - Associação Mato-grossense dos Municípios

AP - Áreas Protegidas

APA - Área de Proteção Ambiental

APLs - Arranjos Produtivos Locais

APPs - Áreas de Proteção Permanente

APROSSOJA - Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso

Art. - Artigo

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento

CEZSEE - Comissão Especial do Zoneamento Socio, Econômico e Ecológico de Mato Grosso

CEPROTEC - Centro Estadual de Educação Profissional e tecnológica

CONAB - Companhia Nacional da Habitação

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DNER - Departamento Nacional de Estrada e Rodagem

DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura

EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

FAMATO - Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste

FCR - Fundação de Pesquisa Cândido Rondon

FEMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FORMAD - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento

FRN - Fundo Rodoviário Nacional

GP - Grau de Poder

GL - Grau de Legitimidade

GU - Grau de Urgência

GPC - Gabinete de Planejamento e Coordenação

GT's - Grupos de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMEA - Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso

k - Constante de Criticidade

MEA - Millenium Ecosystem Assessnent

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério das Minas e Energia

MT - Mato Grosso

Nº - Número

OECD - Organization for Economic operation development

OEMAS - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente

ONG - Organização Não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PER - Pressão-Estado-Resposta

PPA - Plano plurianual do estado de Mato Grosso

PGE - Procuradoria Geral do Estado

PL - Projeto de Lei

PNEE - Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PND - Programa de Desenvolvimento Nacional

PNI - Programa Integração Nacional

PLADESCO - Plano de Desenvolvimento do Centro-oeste

POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amzônia

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PPRN - Projeto de Políticas de Recursos Naturais

PROBOR - Programa de Incentivo a Produção da Borracha Vegetal

PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento do Agronegócio

PRODEPAN - Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-oeste

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agricultura

PZEE - Plano de Zoneamento Econômico e Ecológico

RP – Regiões de Planejamento

RADAM - Radar na Amazônia

SAD - Secretaria de Estado de Administração de Mato Grosso

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SCAL - Secretaria de Comunicação da Assembléia Legislativa

SEAAF - Secretaria de Estado, Agricultura e Assuntos Fundiários

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

SICME - secretaria de estado de Comércio, Minas e Energia de Mato Grosso

SINFRA - Secretaria de Estado de Infra-estrutura

s.m. – Substantivo masculino

s.n. - Sinônimo

SUDAM - Superintendência Para o desenvolvimento da Amazônia

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso

SUDECO - Superintendência Para o Desenvolvimento do Centro-oeste

SUDENE - Superintendência Para o desenvolvimento do Nordeste

TI – Terras Indígenas

UC – Unidades de Conservação

ZA – Zona de Amortecimento

ZEE - Zoneamento Econômico e Ecológico

ZSEE/MT - Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico de Mato Grosso

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Calendário das audiências públicas por região e número de participantes.

Quadro 2 – Métodos para identificação, caracterização, análise e tabulação de dados sobre os Stakeholders.

Quadro 3 – Atributos para a identificação dos diferentes Graus de Interesses das Classes de Stakeholders.

Quadro 4 – Descrição dos meios para a determinação do Grau de Poder

Quadro 5 – Combinações de escores da Constante de Criticidade K e Tipologias para determinação de Stakeholders.

Quadro 6 – Municípios de procedência dos entrevistados por Categorias de Stakeholders

Quadro 7 – Enfoques identificados pelos Stakeholders.

Quadro 8 – Necessidades dos Stakeholders por RP

Quadro 9 – Fatores de Mudanças Diretos por Categorias de Stakeholders nas RP II, VIII e IX

Quadro 10 – Alianças por Categorias de Stakeholders.

Quadro 11 – Estratégias no *Continuum* Utilizadas pelos Stakeholders por Categorias

Quadro 12 – Ferramentas adotadas pelos Stakeholders por Categoria e Influências.

Quadro 13 – Meios ou estratégias (alianças) determinantes entre os Stakeholders.

Quadro 14 – Características dos Graus de Legitimidade dos Stakeholders.

Quadro 15 – Caracterização Individual e algumas estratégias adotadas pelos Stakeholders com Maior Grau de Urgência.

Quadro 16 – Tipologia de Stakeholders na Categoria de Estado.

Quadro 17 – Tipologia de Stakeholders na Categoria Comunitário.

Quadro 18 – Tipologia de Stakeholders na Categoria de Mercado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Total, Taxa de Crescimento e Grau de Urbanização na região Centro-oeste 1970-2000.

Tabela 2 – Evolução da População Residente em Mato Grosso por Sexo no Período 1940/2007

Tabela 3 – Principais estados brasileiros produtores de soja

Tabela 4 – Matriz do Grau de Influência de Stakeholders

Tabela 5 – Matriz do Grau de Poder dos Stakeholders

Tabela 6 - Matriz de do Grau de Legitimidade

Tabela 7 – Matriz do Grau de Urgência por categoria de Stakeholders

Tabela 8 – Matriz do Grau de Dominância de Interesses dos Stakeholders

Tabela 9 – Graus de Centralidade de Saída e de Entrada dos Stakeholders

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propagandas que divulgam as possibilidades de fortuna na exploração em MT e PA

Figura 2: Sistema de Indicadores PER – Pressão-Estado-Resposta

Figura 3 – Indicadores de Sustentabilidade segundo AEM.

Figura 4 – Mapa de Localização das Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT

Figura 5 – Balanço Energético Nacional por Setor Econômico.

Figura 6 – Estrutura do Consumo Energético em Mato Grosso por Setor.

Figura 7 – Municípios com Maiores Consumo de Energia no Estado de Mato Grosso.

Figura 8 – Projeção de consumo Mundial de Energia.

Figura 9 – Logomarca do ZSEE/MT

Figura 10 – Área de produção de Soja no Estado de Mato Grosso.

Figura 11 – Placa na BR 163 – Frigorífico Redentor – Guarantã do Norte/MT.

Figura 12 – Coordenadoras dos Grupos de Trabalho da AL e a Técnica responsável pelo ZSEE/MT da SEPLAN. Pólo de Planejamento de Diamantino – Região VIII.

Figura 13 – Comissão Especial do ZSEE/MT e composição de Mesa. Pólo de Alta Floresta – Região de Planejamento II.

Figura 14 – Mesas de Credenciamentos dos Grupos de Trabalhos nos Seminários em Diamantino/MT (A) e Tangará da Serra/MT (B)

Figura 15 – Composição de Mesa para abertura dos Trabalhos nos Pólos de Diamantino (A) e Alta Floresta/MT (B)

Figura 16 – Grupo de Trabalho – Seminário no Pólo de Tangará da Serra/MT

Figura 17 – Categorias Gerais de Stakeholders Entrevistados

Figura 18 – Necessidades dos Stakeholders dos Pólos II, VIII e IX

Figura 19 – Continuum Macro e Micro dos Stakeholders nos Pólos de Diamantino/MT, Tangará da Serra e Alta Floresta

Figura 20 – Fatores de Mudanças ou Conflitos socioambientais identificados pelos Stakeholders

Figura 21 – Interações dos Indicadores de Sustentabilidade no contexto do ZSEE/MT

Figura 22 – Evolução da produção brasileira de soja e participação na oferta mundial

Figura 23 – Ponto de Recebimento de Soja – BR 163 Cuiabá/Santarém – Município de Sorriso/MT

Figuras 24 – Atividades Antrópicas Impactantes (Fatores Diretos de Mudanças) – (a) Indústria Madeireira (SINOP/MT), (a) Mineradora de Calcário (Nobres/MT) e (c) Indústria de Asfalto (SINOP/MT), Pecuária Extensiva (Colíder/MT), Plantação de Teca (Alta Floresta) e Queimada (Itaúba/MT).

Figura 25 – Propostas de Alterações nas diretrizes do ZSEE/MT

Figura 26 – Municípios de Origem dos Stakeholders

Figura 27 – Alianças entre os Stakeholders

Figura 28 – Stakeholders da Categoria de Mercado uniformizados - Audiência Pública no Pólo de Diamantino/MT

Figura 29 – Faixa de Cooperação de Membro da Categoria de Estado

Figura 30 – Dispersão da Média do Grau de Influência dos Stakeholders (linha de Tendência)

Figura 31 – Grau de Influência dos Stakeholders por Categoria

Figura 32 – Mapa de Avaliação do Grau de Influência dos Stakeholders

Figura 33 – Grau de Poder por Categoria de Stakeholders

Figura 34– Média do Grau de Poder dos Stakeholders

Figura 35 – Mapa de Avaliação do Grau de Poder dos Stakeholders

Figura 36 – Veículo de Transporte do Stakeholders 5 da Categoria de Mercado Pólo de Planejamento de Diamantino/MT.

Figura 37 – Veículo de Transporte do Stakeholders financiado pela da Categoria de Mercado para transporte de Aliados - Pólo de Planejamento de Diamantino/MT.

Figura 38 – Grau de Legitimidade por Categoria de Stakeholders.

Figura 39 – Média do Grau de Legitimidade dos Stakeholders.

Figura 40 – Mapa de Avaliação do Grau de Legitimidade dos Stakeholders.

Figura 41– Número de Stakeholders por Categoria na Matriz de Urgência.

Figura 42 – Mapa de Avaliação do Grau de Urgência do Stakeholders.

Figura 43 – Média do Grau de Urgência e Linha de Tendência.

Figura 44 – Stakeholders determinantes das demandas e dos conflitos Socioambientais no contexto da proposta de ZSEE/MT.

Figura 45– Origem da Divisão Política-administrativa do Brasil.

Figura 46 – Contextos dos Cenários para o ZSEE/MT.

Figura 47 – Rede Social no Contexto do ZSEE/MT e Stakeholders centrais.

Figura 48 – Rede Social no contexto do ZSEE/MT.

Figura 49 – Visualização do alto Índice de Centralização do Stakeholder 12.

Figura 50 – Visualização do alto Índice de Centralização do Stakeholder 5.

Figura 51 – Visualização do alto Índice de Centralização do Stakeholder 27.

ANEXOS

Anexo 1 – enfoques mencionados pelos Stakeholders nas Regiões II, VIII e IX e Cuiabá

Anexo 2 – Fatores Diretos de Mudanças são identificados pelos Stakeholders nos Regiões de Planejamento – RP

Anexo 3 – Características qualitativas determinantes do Grau de Influência dos Stakeholders

Anexo 4 – Critérios e enfoques sugeridos para a elaboração de cenários

Anexo 5 – Resumo das intervenções durante os Grupos de Trabalho e Audiências Públicas no Pólo de diamantino

Anexo 6 – Graus de Centralidade de Saída e de Entrada dos Stakeholders

Anexo 7 – Grau de Intermediação e Intermediação Normalizada (%)

Anexo 8 – Grau de Distanciamento e Proximidade dos Stakeholders

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	1
I.1 – Políticas públicas para a ocupação do território nacional.....	1
I.2 – O ZSEE como política pública e instrumento de gestão das relações socioambientais	6
I.3 – O Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD.....	7
I.4 – Avaliação Ecosistêmica do Milênio – AEM: abordagem metodológica e Indicadores de sustentabilidade socioambientais do PNUD/ONU.	
I.5 – O ZSEE/MT como instrumento de política pública de ordenamento territorial e seus indicadores PER de sustentabilidade	
II – JUSTIFICATIVA	16
II.1 - O contexto histórico, político, social e ambiental de ocupação do território mato-grossense	16
III – OBJETO	19
IV – OBJETIVOS	20
IV.1 – Objetivos Gerais.....	20
IV.2 – Objetivos Específicos.....	20
V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
V.1 – Área de estudo.....	21
V.2 – Materiais e Métodos.....	24
V.2.a – Abordagem Qualitativa da Pesquisa.....	24
V.2.b – Fontes e Técnicas de Coleta de Dados.....	25
A – Análise de Stakeholders	25
A.1 – Identificação de Stakeholders.....	28
A.1.1 – Aferição do Grau de Poder dos Stakeholders	32
A.1.2 – Aferição Grau de Legitimidade dos Stakeholders	34
A.1.3 – Aferição Grau de Urgência dos Stakeholders	34
A.1.4 – Determinação da Tipologia de Stakeholders.....	35
B – Pesquisa Documental.....	36
C – Análise de Redes Sociais	37
D – Avaliação Ecosistêmica do Milênio	39

VI – RESULTADOS E DISCUSSÕES

CAPÍTULO I: A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E O AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL PARA O ESTADO DE MATO GROSSO – ZSEE/MT.....39

I.1 – A Sustentabilidade Socioambiental no contexto do ZSEE/MT.....	39
I.2 - O Zoneamento sócio, econômico e ecológico do estado de Mato Grosso.....	46
I.2.1 – Apresentação dos objetivos do ZSEE/MT.....	49
I.2.2 – Os pressupostos metodológicos do ZSEE/MT: Definição, Escala, Elaboração/Organização/Apresentação e Aprovação.....	50
I.2.2.a –Definições de ZSEE para o estado de Mato Grosso: uma abordagem crítica	50
I.2.2.b – A construção histórica do ZSEE/MT	53
I.2.3 – Elaboração, Organização, Apresentação e Aprovação do ZSEE/MT.....	63
1.2.3.1 – Comissões Técnicas da SEPLAN/SEMA DO ZSEE/MT.....	63
1.2.3.2 – Comissão Especial do ZSEE/MT.....	63
1.2.3.3 – Metodologia adotada pela Comissão Especial ZSEE/MT.....	65
1.2.3.4 – Metodologia dos Grupos de Trabalhos (Seminários Técnicos e Audiências Públicas).....	66

CAPÍTULO III – O TERRITÓRIO: ENFOQUES E AS NECESSIDADES DE SUSTENTABILIDADE PARA AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO II, VIII e IX69

II.1 – O Território: os enfoques e as demandas no Contexto do ZSEE/MT.....	69
II.2 – Categorias Gerais de Stakeholders	71
II.3 – As necessidades dos Stakeholders para Sustentabilidade Socioambiental para as Regiões II, VIII e IX	79
II.4 – O Continuum Macro e Micro dos Stakeholders.....	84
II.5 – As necessidades de sustentabilidade socioambiental no contexto territorial nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT.....	90
II.6 – Fatores de Mudanças Diretos Identificados pelos Stakeholders.....	93
II.7 – Proposta de alterações dos Stakeholders nas Diretrizes nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT	104

CAPÍTULO III – CONFLITOS, DEMANDAS E ALIANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NAS REGIÕES II, VIII E IX DE PLANEJAMENTO DO ZSEE/MT106

III.1 – Caracterização dos Stakeholders	107
III.2 – A participação dos Stakeholders e Legitimação do ZSEE/MT.....	109
II.3 – Alianças como estratégias de cooperação entre as categorias de Stakeholders	114
II.4 – Estratégias adotadas pelos Stakeholders para formação em Alianças de Cooperação	120

CAPÍTULO IV – GRAUS DE INFLUÊNCIA DOS STAKEHOLDERS NA TOMADA DE DECISÕES125

CAPÍTULO V – GRAU DE DOMINÂNCIA DE INTERESSES DOS STAKEHOLDERS NA REGIÃO IX DE PLANEJAMENTO – PÓLO DE DIAMANTINO137

V.1 – As Principais Intervenções as Diretrizes dos Grupos de Trabalho e Audiência Pública do ZSEE/MT	137
V.2 – Grau de Poder dos Stakeholders e os Meios utilizados pelos Stakeholders	138
V.3 – O grau de Legitimidade e as Desejabilidades dos Stakeholders	146
V.4 – Grau de Urgência dos Stakeholders e a análise de sua Criticalidade e sensibilidade	153

V.5 – Grau de Dominância de Interesses e suas influências na tomada de decisões no ZSEE/MT	160
V.5.1 – Matriz do Grau de Dominância de Interesses	160
V.5.2 – Tipologias de Stakeholders e seus Graus de Dominância de Interesses.....	164
V.5.3 – Grau de Dominância de Interesses dos Stakeholders e suas ações, demandas e seus conflitos sociopolíticos.....	170
V.5.4 – As redes sociopolíticas em torno do ZSEE/MT e a gestão de conflitos, demandas e Dominância de Interesses das Categorias para a Justiça Ambiental	175
V.6 – Cenários para a construção geopolítico-administrativo do Brasil e de Mato Grosso frente à proposta do ZSEE/MT	182

VI – ANÁLISE DE REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DO ZSEE/MT193

VI.1 – Entendendo as relações Socioambientais através da Análise de Redes Sociais – ARS	193
VI.2 – Análise da Rede Social – ARS no contexto do ZSEE/MT	195
VI.2.1 – Interações entre Stakeholders nos Grupos de Trabalhos da Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT	195

a) Grau de Centralidade	195
b) Densidade da Rede	197
c) Índice de Centralização	201
d) Grau de Intermediação	204

e) Graus de Distanciamento e de Proximidade	205
VII – CONCLUSÃO	206
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	213
X – ANEXOS	235

I – INTRODUÇÃO

HINO NACIONAL

*“Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil “(...)e bem que
seja difícil compreender o que querem esses
homens, por que motivo eles
se ajuntaram e qual a razão de seus
sofrimentos. (...) Nenhum Brasil existe. E acaso
existirão os brasileiros?”*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

A Poesia é uma forma especial de linguagem, mais dirigida à imaginação e à sensibilidade do que ao raciocínio. Em vez de comunicar principalmente informações, a poesia transmite, sobretudo, emoções. Assim, no recorte da Poesia de Carlos Drummond de Andrade há uma expressividade que atesta com veemência a dificuldade de se conceber uma nacionalidade dentro do problemático contexto histórico brasileiro do início do século 20. O poema tem o nome de “Hino nacional”, mas o que ele canta é um país inexistente.

De lá para cá, muitos anos se passaram e o Brasil permanece incompleto e enigmático. O ímpeto de formar a Nação soberanamente esvaiu-se, substituído por outras modas críticas, ou, no mínimo, está em suspenso. Mas a pergunta Drummondiana vive ainda, diante de uma sintomática escassez de tentativas de resposta. Sua vigência é o estigma de como, desde o nascimento, modernizamo-nos sem necessariamente evoluir. Os discursos seguem caminhos, ainda, para uma política desenvolvimentista, sem se preocupar com as causas e custos.

I.1 – Políticas públicas para a ocupação do território nacional

Muitas foram as estratégias incorporadas às políticas públicas nacionais, visando o uso e a ocupação do território brasileiro dito ainda não habitado do ponto de vista geopolítico e demográfico. Por outro ponto de vista, o ambiental,

registrou-se uma enorme tentativa de promover a exploração, independente das questões ambientais ou com intuítos de preservação e conservação da natureza. Esta posição de exploração continuará sendo o legado histórico marcados pelo estilo de colonização *lusa* em nossas raízes.

Segundo Arbex Junior (2005):

“a percepção da América como uma dádiva da natureza moldou a atitude do europeu em relação ao hemisfério americano, e a do próprio brasileiro em relação à Amazônia. Essa percepção é marcada por dois modos distintos e complementares de agir: de um lado, o maravilhamento, o desejo, a busca do desconhecido; de outro, a ação colonizadora... (ARBEX JUNIOR, 2005)

Sabemos que muitas são as justificativas para explicar essa entrada, a ocupação, a marcha, a exploração, a invasão, ou para muitos, a destruição do Oeste e Norte do Brasil, rumo à riqueza e à fortuna. O que se entende é que é certo que o desbravamento e a colonização dessas regiões foram drásticos, muito intensos e com enorme violência contra a natureza, o homem e a vida. Passa a ser um legado que será carregado nas páginas da história, como algo grotesco e animalesco. Passa a ser uma história de sangue, de dor e de sofrimento. No contexto, em uma conjuntura macro percebe-se a nítida necessidade de conquista destas regiões.

Em uma visão histórica e colonizadora, a configuração espacial do Brasil é resultado, inicialmente, do “descobrimento” e da ocupação portuguesa do território brasileiro, estimulada pela Revolução Comercial no século XVI, e dos acordos e tratados territoriais entre Portugal e Espanha (ANDRADE, 1995).

Ainda Andrade (1995) salienta que os primeiros eixos de ocupação margearam o litoral brasileiro e foram ditados principalmente pelos interesses geopolíticos de posse fundiária (criação de fortes e povoados), e de mercado, com extração dos recursos naturais (madeira, ouro e pedras preciosas, agricultura e pecuária). De acordo com esses interesses, o processo geopolítico brasileiro se caracterizou pela ocupação de pontos esparsos, a princípio no litoral e, em seguida, nos eixos fluviais e nos caminhos, utilizando esses pontos como áreas de apoio à difusão do povoamento e da exploração

do território. Esse antigo processo de ocupação teve continuidade até os dias atuais (ANDRADE, 1995).

É oportuno, nesta perspectiva histórica, entender a ocupação do território Brasileiro para avaliar o presente, no que se refere aos impactos socioambientais negativos e suas potencialidades em função de uma Política Pública de Planejamento e Ordenamento Territorial que visa notoriamente legitimar um novo padrão ou modelo de desenvolvimento futuro.

Como regulador também, entende-se que o Brasil apresenta grande diversidade cultural e regional, em que grande parte de seu povo e de sua terra, ainda pode ser considerada “*território de conquista*”, sob os impactos da “*marcha do capital para o campo*”. Incentivos são inúmeros para estabelecer uma política de ocupação, em busca de condição de vida melhor. Ilusoriamente, esse modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil propicia um conjunto de impactos sócio-ambientais sobre o território (PASSOS, 2007), que vem causando vultosos impactos nos biomas e paisagens brasileiros.

Os antecedentes e as justificativas históricas para os antigos e atuais projetos governamentais de integração, ocupação e desenvolvimento do território brasileiro, estão embutidas, inicialmente, além da perspectiva desenvolvimentista (NATAL, 2006), nas preocupações com a soberania nacional, alavancadas histórica e primeiramente na ameaça causada pela invasão Paraguaia ao Brasil, que culminou em Guerra (AMAYO, 1995).

A “Guerra do Paraguai” teve seu início no ano de 1864, a partir da ambição de Francisco Solano Lopes que tinha como objetivo aumentar o território Paraguaio e obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do Prata. Ele iniciou o confronto com a criação de inúmeros obstáculos impostos às embarcações brasileiras que se dirigiam a Mato Grosso através da capital paraguaia (AMAYO, 1995).

Além desse fato histórico de grande relevância, o discurso e a publicidade dos sucessivos governantes foi intensificar as políticas nacionais para o interesse pela “busca de fortuna” nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, visando incentivar em todo o país, e mesmo no exterior, um incalculável número de pessoas a buscarem informações sobre essas regiões para a oportunidade de negócios, nos vastos estados centrais (Figura 1). Na verdade,

houve um senso comum que havia a necessidade de explorar, desenvolver, crescer e ocupar para não perder (LEONZO, 1998).



Figura 1 – Propagandas que divulgam as possibilidades de fortuna na exploração em MT e PA Fonte: Arbex Junior (2005) In: Amazônia Revelada: descaminhos ao longo da BR 163

É notório que a institucionalização e a legitimação da política desenvolvimentista, colonizadora e de interiorização foram feitas através da elaboração de Decretos-lei, leis, programas e planos nacionais. Assim, acreditava-se que, além de “proteger” a soberania nacional – já que as áreas de fronteiras são muito distantes – poderiam promover o desenvolvimento da Nação, dos estados e municípios, aludindo à perspectiva de riqueza e de fim da pobreza.

Nota-se que as dinâmicas territoriais são normalmente influenciadas pelos eixos de atividades econômicas, nas quais o homem, utilizando-se das potencialidades e limitações naturais cria estratégias de sobrevivência. Apesar disso, desde 1950, no governo de Kubitschek, o Estado cria novas formas de planejamento público. A Constituição de 1988, a lei de responsabilidade fiscal e o plano diretor enfatizaram a opinião e a participação da sociedade. A partir de então, a abordagem territorial passa a ser considerada pelo Governo Federal (STEINBERGER, 2006).

O Brasil ainda possui uma política de ordenamento territorial consolidada que está em fase de execução, mas acredita-se que a organização do território, para ser uma estratégia de desenvolvimento com sustentabilidade, precisa estar atrelada a um sistema de planejamento e gestão territorial. Ressalta-se que planejar, também depende das questões econômicas, sociais, ambientais, culturais, locais e globais e da eficácia dos instrumentos de planejamento.

Embora o governo brasileiro tente organizar as atividades humanas sobre o território desde os remotos tempos da Colônia, foi na República, já no fim do século passado, que ele introduziu o enfoque ambiental nessa organização (BIWAS; BIWAS, 1984).

Desse modo, na década de 1980, houve uma preocupação governamental em conter o uso incorreto dos recursos naturais e minimizar seus efeitos negativos. Com isso, o governo promoveu estratégias com os objetivos de planejar e viabilizar o ordenamento territorial e a recuperação dos diferenciados espaços do território nacional. Essas estratégias foram concretizadas inicialmente, com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938, de 31/08/81) que citou o zoneamento ambiental como instrumento de planejamento, e também com o aparecimento do Zoneamento Econômico e Ecológico – ZEE nas diretrizes do Programa Nossa Natureza (DECRETO nº 96.044 de 12/10/88).

Diante dessa preocupação, iniciou-se um processo de revisão de princípios e conceitos, que visava discutir o desenvolvimento econômico sustentável, despertando na sociedade uma conscientização. Entende-se por eficácia a relação entre alcance das metas e tempo, desconsiderando-se os custos, sendo que a efetividade está relacionada com a capacidade de se promover os resultados desejados (MARINHO & FAÇANHA, 2001). Também a efetividade pode ser a relação entre os resultados e o objetivo, ou seja, “é medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos” (COHEN;FRANCO, 2004).

Embora a Constituição de 1988 não tenha apresentado um tratamento ordenado e sistemático do que seria um processo de ordenamento governamental, em vários dispositivos separados, ela previu um complexo de obrigações e instrumentos de planejamento da gestão pública, como: Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias, Planos Nacionais e Regionais “de ordenamento do território” e desenvolvimento econômico, Planos e Programas Nacionais, regionais e setoriais, Plano de Governo e Planejamento Urbano.

Com efeito, em 1990, o Governo Federal iniciou as ações de implementação do Programa de Zoneamento Econômico e Ecológico – PZEE em todo o território nacional, priorizando a Amazônia Legal para o início dos

trabalhos (MMA, 2001a). Sendo este um verdadeiro marco histórico para exercício e execução de políticas públicas nacionais e regionais.

I.2 – O ZSEE como política pública e instrumento de gestão das relações socioambientais

Tratar de Políticas Públicas como instrumento de gestão do território, sejam elas voltadas ou não para as questões socioambientais, significa muito mais, necessariamente, abordar a temática de políticas sociais, vez que a temática ambiental está inserida no contexto das políticas de bem estar social, que se iniciaram no final do século XIX, na Alemanha – conhecida como política do *well fare state* (LERNER, 2006)

Por outro lado, as questões socioambientais não podem, também, ser resolvidas no âmbito exclusivo do setor privado, pois envolvem um grande número de atores sociais que necessitam da organização e força de um ente maior e legítimo. Equivale dizer que, as questões socioambientais, por serem interdependentes, envolveriam um sem número de pessoas que, sozinhas, não seriam capazes de buscar as soluções necessárias, que, por vezes, são contrárias aos interesses de determinados grupos. E também, tomar decisões dentro desta seara, pressupõe um conhecimento científico do problema e de suas possíveis conseqüências, sendo certo que, apenas o Estado estaria disposto a arcar com os custos deste conhecimento prévio e necessário.

Na perspectiva de Frey (2000), o Estado compreende três grandes grupos ou dimensões. O primeiro seria composto pelo **sistema político** vigente, suas instituições e aparato jurídico. Em um segundo grupo, estariam as **forças** políticas cruciais no processo decisório. E por fim, podemos colocar os **resultados** que um sistema político produz.

Esta diferenciação nos mostra que o sistema é complexo e demonstra-se de grande utilidade para estudos de casos na área das ciências políticas. Entretanto, para determinados casos específicos de políticas públicas setoriais e novas, como é o caso da política socioambiental nacional e regional, não se mostra perfeitamente adequada, uma vez que, a cada momento, “**novos atores políticos**” passam a fazer parte do cenário, alterando o modelo para investigação. E ainda, disputas políticas acirradas, com enfrentamento

ideológico ou de interesses políticos, econômicos, sociais e ambientais dos atores sociais deixarão marcas nos resultados finais, ou seja, nos programas e projetos desenvolvidos e implementados. É importante frisar a necessidade de fazer uso do território, promover sua ocupação, mas também ter-se o princípio de conservação, preservação e uso planejado dos recursos naturais.

Hardin (1968) já alertava para a necessidade de resguardar o meio ambiente das agressões promovidas pela satisfação dos desejos individuais em detrimento do direito da sociedade a bens coletivos como o ar e a água. A crescente deterioração ambiental e o esgotamento dos recursos do planeta passaram a se tornar cada vez mais presentes como preocupação por parte de vários segmentos sociais (HARDIN, 1968). A idéia de que era necessário um desenvolvimento que considerasse a conservação ambiental vinha evoluindo, tendo sido assunto de várias conferências e documentos internacionais (SIQUEIRA, 2002), dentre eles o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD.

I.3 – O Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD

Muitos eventos internacionais, ocorridos ainda no século XX, culminaram nas ações desenvolvidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tais ações – ocorridas a partir do ano 2000 – estão inseridas em uma rede global de desenvolvimento, o das Organizações das Nações Unidas (ONU).

O PNUD configura-se como uma ação conjunta de mais de 189 países e líderes mundiais, envolvendo a iniciativa privada, governos e sociedade civil em geral, visando promover a conexão de países e conhecimento, experiências e recursos, trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso aos recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros. Os líderes mundiais assumiram “os objetivos do milênio”, entre os quais se inclui reduzir a pobreza extrema à metade até 2015 (PNUD, 2000; LAURENTI, 2005).

A intervenção do PNUD em políticas sociais têm **cinco focos** definidos: a implementação de políticas que visam fortalecer setores críticos para o desenvolvimento humano; o apoio às políticas de descentralização e de aumento de poder nos municípios; a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e do desenvolvimento humano sustentável; o desenvolvimento de capacidade institucional nos governos federal, estaduais e municipais; e a construção de novas redes e parcerias com o setor privado e a sociedade civil (PNUD, 2000).

Assim, no mesmo contexto, o PNUD Brasil busca responder aos desafios específicos do Brasil e às demandas do país através de uma visão integrada de desenvolvimento, centralizada na modernização do estado, no combate à pobreza e à exclusão social, na conservação ambiental e no uso sustentável dos recursos naturais (PNUD, 2000).

Estrategicamente, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em 2000, propôs a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM, do original em inglês MEA – Millennium (*Ecosystem Assessment*) que foi solicitada pelo documento encaminhado à Assembleia Geral intitulado: *Nós, os Povos: O Papel das Nações Unidas no Século XXI*. A referida avaliação foi iniciada em 2001. Esta preposição levou às necessidades de avaliar as ações mundiais. O que é feito pelas Organizações Mundiais, através de indicadores próprios, que processam informações a partir da situação socioambiental do mundo.

I.4 - Avaliação Ecosistêmica do Milênio – AEM: abordagem metodológica e Indicadores de sustentabilidade socioambientais do PNUD/ONU.

Para KAYANO & CALDAS (2002) um indicador é um instrumento que sintetiza um conjunto de informações que permite medir determinados fenômenos. Para os autores, os indicadores devem:

- a) Permitir a comparação temporal e espacial (comparabilidade);
- b) Ter bases de dados acessíveis e, de preferência, os dados devem ser atualizados e disponibilizados periodicamente (disponibilidade da informação);

- c) Apresentar resultados dos indicadores traduzíveis para uma escala adimensional (normalizados);
- d) Ser traduzidos em números, sem o demérito da análise qualitativa (quantificáveis); e
- e) Ser de fácil compreensão (simplicidade).

ROSSETTO (2003) ressalta que os indicadores devem refletir as tendências fundamentais de saúde, cultura, economia e o aspecto ambiental de longo prazo, além de serem estatisticamente mensuráveis, com dados disponíveis há uma ou duas décadas, e serem compreensíveis para a maioria da população.

A AEM/ONU teve por objetivo avaliar as conseqüências que as mudanças nos ecossistemas trazem para o bem-estar humano e as bases científicas das ações necessárias para melhorar a preservação e uso sustentável desses ecossistemas e sua contribuição ao bem-estar humano. Este trabalho envolveu mais de 1360 especialistas em todo o mundo. Suas conclusões sobre as condições e tendências dos ecossistemas, cenários para o futuro, respostas possíveis e avaliações em escala sub-global estão disponíveis em publicações técnicas agrupadas sob estes quatro temas principais (AEM, 2003).

Neste escopo, a AEM constitui o maior estudo realizado envolvendo as interações entre os ecossistemas e o bem-estar humano, em escalas regional a global, reconhecendo que pessoas e ecossistemas interagem no tempo e no espaço.

Para realizar esta AEM utilizam-se vários Indicadores, entre eles: da Comissão Européia, das Nações Unidas, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e o da OECD – Organization for Economic Cooperation and Development. O sistema de indicadores proposto e adotado pelos países da OECD baseia-se no entendimento comum de seus pressupostos, servindo como referência e sendo o mais adotado atualmente no mundo.

A AEM utilizou como indicadores a evolução do Sistema *Pressão-Estado-Resposta*, como é denominado, que estava baseado no conceito da

causalidade (causa x efeito), com suas respectivas interações (Figura 2). Conceitualmente, os indicadores eram:

a) Indicadores de pressão ambiental – descrevem as pressões antrópicas exercidas sobre o meio ambiente e que causam mudanças qualitativas e quantitativas nos recursos naturais. Compreendem indicadores de pressão imediata (pressão diretamente exercida sobre o meio ambiente, normalmente expressa em termos de emissões ou consumo de recursos naturais) e indicadores de pressão indireta (refletem atividades que levam a futuras pressões ambientais);

b) Indicadores das condições ambientais– Correspondem ao “estado” e relacionam-se com a qualidade ambiental e aspectos de quantidade/qualidade dos recursos naturais, refletindo o objetivo final das políticas ambientais e proporcionando uma visão geral da situação (estado) do meio ambiente e o seu desenvolvimento ao longo do tempo;

c) Indicadores de resposta– correspondem às respostas sociais – ações individuais e coletivas para mitigar ou prevenir impactos negativos induzidos pelas atividades humanas -, para interromper ou reverter danos ambientais infligidos ao meio e caracterizados pelas mudanças ambientais.

Estas respostas também contemplam ações pertinentes à preservação e conservação do meio natural e seus recursos. Indicadores de resposta devem refletir esforços da sociedade no processo de enfrentamento da problemática ambiental.



Figura 2: Sistema de Indicadores PER – Pressão-Estado-Resposta

Fonte: OECD (2003); PUE (2004); Begon (2006)

Torna-se importante contextualizar os indicadores PER como ferramenta metodológica que proporcionou a evolução para a adoção de métodos mais modernos, como a AEM. As aplicações na avaliação dos indicadores de sustentabilidade para o ZSEE/MT foram elaboradas a partir da AEM.

Para tanto, a princípio tornam-se relevantes as bases conceituais ou abordagens dos termos ecossistema, bem-estar, serviços dos ecossistemas e forças de mudanças diretas e indiretas (Drives Forces). Segundo a AEM (2003) uma abordagem nova em multi-escala possibilita analisar as opções de política em todos os níveis, desde as comunidades locais até as convenções internacionais. Segundo a AEM (2003) são essas as definições:

“Ecossistema. Um ecossistema é um complexo dinâmico de comunidades de plantas, animais e microorganismos e do meio ambiente não-vivo interagindo como uma unidade funcional. Os humanos são uma parte integral dos ecossistemas. Os ecossistemas variam muito em tamanho; uma poça de água na cavidade de uma árvore e uma bacia oceânica podem ser, ambas, exemplos de ecossistemas.

Serviços dos ecossistemas. Os serviços dos ecossistemas são os benefícios que as pessoas recebem dos ecossistemas. Estes incluem serviços de produção como alimento e água; serviços de regulação como regulação de enchentes, de secas, da degradação dos solos, e de doenças; serviços de suporte como a formação dos solos e os ciclos de nutrientes, e serviços culturais como o recreio, valor espiritual, valor religioso e outros benefícios não-materiais.

Bem-estar. O bem-estar humano tem constituintes múltiplos, incluindo materiais básicos para uma vida boa, liberdade e escolha, saúde, boas relações sociais, e segurança. Bem-estar é o oposto da pobreza, a qual foi definida como uma “privação pronunciada de bem-estar”. Os componentes do bem-estar, vividos e percebidos pelas pessoas, são dependentes da situação, refletindo a geografia local, a cultura e as circunstâncias ecológicas.

Forças de Mudança (Fatores). Uma força motriz ou "driver" é qualquer fator que muda um aspecto do ecossistema. Uma força motriz direta influencia inequivocamente os processos de ecossistemas e assim pode ser identificada e medida em vários graus de precisão. Uma força motriz indireta opera de modo mais difuso, freqüentemente alterando uma ou mais forças motrizes diretas, e a sua influência é determinada quando se compreende o seu efeito em uma força direta. Tanto forças diretas como indiretas operam por vezes de forma sinérgica.” (AEM, 2003).

Essa estrutura conceitual envolve as interações e estratégias entre:

1. bem estar humano;
2. forças indiretas de mudanças;
3. forças diretas de mudanças;
4. serviços dos ecossistemas

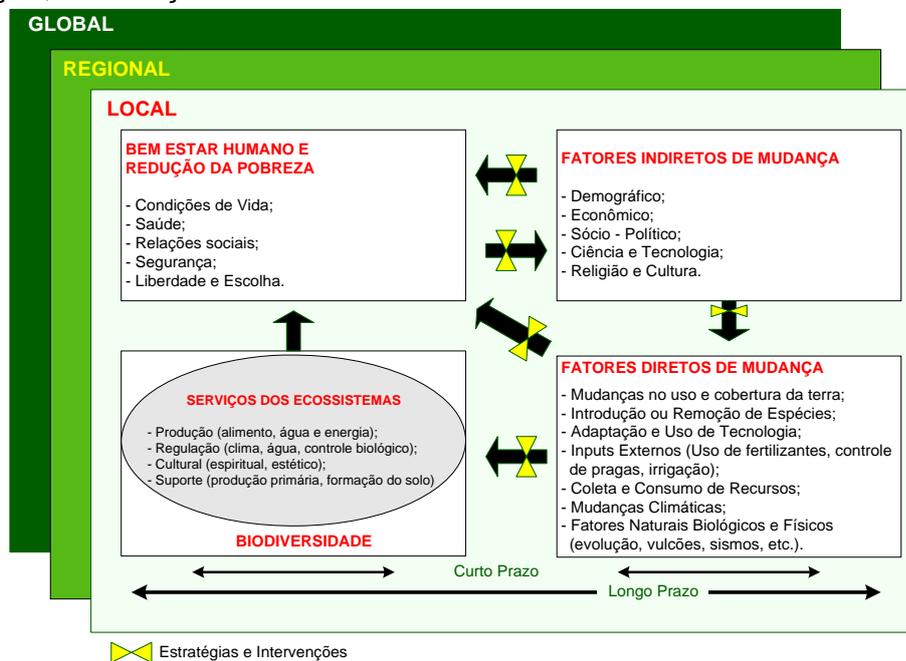


Figura 3 – Indicadores de Sustentabilidade segundo AEM

Fonte: OEM (2003) – adaptado na demonstração nas estratégias e interações

I.5 – O ZSEE/MT como instrumento de política pública de ordenamento territorial e seus indicadores PER de sustentabilidade.

Um dos principais instrumentos de gestão de políticas públicas socioambientais que vêm sendo adotados no Brasil são Zoneamentos Sócio, Econômicos e Ecológicos, que funcionam como uma ferramenta de resposta adotada e instituída pela Política Nacional do Meio Ambiente, perante os órgãos do executivo nacional e estadual. Este consiste, simplificada e genericamente, em procedimentos de divisão de determinado território em áreas, onde “se autorizam determinadas atividades ou se interdita, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras em razão das características sócio-econômicas e ecológicas do local e de seu *continuum*”.

O conceito de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) traz um conjunto de palavras disjuntas na raiz lingüística portuguesa. A primeira palavra,

etimologicamente, tem sua origem na palavra grega s. *f.zóne*, passada para o *latim* como *zona*, ou seja, “região que se caracteriza por certas particularidades”. O verbo derivado desse substantivo, *zonear*, designa “dividir algo em zonas específicas”. Agora, o termo *zoneamento* significa o ato ou efeito de *zonear*, e também tem o de divisão racional de uma área em setores sujeitos a normas específicas para o desenvolvimento de certas atividades, como para implantação de pólos de desenvolvimento, exploração dos recursos naturais, ampliação de áreas urbanas, para a conservação do meio ambiente ou para a preservação de patrimônio cultural etc. (SCHEREYOOG, & STEINMAN, 1987; FERREIRA, 1999). Em um primeiro momento, o zoneamento é o ato de criar zonas em uma extensão territorial, segundo objetivos e critérios pré-determinados.

Ainda buscando o núcleo significativo da palavra zoneamento, Nitsch (1998) o define, a partir da contextualização do termo inglês *zoning*, que “se entende geralmente como a divisão de um território em zonas, que se distinguem pelo uso permitido da terra” (DE PABLO, 1994; NITSCH, 2000).

Diante da origem da palavra zoneamento, pode-se dizer que *zona* e *zoning* têm a mesma origem, porém, com aplicações diferentes: “Malgrado a sua denominação, zoneamento, com implicações normativas, o ZEE tem mais afinidade com o que é chamado nos países de língua inglesa, de *land use planning*, do que com o que é chamado de *zoning*. Entretanto, é necessário enfatizar que a motivação para o ZEE é a política, sendo que o mesmo só faz sentido se conduzido no contexto de um arcabouço político-administrativo voltado para a gestão ambiental e territorial” (SCHUBART, 2000).

Schubart (2000); Becker (1989); Matus (1993) e vários outros autores debatem a dubiedade da palavra zoneamento. Schubart (2000) definiu o termo zoneamento em duas interpretações vinculadas. A primeira do processamento técnico resultante da zonificação territorial com descrição, análise e classificação das zonas. A segunda é o resultado de um processo político-administrativo, no qual esse conhecimento técnico vem aliado com outros critérios, e é usado para alicerçar a adoção de diretrizes sociais, econômicas, ambientais (SEPLAN, 2008) e normas legais através de Projeto de Lei, objetivando alcançar metas negociadas socialmente nos Grupos de Trabalhos

e Audiências Públicas, as quais pressupõem as diretrizes de uso e ocupação dos recursos naturais do território.

Assim sendo, o zoneamento apresenta, basicamente, duas facetas: uma é direcionada para a técnica de elaborar e definir zonas territoriais e outra direcionada a oferecer *Respostas aos Estados (Serviços Ambientais)*, devido às ações humanas (*Fatores Diretos e Indiretos de Mudanças*) ao longo de sua existência, “pensando” em disciplinar estas *Pressões* no presente e no futuro, por meio de um conjunto de estratégias e influências que se inter-relacionam construindo vários indicadores de sustentabilidade socioambiental.

Em um sistema de informação para a elaboração de indicadores confiáveis tem-se a preocupação de que o ZSEE deve estar construído em uma base de pirâmide de informação sólida, legítima e científica.

Concorda-se com Schubart (1994) que ainda aprofunda, separadamente, em dois componentes essenciais de um ZEE: a técnica e a política. A primeira, técnica, trata de sintetizar e modelar o conhecimento científico sobre a interação e distribuição espacial dos sistemas ambientais (meios físico, biótico e antrópico) em uma região, em diferentes escalas temporais e espaciais. A execução deste componente deve levar em conta o caráter holístico do meio ambiente, as interações dos sistemas ambientais e as suas respectivas dinâmicas, analisando as suas relações de causa e efeito (Sistema PER e ou AEM). Estas ações permitem oferecer subsídios para aferir o grau de sustentabilidade e ou vulnerabilidade de cada sistema ambiental e prognosticar cenários de uso atual e futuro dos recursos naturais. A realização do componente técnica envolve formação de equipe, montagem de laboratórios, aquisição de dados e informações primárias e secundárias. A sua metodologia abrange coletas de dados primários e identificação e análise dos dados orbitais, estatísticos e outros. Parte dessa técnica é utilizada para outras modalidades setoriais de zoneamento, como o Agroecológico, por exemplo. O ZEE, devido ao seu caráter dinâmico, holístico e sistêmico, tem condições de propor diretrizes mais abrangentes, considerando os custos e os benefícios para a sociedade (SEPLAN, 2008).

O segundo elemento do ZEE, o político, tem como objetivo, segundo Schubart (1994) e Flitener (2005), programar alternativas de desenvolvimento

regional e sub-regional compatíveis com a sustentabilidade e as vulnerabilidades dos sistemas ambientais. Para conseguir sucesso, é necessário estabelecer critérios para a ocupação do espaço e do uso dos recursos naturais. Para tanto, devem-se adotar políticas e ações públicas (programas, projetos, mecanismos fiscais, planejamento de obras de infraestrutura e outros) coerentes com as indicações do componente técnico do ZSEE, passando estes a ser *respostas* que venham a garantir o *Bem-Estar Humano* e uso racional e planejado dos *Serviços Ambientais*.

Entende-se que se torna necessário diagnosticar para situar os indicadores socioambientais ao formar um conjunto de aspectos da realidade pragmática, que se denomina, contextualizadamente, ao ZSEE/MT, como um instrumento composto de **sistemas de indicadores de sustentabilidade**. Este é representado em um espaço geográfico, por meio de um sistema de coordenadas, e múltiplas dimensões e escalas, caracterizando o fenômeno socioambiental.

No ZSEE/MT deve-se retratar o passado, o estado atual e as tendências da saúde cultural, econômica e ambiental em curto, médio e longo prazos para o estado de Mato Grosso. Não distante disso, inserem-se nessa perspectiva e neste estudo, as emergentes necessidades de averiguar os níveis de satisfação social ou bem-estar humano nas interações sociais, suas estratégias de aliança/demandas/conflitos para a promoção de ações, iniciativas, programas e políticas, sendo, então, o ZSEE/MT aplicado como ferramenta de gestão, destacando a importância deste como *Resposta* ao caráter dos indicadores. Assim, quanto a suas metas, o ZSEE/MT configura como seu objetivo intrínseco a solução dos problemas (pressões/estado) demonstrados pelas interações dos Fatores de Mudanças diretos e Indiretos (Drives Forces), possibilitando as soluções (*Respostas*), onde se inserem as metas, os meios e os resultados. Oferta-se como *Resposta* a evidência e relevância espacial em função dos objetivos (local, regional, nacional e internacional), concretizando e dirimindo o nível de satisfação, aceitabilidade e atração do indicador para a sociedade e *bem-estar humano*.

Com o intuito de diagnosticar as relações socioambientais em torno do ZSEE/MT, durante a realização dos Grupos de Trabalhos e Audiências

Públicas, concentramos nossos esforços para identificar as demandas e conflitos, procurando caracterizar as interações entre os atores envolvidos, suas estratégias e alianças, com o premissa de quantificar os Graus de Influências destes nos processos decisórios da gestão territorial do estado de Mato Grosso, decorrentes da proposta do ZSEE/MT. A análise socioambiental neste estudo compreende a identificação de conflitos, demandas e alianças, entre os grupos sociais, seus atores, seus graus de influência e interesses, em busca de uma sociedade com mais justiça e equidade.

II- JUSTIFICATIVA

II.1 - O contexto histórico, político, social e ambiental de ocupação do território mato-grossense

A escolha da temática “ZSEE/MT e sustentabilidade” deve-se a uma série de fatores, dentre eles a importância do ZSEE/MT para o planejamento e gestão territorial, utilizado como instrumento de *resposta ou fator* do poder público do Brasil e do estado de Mato Grosso, que é um estado com grande extensão territorial em que predominam as *pressões* (fatores de Mudanças Diretas) com atividades econômicas de agricultura e pecuária extensiva.

Nesta pesquisa, opta-se por considerar a questão socioambiental como sendo um assunto de extrema emergência a ser estudado. Há nítida necessidade de uma *Resposta*, ou seja, de compreender de quais instrumentos se dispõe e quais se usam para a resolução dos problemas ambientais no estado de Mato Grosso. O ZSEE/MT passa a ser, então, um instrumento legal, um instrumento normativo, de direito positivo. Neste sentido é entendido no sistema de indicadores da AEM como a principal ferramenta de *Resposta* para a governabilidade ambiental. Este ZSEE/MT como instrumento de *Resposta*, passa a disciplinar e a reordenar o uso e ocupação do território (fatores de Mudanças) e dos recursos naturais (Serviços Ambientais). Este fato pode ser apreendido tanto através da análise do ponto de vista dos problemas decorrentes da fase desenvolvimentista historicamente concebida, como do

ponto de vista da agudização das condições de vida nas cidades e no campo, produzida pela atual crise sócio-político-econômica.

No contexto da AEM, as atividades econômicas caracterizam-se como sendo “drives force”, as forças diretas de mudança, que exercem Fatores Diretos de Mudanças (*Pressões Diretas*) sobre os sistemas ecológicos e socioambientais, ou seja, os *Serviços* dos Ecossistemas, suas funções ambientais e o bem estar humano e que sinalizam a situação e a dinâmica do uso dos recursos naturais. O ZSEE/MT apresenta-se como a *Resposta*, o instrumento de gestão para a organização, planejamento e gestão do território do estado de Mato Grosso.

Acredita-se que as *Pressões Diretas e Indiretas* ou Fatores diretos e indiretos de mudanças participam no funcionamento dos processos naturais e humanos no estado de Mato Grosso, que não se limitam a ser apenas obras de engenharia ou de atividades, mas de ações pensadas e planejadas pelo homem, os quais por estas causam impactos gigantescos nos ecossistemas, promovendo em nosso legado histórico, durante sua existência, as catástrofes irreversíveis, levando a um *Estado* ambiental preocupante. Comprometem-se as opções de escolhas de desenvolvimento para as gerações vindouras desconectadas dos conceitos e dos valores imbricados na sustentabilidade. O ZSEE/MT passa a ser um modelo de gestão para dirimir as *Funções Ambientais* que são aqui contextualizadas, como sendo a capacidade dos processos e componentes naturais de fornecerem bens e serviços que satisfaçam, direta ou indiretamente as necessidades humanas no estado de Mato Grosso.

Nesse mesmo entendimento, o avanço da fronteira agrícola como uma *pressão* ou *Fator de Mudança* promove o uso e a ocupação do território, fazendo, também, referências à sua população (sociedade/comunidade), como se afetasse o conjunto da população de maneira indiscriminada. Ainda que isso ocorra, se faz de suma importância destacar que seus efeitos não atingem igualmente todos os segmentos sociais. Assim, alguns são mais imediatamente sentidos por determinados grupos, seja por sua proximidade cotidiana, seja pela escassez de recursos de que estes dispõem para buscar soluções

próprias, seja por suas maiores dependências e conexões com os ecossistemas naturais.

A tentativa de organizar as atividades humanas no território de Mato Grosso, seja para produção, para conservação ou preservação, passa pela observação sistêmica das características físicas, bióticas e sociais, e pelo entendimento do processo de ocupação do espaço e pressões ou fatores que são exercidas. Também perpassa pelo entendimento da opção pelo desenvolvimento sustentável o que implica, no mínimo, na adoção de políticas e na capacidade do estado de disciplinar, planejar e gerenciar o território, face aos fluxos externos influenciadores, e às vezes, determinantes, da dinâmica territorial.

Nestes escopos estabeleceu-se como linha mestre desta pesquisa o entendimento das relevantes relações sociais entre os atores que participaram dos grupos de trabalhos e das audiências públicas do ZSEE/MT. Não distantes configuram os resultados aqui obtidos como *fatores indiretos* de mudanças, já que estão imbricados nos seus Graus diversos de Dominâncias de Interesses e seus Graus de Influências, externando os conflitos, demandas e alianças gerados por eles e suas *Necessidades Fisiológicas e Psicológicas*, propiciando estratégias que influenciarão na tomada de decisão.

Justificativa ainda para a escolha da temática aqui apresentada é a experiência profissional e a área de atuação do Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais que facilitou o acesso aos dados, às informações e, também, a análise e a interpretação. Este programa, ao longo de sua trajetória vem estreitando os laços de pesquisa acadêmica e dando retorno à sociedade, apropriando e efetivando conhecimento e buscando atender as necessidades da população em geral.

Pretende-se, neste estudo, avaliar a política pública como um instrumento de ordenamento do território no Estado de Mato Grosso, em virtude da tramitação, na Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei do ZSEE/MT – Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico do estado de Mato Grosso, versão 2008, procurando entender os atores ou Stakeholders (partes interessadas ou tomadores de decisão) seus problemas, anseios, alianças, demandas, conflitos e possíveis soluções (*Respostas*), analisando e

estabelecendo uma relação com a dinâmica dos aspectos socioambientais e econômicos decorrentes do “desenvolvimento regional”.

A compreensão, identificação e caracterização dos Stakeholders, suas relações e estratégias, isoladas ou em forma de rede social organizacional, com seus respectivos Graus de Influência e de Dominância de Interesses contribuirá sistemática e significadamente para a aprovação e votação deste pelos eminentes legisladores estaduais.

Torna-se plausível esta investigação para que, através de dados, se possa contribuir com a gestão de políticas públicas regionais que acarretem menores impactos e uma melhor gestão de conflitos. Faz-se necessário este entendimento e que este seja feito considerando uma perspectiva social, econômica, cultural, política e não somente ecológica, mas, sim, preocupando-se holisticamente com as externalidades geradas pela sociedade como um todo.

Razão também pertinente deste estudo é avaliar a situação dos aspectos socioambientais gerados pelas discussões em cima da aprovação dessa política pública estadual, visando identificar a participação (atuação) dos atores sociais (Stakeholders), os quais têm sido o foco principal do debate em toda a sociedade.

Fundamenta-se que a pesquisa foi realizada em regiões do estado de Mato Grosso que sofrem enormes *Pressões* humanas, tornando-se relevante entender as necessidades dessas populações locais ou dos Grupos Sociais participantes. Em aspectos socioambientais, tais regiões são extremamente frágeis, vulneráveis, sensíveis e necessitam ter readequadas, ou não, suas atividades em função das necessidades ali socializadas. Crucial passa a ser essa compreensão para entendimento destas e de suas relações com as ***Funções Ambientais***, aqui então concebidas como as capacidades dos processos e componentes naturais de fornecerem bens e serviços que satisfaçam, direta ou indiretamente as necessidades humanas.

III – OBJETO

O objeto da tese é o ZSEE/MT enquanto instrumento de gestão socioambiental, como *Resposta* às forças diretas e indiretas de mudanças sobre os serviços dos ecossistemas e o bem estar humano, investigando os mecanismos de participação dos atores sociais, nas audiências nos grupos de trabalho e nas Audiências Públicas, identificando seus atores (Stakeholders), considerando suas influências e dominâncias sobre a política.

IV – OBJETIVOS

IV.1 – Objetivo geral

Avaliar o contexto socioambiental do ZSEE/MT, procurando identificar e caracterizar os atores sociais na construção do ZSEE/MT, para qualificar as suas participações nos grupos de trabalhos e audiências públicas.

IV.2 – Objetivos específicos

- Caracterizar os atores ou Stakeholders nas Regiões de Planeamentos de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta do ZSEE/MT participantes dos trabalhos técnicos e audiências públicas;
- Identificar os conflitos (fatores Indiretos de Mudanças), alianças e demandas (Necessidades) oriundos da proposta de ZSEE/MT e o Grau de Dominância de Interesses de Stakeholders nos pólos de Planejamento de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta do ZSEE/MT;
- Discutir o contexto do ZSEE/MT como política pública de ordenamento de uso e gestão do território regional no contexto da AEM, como sendo uma *Resposta*;
- Identificar as demandas (Necessidades) dos grupos sociais e o Grau de influência dos Stakeholders na tomada de decisão;
- Discutir o contexto do ZSEE/MT na perspectiva de sustentabilidade socioambiental do estado de Mato Grosso, tendo como referência a AEM;
- Avaliar as redes sociais (Fatores Indiretos de Mudanças) entre os principais Stakeholders envolvidos no processo decisório do ZSEE/MT.

V – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

V.1 – Área de estudo

O estado de **Mato Grosso** é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado a oeste da região Centro-Oeste . Tem a porção norte de seu território ocupada pela Amazônia Legal, sendo o sul do estado pertencente ao Centro-Sul do Brasil. Tem como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O). Ocupa uma área de 903.357 km², pouco menor que a Venezuela. Sua capital é Cuiabá (SAD, 2008).

Segundo o IBGE (2005), Mato Grosso ocupa uma área de 903.357 km² do território brasileiro e localiza-se a oeste do Meridiano de Greenwich e a sul da Linha do Equador, tendo fuso horário - 4 horas em relação à hora mundial GMT. A capital (Cuiabá) está localizada a 15°35'55.36" lat. e 56°05'47.25" long., sendo conhecida, por isso mesmo, como coração da América do Sul.

Possui uma população de 2.854.642 habitantes, PIB - 22.615.132 (R\$), PIB per capita - 8.529 (R\$), Produção Animal / Vegetal - 7.505.364 (R\$) IBGE -2003).

Em uma escala regional, a área de estudo é o ZSEE/MT, instituído pelo Projeto de Lei nº 273/2008 que foi encaminhado pelo Poder Executivo Estadual à Assembléia Legislativa – AL em abril de 2008, após ser socializado pelas 47 entidades que integram a Comissão Estadual de Zoneamento.

O ZSEE/MT começou a ser apresentado para debate com a sociedade em todo o estado. No total, foram 15 seminários (Grupos de Trabalhos) e audiências públicas em 12 pólos regionais de Planejamento definidas pelo ZSEE/MT (Figura 4):

Região de planejamento I - Juína

Região de planejamento II - Alta Floresta

Região de planejamento III- Vila Rica

Região de planejamento IV- Barra do Garças

Região de planejamento V- Rondonópolis

Região de planejamento VI- Cuiabá/Várzea Grande

Região de planejamento VII- Cáceres

Região de planejamento VIII- Tangará da Serra

Região de planejamento IX- Diamantino

Região de planejamento X- Sorriso

Região de planejamento XI- Juara

Região de planejamento XII- Sinop

Definiu-se uma localização em maior escala em nível Municipal e muito mais focada nos Pólos de Planejamento de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta, Regiões de Planejamento II, VIII e IX, as quais englobam os seguintes municípios:

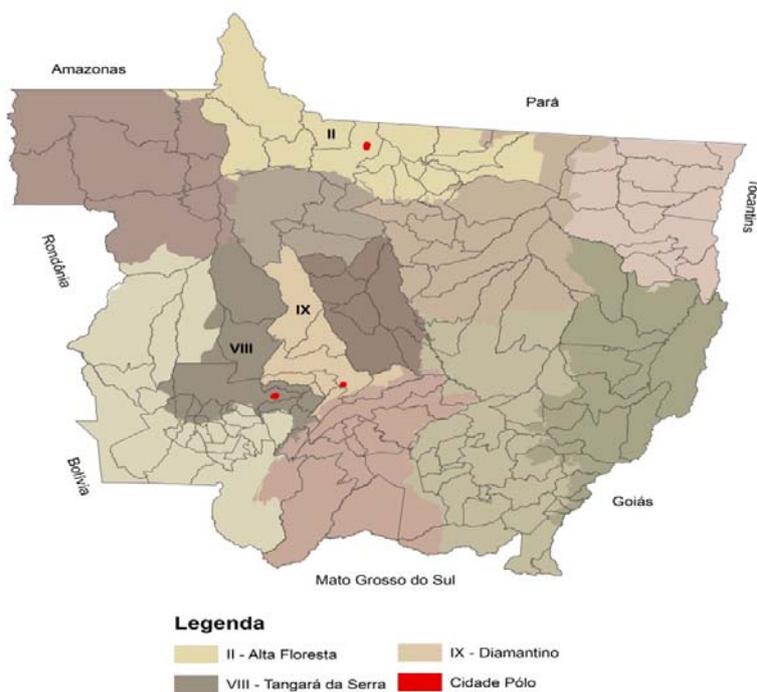


Figura 4 – Mapa de Localização das Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT
Fonte: SEPLAN, 2008

- a) Pólo de Diamantino (Região IX): Diamantino, Alto Paraguai, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Maringá e São José do Rio Claro, de acordo com suas Zonas e Categorias de uso sugeridas;
- b) Pólo de Tangara da Serra (Região VIII): Barra do Bugres, Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, Tangará da Serra;
- c) Pólo de Alta Floresta (Região II): Alta Floresta, Apicás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

Os *seminários técnicos e audiências públicas* foram realizados nesses 12 pólos do estado, nos quais se teve a oportunidade de acompanhar os trabalhos das Regiões de Planejamento II, VII e IX – Pólos de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta. As Intenções dos Grupos de Trabalhos e audiências públicas nessas localidades eram promover debates e discussões, externando (socializando) aos mato-grossenses a proposta que consistia em contribuir para a consolidação e aprovação do ZSEE/MT como um instrumento de gestão, legítimo sócio e politicamente.

Nesses Pólos aconteceram as reuniões dos Grupos de Trabalhos nos dois primeiros dias e no último a Audiência Pública com a Comissão Especial do ZSEE/MT. Elas aconteceram nas seguintes datas, respectivamente: 16 a 18 de outubro de 2008, em Diamantino/MT; em Tangará da Serra/MT de 29 a 31 de outubro de 2008; e em Alta Floresta/MT 07 a 09 de maio de 2009 e outras datas ocorreram, conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Calendário das audiências públicas por região e números de participantes

MUNICÍPIO	Região de Planejamento - RP	DATA	Nº aproximado de participantes *
Cuiabá	VI	23/06/2008	50
Rondonópolis	V	12/07/2008	300
Paranatinga	V	09/08/2008	650
Diamantino	IX	18/10/2008	800
Tangará da Serra	VIII	31/10/2008	900
Cáceres	VII	14/03/2009	1.300
Pontes e Lacerda	VII	28/03/2009	2.800
Barra do Garças	IV	04/04/2009	1.800
Alta Floresta	II	09/05/2009	3.500
Vila Rica	III	16/05/2009	2.000
Sorriso	X	23/05/2009	1.500
Juara	XI	30/05/2009	6.500
Sinop	XII	06/06/2009	2.500
Juína	I	20/06/2009	7.500
Cuiabá	VI	26/06/2009	800

Fonte: Coordenadoria Militar da Assembléia Legislativa de Mato Grosso - AL (2009)

V.2 – Materiais e Métodos

V.2.a – Abordagem Qualitativa da Pesquisa

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, baseando-se nos pressupostos de Lüdke e André (1986); Gil (2007). Caracteriza-se por ser predominantemente qualitativa, descritiva e de natureza exploratória (KÖCHE, 2006).

Segundo Vieira e Zouain (2004) os métodos qualitativos trazem como contribuição uma mistura de procedimento de cunho racional e intuitivo capaz de ampliar a compreensão dos fenômenos.

Entende-se ainda que a abordagem qualitativa aqui adotada tenha se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas na área socioambiental (BARTUNEK & SEO, 2002). Esta pesquisa, nessa abordagem, caracteriza-se pelo enfoque interpretativo. Destaca-se que, neste estudo, observou-se o fato no meio natural, por isso é também denominada pesquisa “naturalística” (ANDRÉ, 1995; Gil, 2007).

De acordo com Godoy (1995); Neves (1996); Jick (1976); Kirk & Müller (1986) enquadrámos nossos enfoques, tendo em vista várias características desta pesquisa, entre elas:

1 – o *Locus* da pesquisa se deu nos grupos de trabalhos e nas audiências públicas nas Regiões de Planejamento II, VIII e IX, sendo de caráter natural,

atuando como fonte direta de dados, tendo como instrumento a participação do pesquisador no processo como observador simples (Gil, 2007);

2 – Procurou-se agir de forma pouco interventiva e trabalhar de forma mais descritiva, tendo em vista a preocupação de não mascarar ou influenciar na postura, comportamento, ações e estratégias dos entrevistados;

3 – Teve como premissa o entendimento da significação dada pelos pesquisados Stakeholders ou entrevistados, as estratégias, as articulações, os comportamentos, as ações e a sua vida, já que estes eram agentes, interlocutores e intervenientes no processo em condução, visto que defendiam interesses individuais ou coletivos;

4 – Tem caráter indutivo, ou seja, apresenta conclusões amplas, permitindo a análise de indícios das observações. Possibilitou a percepção de uma realidade geral, passando do processo analítico específico para o geral, ou seja, do entrevistado participante dos grupos de trabalho e na audiência pública para uma generalização e interesse de grupos e organizações;

5 - É dialética também, pois é sistêmica, uma vez que consideramos interações recíprocas e interdependentes, pois se encontra em constante transformação contínua complexa e acumulativa.

5 – Apresenta a relatividade da verdade, pois tem um caráter de muitas possibilidades, excluindo-se da verdade absoluta (não definitiva).

As possibilidades de caracterização e identificação dos participantes tornaram-se importante objetivo da pesquisa, sendo adotado o Método de *StakeholdersAnalysis* (KARAMANOS & CHOI, 1999) e de redes sociais (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002; 2003), que serão melhores definidos posteriormente.

V.2 b – Fontes e Técnicas de Coleta de Dados

A – Análise de Stakeholders

Adotou-se como técnica para coleta e análise de dados a Análise de Stakeholders. O termo **Stakeholder** foi utilizado pela primeira vez por Freeman(1984) no livro: “Strategic Management: A Stakeholder Approach”,

para referir-se àqueles que possam afetar ou são afetados pelas atividades de uma empresa, organizações, planos, projetos, políticas públicas etc. Estes grupos ou indivíduos são o público interessado (*stakeholders*), que segundo Freeman (1994) deve ser considerado como um elemento essencial na planificação estratégica de ações.

Os *Stakeholders* em uma sociedade são, por definição, qualquer indivíduo ou grupo social que pode afetar ou ser afetado pela realização de planos, projetos, políticas públicas etc. (FREEMAN, 1984). São na verdade aqueles que têm interesse por determinada atividade. Inclui aqueles indivíduos/grupos e outras organizações que têm interesse em determinadas ações e que têm habilidades para influenciá-las (SAVAGE *et al.*, 1991). Ao negligenciarem esses grupos, algumas vezes a sociedade pode ter prejuízos irreparáveis (TAPSCOTT E TICOLL, 2005).

Segundo Goldschmidt (2007), o diagnóstico do ambiente de uma política pública passa por uma série de etapas, entre elas a identificação das partes interessadas, de suas necessidades e desejos. Como são atores diferentes, com interesses e necessidades diferentes, torna-se fundamental pensar cada um deles separadamente.

Os principais objetivos nesta pesquisa de *Stakeholders* são identificar quem eles são e determinar quais tipos de influência e o Grau de Dominância de Interesses deles e se eles (as) exercem alguma influência na elaboração e execução do Projeto de Lei do ZSEE/MT (ROWLEY, 1997). Dessa forma, Mitchell, Agle & Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999); modificado e adaptado propuseram um estudo sobre a teoria de *Stakeholders* onde suas várias classes devem ser identificadas com base na combinação de atributos: **poder, legitimidade e urgência.**

A partir dessa definição foram identificados sete tipos de *Stakeholders* e concluiu-se que os participantes/entidades que não possuísem nenhum dos três atributos não seriam consideradas *Stakeholderse*, por isso, não teriam relevância na administração da organização/ações. Os pesquisadores constantemente precisam acessar os interesses dos *Stakeholders*, suas capacidades e necessidades (SAVAGE, *et al*, 1991 tradução livre).

A idéia de mapear os *Stakeholders* de acordo com suas influências vem sendo utilizada por estudos empíricos, como o de Bourne e Walker (2005, tradução livre) que enfatiza o uso de uma ferramenta que auxilia a visualizar o a influência e o Grau de dominância dos *Stakeholders* que têm um impacto primordial no sucesso ou fracasso de um projeto, plano, políticas públicas etc. Nunca se obterá um consenso público do diálogo com *Stakeholders*, mas, ao trazer pessoas com interesses diversos para a discussão, os gestores podem ter uma visão mais clara das tendências sociais, ambientais, éticas e políticas na sociedade (PARDINI, 2006). Eles possuem uma reputação favorável, que deve ser considerada.

O *Método de StakeholdersAnalysis* é útil para permitir tomadas de decisão mais corretas, baseadas em um entendimento real de como diferentes Stakeholders podem se beneficiar ou ser prejudicados (GRIMBLE & CHAN, 1995; SOUZA, 2008). Fato importante neste trabalho é identificar os Stakeholders que participaram dos grupos de trabalhos e da audiência pública em Diamantino/MT, visando entender como se processa a tomada de decisões, e principalmente como está este cenário no estado, pois sabe-se que o ZSEE/MT é uma política pública que se aprovada será uma Lei que regulará todas as ações de uso e ocupação do solo em Mato Grosso, podendo trazer ou não sérios prejuízos irreparáveis para a sustentabilidade socioambiental da região e ainda legitimar o modelo de “desenvolvimento”.

Ao se definir o uso deste método para coleta e análise de dados nesta pesquisa considerou-se os requisitos das arenas construídas e se:

a) existiram relações entre os participantes dos trabalhos técnicos e da audiência pública que foram entrevistados, entre si e com as organizações, de forma complexa e interdependente e com interesses comuns ou não;

b) havia mobilizações, interações e interconectividade dos diferentes sistemas administrativos, sociais, políticos e econômicos, locais, regionais e nacionais, nos diversos níveis de governo e suas esferas;

c) existiram problemas de externalidades e de difícil compreensão (do ponto de vista econômico, social e ambiental);

d) existiram diferentes níveis de Stakeholders com agendas e interesses semelhantes e distintos;

f) ocorreu uma representação de certos Stakeholders nas tomadas de decisões;

A.1 – Identificação de Stakeholders

Para a identificação de Stakeholders utilizou a coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, baseando-se nos pressupostos de Lüdke e André (1986); Mitchell, Agle & Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999); modificado e adaptado, em um universo de 65 participantes dos trabalhos técnicos e audiências públicas. A maioria destas foi realizada nos dias dos Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas nos municípios de Diamantino, Alta Floresta e Tangará da Serra, as quais continham um rol de 8 perguntas, como segue abaixo:

- 1 – O que é o Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico para você?
- 2 – Quais são as pessoas ou grupos sociais que impedem a execução de suas atividades nesta região?
- 3 – Quais são os seus parceiros e seus interesses nesta audiência?
- 4 – Quais os principais conflitos que você identifica na proposta do ZSEE/MT?
- 5 – Quem são os mais prejudicados e os mais beneficiados com o ZSEE/MT?
- 6 – Quais são as suas demandas (O que você espera do ZSEE/MT para esta região)?
- 7 – O que você sugere para melhorar a proposta do ZSEE/MT apresentada?
- 8 – Indique pessoas que você conhece que conheçam o assunto?

Para aplicação destas perguntas junto aos participantes foi pedido previamente autorização de gravação das entrevistas, que posteriormente foram transcritas em sua íntegra para editor de texto Word 2007. Procedeu-se à análise das respostas retirando-se palavras-chave de cada texto, elaborando-se Categorias baseadas nas respostas, nas interpretações e nas observações em campo. Eticamente houve o comprometimento em não revelar o nome dos entrevistados, aos quais atribuímos números de acordo com os originais da lista de presença junto à AL. Então temos uma seqüência de entrevistados, aqui denominados Stakeholders, totalizando 65.

De forma complementar realizou-se intensas observações, anotações das falas, dos discursos e dos tempos de fala, dos posicionamentos, das intervenções, das posturas, das comunicações (contatos) entre as pessoas e os grupos, suas estratégias, recursos e de todas as relações possíveis no contexto do cenário vivenciado.

Os dados foram analisados e processados em Planilhas EXCEL 2007, com as quais se elaborou gráficos comparativos para melhor visualização e apresentação. Verificou-se: Categorias de Stakeholders, Municípios de procedências, Áreas de Conflitos, Demandas, Percepções em torno do ZSEE/MT, Atuação Política ou Profissão, Graus de Influências, *Continuum* Micro e Macro, Aliados ou Alianças, os principais conflitos ambientais e Graus de Influências e Dominâncias de Interesses.

Para a determinação dos itens supracitados obtidos da seguinte forma de acordo com a Quadro 2:

Quadro 2 – Métodos para identificação, caracterização, análise e tabulação de dados sobre os Stakeholders

DADOS	TIPOLOGIAS DE STAKEHOLDERS	EMBASAMENTO TEÓRICO	CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	FONTE DOS DADOS
Categorias	Estado, Mercado e Comunitário	Chevalier (2001);	Lista de assinatura com identificação de área de atuação e profissão	SEPLAN 92008); AL (2008);
Áreas de conflitos ambientais	áreas protegidas, ZSEE/MT, uso de Agrotóxicos, edesatamento, e zonas amortecimento	Chevalier (2001); Grimble& Chan (1995); SOUZA, 2008).	Entrevista, e observações, Lista de assinatura	SEPLAN 92008); AL (2008); Entrevistas e observações
Grau de Influência	Sem, Baixa, Média, Alta e Muito Alta	Grimble& Chan (1995)	Entrevistas, demandas, atuação política, observações, Lista de assinatura, categoria, aliados, representação e interesses	SEPLAN 92008); AL (2008); Entrevistas e observações
Demandas	Sociais, étnicas, ambientais, econômicas e	Chevalier (2001); Grimble& Chan	Entrevista, observações em campo, conversas informais,	Entrevistas e observações

	políticas	(1995)		
<i>Continuum</i> Macro e Micro	Local, Estadual/Regional, Nacional e Global/Internaciona l	Grimbleet al., (1994); SOUZA, 2008).	Categorias, demandas, área de atuação política, conflitos identificados, observações,	SEPLAN 92008); AL (2008); Entrevistas e observações
Aliados ou Alianças	Setor Produtivo, População em Geral, Movimentos Sociais e Poder Público	Chevalier (2001); Grimble& Chan (1995)	Pergunta direta na entrevista	Entrevistas e observações
Grau de Dominância de Interesses	Definitivo, adormecido, discricionário, dominante, exigente, perigoso, dependente e irrelevante	Mitchel et al., (1997); Mitchell, Agle& Wood, (1997) adaptado.	Determinação das Matrizes dos Graus de Poder, Legitimidade e Urgência	SEPLAN (2008); AL (2008); Entrevistas e observações

Adotou-se uma visão pluralista ao considerar as características dos Stakeholders como resultantes de interesses e ações eventualmente desiguais e conflitantes. Apresentou-se como uma possibilidade de visão dinâmica, ao assumir que nem todos os Stakeholders (participantes dos grupos de trabalhos e da audiência pública entrevistados) tenham o desejo de exercer seu poder em todos os momentos.

Baseou-se para identificação e caracterização dos Stakeholders na tipologia proposta por Mitchell, Agle & Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999). Ilustrou-se essa perspectiva, mostrando que diferentes Graus de Dominância de Interesses permitiram produzir tipologias para esses Stakeholders quanto ao exercício de seus interesses.

Elaborou-se Matrizes para análises de acordo com os pressupostos de Mitchell, Agle & Wood (1997); modificado e adaptado por Martins & Fontes Filho (1999). Definiu-se os atributos para a identificação das diferentes tipos de Stakeholders e outra Matriz para seus diferentes Graus de Dominância de Interesses em torno do ZSEE/MT nos Pólos ou Regiões de Planejamento de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta do ZSEE/MT.

Avaliou-se como os Stakeholders se enquadravam nestas tipologias, com a preocupação em não forçar para adequar, mas caso tivesse escopo diferente seria criada outra Categoria. Atributos foram nomeados a cada Stakeholder e classificados em ordem crescente Grau de dominância de interesses, baseados na elaboração de três Matrizes que avaliaram o aspecto de seus **Graus de poder, urgência e legitimidade**. Por este (as) entende-se conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Atributos para a identificação dos diferentes Graus de Interesses das Classes de Stakeholders

Atributos para a identificação das diferentes Classes de Stakeholders	
Poder	é a habilidade daqueles que possuem poder para fazer acontecer os resultados que desejam.
Legitimidade	é uma percepção generalizada ou uma suposição de que as ações de uma entidade ou pessoa são desejadas, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema de normas, valores, crenças e definições, socialmente definidas. Verifica-se se existe algo socialmente desejável, porque os atores sociais nem sempre têm claramente definido o que é desejável em certas circunstâncias. Três variáveis componentes ou graus de desejabilidade das ações dos atores devem ser observadas: para a organização e Pessoal (nível de legitimidade micro-social), e para a sociedade (legitimidade macro-social). Elas podem ser analisadas independentes ou conjuntas, basta existência de uma.
Urgência	é como algo que dirige as ações e que é imperativo, porém duas condições devem ser observadas: percepção do tempo e importância dos Stakeholders. Esta dimensão reflete a necessidade por atenção imediata às demandas ou interesses de um ator.

Segundo Mitchell, Agle & Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999); modificado e adaptado nos tipos de características avaliadas.

Utilizou-se as Matrizes Mitchell (1999); Karamanos&Choi (1999) para análise do **Grau de Poder dos Stakeholders**, aqui adaptado para a caracterização durante a realização dos grupos de trabalhos e audiências públicas, baseado na definição de uma rede na qual os participantes (entrevistados) encaixar-se-iam mediante a identificação de sinais de inter-relação, suas características, posturas, falas, intervenções e etc.

Aferiram-se os Graus de Dominância de Interesses dos Stakeholders a partir dos Graus de Poder, Legitimidade e Urgência, conforme segue abaixo:

A.1.1 – Aferição do Grau de Poder dos Stakeholders

Avaliou-se o Grau de Poder dos Stakeholders utilizando o modelo de Matriz do Grau Poder.

Essa matriz do Grau de Poder dos Stakeholders serviu de modelo para a análise. Nela verifica-se os meios ou recursos de poder, aos quais foram atribuídos valores de acordo com as características dos Stakeholders.

Os pesos (valores) para cada recurso são de 1 a 5, os quais foram atribuídos aos Stakeholders de acordo com a escala crescente: 1 – muito baixo, 2 – regular, 3 – médio, 4 – alto e 5 – muito alto (GIL, 2007);

Considerou-se para análise da Matriz do Grau de Poder dos Stakeholders os pressupostos de Mitchell, Agle& Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999), tendo como base os Meios Coercitivos, Meios Utilitários e Meios Simbólicos, com as suas características e seus respectivos escores (atributos ou pesos), conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Descrição dos Meios na determinação do Grau de Poder

MEIOS	DESCRIÇÃO	VALOR DOS PESOS (Recursos de Poderes)
--------------	------------------	--

Meios Coercitivos	A capacidade do Stakeholder de gerar ou agir com violência, agressividade, intolerância, arrogância, imposição, falta de diálogo, incapacidade de ouvir, postura conturbada ou gesticulada para constranger, inibir, interromper, ignorar, humilhar, desrespeitar ou reter; A capacidade do Stakeholder de gerar destruição física, ameaças, brigas verbais e físicas;	1 a 5
Meios Utilitários	<p>Poder de barganha por meio de matéria-prima, equipamentos e instalações, de disponibilidade de crédito e valorização de ativos;</p> <p>Poder em termos de localização, deslocamento, distribuição, fluxo de produtos, matérias primas e insumos;</p> <p>Poder em termos de utilização de recursos de conhecimento, marcas, patentes, apoios institucionais, organizacionais, profissionais, pessoais, consultorias, assistências, logísticos, tecnológicos, intelectuais e etc.</p>	1 a 5
Meios Simbólicos	Estima, prestígio e carisma; Liderança, competência de coordenar, de articular, conduzir manipular, mandar e organizar.	1 a 5

Fonte: Adaptado Segundo Mitchell, Agle & Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999);. Tipos de características necessárias para avaliar e identificar os Stakeholders participantes.

O Grau de Poder de cada Stakeholder identificado foi calculado a partir de uma média dos escores atribuídos aos meios de recursos de cada Stakeholder:

$$GP_s = (\sum R_p / 3) - \text{onde,}$$

GP_s= Grau de poder do Stakeholder

R_p= escores dos Recursos de poderes (meios utilitários, meios coercitivos e meios simbólicos).

A.1.2 – Aferição Grau de Legitimidade dos Stakeholders

Outra matriz para medir o Grau de Dominância de Interesses dos Stakeholders foi a partir da avaliação do Grau de Legitimidade, a qual permite aferir a Desejabilidade e propriedade das ações de cada entrevistado (Stakeholder) identificando-os em três perspectivas, para a organização, para as pessoas e para a sociedade.

Para a determinação do Grau de Legitimidade dos Stakeholders durante a realização dos trabalhos técnicos e audiências públicas, considerou-se os seus Graus de Desejabilidade para as organizações (grupos, instituições, empresas, ONGs, Sindicatos etc.), para a sociedade e as pessoais, e atribuiu-se valores de 1 a 5. Entende-se por Desejabilidade as ações que suprem as necessidades desses Stakeholders de acordo com a expressão abaixo:

$$GL_T = \frac{\sum (GD_O) + (GD_S) + (GD_P)}{3}$$

GL_T= Grau de Legitimidade
GD_O= Grau de desejabilidade para Organizações
GD_S= Grau de desejabilidade para a sociedade
GD_P= Grau de desejabilidade pessoal

O Grau de Legitimidade Total dos Stakeholders foi calculado pela média entre os níveis de desejabilidades atribuídas aos atores frente à organização, à sociedade e os pessoais.

Da mesma forma foram os mesmos pesos (valores) adotados para a Matriz de Poder, ou seja, de 0 a 5 em escala crescente e de acordo com as características dos dados coletados, sendo assim atribuídos: 1 – muito baixa, 2 – regular, 3 – média, 4 – alta e 5 – muito alta;

A.1.3 – Aferição Grau de Urgência dos Stakeholders

Avaliaram-se ainda o Grau de Urgência para medir o Grau de Dominância de Interesses e conseqüentemente tipificar os Stakeholders. Utilizou-se como modelo a Matriz do Grau de Urgência.

A avaliação de externalização por atenção imediata de cada Stakeholder identificado relativamente a suas expectativas e demandas, atribuindo-se, da mesma forma, valores de 1 a 5 para o Grau de Urgência dos Stakeholders,

sendo: 1 – muito baixa, 2 – regular, 3 – média, 4 – alta e 5 – muito alta; Como critério de avaliação adotou-se para atribuição de escores considerando todas as formas de sensibilidade, e a criticidade. Para a sensibilidade temporal, avaliou-se a total aceitação do atraso ou não, ou seja, a questão emergencial para quantificá-los. Para a Criticalidade, assinalaram-se fatores não críticos ou de omissão ou de aceitação que não implicam em perdas e os altamente críticos que implicam em perdas, com nítidos e claros manifestação e posicionamento.

O Grau de Urgência Total dos Stakeholders foi calculado pela média entre os níveis de sensibilidade temporal e Criticalidade percebidos. Um ator terá tanto mais o atributo da urgência, quanto mais críticas e sensíveis temporalmente forem suas demandas.

$$GU_T = (S_T + C) / 2$$

GU_T= Grau de Urgência Total
S_T= Sensibilidade Temporal
C= Criticalidade

A classificação de cada Stakeholder se dá em função dos escores obtidos segundo as três dimensões estudadas e aferidas nas matrizes dos Graus de Poder, Legitimidade e Urgência e sua comparação em relação à **constante de criticidade – k**.

A.1.4 – Determinação da Tipologia de Stakeholders

Como foi anteriormente dito, para a determinação dos tipos de Stakeholders utilizou-se as Matrizes dos Graus de Poder, Legitimidade e Urgência, tendo como referência os valores ou escores superiores à **constante de criticidade – K**, sendo aqui adotado o valor de corte em $k=5$ de forma a estabelecer comparações nas três dimensões de análise (GP, GL, e GU). Adotou-se a constante como ponto de corte para o enquadramento das Tipologias dos Stakeholders, e foi definida de forma arbitrária, com base no que se entende por ser relevante ou não aos Stakeholders, estando de acordo com as orientações e pressupostos metodológicos, segundo Mitchell, Agle & Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999), sendo aqui adaptados.

A partir deste valor de $K=5$ enquadrou-se os Stakeholders de acordo com o Quadro 9 em função da média dos valores de seus Graus de

Dominância de Interesses, considerados os que tem K maior nos três valores das Matrizes e que denominamos como Stakeholders Definitivos (Quadro 5) e assim por diante. Há os que apresentaram maior Grau de Dominância de Interesses e estes conseqüentemente, de acordo com suas características possuem mais ou menos ‘poder’ na tomada de decisão.

Quadro 5– Combinações de escores da Constante de Criticidade K e Tipologias para determinação de Stakeholders

Constantes de Criticidade	Tipologia	Características
$GP \geq k; GU < k; GL < k$	Discricionário	Discreto, sensato, modesto, pacato, reservado, tímido.
$GP < k; GU \geq k; GL < k$	Exigente	Difícil de contentar, necessidades urgentes, pedidos imperiosos, reclamante, desejoso,
$GP < k; GU < k; GL \geq k$	Adormecido	Enfadonho, monótono, insensível, entorpecido, descuidado, desinteressado,
$GP \geq k; GU \geq k; GL < k$	Perigoso	Gênio turbulento, intempestivo, perturbado, estouvado.
$GP \geq k; GU < k; GL \geq k$	Dominante	Predominante, vigoroso, sobressaído, distinguido,
$GP < k; GU \geq k; GL \geq k$	Dependente	Subordinado, controlado, mandado, alienado,
$GP \geq k; GU \geq k; GL \geq k$	Definitivo	Decisivo, irrevogável, que põe termo, final, último, que substitui de vez,
$GP < k; GU < k; GL < k$	Irrelevante	Sem importância significativa, sem intervenções, apático.

Segundo: Mitchell, Agle & Wood (1997); Martins & Fontes Filho (1999); modificado e adaptado

B. Pesquisa Documental

Utilizou-se também de pesquisa documental a partir de documentos oficiais (Leis, Decretos e Decretos-leis, Planos e Programas Governamentais

etc. e não oficiais (Sites, revistas, jornais etc.) para entendimento das políticas públicas no contexto do ZSEE/MT.

Saint-Georges (1997); Cintra (2000); Eco (2002; 2005); Lakatos (2005); GLATTHORN; JOYNER (2005) considera que “a pesquisa documental” apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não, e, a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação.

Enfim, a possibilidade de a partir de dados passados, perspectivar o futuro e a partir deste compreender os seus antecedentes, numa espécie de *reconstrução* (COHEN & MANION, 1990; DEMO, 2001; LAKATOS 2005).

Bogdan & Biklen (1994; 2007); ARY et al, (2006) enaltecem os *dados oficiais* como sendo uma importante fonte de pesquisa documental e de extrema relevância para quem realiza pesquisa com abordagens qualitativas, pois através deles podemos entender como se relacionam historicamente as ações e políticas públicas governamentais em um espaço e contexto histórico, social e ambiental. Citamos como exemplos os memorandos, portarias, decretos-leis, decretos, leis etc.

Bogdan & Biklen (1994; 2007) ainda lembra a importância dos dados oficiais para a pesquisa qualitativa, veja a seguir:

“(...) os investigadores qualitativos os vêem (dados oficiais) como favoráveis”... (...) os investigadores qualitativos não estão interessados na “verdade” como é convencionalmente concebida. Eles estão procura do “verdadeiro retrato” da realidade (...) (BOGDAN & BIKLEN, 1994: 2007).

Com base em dados oficiais foi feita a verificação das principais ações das políticas públicas na área de estudo e suas políticas para a região em questão.

Visando a melhor compreensão e apresentação dos dados coletados, foram elaborados tabelas e quadros comparativos dos referidos dados. Promoveram-se discussões reflexivas sobre a temática sócio-ambiental e política através de bibliografia especializada, por meio da análise crítica e pelo posicionamento sobre o assunto.

C. Network Analysis ou Análise de Redes sociais – ARS

Adotou-se também, neste trabalho, a técnica de Análise de Redes Sociais (ARS), que permite a identificação dos canais de comunicação de uma população por meio de suas relações. No estudo da ARS, o foco principal são as relações entre os atores ou Stakeholders de uma determinada categoria, entre si e com as outras, ou seja, as relações entre estes Stakeholders se tornam prioridade, as propriedades individuais são secundárias e os dados relacionais são o núcleo das investigações (HAYTHORNTHWAITE, 1996; OTTE; ROUSSEAU, 2002).

Os conceitos fundamentais aqui adotados em ARS são: atores ou Stakeholders, Categorias, atributos, ligação relacional, relação e estratégias, conflitos e alianças. Um Stakeholder é a representação de um membro da rede. Os atributos de um ator são suas características próprias, e a ligação relacional, também chamada de laço relacional, é o vínculo existente em uma relação entre dois atores ou mais atores (HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

A população estudada nesta pesquisa consiste de 65 participantes dos Grupos de Trabalhos e das Audiências Públicas nas regiões de Planejamento II, VII e IX, dos Pólos de Diamantino, Tangará e Alta Floresta.

A coleta de dados para esta pesquisa foi feita por meio de Entrevistas Semi-estruturadas, utilizando da Técnica de Snowball, elaboradas e aplicadas aos Stakeholders ou atores.

Segundo Finn (1996); Rowley (1997), a amostragem em bola de neve (do inglês: *snowballsampling*) é uma técnica realista e adaptativa, na qual os Stakeholders que irão fazer parte da pesquisa são indicados diretamente pelos próprios pesquisados. De acordo com tal técnica, pergunta-se a um pré-determinado grupo de atores com quem ele tem laços, resposta que serve como indicação do próximo grupo de atores na rede a ser pesquisada. A pesquisa prossegue até que não sejam indicados novos atores (FINN, 1996; ROWLEY, 1997).

Para o mapeamento da rede social, foi utilizado o software *UCINET*, que configura e identifica os padrões de relacionamentos da rede, bem como possibilita a visualização da posição/papel dos atores (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002; 2003).

Uma rede social consiste de “um ou mais conjuntos finitos de atores e todas as relações definidas entre eles” (MATHEUS; SILVA, 2006). Uma rede também pode ser conceituada de uma forma simples como “um conjunto de pontos interligados [...], um agrupamento de pontos ou ‘nós’ que se ligam a outros pontos por meio de linhas”. (COSTA; MARTINHO; FECURI, 2003). Assim foi possível determinar a Densidade, o Grau de Centralidade, a Centralização e a Intermediação de todos os Entrevistados.

D – Avaliação Ecosistêmica do Milênio – AEM

Para análise e interpretação dos dados utilizou-se como referência a AEM (2003), preocupando-se em contextualizar o bem-estar humano, serviços ambientais e fatores de mudanças diretos e indiretos, para a identificação das funções ambientais.

VI – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segue abaixo o que se obteve como resultados desta pesquisa os quais foram dispostos em Capítulos.

CAPÍTULO I: A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL PARA O ESTADO DE MATO GROSSO – ZSEE/MT

I.1 – A Sustentabilidade Socioambiental no contexto do ZSEE/MT

Pelo fato de sustentar anseios e demandas, o conceito biológico de sustentabilidade tem sido contextualizado em sistemas humanos, por analogia, por meio de outras ciências. Esse conceito foi confundido inicialmente com as definições de capacidade de suporte e de resiliência dos ecossistemas, sendo mais tarde distinguido. As populações biológicas tendem a crescer, indefinidamente, em números, porém cada população tende a atingir limites

máximos ligados a condições ou recursos. A transposição do conceito de sustentabilidade da biologia para os sistemas humanos se deu, dentre outros, pela preocupação mundial com os efeitos negativos da exploração econômica do meio ambiente, acelerada com a Revolução Industrial (BROWN, 1988; KATES, 2005).

No século XX, houve um aumento na demanda de matéria-prima natural e de energia por parte dos estados brasileiros (Figura 5), em especial Mato Grosso (Figura 6 e 7) e nos países industrializados (Figura 8) e a explosão populacional nos países em desenvolvimento (BIWAS e BIWAS, 1984).

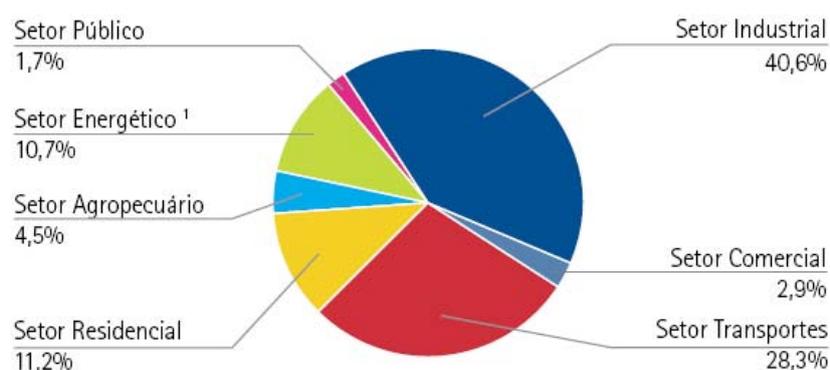


Figura 5 – Balanço Energético Nacional por Setor Econômico
Fonte: MME (2008); EPE(2008)

Isso motivou os debates e estudos acadêmicos a tratar sobre os danos ao ambiente físico e biológico em prejuízo das questões socioeconômicas relacionadas com os problemas ambientais. Em consonância com a preocupação com as sociedades industriais e a capacidade de suporte do planeta, a sustentabilidade é a consequência de um complexo padrão de organização.

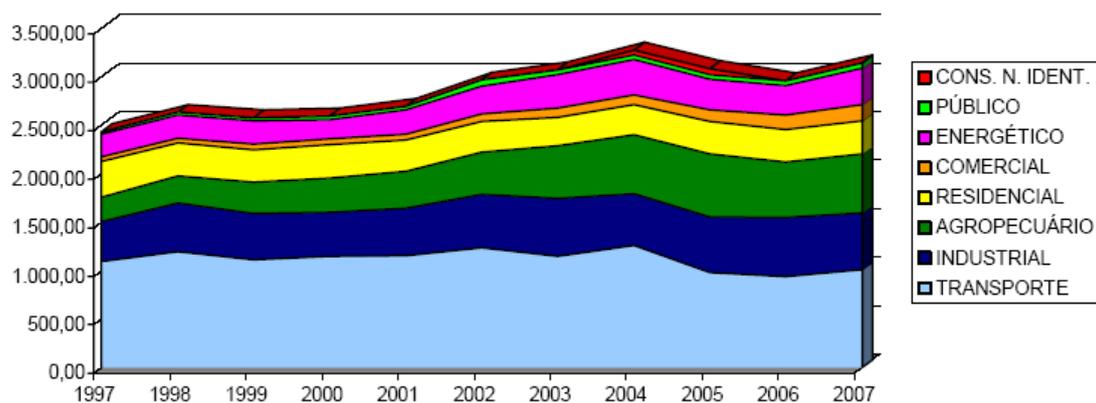


Figura 6 – Estrutura do Consumo Energético em Mato Grosso por Setor
Fonte: SICME/MT (2007)

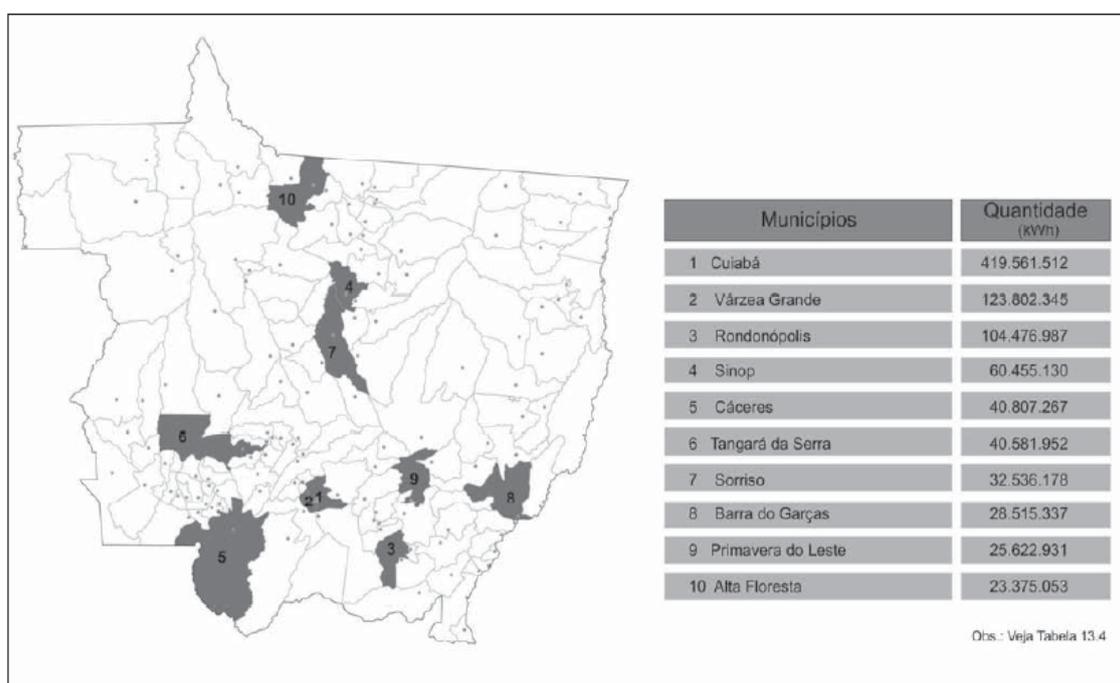


Figura 7 – Municípios com Maior Consumo de Energia no Estado de Mato Grosso
Fonte: Anuário estatístico – SEPLAN (2008)

Caso as características encontradas em ecossistemas forem “aplicadas” às sociedades humanas, estas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade. Nesse ponto de vista, o termo sustentável é uma função complexa que combina e organiza, de maneira particular, as características dos ecossistemas (CAPRA, 1997; 1998; KATES et al., 2001).

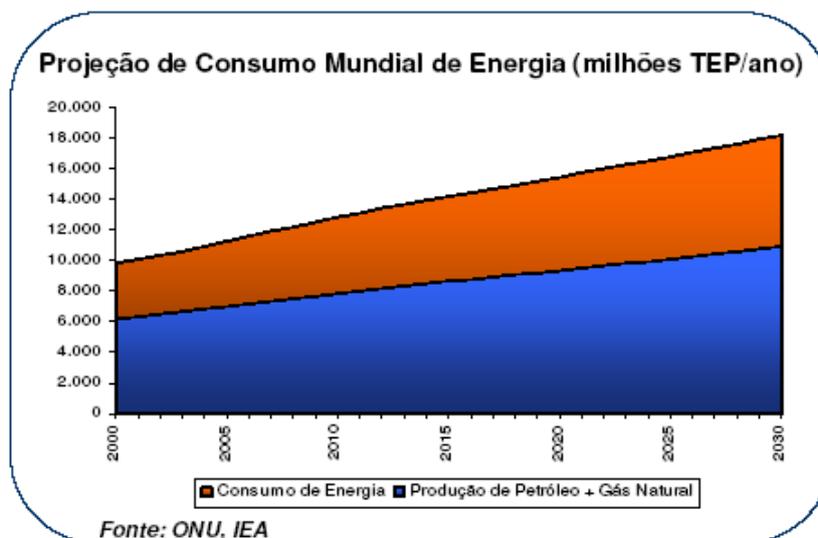


Figura 8 – Projeção de consumo Mundial de Energia
Fonte: ONU, IEA (2009)

Nesse entendimento e problemática internacional, nacional e regional refletimos sobre o termo sustentabilidade, o qual ganhou destaque mundial em meados da década de 1980, quando as preocupações com o meio ambiente se agravaram, principalmente após o acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia.

A comoção internacional causada por esse acidente reforçou as discussões sobre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, expresso pela Organização das Nações Unidas na Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente, em 1972. Nessa época, foi cunhada pela primeira vez a palavra Ecodesenvolvimento e os princípios para a sustentabilidade foram evidenciados mundialmente.

Mais tarde, Sachs (1993; 2004) definiu os princípios da Sustentabilidade e introduziu um importante dimensionamento da sua complexidade. Assim, o termo sustentabilidade passou a ser empregado com freqüência e assumiu as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Ele foi usado para indicar uma nova forma de desenvolvimento.

Segundo Jacob (2003) a sustentabilidade:

“ é um tema que desperta amplo interesse nos dias atuais e têm sido muito usado em políticos, livros, revistas, instituições governamentais e não-governamentais e empresas privadas. Dentre a gama de autores que debatem a sustentabilidade, destaca-se a abordagem de Sachs (2002), que considera, além

da sustentabilidade ambiental, outras dimensões. Ele propõe oito dimensões da sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. Portanto, entende-se por sustentabilidade a manutenção de um sistema ao longo do tempo, sendo que essa durabilidade depende da adaptabilidade, da diversidade, da resiliência, da equidade do sistema e da interação entre suas diferentes dimensões” (JACOB, 2003).

Ainda segundo Jacob (2003) o tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”. Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. E também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar na reorganização do poder e da autoridade.

Salienta-se que se entende a adaptabilidade como a capacidade do sistema de encontrar novos níveis de equilíbrio; a diversidade como a possibilidade da manutenção, em níveis favoráveis, dos benefícios proporcionados pelo sistema, ao longo do tempo e a resiliência como a capacidade do sistema de retornar ao estado de equilíbrio ou manter o potencial produtivo depois de sofrer perturbações graves. Essa resiliência opera dentro de certos limites. Se a magnitude de uma perturbação excede esses limites, o sistema não é capaz de retornar à condição inicial (NOLASCO, 1999; ADGER, 2000; CAEIRO, 2010). Salienta-se que os limites da resiliência são diferentes para os distintos sistemas ecológicos e ou humanos (PETERSON et al., 1998; ADGER, 2000).

Também se tem a compreensão de que equidade é a capacidade do sistema de distribuir, de forma justa, os benefícios, os produtos, os serviços ambientais gerados, garantindo padrões mínimos de bem estar humano (NOLASCO, 1999; MARKUSEN, 2005). A equidade apresenta ainda, dupla dimensão: intrageracional e intergeracional. A primeira está relacionada com a disponibilidade de um sistema mais seguro para a sociedade. A segunda pode ser definida como a satisfação das necessidades presentes, sem

comprometimento da capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades (AEM, 2003; MARKUSEN, 2005).

Existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos das políticas públicas e educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (CLARCK, 2007; AYRES, 2008; BECKER, 2009).

Na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, a Rio-92, foi evidenciada a idéia de aferir a sustentabilidade com indicadores. A proposta era definir padrões sustentáveis de desenvolvimento que considerassem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. Para isso, tornou-se necessário definir indicadores capazes de medir, monitorar e avaliar a sustentabilidade. Apesar da existência de várias propostas metodológicas nesse sentido, inclusive no Brasil, entende-se que os debates e exercícios para a aferição da sustentabilidade ainda estão começando, pois até aqui é inexistente um consenso acadêmico sobre uma proposta que avalie o que é sustentável, no tempo, no espaço e em uma escala geográfica.

Elias(1971); Leff (2001) e Nascimento & Fernandes (2008) falam sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas socioambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Quem se coloca como pretensão investigar a situação socioambiental a partir da investigação da formulação, implementação e gerenciamento de políticas públicas no mundo, em particular no Brasil e no Estado de Mato Grosso percebe um paradoxo e um contexto absolutamente determinante na vida política deste final de século. Identificamos um momento de perplexidade: De um lado nos deparamos, ao mesmo tempo com demandas sociais de uma

nova natureza, novas necessidades, novos valores que emergem em decorrência da crise socioambiental e de outro com a disseminação de situações de incerteza que impulsionam e exigem do Estado, ou seja, de nosso aparato político-administrativo, ações e intervenções para a vida pública, colocando em *xequê* e à vista a notória perda histórica de capacidade do Estado de manter os sentidos principais de regulação e controle da dinâmica social e ambiental e de propiciar eficiente e efetivamente políticas públicas que vão ao encontro dessas novas demandas.

Assim, entende-se que a sustentabilidade e as políticas públicas no Brasil vivenciam um novo cenário e elas têm como referência novos esforços e muitas experiências, as quais têm sido levadas à frente no importante processo de internalização e institucionalização da questão ambiental pelas políticas públicas. Neste contexto, nesta tese, entendemos que categorias como globalização e mundialização tornam-se cada vez mais importantes para entender a qualidade da dinâmica político-decisória neste país e neste estado, onde se encontram inexoravelmente atreladas aos novos paradigmas ecossistêmicos de aferir as condições de bem estar humano.

Há uma busca de sustentabilidade por meio da concepção de alternativas políticas públicas, que intensifiquem e considerem a importância da participação local para se transformarem em uma meta com crescente legitimidade, reiterando e diminuindo as disparidades e fragmentações econômicas e socioambientais (OECD, 2001; SCHOLZ F, 2005).

No debate em torno da questão das políticas públicas estatais e da situação socioambiental (LESTER, 1989; PAEHLKE,1989; MILBRATH,1989; ORR,1992; VIG & KRAFT,1998; CAHN,1995, FERREIRA, 2000, RODRIGUES et al. 2002;2003) demonstram a importância da atuação de vários “atores sociais” no processo de formulação, implementação e execução de políticas socioambientais na tentativa de buscar de soluções, formas inovadoras, planejadas e diferentes de gestão dos Recursos Naturais (Serviços Ambientais), minimizando e promovendo um maior bem estar humano.

Desta forma, gestões municipais, estaduais e federais que iniciaram suas atividades após a promulgação da Constituição de 1988, deveriam facilitar a atuação destes diferentes atores, dado que uma das premissas fundamentais

da Constituição brasileira é a institucionalização do processo participativo. Entretanto, deve-se salientar que este debate é controverso, dado o objeto específico de análise, qual seja a política ambiental. Por causa da complexidade da temática, parece que somente a possibilidade de ação de diferentes atores sociais não solucionaria a questão (OLPHUS, 1977; CAHN, 1995; ACSELRAD & PADUA, 2004; CORBURN, 2005; PORTO, 2007;).

Na última década, a dinâmica da ordem mundial tem sido profundamente marcada, do ponto de vista ecológico, pela emergência ou a intensificação dos problemas socioambientais globais e locais.

O ZSEE/MT torna-se necessário, tendo em vista a grande extensão do território mato-grossense, e as inúmeras *Pressões diretas e indiretas ou Fatores Diretos e Indiretos de Mudanças* que este vem sofrendo em seus recursos naturais (Serviços Ambientais), devido às atividades humanas. Vem como uma *Resposta* de regulamentação, como um instrumento disciplinador e coercitivo para minimizar esses impactos.

Assim, esta análise do modelo de gestão do estado de Mato Grosso proposto através do instrumento que é o ZSEE/MT através da política pública, até então prevalecente, mostra ter inegável valor como fonte indireta de mudança. Toda reflexão em avaliar qual a nova configuração de poder capaz de, com sucesso, concretizar a tarefa de institucionalizar políticas socioambientais, passa a ter peso mais significativo nos rumos a serem tomados pela sociedade estadual. Empresários, movimentos sociais, sociedades científicas, sindicatos etc., politizam e tornam públicos, através dos grupos de trabalho e das audiências públicas as questões antes vistas seja como próprias dos âmbitos privados, seja como próprias única e exclusivamente do aparato político-administrativo oficial. Neste sentido, agora, externa-se a “vontade” dos Stakeholders, as necessidades relacionadas com os serviços ambientais disponíveis, seu uso e as funções ambientais mais claras e declaradas, podendo ser identificadas como modelos de gestão, uso e ocupação com ou sem tendências sustentáveis.

I.2 - O Zoneamento sócio, econômico e ecológico do estado de Mato Grosso

A definição legal do zoneamento ambiental na legislação brasileira encontra-se no art. 2º do Decreto 4297 de 10 de julho de 2002 que o descreve como sendo

“instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas” estabelecendo “medidas e padrões de proteção ambiental” com vistas à “assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população”. Isso implica que o zoneamento ambiental é fruto de um planejamento que deve sempre ser pensado a partir de estudo prévio e minucioso, feito por equipe técnica e habilitada, das características ambientais e sócio, econômicas e ecológicas da região a ser zoneada (DECRETO 4297 de 10 de julho de 2002).

Contextualizadamente, a regulamentação desse instrumento no âmbito federal se deu pelo Decreto 4297 de 10 de julho de 2002 que estabelece os critérios para o zoneamento ecológico-econômico – ZEE do Brasil, ou seja, um zoneamento de abrangência nacional. É importante ressaltar que ambas as expressões, ou seja, zoneamento ambiental e zoneamento sócio, ecológico e econômico devem ser entendidas como sinônimas, mesmo que possam existir acepções distintas em relação ao próprio ZSEE, tanto com indicações de condutas, instrumentos de planejamento territorial, ou ainda quanto à própria política de ordenamento territorial (Decreto 4297 de 10 de julho de 2002)

Desta forma, ao distribuir espacialmente as atividades econômicas, o zoneamento ambiental levará em conta a importância ecológica, as potencialidades, limitações e fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território podendo, até mesmo, determinar, sendo o caso, que atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais sejam relocadas. O zoneamento ambiental, ao impor tais restrições, configuram o direito de propriedade e o direito de seu uso, conformando-os com a função social da propriedade prevista na Constituição Federal em seu Art. 5º XXIII (CF, 1988).

No caso específico de Mato Grosso e do ZSEE/MT aqui em estudo, foram instituídos diferentes tipos de zonas nas quais o “Poder Público

estabelece” (propõe) regimes especiais de uso, gozo e fruição da propriedade na busca da melhoria e recuperação da qualidade ambiental e do bem-estar da população. Suas normas, que deverão obrigatoriamente respeitar o disposto em legislação ambiental, vinculam todas as atividades exercidas na região de sua incidência, o que implica na inadmissibilidade de ali serem exercidas atividades contrárias a elas.

No caso específico das políticas de gestão do uso e planejamento do território de Mato Grosso, neste estudo, O ZSEE/MT trouxe à tona conflitos de interesses e demandas econômicos, sociais, culturais, étnicos e ambientais, cabendo, aos governos, cada um em sua esfera, agirem como mediadores, interlocutores e negociadores.

O surgimento desses novos conflitos acarretou no surgimento de novos atores no cenário político-social-ambiental-econômico sendo que, com esta nova reorientação, tornaram-se mais importantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos.

As novas categorias elencadas dentro dos exemplos nacionais e regionais na condução da Nação para o desenvolvimento pressupõem historicamente um sistema político-administrativo pouco democrático em sua gênese, pois carecem de uma flexibilização da hierarquia formal tradicional. Na atualidade, as antigas instituições, burocráticas e extremamente poderosas, necessitam abrir espaço para uma maior descentralização, a qual se demonstra estratégica para a evolução das democracias.

Para Ribeiro (2003); Ribeiro et al. (2007) no caso específico das políticas voltadas para a área socioambiental, o que se presencia, nos dias atuais, é o fortalecimento de regimes colaborativos nas políticas públicas. Mas, para se atingir esta colaboração é preciso criar mecanismos que preparem a sociedade para um modelo de auto-governabilidade. A participação da sociedade na gestão e planejamento socioambiental é condição “*si ne qua non*” para se alcançar a equidade.

Nesse escopo, o Zoneamento Sócio, Econômico e ecológico de Mato Grosso, no âmbito regional e local, passa a ser uma ferramenta de extrema importância para a avaliação e planejamento do futuro, em virtude de estar legitimando um modelo de desenvolvimento a ser adotado, as áreas prioritárias

para uso, a recuperação, a conservação e a preservação. Como um instrumento público de marco regulatório, coercitivo e normativo, denota o seu caráter jurídico de controle socioambiental.

I.2.1 – Apresentação dos objetivos do ZSEE/MT

No estado de Mato Grosso, o Poder Público instituído, resgata a elaboração do Zoneamento Ambiental de Mato Grosso, hoje denominado de Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico de Mato Grosso (Figura 9).



Figura 9 – Logomarca do ZSEE/MT
Fonte: AL; SEPLAN (2008)

Este ZSEE/MT está em elaboração há 18 anos, tendo passado por muitas discussões e ratificações. A sua primeira versão teve início em 1989, com nome de Zoneamento Agroecológico a partir de dados do projeto RADAM Brasil, em escala de um para dois milhões, considerando apenas aspectos do meio físico (abiótico). Já em 2002, com o PRODEAGRO, foi produzido o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico, que foi transformado em lei (SEPLAN, 2008).

Atualmente o ZSEE-MT, foi executado e elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Mato Grosso, que contratou uma equipe de consultores para realizar um levantamento com nível

suficiente de detalhes, devendo ser incluído nas políticas públicas para que suas diretrizes sejam respeitadas.

O projeto ainda está sendo discutido na Assembléia Legislativa, após a realização de seminários com audiências públicas em locais denominados de pólos de Mato Grosso. A discussão contou com a participação da representação dos diversos segmentos da sociedade, se posicionando, fazendo propostas técnicas e dando sugestões. O processo é conduzido atualmente pela Assembléia Legislativa. (FORMAD, 2009; SEPLAN, 2009).

I.2.2 – Os pressupostos metodológicos do ZSEE/MT: Definição, Escala, Elaboração/Organização/Apresentação e Aprovação

I.2.2.a –Definições de ZSEE para o estado de Mato Grosso: uma abordagem crítica

É de extrema relevância discutir as concepções de Zoneamento Ambiental que são “entendidas” pelos proponentes, neste caso, o Poder executivo, em trâmite na AL – Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso. Segundo AL (2008); SEPLAN (2008) o ZSEE/MT:

“Compreende um instrumento técnico e político direcionado ao ordenamento do espaço geográfico do Estado e ao disciplinamento do uso de seus recursos naturais, indicando diretrizes de fomento, controle, recuperação e manejo desses recursos naturais, estabelecendo diferentes categorias de intervenção no ambiente estadual”.
(AL, 2008; SEPLAN,2008).

“O Zoneamento compreende um instrumento técnico-político de grande importância para o Planejamento Estratégico, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de unidades territoriais, tendo como base um diagnóstico integrado dessas unidades, contendo informações suficientes para definir diretrizes adequadas de uso e ocupação (AL, 2008; SEPLAN,2008).

Já o PL – Projeto de Lei número 273 de 2008 que define em seu Artigo5, § I, da seguinte forma:

I - Zoneamento Socioeconômico Ecológico - ZSEE: instrumento de organização do território, que estabelece medidas e padrões de disciplinamento de uso dos recursos naturais, em especial, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável, por meio da melhoria da eficiência econômica e das condições de vida da população (PL 273/2008)

Resumidamente e pouco diferente, os três conceitos tomam o sentido definido pelas “palavras-chave” que se repetem: o ordenamento, a organização, o disciplinamento, do/o uso e a ocupação territorial, dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. O que está implícito nisso?

Ao longo da história da humanidade, a ciência e a sociedade destacam e elegem determinados temas como foco preferencial de intervenções, ações, reflexões e debates. Transformados em questões dadas a freqüência e a intensidade com que são tratados, esses assuntos adquirem prestígio, *status* e vontade e necessidade cultural da localidade, no que resulta uma prática discursiva bem definida, forjada no uso de termos fundamentais que produzem imediata empatia e identificação universal dos protagonistas. Expressimos ironicamente a riqueza terminológica associada a cada tempo, a cada lugar, a cada momento histórico-cultural-político e a cada temática. Nas expressões há, associado às políticas públicas nacionais, um discurso de forte apelo cultural e que é aquele associado ao tópico socioambiental.

Pautada no uso de termos como elemento de aceitação e identificação cultural na sociedade, a possibilidade de superação da dicotomia entre físico e humano vem sendo objeto de aceitação. Nestes termos, para além de uma simples questão da atualidade, a temática socioambiental pareceria estar sendo capaz de fomentar a fusão e entendimento da ruptura sociedade/natureza em termos teóricos e, ainda, práticos. Aqui, tematiza-se a questão a partir da consideração de aspectos na perspectiva de analisar as implicações do uso dessas abordagens no processo de busca de construção de uma identidade social para o ZSEE/MT.

Segundo Harper (2008) O termo “Zoneamento” é uma palavra muito antiga, que foi utilizada pela primeira vez por volta de 1390 d. C. e é originada etimologicamente do *s.m. do Latim que designa “cinturão geográfico” e do*

grego se obtém a tradução de algo semelhante a um “cinto”, uma “faixa” ou “região discreta”.

Gallagher & Andrews (2004); Haesbaert (2005) enfatizam que há no Zoneamento uma estratégia de relação de poder bem clara, onde os cenários se formam em função dos processos antrópicos de externalização de interesses por uma des-regionalização contínua, ou seja, um ato de regionalizar, mas com uma constante e permanente mudança dessas regiões que vem a ser indissociável na construção, na destruição e na reconstrução de territórios. Percebe-se uma constante disputa de cada um por sua “zona”, “região” ou “território”. Estes termos não podem se dissociar e têm que andar sempre juntos.

Quando se faz referência à concepção de “Ordenar, organizar, disciplinar” positiva-se a premissa de que está desordenado ou desorganizado ou indisciplinado, diferente do que se quer ou intenciona “conduzir” ou “impor”. Mas porque está desta forma? Quem são os responsáveis pela problemática e pelas soluções? Quem deve gerir? Como tem que ser redimensionado? Como em um “quebra cabeças”, aparecem cenários de conflitos devido às demandas das partes de um todo.

Estas respostas não podem ser dadas com total fidedignidade, pelo menos em um futuro próximo, mas isso não impede de buscarem-se, na sociedade de cada “lugar”, estratégias e alianças na expectativa de desenvolvimento e a disposição de quanto cada comunidade se propõe “a pagar” no que se refere ao uso dos recursos naturais a sua volta. Mas para isto, antes de qualquer conclusão, é preciso ter em cada cidadão um aliado na tomada de decisões, tanto no que diz respeito a possíveis utilizações dos recursos que estão a sua volta como na busca de alternativas para os problemas ambientais que a sua localidade já está enfrentando. É preciso ainda, considerar que as estratégias de desenvolvimento regional deverão levar em conta, tanto a geração atual, como as futuras (ROCHA, 2008). Esta se entende ser a maior relevância da discussão em pauta, o ZSEE/MT. Este irá ditar os rumos, modelos, concepções, percepções, estratégias, planos, investimentos, e tudo mais em torno do prolapado “em prol do bem comum”.

I.2.2.b – A construção histórica do ZSEE/MT

O Brasil, em especial o Centro-oeste e a Amazônia, a partir da década de 1960, em pleno regime militar, tem sido objeto de interesses nacionais e internacionais. Muitas preocupações têm sido sempre no sentido de promover o ‘desenvolvimento regional’, especificamente do estado de Mato Grosso, o que se deu por diversas ações e programas que se iniciaram com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-oeste - SUDECO, vinculada ao Ministério do Interior, no Governo de A. Costa e Silva, através da Lei Federal Nº 5.365, de 1 de dezembro de 1967.

A referida Lei tinha como principais orientações:

Artigo 2º - Compete à SUDECO elaborar, em entendimentos com os Ministérios e órgãos federais atuantes na área e, tendo em vista as diretrizes gerais do planejamento governamental, os Planos Diretores do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, que observarão a seguinte orientação:

- a) realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a curto e a longo prazo;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;
- e) fixação de populações regionais especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;
- f) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- g) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- h) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;

- i) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra e treinamento de pessoal especializado necessário ao desenvolvimento da Região;
- j) aplicação coordenada dos recursos, federais da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas;
- l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;
- m) coordenação de programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades da Administração Federal, na parte referente a normas e princípios do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (LEI FEDERAL Nº 5.365, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1967)

Já na década de 1970, o Decreto-Lei nº 1.106, de 16/06/70 adotou novos processos de planejamento regional, cujas ações encontram-se compreendidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND I (1972-1974) e PND II (1975/79). Inicialmente, tais ações marcaram-se pelo esforço de se elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste - PLADESCO. Ademais, destacam-se os trabalhos de concepção e gerenciamento na implantação de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, como o Programa de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN, Programa de Pólos agropecuários e Minerais da Amazônia – POLOAMAZÔNIA (Decreto nº 74.607/74) e Programa de Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO (Decreto nº 75.320/75). Tais programas integraram esforços semelhantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e constituíram a tônica da política de desenvolvimento regional executada no Brasil.

No final da década de 1970 e década de 1980, deu-se início a um novo contexto regional, caracterizado pela necessidade de dar ênfase ao planejamento regional integrado de áreas que tinham alto potencial produtivo, tendo em vista os incentivos dos Programas Governamentais que proporcionaram o aumento da fronteira agrícola.

Sobre a questão, Mesquita (1989) ressalta que:

“Ao longo dessa evolução da agricultura regional, assumiu especial destaque a expansão das áreas de pastos plantados e em lavouras temporárias, cujo ritmo foi tão intenso a ponto de o aumento absoluto das superfícies, com esses usos da terra, terem constituído respectivamente, 30,9% e 50,5% do crescimento ocorrido em escala nacional. Outra medida da magnitude da difusão dos pastos formados e dos cultivos temporários é representada pelo fato de o crescimento das áreas ocupadas, com esses dois usos produtivos do solo, ter correspondido a 61,4% da superfície incorporada aos estabelecimentos rurais, na década de 70, no Centro-Oeste” (MESQUITA, 1989).

Segundo Cunha (2006), os Programas e Projetos para a Amazônia Legal provocaram uma migração intensa para estas áreas, promovendo o aumento da população total, taxa de crescimento e grau de urbanização, veja Tabela 1.

Tabela 1 – População Total, Taxa de Crescimento e Grau de Urbanização na região Centro-oeste 1970-2000.

Estados	População				Taxa de crescimento (% a.a.)			Grau de urbanização (%)			
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/2000	1970	1980	1991	2000
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.598.415	2.043.169	8,15	2,82	2,77	96	96,8	94,7	95,7
Goiás	2.414.325	3.125.354	4.012.562	4.994.897	2,61	2,3	2,46	45,9	67,5	80,8	87,9
Mato Grosso	598.879	1.134.230	2.022.524	2.498.150	6,59	5,4	2,37	38,8	57,7	73,3	79,4
Mato Grosso do Sul	998.211	1.393.019	1.778.741	2.075.275	3,39	2,25	1,73	45,3	66,8	79,4	84,1
Rondônia	111.064	491.069	1.130.874	1.377.792	16,03	7,88	2,22	53,6	46,5	58,2	64,1
Tocantins	516.447	743.750	920.116	1.155.251	3,71	1,95	2,56	24,8	40,1	57,7	74,3
Total	5.176.418	8.064.357	11.463.232	14.144.534	4,53	3,25	2,36	48,2	66,5	77,1	83,5

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais Nepo/Unicamp.

A região Centro-Oeste e, particularmente, o Mato Grosso possuem uma economia com caráter essencialmente agrícola e urbanização crescente (Tabela 1 e 2), mas ainda com extensas áreas de matas e florestas. Estas características formam o retrato da sua diversidade demográfica e ambiental, que são capazes de explicar seu grande dinamismo econômico nos últimos anos. Nesse mesmo escopo não há muitas evidências de planejamento e ou preceitos de conservação e preservação dos recursos naturais (ALVES JÚNIOR, 2003; SÁNCHEZ, 1992).

Tabela 2 – Evolução da População Residente em Mato Grosso por Sexo no Período 1940/2007

Ano	Total	Homem	Mulher
1940	432.265	230.405	201.86
1950	522.044	271.078	250.966
1960	889.539	464.175	425.364
1970	1.597.090	833.123	763.967
1980	1.138.691	594.146	544.545
1991	2.027.231	1.049.216	978.003
1996	2.235.832	1.154.216	1.081.616
2000	2.504.353	1.287.387	1.216.966
2001*	2.560.537	1.316.116	1.244.421
2002*	2.604.723	1.338.882	1.265.841
2003*	2.651.313	1.362.775	1.288.853
2004*	2.759.134	1.379.567	1.379.567
2005*	2.803.274	1.401.637	1.401.637
2006*	2.8074.82	1.4214.41	1.386.041
2007 ⁽¹⁾	2.854.456	1.452.153	1.377.327

Fonte: Censos Demográficos – IBGE (1940 a 2007)

Estas mudanças no cenário demográfico têm grande influência das Forças Determinantes ou de Mudanças.

Ainda Segundo Cunha (2006), na década de 1960, a Região Centro-Oeste iniciou um processo de modificação de sua estrutura produtiva, impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos outros mercados, principalmente a soja (Figura 10), que são elementos que tiveram importantes conseqüências em sua dinâmica socioambiental e no processo de redistribuição espacial da população.

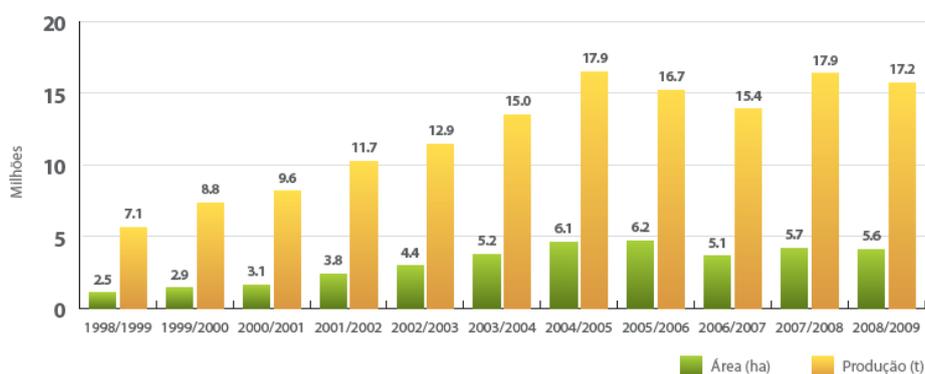


Figura 10 – Área de produção de Soja no Estado de Mato Grosso
 Fonte: CONAB; Projeção 08/09 IMEA; APROSSOJA (2009)

As ações estatais se explicitam através da preocupação de integração nacional do regime militar, o que justifica os representativos investimentos em grandes projetos agropecuários. Oliveira (1997); Diniz (2002) desabafa:

“Enquanto a sociedade brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que sucederam no poder nesse período, o Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia foram invadidos pelos grandes grupos econômicos através dos projetos agropecuários” (OLIVEIRA, 1997; DINIZ, 2002).

As intervenções governamentais ocorreram, principalmente, através do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE, efetivado pela ação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (Figura 11), no qual houve a concentração e predomínio dos grupos empresariais, os quais se beneficiaram em diversos aspectos do processo de ocupação da fronteira amazônica. Vale lembrar que vários projetos aprovados, alguns megalomaniacos, nunca efetivamente entraram em funcionamento, o que gerou uma série de escândalos pelo uso indevido de dinheiro público. Os autores ainda sugerem que a década de 70 foi fundamental para compreender a estrutura produtiva e a urbanização do Centro-Oeste, já que a região foi amplamente beneficiada pela “marcha modernizadora do oeste”, provocando um intenso direcionamento dos fluxos migratórios para áreas mais promissoras (EGLER, 2000; BECKER, 2005).



Figura 11 – Placa na BR 163 – Frigorífico Redentor – Guarantã do Norte/MT
Fonte: foto de Rodolfo Curvo

Nesta história de ocupação, constituíram-se, pois, tentativas de

consolidar os programas e, em seguida, da revisão do paradigma dos programas especiais de desenvolvimento regional, que foram substituídos por iniciativas que tentavam integrar a economia regional à economia nacional e mundial. Da mesma forma, contribui para esta mesma visão a instituição do POLONOROESTE, que foi destinado a financiar obras de infra-estrutura e a implantar projetos de colonização nas áreas de influência da BR-364 - Cuiabá-Porto. Além disso, previa a reconstrução e a pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho, a construção de estradas vicinais e a implantação de projetos de colonização em Mato Grosso e Rondônia. Também tinha como objetivo a regularização de terras indígenas, proteção à saúde e defesa dos índios e do meio ambiente.

Em Mato Grosso, esse programa contribuiu para acelerar a apropriação capitalista da terra por grupos empresariais, bem como para o aumento do fluxo migratório de colonos que se dirigiram aos projetos de colonização implantados ao longo da rodovia asfaltada (OLIVEIRA, 1997).

Todo este contexto de avanço da fronteira agrícola e de aumento da população no estado de Mato Grosso sempre foi alvo de falta de considerações maiores, em que os programas, previamente direcionassem esforços à proteção ao meio ambiente. Observou-se a implementação de culturas agrícolas sem os cuidados previstos para a conservação dos solos, além da ocorrência de invasões em áreas de reserva florestal, queimadas e desmatamentos ilegais e muitos outros problemas socioambientais.

.Apesar dos aspectos ambiciosos e 'inovadores' dos seus objetivos, a execução do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE tornou-se muito difícil, tendo em vista a inexistência de um modelo de ocupação racional do território no qual o mesmo incidia, resultando em um processo de degradação dos ecossistemas do Centro-Oeste.

Neste momento há de se destacar que a necessidade da utilização do zoneamento como instrumento de ordenação territorial está relacionada com os investimentos de recursos externos para a implementação de grandes projetos e programas no país.

Através da avaliação do Projeto POLONOROESTE, pelo Banco Mundial, constatou-se que as atividades desenvolvidas na área objeto do projeto estavam ocorrendo de forma predatória e desordenada.

Dessa forma, o Banco Mundial condicionou o apoio financeiro a novos projetos à definição de uma política para o uso sustentado e de proteção de recursos naturais.

Com essa perspectiva, aspectos relacionados com a questão ambiental passaram a ser considerados entre as prioridades da política ambiental definida para o País apenas em 1985 - apesar da já existente Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) - quando da elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, o qual estabeleceu três diretrizes básicas, a saber: consolidação da economia regional, organização da sociedade regional e racionalização da ocupação do espaço e do uso dos recursos naturais.

Assim, por intermédio do Decreto n.º 96.944 de 12 de outubro de 1988, foi criado o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza, com finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal, mediante a concentração de esforços de todos os órgãos governamentais e a cooperação dos demais segmentos da sociedade com atuação na preservação do meio ambiente (SEPLAN, 2008).

O Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso é parte do Projeto de Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado de Mato Grosso - PRODEAGRO.

Relembrando historicamente as medidas necessárias para agilizar a execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, com prioridade para a Amazônia Legal, de acordo com o disposto no Decreto n.º 99.193, de 27/03/90, ficaram a cargo do Grupo de Trabalho composto por representantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Secretaria Nacional do Meio Ambiente e do Estado-Maior das Forças Armadas, sendo coordenados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE.

O Grupo de Trabalho que tratava da “Ordenação do Território” recomenda a criação através do Decreto n.º 99.540 de 21 de setembro de 1990 da Comissão Coordenadora do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, que estaria sendo executada através da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, apoiando financeira e tecnicamente a execução desse programa nos Estados compreendidos prioritariamente na Amazônia Legal, já mencionados acima.

Este Grupo de Trabalho que foi criado pelo Decreto n.º 99.193/90, instituiu o Grupo de Trabalho que foi composto conforme seu artigo 1º e 2º do referido diploma:

“Artigo 1º -Fica instituído Grupo de Trabalho, com o encargo de conhecer e analisar os trabalhos de zoneamento ecológico-econômico, objetivando a ordenação do Território e propor, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas necessárias para agilizar sua execução, com prioridade para a Amazônia Legal.
Artigo 2º - O Grupo de Trabalho será composto de representantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Secretaria da Ciência e Tecnologia, da Secretaria Nacional do Meio Ambiente, da Secretaria do Desenvolvimento Regional e do Estado-Maior das Forças Armadas, sendo coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos.” (DECRETO N.º 99.193 de 28 de março de 1990).

Constatou-se que, como instrumento para a elaboração do Plano de Ordenação do Território, o Zoneamento Ecológico-Econômico pressupõe:

- o entendimento do complexo físico-biótico e sócio-econômico de uma dada área nos seus aspectos dinâmicos e em suas similaridades e contrastes internos;
- a adoção do enfoque holístico e da visão sistêmica objetivando, através do conhecimento da estrutura e da dinâmica destes espaços, estabelecer as relações entre os sistemas físico-bióticos e sócio-econômicos que caracterizem estas áreas como sistemas ambientais;
- o zoneamento como um processo dinâmico de avaliação da estabilidade, da vulnerabilidade e da potencialidade dos sistemas ambientais;

- a avaliação da sustentabilidade físico-biótica e sócio-econômica dos sistemas ambientais, em relação ao seu uso constatado e as alternativas de uso, propostas pela equipe técnica, e a concordância da sociedade organizada nos níveis federal, estadual e municipal.

Das discussões havidas, por parte das equipes estaduais, depreenderam-se dúvidas com relação à obrigatoriedade da identificação do Sistema Ambiental como unidade territorial de análise e de avaliação.

Para viabilizar este fator condicionante, o Estado de Mato Grosso iniciou a discussão da necessidade de elaboração de um “Zoneamento Agroecológico do Estado”. Criou-se, para tanto, por intermédio do Decreto n.º 136, de 24/06/87, a comissão de Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso. Tal Comissão, sob a coordenação do Gabinete de Planejamento e Coordenação - GPC / Fundação de Pesquisas Cândido Rondon - FCR, teria como meta principal a elaboração das diretrizes básicas do referido zoneamento, envolvendo as áreas relacionadas ao “Meio Ambiente”, “Agricultura” “Estrutura Fundiária” e “Indígena” (SEPLAN, 2008).

Em 1988, o Zoneamento Agroecológico Básico de Mato Grosso foi publicamente apresentado e discutido em Brasília, durante o Seminário Nacional de Zoneamento Agroecológico dos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

Nesta oportunidade, constatou-se que o Zoneamento Agropecuário do Estado de Mato Grosso constituía o primeiro mapeamento dessa natureza elaborado no Brasil e na América Latina (SEPLAN, 2008).

O Estado de Mato Grosso apresenta sinais de degradação em níveis de dimensões distintas. Foi destacada a ausência de planos e diretrizes, tanto federais como estaduais, para incorporar modelos e tecnologias agrícolas que dessem sustentabilidade ecológica e econômica.

Longas negociações entre o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e o Banco Mundial conduziram a uma concepção integrada de gestão ambiental sob a forma de um projeto unificado, o Projeto de Política de Recursos Naturais (PPRN), do qual o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é um dos componentes,

juntamente com o fortalecimento dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente (OEMAS), o monitoramento e controle e a fiscalização (SEPLAN, 2008).

A fim de consolidar tal posição, e tendo em vista a necessidade de recursos para o PPRN, foi firmado o ACORDO DE DOAÇÃO para o PPRN, entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, em 05 de dezembro de 1994.

Pela Medida Provisória n.º 1.154, de 24/10/95, dispoendo sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, observa-se, no art. 18, I, que as competências relativas ao planejamento constantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República foram transferidas para o Ministério do Planejamento e Orçamento. Ademais, foram também transferidas ao Ministério do Planejamento e Orçamento, as competências anteriormente atribuídas à Secretaria de Desenvolvimento Regional, de Defesa Civil, de Desenvolvimento do Centro Oeste, todas pertencentes ao Ministério da Integração Regional (art.18, I, “b”).

Portanto, atualmente, compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento:

“Art. 14 (...)

XV - Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento:

- a) formulação do planejamento estratégico nacional;
- b) coordenação e gestão do sistema de planejamento e orçamento federal;
- c) formulação de diretrizes e controle da gestão das empresas estatais;
- d) elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento;
- e) realização de estudos e pesquisas sócio-econômicas;
- f) formulação e coordenação das políticas nacionais de desenvolvimento urbano;
- g) administração dos sistemas cartográficos e de estatísticas nacionais;
- h) acompanhamento e avaliação dos gastos públicos federais;
- i) fixação das diretrizes, acompanhamento e avaliação dos programas de financiamento de que trata a alínea “c” do inciso I do artigo 159 da Constituição;
- j) defesa civil;
- k) formulação de diretrizes, avaliação e coordenação das negociações com organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras, relativas a financiamentos de projetos públicos” (MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.154, DE 24/10/95)

O ordenamento ecológico paisagístico do Estado de Mato Grosso, o Zoneamento Agro-ecológico, é o resultado geográfico da análise integrada dos atributos biológicos e físicos das diferentes paisagens e dos diversos sistemas de ocupação, caracterizados como as alternativas ecológicas mais eficientes para o desenvolvimento rural.

O resultado normativo do Zoneamento Agroecológico encontra-se disciplinado na Lei 5.993, de 03/06/92, a qual define a Política de Ordenamento Territorial e ações para a sua consolidação, objetivando o uso racional dos recursos naturais da área rural do Estado de Mato Grosso.

Em 20/08/92, pelo Decreto n.º 1.852, foi criada nova Comissão no Estado de Mato Grosso, denominada “Comissão Coordenadora do Zoneamento Antrópico-Ambiental”, com o objetivo de realizar a interface com a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico, criada pelo Governo Federal através do Decreto 99.540/90, com as atribuições de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos do zoneamento antrópico-ambiental; assim como de articular-se com o Governo Federal, junto à Comissão Coordenadora do Zoneamento, buscando apoio técnico e financeiro para a execução dos trabalhos do zoneamento, além da compatibilização desses trabalhos com aqueles executados pela União.

A Comissão estadual é integrada por representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN (coordenadora e executora dos trabalhos de zoneamento); Secretaria de Estado da Agricultura e Assuntos Fundiários - SEAAF; Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SINFRA; Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SIC; Procuradoria Geral do Estado - PGE e Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA.

I.2.3 – Elaboração e Aprovação do ZSEE/MT

I.2.3.1 –Comissões Técnicas da SEPLAN e SEMA para Elaboração do ZSEE/MT

O ZSEE/MT partiu do Executivo estadual como Projeto de Lei e foi elaborado por equipe multidisciplinar coordenado pela SEPLAN/MT. Fizeram parte dos estudos e levantamentos dos dados sociais, físicos e ambientais

profissionais de diversas áreas do conhecimento, dentre eles: geógrafos, biólogos, geólogos, economistas, administradores, engenheiros agrônomos, florestais e civil, técnicos em geoprocessamentos etc.

Durante a realização dos Grupos de Trabalhos, os Seminários Técnicos e Audiências Públicas ficavam a cargo da SEPLAN e a parte das discussões por categorias, organização e coordenações dos Grupos era feita pelos Servidores da AL e pela Comissão Especial do ZSEE/MT (Figura 12).



Figura 12 – Coordenadoras dos Grupos de Trabalho da AL e a Técnica responsável pelo ZSEE/MT da SEPLAN. Pólo de Planejamento de Diamantino – Região VIII Foto: Rodolfo Curvo (2008)

I.2.3.2 – A Comissão Especial do ZSEE/MT e sua Aprovação

A Comissão Especial do ZSEE/MT (Figura 13) foi a responsável por conduzir a aprovação do texto final do ZSEE/MT. Além disso, esta teve início com seu ato constitutivo para analisar, avaliar, efetuar consulta pública e apresentar, se necessário, substitutivo integral ou emendas modificativas ao projeto de lei, que foi apresentado pelo Poder Executivo estadual, através da SEPLAN/SEMA em abril de 2008.



Figura 13 – Comissão Especial do ZSEE/MT e composição de Mesa. Pólo de Alta Floresta – Região de Planejamento II

Hoje, a Comissão Especial do ZSEE/MT (Figura 13) é constituída pelos seguintes membros: Presidente: Deputado DilceuDal’bosco; Vice-Presidente: Deputado Percival Muniz; Relator: Deputado Alexandre Cesar; Membros: Deputado Airton Português; Deputado Adalto de Freitas –Daltinho; Suplentes: Deputado José Domingos Fraga; Deputado Otaviano Pivetta; Deputado Ademir Brunetto.

I.2.3.3 – Metodologia adotada pela Comissão Especial do ZSEE/MT

A metodologia utilizada pela Comissão Especial do Zoneamento para realização da consulta pública foi estruturada mediante a realização de seminários técnicos, que antecederiam as audiências, nas cidades-pólo das regiões de planejamento, além de análise da documentação recolhida, buscando aproximar o projeto de lei à dinâmica realidade da sociedade mato-grossense.

A proposta inicial das consultas públicas era de promover o envolvimento de diversas instituições, públicas e privadas, de forma ampla, tendo em vista que a adequação, modificação, exclusão, inclusão e implementação de novas diretrizes ou a das existentes no projeto de lei, deveria ser baseada em um grande consenso construído durante a execução dos trabalhos realizados nos seminários técnicos.

Segundo AL (2008) no decorrer dos trabalhos da Comissão Especial foram realizados 14 (quatorze) seminários técnicos dentro do calendário oficial e 02 (dois) seminários técnicos especificamente com os povos indígenas e 15 (quinze) audiências públicas, onde foram recebidas centenas de documentos, técnicos ou não, demonstrando a preocupação em “adequar” o projeto de lei, às demandas da sociedade civil. Foram realizadas também diversas reuniões internas entre os deputados membros da Comissão Especial e a equipe técnica (AL; SEPLAN, 2010).

A Secretaria de Comunicação informou verbalmente que a Comissão Especial do Zoneamento realizou diversas reuniões com vários setores da sociedade, como por exemplo: o Governo do Estado, por meio da SEPLAN e

SEMA, e com o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, buscando nestes órgãos o entendimento da metodologia do programa nacional do zoneamento e que não houvesse problemas para posterior referendo pela Comissão Coordenadora Nacional do Zoneamento Econômico Ecológico, responsável pelo parecer favorável ou não à lei do zoneamento, e aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, órgão responsável pela validação da mesma. Além dessas reuniões e atendendo convites, a Comissão Especial do Zoneamento participou em outras entidades e instituições de reuniões sobre o assunto, como por exemplo, na Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM e ainda em diversos municípios, dentre eles Sinop, Juara, Juína e Vera (SCAL; SEPLAN, 2010)

Ainda segundo a Secretaria de Comunicação da AL, seis técnicos foram contratados pela Comissão Especial do Zoneamento, sócio, econômico e Ecológico – CEZSEE para analisar as propostas recebidas, dando pareceres sobre a pertinência ou não de cada sugestão recebida. Após percorrer vários Municípios do Estado de Mato Grosso, realizando reuniões, seminários e audiências públicas, a Comissão Especial disse que analisou toda documentação recebida, fazendo sua catalogação, separação, análise e dando resposta aos ofícios enviados sendo que, depois, produziu o substitutivo (SCAL, 2010).

1.2.3.4 – Metodologia dos Grupos de Trabalhos (Seminários Técnicos e Audiências Públicas)

Os Grupos de Trabalhos na forma de Seminários Técnicos e a realização de Audiências Públicas foram instrumentos utilizados pela Comissão Especial, de caráter não deliberativo, de consulta pública, com o objetivo de **dar conhecimento** sobre o Projeto de Lei nº 273/2008 – Mensagem nº 25/2008, que trata da instituição da Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso. Segundo AL (2010) visou ainda o **recolhimento de sugestões**, buscando o intercâmbio dos interesses diversos, para “melhoria” da proposta do projeto de lei. A metodologia aplicada deveria assegurar à sociedade a discussão, por meio de Grupos de Trabalhos (GT's), devidamente constituídos por participantes que pudessem representar o maior

número de Categorias (“setores”) da sociedade mato-grossense. Assim sendo, o credenciamento dos participantes era necessário (Figura 14)

(A)

(B)



Figura 14 – Mesas de Credenciamentos do Grupos de Trabalhos no Seminários em Diamantino/MT (A) e Tangará da Serra/MT (B). Fonte: Fotos de Rodolfo Curvo (2008)

A equipe técnica da Comissão Especial, por meio sua coordenação, e após mobilização feita nas Regiões de Planejamento e em parceria com os Poderes Executivo e Legislativo das cidades-pólo, onde os seminários eram realizados, faziam a abertura oficial dos trabalhos, compondo a mesa (Figura 15) de honra com as autoridades do poder público que estivessem presentes.

(A)

(B)



Figura 15 – Composição de Mesa para abertura dos Trabalhos nos Pólos de Diamantino (A) e Alta Floresta/MT (B) . Fonte: Fotos de Rodolfo Curvo (2008)

Após a abertura dos trabalhos e fala das autoridades, o projeto sobre o zoneamento do Estado era apresentado por um técnico da equipe técnica da SEPLAN ou SEMA, que fazia a demonstração de como o projeto foi construído, da compilação dos dados recolhidos e da importância da aprovação do projeto de lei.

Dando continuidade aos trabalhos, a coordenação da equipe e técnica da Comissão Especial da AL/MT fazia a apresentação da metodologia dos trabalhos conduzidos pelo legislativo estadual, onde havia a formação de GT's,

dividindo-os de acordo com os textos das diretrizes, incidentes sobre a região de planejamento em questão.



Figura 16 – Grupo de Trabalho – Seminário no Pólo de Tangará da Serra/MT.
Fonte: AL (2008)

Os GT's contavam com um facilitador da equipe técnica da Comissão Especial da AL/MT (Figura 16), que conduzia os trabalhos, fazendo a leitura pontual do texto proposto, anotando todas as sugestões para alteração diretamente no texto ou ainda para a inclusão de novas diretrizes apresentadas e mediando os pontos conflituosos.

Esse momento é de extrema importância para a pesquisa, tendo em vista que as observações feitas pelas categorias durante a realização dos Grupos de Trabalhos irão dar subsídios ao Legislativo para definir as modificações no projeto original do ZSEE/MT. Isto é relevante do ponto de vista da participação e da legitimação do processo de construção das diretrizes a partir das necessidades (demandas) emanadas da sociedade.

Segundo SILVA; ALFRADIQUE (2006), o fato de participar aqui, torna-se preocupante, pois o direito e condições para tal são cruciais para a construção democrática e a possibilidade de escolha de cada um e de seu grupo social, possibilitando a conclusão do processo da política pública, como é o caso do ZSEE/MT, o qual visa instrumentalizar esse fato.

Avalia-se que as formas de condução e os modelos de socialização dos ZSEE/MT adotadas pela comissão especial do Zoneamento não passam de um modelo de gestão administrativa, que pode ser excludente da participação efetiva, tendo em vista que os grupos não possuem as mesmas condições para participar. Como destaca ainda Silva; Alfradique (2006):

“(...)que as técnicas de definição de políticas públicas praticadas pelos governos do Brasil até aqui, nos três níveis de gestão, apesar de todo esforço expresso no texto constitucional e do avanço tecnológico, ainda não atingiram um nível satisfatório, salvo exceções. Isto porquê não cabe mais a manutenção de um modelo de gestão baseado em princípios burocrático-administrativos, que enfatizava o cumprimento das normas, funções e tarefas, e que tem por suporte a concepção de coordenação e controle centralizados, verticais e voltados para dentro, portanto, a inovação da gestão pública pressupõe a existência de elementos como: - clareza da missão institucional o que a legitima perante os seus contribuintes; - sistema orçamentário adequado, vinculado a prioridades estratégicas e à definição de metas explícitas e verificáveis através de indicadores de desempenho; - informação pertinente, confiável e oportuna sobre a operação cotidiana, permitindo a definição de ações e a correção de rumos; - participação popular em todo o processo decisório das diretrizes das políticas públicas. Para que esses objetivos sejam alcançados, é imprescindível combinar a adoção de estratégias de intervenção com a utilização de ferramentas adequadas, quais sejam: organização que permita a mudança de hábitos e criação de novas atitudes; negociação, de modo a permitir um acordo entre os interessados na inovação; comunicação com o interior e o exterior da organização” (SILVA; ALFRADIQUE, 2006).

CAPÍTULO II – O TERRITÓRIO: ENFOQUES E NECESSIDADES DE SUSTENTABILIDADE NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO II, VIII e IX

II.1 – O Território: os enfoques e as demandas no Contexto do ZSEE/MT

Segundo NUNES (2006), o termo *território* tem sua origem na língua latina — *territorium*. Em sua acepção mais ampla e remota, território pode significar uma porção de terra delimitada. Nesse sentido, território é compreendido em uma conotação meramente física, chegando muito próximo aos conceitos de terra e terreno.

Um dos autores pioneiros na abordagem do território foi Raffestin (1993). Merece destaque na sua obra o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território.

Nas palavras do autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993).

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, e que se enquadra muitas vezes nesta pesquisa, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993).

Na análise de RAFFESTIN (1993); SANTOS et al. (2002); SANTOS et al. (2003) a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a

compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Os mesmos autores analisam o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) *jurídico-política*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”: 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT, 1993; SPOSITO, 2004).

Nessas percepções, o ZSEE/MT passa como um instrumento regulatório, em que estão implícitas as questões do *bem estar humano* (pobreza, saúde, relações sociais, segurança e escolha). Há *atores* envolvidos no processo decisório e são muitos os Fatores de Mudanças Diretas e Indiretas, as quais interagem com os Serviços Ambientais no estado de Mato Grosso. A primeira preocupação foi identificar como esses Atores ou Stakeholders realizavam suas alianças nos grupos sociais.

II.2 – Categorias Gerais de Stakeholders

Verificou-se que os Atores ou Stakeholders estavam organizados e distribuídos de acordo com as Categorias (Figura 17). Identificou-se que cada Stakeholders possuía necessidades de representação política ou ia em busca da defesa de interesses durante a participação nos grupos ou seminários técnicos e nas audiências públicas na Região II, VIII e IX de Planejamento. Enquadraram-se todos os entrevistados em três Categorias, sendo elas denominadas: Estado, Mercado e Comunitário.

Entrevistou-se 65 Stakeholders, sendo que a Categoria de **Estado** apresentou 24 (36,92%). Já a categoria de Stakeholders **Comunitário** teve 13

participantes, ou seja, 20%. A maior representação ficou com os da categoria de **Mercado** com 28 entrevistados, atingindo 43,07%. Significativa representação de duas categorias somadas, a do Estado e do Mercado, chegando a 52 entrevistados, 80% dos Stakeholders.

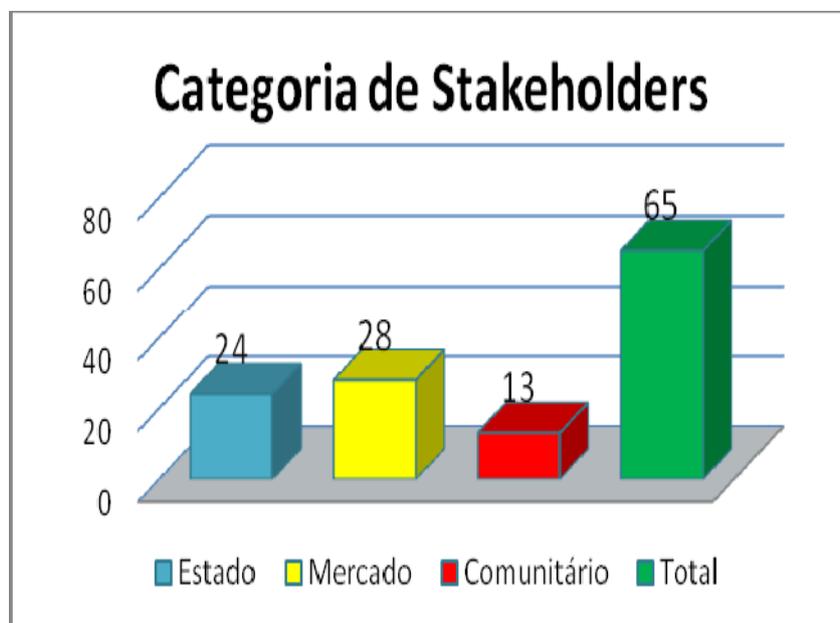


Figura 17 – Categorias Gerais de Stakeholders Entrevistados

Identificou-se que os Stakeholders entrevistados durante a realização dos grupos de trabalhos e audiências públicas tiveram como procedência 18 municípios diferentes do estado de Mato Grosso (Quadro 6), sendo 17 (75,4%) pertencentes as Regiões II, VIII e IX de Planejamento, a Região de Cuiabá e de outros estados (Distrito Federal, São Paulo e Paraná) .

Dos 65 entrevistados, 39 (46,2%) declararam que procediam da Região IX de Planejamento, ou seja, do Pólo de Diamantino; 6 pessoas, ou seja, 9,25% são da Região II e 13 (20%) são da Região VIII.

Dos Municípios de procedências nas 3 Regiões de Planejamentos onde realizamos as entrevistas, houve predomínio dos Stakeholders vindos de Cuiabá/MT, com 13 pessoas (20%) e da cidade de Diamantino/MT com 11 (16,9%), que somadas chegam a 23, totalizando 35,4%. Evidencia-se que Cuiabá está no Pólo VI, da Região de Planejamento de Cuiabá, não pertencendo às Regiões II, VIII ou IX. Os municípios que apresentaram menor número de entrevistados são os de Arenópolis, (Região IX), Paranaíta e Matupá (Região II) e Nova Olímpia (Região VIII), totalizando apenas 4 (6,2%).

Na análise da procedência dos entrevistados e suas respectivas Categorias evidenciou-se que na Região IX de Planejamento houve maior número dos integrantes da Categoria de Mercado, sendo 16 entrevistados (24,62%). Na Região II, entrevistou-se 3 (6,2%) e na Região VIII, 7 pessoas (10,8%). Do total de entrevistados da Categoria de Mercado, 25 tiveram sua origem nos municípios das regiões de planejamento (Quadro 6).

Quadro 6 - Municípios de procedência dos entrevistados por Categorias de Stakeholders

Procedência	Região (RP)	Categorias			Nº	%	%
		MERCADO ESTADO	COMUNITÁRIO				
São José do rio Claro	IX	3	0	2	5	7,7	46,2
Diamantino		6	2	3	11	16,9	
Nortelândia		1	0	1	2	3,1	
Arenápolis		3	0	0	1	1,5	
Nova Marilândia		0	0	1	2	3,1	
Nova Maringá		1	0	2	2	3,1	
Alto Paraguai		1	1	1	5	7,7	
Brasnorte		1	0	1	2	3,7	
Alta Floresta		II	1	0	1	2	
Terra Nova do Norte	2		0	0	2	3,1	
Paranaíta	0		0	1	1	1,5	
Matupá	0		0	1	1	1,5	
Barra dos Bugres	VIII	1	2	1	4	6,2	20
Tangará da Serra		3	2	1	6	9,2	
Campo novo do Parecis		2	0	0	2	3,1	
Nova Olímpia		0	0	1	1	1,5	
Cuiabá	—	2	6	5	13	20	20
Outros Estados	—	1	0	2	3	4,6	4,6
Total Geral	—	28	13	24	65	100	100

Os Stakeholders entrevistados se organizam de tal forma que se percebe a interação entre eles. Por meio da técnica de coleta de dados chamada “*Snowball*” identificou-se as interações entre os atores e delimitou-se o universo amostral em 65, tendo em vista que cada entrevistado é que determinou a seqüência dos próximos entrevistados e o universo destes foi sendo construído à medida que as entrevistas iam sendo efetuadas e que iam se repetindo as citações, ou seja, os atores. Finalizaram-se as entrevistas depois de delimitado o universo, até ao ponto de se tornarem repetitivas, deixando a necessidade de dar continuidade (TRAVERS; MILGRAM, 1969; JOHNSON; BOSTER; HOLBERT, 1989; BERKER, 1990, 1999; SCOT, 1992; FRANK; SNIJDERS , 1994; BERRY, 2002; ABERBACH AND ROCKMAN, 2002; DORUSSEN et al, 2005; LILLEKER, 2003; CHRISTOPOULOS, 2007; 2009). Estabeleceu-se, então, uma amostragem em cadeia em torno do ZSEE/MT. Além desse fato, evidenciou-se que os Stakeholders se repetiam, tendo em vista que se organizavam em Grupos que realizavam as viagens e outras atividades juntos.

De acordo com os pressupostos de Churchill; Iacubbi, (2002) iniciou-se a entrevista a partir de informante principal, a qual foi escolhida pela habilidade do pesquisador, tendo sido esta uma pessoa participante do processo, com domínio técnico sobre o assunto e com um conjunto de relações evidentes.

Após sucessivas entrevistas, vale ressaltar que de determinado número de indagados, evidenciou-se que havia constantes repetições dos participantes indicados pelos próprios entrevistados, os quais se destacaram na rede social construída neste estudo. A delimitação após certo número de repetições permite concluir que esses atores sociais são representativos na população de interesses ou partes interessadas (CHURCHILL; IACUBBI, 2002).

A técnica de bola de neve (snowball) permitiu ainda identificar que existem muitos atores que são marginais ou periféricos no processo e isto torna inviável a pesquisa, se pensarmos em um universo amostral maior, tendo em vista os custos e tempo. Neste universo amostral muito grande, como é o caso do número de participantes dos grupos de trabalhos e audiências públicas em torno nos pólos aqui estudados, aborda-se somente aqueles que já são identificados ou reconhecidos na arena ali constituída (HANNEMAM, 1998).

A afirmação de que o número de entrevistados (65) não daria a segurança amostral necessária foge do contexto do estudo de redes sociais. Esse pensamento remete, em primeiro lugar, aos limites da análise sociológica e das ciências sociais, de cunho estrutural-funcionalista, baseadas nas tradicionais dicotomias: indivíduo e sociedade, ação e estrutura, objetividade e subjetividade entre outras. Tais dualidades concebem a realidade social de forma estática, não sendo capazes de captar a complexidade e os momentos de transformação constantes que são objeto de análise deste trabalho (SOUZA, 1999; MARTELETO, 2001; MARTINS, FONTES, 2004; KADUSHIN, 2005; MOLINA, 2005; MÂNGIA, MURAMOTO, 2005; MARTÍ, 2006).

O fato de ter analisado as relações sociais em torno do ZSEE/MT gera a discussão em relação à idéia de participação política dos atores que estão presentes ou envolvidos direta ou indiretamente no processo, sendo tal participação necessária para a tomada de decisões na sociedade, além do que, se apresenta como um caminho, uma das principais vias alternativas, para o alcance da inserção social nas regiões estudadas e da diminuição das desigualdades econômicas e do bem estar humano.

Deve-se considerar também que o processo de globalização em marcha acabou com os limites geográficos, mas não eliminou a fome, a miséria e os problemas políticos de milhões de globalizados que vivem (ou sobrevivem) abaixo da chamada linha da pobreza absoluta (PUTNAM et al., 1995).

Estes autores argumentam que os indivíduos (atores) estando afastados dos centros das decisões pelos princípios excludentes do neoliberalismo, ficam limitados na própria capacidade de compreensão dos conceitos neoliberais e não encontram pontos de referência para tornarem-se agentes de influência política no processo decisório. Ao mostrar um indivíduo ou grupos sociais ainda alienados às mudanças, distanciados dos centros das decisões, preso a fatores de ordem tecnocrática e consumista, esta análise aponta para a necessidade de posicionar-se, pensar e agir. Serve, assim, como um alerta à compreensão de princípios imprescindíveis à conquista da participação política e a uma vida mais cidadã (PUTNAM et al., 2000).

Percebeu-se um grande predomínio das alianças dos Stakeholders do Setor de Mercado entre si, sendo entendidas aqui como de extrema

importância. Outros grupos, no caso o dos movimentos sociais e sociedade em geral, estavam ali pouco representados e desarticulados neste contexto, o que revela as dificuldades que têm os mesmos de conceberem o sustentáculo ideológico da atualidade e de terem autonomia frente ao determinismo econômico por ele imposto. Exibe-se, assim, a importância da reflexão política na tomada de decisões, exigências básicas do mundo democrático. Neste momento, “a sociedade” quer um indivíduo criativo, capaz de decidir, com versatilidade de conhecimentos. Parece óbvio que este perfil exigido, como mostra esta abordagem, somente tornar-se-á realidade com a conquista de uma autonomia individual que conduzirá à participação política.

Os indivíduos vivem uma crise de razão na sociedade, pois o processo de desterritorialização lhes sucumbiu o protecionismo do estado-nação (PONTHIEUX, 2006). Ao conceber-se esta realidade, as considerações ganham em importância, porque nos remetem a esta discussão na qual se centra a necessidade de garantir a participação efetiva na construção coletiva do ZSEE/MT.

Entende-se que os grupos ou seminários de trabalho e as audiências públicas das Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT estão em uma esfera Pública entendida como: “conjunto de espaços físicos e imateriais onde os Stakeholders podem efetivar sua participação no processo de comunicação pública” (MATOS, 2006).

A legitimação de uma política pública deve passar por contextos imateriais de confiança, de reciprocidade e de engajamento nas questões públicas, mantendo e renovando das condições de existência democrática cidadã. O engajamento a certos valores cívicos de convivência, isto é, a um tipo de contrato de vida social que se adota naquele no contexto social e momento histórico deixa perplexa uma população de vários municípios do estado de Mato Grosso (MATOS, 2006), cada um em seu território, promovendo uma constante “luta” por poder e espaço de representação ou pelas suas necessidades, independente, muitas vezes no “pensar conscientemente” que suas atividades exercem e são fatores de mudanças diretas e indiretas nos serviços ambientais do estado de Mato Grosso e em nível local. Assim torna-se relevante essa compreensão.

Entende-se que por serem a externalização cognitiva, as percepções ou enfoques por eles nomeados se enquadram no modelo de análise de indicadores da AEM, tendo em vista que essas se configuram como necessidades implícitas, dentre elas as de: saúde, recreação, lazer, status social, segurança de futuro e soluções para as mudanças nos serviços ambientais, visando individual ou coletivamente o bem estar. Expressam-se como *Necessidades de Sobrevivência ou Fisiológicas e Psicológicas*.

Através das entrevistas realizadas com os Stakeholders e das definições de ZSEE/MT que foram catalogadas como enfoques mencionados pelos Stakeholders (Quadro 7 e anexo 1), realizadas durante as entrevistas com os participantes dos Grupos de Trabalho (GT's) e das Audiências Públicas nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento dos Pólos de Diamantino, Tangará de Serra e Alta Floresta. Pôde-se concluir que na Categoria de Mercado 21 (32,3%) deram um enfoque **Econômico** para o ZSEE/MT, predominando nas definições. Já na Categoria de Estado, somente 6 (9,23%) têm esse entendimento. Na Categoria Comunitário não houve nenhuma referência a este enfoque. Estes Stakeholders têm esse entendimento, e argumentam e defendem que a Categoria de Mercado coloca os seus interesses para resolver os problemas relacionados à captação de recursos, à geração de rendas, à distribuição de terras, à exploração dos recursos naturais e à expansão do agronegócio e das fronteiras agrícolas.

Estes enfoques se configuram como o principal gargalo de conflitos nessas Regiões e podem ser determinantes para o bem estar humano local e regional, principalmente porque deles é que surgem os conflitos sociais, como as disputas de terras, grilagem, expropriação de bens, criação e uso indevido de AP (TI, UCs, APPs e ZA), falta de controle do desmatamento e avanço da fronteira agrícola.

**Quadro 7 – Enfoques Territoriais dos Stakeholders ao ZSEE/MT por RP
(Segundo Raffestim, 1993)**

RP	Enfoques dos Stakeholders dado ao ZSEE/MT	Categorias de Stakeholders			Número Total	Total (%)
		Mercado	Comunitário	Estado		
II	Econômico	2	0	0	2	3,1
	Jurídico/Político	1	0	3	4	6,2
	Cultura(lista)	0	0	0	0	0
VIII	Econômico	4	0	1	5	7,6
	Jurídico/Político	2	1	2	5	7,6
	Cultura(lista)	0	3	0	3	4,6
IX	Econômico	13	0	3	16	24,6
	Jurídico/Político	3	2	7	12	18,5
	Cultura(lista)	0	1	1	2	3,1
Cbá e outros Estados	Econômico	2	0	2	4	6,2
	Jurídico/Político	1	1	5	7	10,7
	Cultura(lista)	0	5	0	5	7,6
Total		28	13	24	65	100

Nas Regiões de Planejamento do ZSEE/MT aqui estudadas os 28 entrevistados da Categoria de Mercado, 21 (75%) deram enfoques Econômicos ao ZSEE/MT (75%), sendo que 13 deles estiveram na Região IX, totalizando 61,9% destes. Na Categoria de Estado, de um universo de 24 entrevistados, 6 (9,23%) enfocam economicamente o ZSEE/MT, sendo 1 da Região VIII, 3 da Região IX e 2 de Cuiabá.

Identificou-se também, que muitos Stakeholders têm seu entendimento sobre o ZSEE/MT dando enfoque a este como sendo um instrumento **jurídico/político**. 65 entrevistados nas Regiões aqui estudadas 28 (47,07%) enfocaram o ZSEE/MT neste escopo. Destes, a Categoria de Estado predominou com 17 participantes, totalizando 26,15%. Já a Categoria Comunitário foi a de menor expressão para este enfoque com 4 citações,

totalizando 6,16%. Nesta Categoria predominou a enfoque **cultura(lista)** em todas as Regiões estudadas, com 9 (13,9%) dos participantes entrevistados. Este enfoque pressupõe as necessidades dos atores envolvidos no processo que enfatizam o ZSEE/MT como *Resposta* em busca do bem estar humano, tendo cada Categoria as suas próprias.

Na análise por Regiões e seus enfoques ao ZSEE/MT houve também, maior indicação para o enfoque Cultura(lista) na Região IX, seguido de Cuiabá, Regiões VIII e II. Sendo que na Categoria Comunitário não mencionaram na Regiões II este enfoque.

Destacaram-se os enfoques mencionados pelos Stakeholders por Categorias de acordo com o Anexo 1.

II.3 – As necessidades dos Stakeholders para Sustentabilidade Socioambiental para as Regiões II, VIII e IX

Em outra análise percebeu-se também a grande influência do convívio entre os Stakeholders, e de acordo com os seus territórios, entendidos conforme analisados anteriormente, geram anseios que são vistos neste estudo como sendo para estes atores *demandas ou necessidades*, onde estes externam as suas vontades, críticas e valores. Cada participante do processo têm aspirações e desejos, que foram identificados e estão agrupados, de acordo com a Figura 18.

Através de citações diretas e considerando que vários Stakeholders fizeram mais de uma citação, em universo de 65 entrevistados, conseguiu-se catalogar 138 necessidades Figura (18) . Destas prevaleceu novamente, independente de Categoria, os Stakeholders com demandas **Socio-Econômicas**, com 77 indicações, totalizando 55,8%. Os participantes enumeraram frases de apelo a política pública proposta, ou seja, o ZSEE/MT que passa a ser instrumento de extrema relevância para os próprios atores sociais, onde estes se apropriaram do discurso e almejam soluções para seu bem estar.

As demandas **ambientais** também foram apresentadas em grande número, sendo que constatou-se 40 indicações, totalizando 30%. Destas, 10

(25%) têm cunho conservacionista e 30, (75%) não-conservacionistas. Veja seus anseios transcritos a seguir: “...Defesa do uso dos recursos naturais para o desenvolvimento regional e municipal...”; “ampliação dos direitos de exploração de recursos naturais...”; “...ampliação do percentual de exploração de madeira para 50%...” “...sustentabilidade, ampliação de TI e UC...”; “...definição de uso dos RN em UC (APA Rio Paraguai)...”

Percebeu-se que as duas somadas, ou seja, as demandas **Socio-Econômicas e Ambientais** chegaram a 110 menções, com a expressividade significativa de 79,7% em todas as demandas.

A menor expressão é por demandas **Educacionais**, com apenas 3 citações (2,2%). Juntas, ou seja, as educacionais, étnicas e políticas chegaram a 21 (15,2%), 7 (5,1%) e 11 (7,9%) respectivamente.

Assim, o ZSEE/MT é visto como sendo a solução para todos as funções ambientais nos e dos Municípios ali representados. Frases como: “...Melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento Municipal...”; Melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho dos trabalhadores rurais...”; “...Garantia dos direitos dos cidadãos, erradicação da fome, da pobreza e do trabalho escravo..”. “...Direito a terra e reforma agrária...”, caracterizam bem essas demandas ou necessidades destes Stakeholders, que estão claramente envolvidos nos indicadores da AEM.

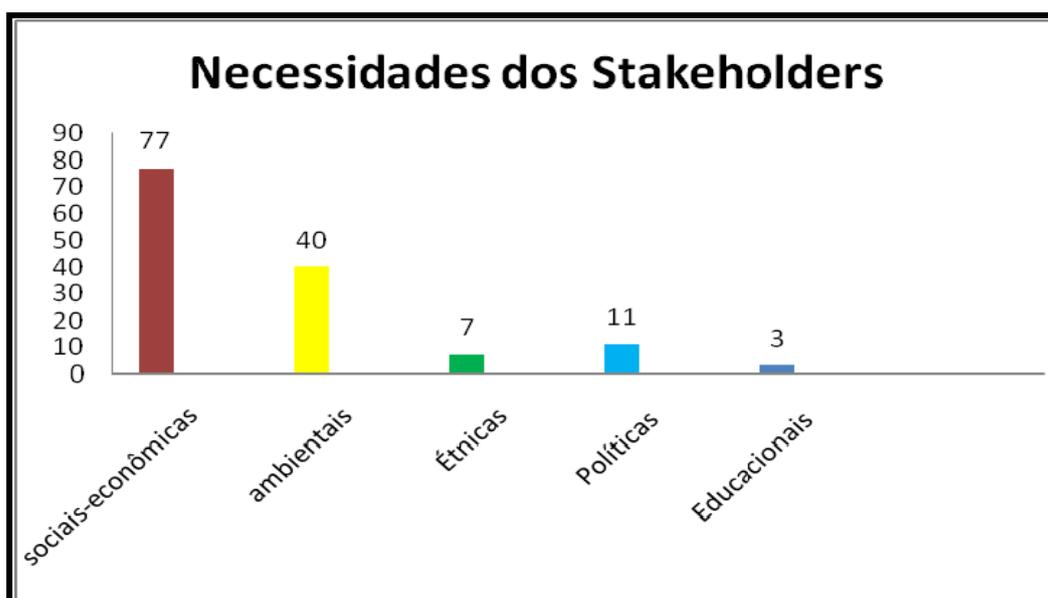


Figura 18 – Necessidades dos Stakeholders dos Pólos II, VIII e IX

Observou-se também, as Necessidades por Categorias de Stakeholders em função das Regiões de Planejamento – RP (Figura 18 e Quadro 8). Notou-se que em cada RP houve predomínio das Necessidades dos Stakeholders na Região IX de Planejamento, com 49 de todas as 140, totalizando 35,3%, e seguida pelas RP II e VIII, 27,2% e 17,8%, respectivamente. Nesta RP IX os Stakeholders da Categoria Comunitário fizeram maior Menção às Necessidades Sócio-Econômicas. Já os Stakeholders provenientes de Cuiabá e outros estados totalizaram e externaram 29 Necessidades, chegando a um percentual aproximado de 20%.

Vimos também que das Necessidades identificadas pelos Stakeholders, as Sócio-econômicas predominam com 76 indicações, ficando com 54,3%. As que tiveram menor indicação foram as Educacionais, não havendo predomínio em nenhuma das RP, tendo cada uma, apenas uma indicação, totalizando 3 indicações.

Já as Necessidades Ambientais predominaram nas RP II e IX, totalizando 29 indicações das 42, correspondendo a 69% destas. A que apresentou menor Necessidade Ambiental foi a dos Stakeholders provenientes da RP VIII.

As Necessidades Étnicas fizeram parte das indicações dos Stakeholders, sendo predominantes na Região IX com 5 das 7 totais.

Quadro 8 – Necessidades dos Stakeholders por RP

RP	NECESSIDADES DOS STAKEHOLDERS	Categorias de Stakeholders			Total	TOTAL REGIÃO DE PLANEJAMENTO – RP
		Mercado	Comunitário	Estado		
II	Sócio-econômicas	5	13	0	18	38
	Ambientais	10	4	0	14	
	Étnicas	0	2	0	2	
	Políticas	0	0	2	2	
	Educacionais	0	1	0	1	
	Sócio-econômicas	8	7	1	16	

VIII	Ambientais	2	4	0	6	25
	Étnicas	0	0	0	0	
	Políticas	1	0	1	2	
	Educacionais	0	1	0	1	
IX	Sócio-econômicas	6	18	3	27	49
	Ambientais	4	9	2	15	
	Étnicas	1	4	0	5	
	Políticas	1	0	0	1	
	Educacionais	0	1	0	1	
Cbá e outros Estados	Sócio-econômicas	5	1	9	15	29
	Ambientais	4	2	1	7	
	Étnicas	0	0	0	0	
	Políticas	7	0	0	7	
	Educacionais	0	0	0	0	
TOTAL		54	67	19	140	140

Neste trabalho pretendeu-se explicar uma realidade social ainda pouco estudada, procurando entender como se constitui e quais são as soluções desejadas pelos Stakeholders destas Regiões de Planejamentos do ZSEE de Mato Grosso. Tratando-se de uma realidade onde há complexidade e cujo estudo exige detalhes, a realização de uma investigação qualitativa pareceu ser a mais recomendada (MASON, 2002; RYAN et al., 2002; VIEIRA et al., 2008).

Segundo Pardini (2006) nunca se obterá um consenso público do diálogo com *stakeholders*, mas, ao trazer pessoas com interesses diversos para a discussão, os gestores podem ter uma visão mais clara das tendências sociais, ambientais, éticas e políticas na sociedade (PARDINI, 2006).

Analisa-se as Necessidades dos Stakeholders no escopo de que a expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às

organizações, induzem a um novo posicionamento por parte destas organizações em face de tais questões (Tachizawa, 2002; LYARA et al, 2009).

Nesse sentido, procede-se à busca de procedimentos, mecanismos, arranjos e padrões comportamentais desenvolvidos pelos Stakeholders que delimitam aqueles que são mais ou menos capazes de responder aos anseios ou Necessidades da sociedade (DONAIRE, 1999; LYRA et al, 2009). O fato em questão direciona às “arenas” nas situações de diálogos fáticos com os Stakeholders no contexto do ZSEEMT, visto que imperam muitas Necessidades de Grupos e de Interesses mais pessoais do que coletivos.

Faz-se uma crítica e aqui se evidenciam as necessidades pessoais, as quais não deixam de ser uma das vertentes que surgiram com o *ambientalismo renovado*. Um aspecto importante dessa percepção ou perspectiva do ambientalismo renovado é o conceito de stakeholders e os direitos dos stakeholders (MCGOWAN E MAHON, 1991; SHRIVASTAVA, 1994; STEAD E STEAD, 1992; STEGER, 1993; THROOP, 1991; WESTLEY E VREDENBURG, 1991).

Quer se incluir como Stakeholders neste contexto do ZSEE/MT as entidades não humanas, que reconhecem interesses públicos e privados que buscam assegurar sustentabilidade ambiental a longo prazo para o estado de Mato Grosso. Deste modo, a partir da perspectiva do ambientalismo renovado, a questão relevante não é se os Stakeholders não-industriais (por ex., governos, organizações ambientalistas, público em geral) estão incluídos nas tomadas de decisão organizacional, mas como e em até que ponto eles estão incluídos nas decisões relativas ao ambiente natural e representam as Necessidades coletivas dos Stakeholders envolvidos nestas decisões.

As Necessidades são enfocadas nas abordagens filosóficas nos primeiros trabalhos de Karl Marx que fazia referência à prática humana como parte de um metabolismo homem-natureza. Segundo este, os seres humanos têm que satisfazer suas Necessidades e o fazem de maneira social, de forma tal que as Necessidades de uns são satisfeitas pelo trabalho de outros – e vice-versa: as necessidades destes outros pelo trabalho e a produção dos primeiros.

O conceito de necessidades é uma categoria central no pensamento

Marxista que assinala o caráter mútuo das atividades de produção e consumo do homem em uma sociedade determinada. Em *A Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 1974) há a afirmação de que ouvir, ver, sentir, querer, amar, todos estes “órgãos da individualidade humana” são entendidos como “apropriação” e até a consciência é produzida socialmente. As necessidades e as formas de satisfazer essas necessidades são a base da divisão do trabalho que também tem como pré-requisito o reconhecimento mútuo dos indivíduos sociais como tais.

Nos *Grundrisse*, Marx diz que é necessário levar em conta o “sistema de necessidades” e o “sistema de trabalho”; mas não está seguro sobre onde deve se localizar uma discussão a respeito deles (Marx, 1974: 427). Dada sua mutualidade, o conceito de necessidade deve distinguir-se claramente do de avareza, que é necessidade sem mutualidade, um esforço individualista que apresenta uma alta potencialidade para a autodestruição da sociedade. Para Marx, a razão da avareza é a existência de propriedade privada. Porque a propriedade privada converteu os homens em indivíduos tão estúpidos e enviesados, que apenas vêem um objeto como “seu” quando o possuem, quando existe para eles como capital (Marx e Engels, 1974). O dinheiro é introduzido como mediador entre o produtor e o homem com necessidades. O dinheiro é “o vínculo entre o trabalhador e as necessidades individuais, entre as necessidades e os objetos, entre a vida e os meios de vida, quer dizer, o alimento (*Leben und Lebensmittel*). O dinheiro é ao mesmo tempo deidade e prostituta” (Marx e Engels, 1974).

II.4 – O *Continuum* Macro e Micro dos Stakeholders

Numa perspectiva mais da análise social e coletiva foi possível identificar também que não há como considerar que as alianças e demandas para a satisfação das Necessidades provindas das Categorias no contexto do ZSEEMT sem que estas estejam associadas a uma idéia de um **Continuum**. Este passa a ser uma percepção de que na atuação de cada Categoria há interesses e ações, individuais e entre os Grupos, que podem ser **locais, nacionais e globais/internacionais**, identificando as potencialidades de se

aliar e organizar para irem em busca de suas necessidades individuais ou coletivas. Este passa a ser avaliado como a amplitude das alianças.

Analisou-se neste escopo, como mostra a Figura 19, o *Continuum* Micro e Macro dos Stakeholders que participaram dos grupos de trabalhos e das audiências públicas nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT (Pólos de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta). Constatou-se que em uma visão geral dos 65 Stakeholders que foram entrevistados houve predomínio dos que tinham suas atividades locais, com 28 Stakeholders (43,07%). 21 dos Stakeholders pertencem ao *Continuum* Global internacional, totalizando (32,03%). Já os do Nacional aparecem com 16 (24,62%).

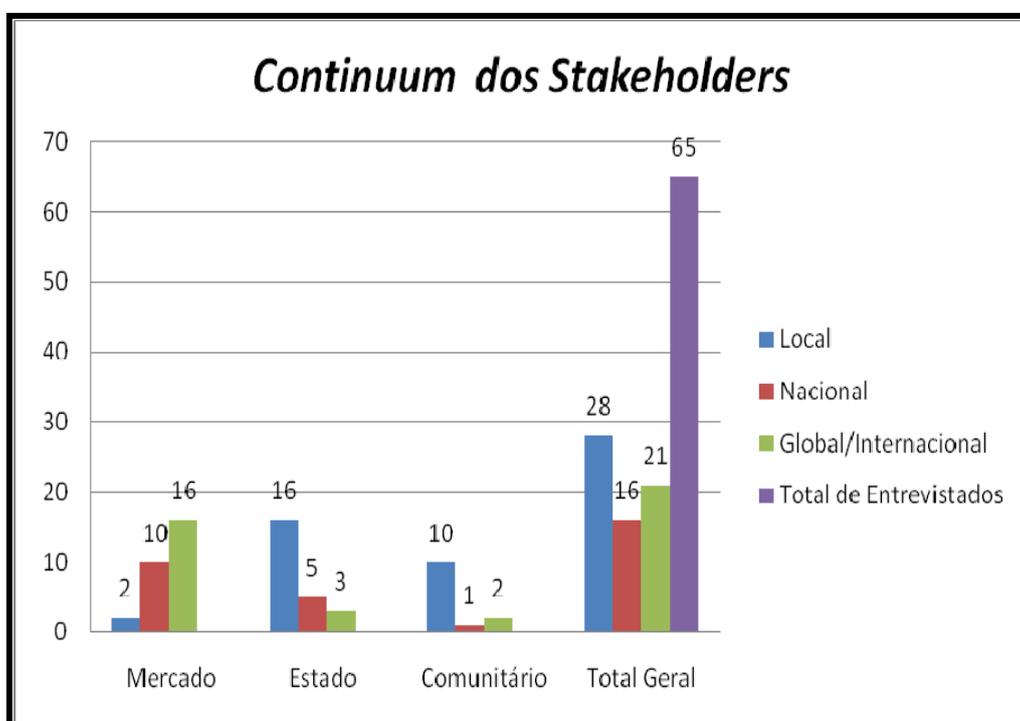


Figura 19 – Continuum Macro e Micro dos Stakeholders nos Pólos de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta/MT

Entende-se que, neste contexto, o campo de atuação dos Stakeholders nos Pólos de Planejamentos de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta que participaram do processo de discussão do ZSEE/MT, tornou-se imprescindível de análise, a partir da idéias de que o conceito de *Continuum* venha a elucidar e dar embasamento para discutir-se: a amplitude da situação; as necessidades para desenvolvimento do bem estar humano; e os pontos de vista dos serviços ambientais, inclusive o sócio-econômico. Vê-se que

Continuum é aqui entendido como o conjunto de alianças entre os grupos sociais em prol de defesa de seus múltiplos interesses econômicos, sociais, políticos, culturais, étnicos, religiosos, culturais e históricos, promovendo um campo de atuação que se estende desde as atividades locais até as internacionais.

Por isso, pensa-se ser relevante neste estudo refletir sobre as necessidades de mudança gradual do Local até o Global/Internacional, pois esta é uma das principais características do mundo contemporâneo, não diferente para o estado de Mato Grosso, identificado no contexto desses Pólos. Ainda que inevitável e necessária à sobrevivência das instituições, dos grupos sociais e ainda dos indivíduos, a presença somente Local restringe o uso e necessidades de impactos maiores. Atividades com maior *Continuum* pressupõem que haja maiores demandas sobre os serviços ambientais e conseqüentemente os interesses e atividades deste Stakeholders serão mais impactantes. Funcionam, assim, como Fatores de Mudanças Indiretas.

Já os Fatores Diretos (*Pressões Diretas*) oriundas destas atividades, as quais ocorrem nos Serviços e nos Ecossistemas, como os desmatamentos, queimadas, caça e pesca predatória, retirada ilegal de madeira nas Regiões Planejamento II, VIII e IX são as principais responsáveis pela formação de estratégias nas organizações. Se o ambiente muda, as organizações devem, de alguma maneira, reformular suas ações e alianças para que esse alinhamento, perdido com a mudança ambiental, seja restaurado, isso se configura com um *Fator Indireto de Mudança*. Além disso, no contexto destes Pólos, percebeu-se que há crescente diversidade de grupos de interesses, aqui denominados de Stakeholders (atores) com suas respectivas Categorias de Representação, que vêm exercendo forte pressão ou “*drive forces*” sobre os rumos estratégicos das organizações e das políticas públicas, visando “impor” um novo padrão para a tomada de decisão no ZSEE/MT.

O ZSEE/MT e todo o conjunto de *Necessidades* (demandas ou aspirações) por acesso aos *Serviços* socioambientais (Figura 20) são refletidos aqui como uma norma ou regulação, que culminará em uma *Resposta* formatada em Lei Estadual, que afetará todo o Sistema, uma vez que a legitimidade passa a ser vista como a sua capacidade de construir estratégias

que integrem, de maneira sinérgica, a relação homem-função ambiental, nos diversos aspectos: econômicos, ambientais, culturais, políticos e sociais e que contemplem satisfatoriamente estas demandas ou aspirações desses múltiplos atores, localizados em um ambiente institucional ou organizacional cada vez mais controvertido.

Nesta visão, a implementação de estratégias ou alianças pelos Stakeholders que participaram destas atividades em Diamantino/MT, Tangará da Serra/MT e Alta Floresta/MT configurou-se como um fenômeno imperativo à sobrevivência e crescimento das organizações ou individuais, sejam elas de natureza privada ou pública ou de qualquer ramo de atividade, que pretendem se manter íntegras e produzir os benefícios sociais e econômicos para si, seus empregados e a sociedade (MINTZBERG, 1987; LIMA, 2003;). Os Graus de Influência e de Dominância de Interesses são importantes para avaliar como os Stakeholders interferem na tomada de decisão, sendo crucial no processo democrático de legitimação do ZSEE/MT como instrumento de política pública.

Assim, a compreensão dos processos que originam suas estratégias e alianças podem representar para essas organizações ou indivíduos (aqui denominados de atores ou Stakeholders) a descoberta de uma nova rota que os conduza ao bem estar e à sobrevivência, ou seja, ao sucesso, minimizando o fracasso. Portanto, desvendar como eles se organizam num *Continuum*, entender suas estratégias e alianças configura-se como uma proposta para reorganizar e restabelecer novas direções, entendendo suas relações sociais, pode-se contribuir de forma significativa para esse bem estar humano. Surgirão e se programarão inúmeras possibilidades de toda a sociedade ali ou no estado de Mato Grosso de preparar-se para lidar com um novo contexto no qual estão emergindo novas *Necessidades*, novos e alterados fatores de mudanças nos serviços dos ecossistemas, determinados pelas Diretrizes que serão aprovadas, as Zona e sub-zonas mapeadas, promovendo novos cenários e rumos a serem tomados (BUYSSSE & VERBEKE, 2003); ALEXANDER, 2005)

Percebeu-se que há uma busca de um processo de adaptação, que poderá fornecer subsídios e orientações aos seus proponentes, executores e gestores do poder público, aqui o Poder Executivo Estadual e Legislativo, organizado pela Assembléia Legislativa e coordenado pela SEPLAN, todos

órgãos do estado de Mato Grosso, para a gestão das mudanças estratégicas e seus desafios, indo ao encontro de supostos interesses, desejando, a princípio suprir as necessidades ou demandas emanadas da sociedade.

Os participantes nos Pólos de Planejamentos ora avaliados agem em ambientes ou formam arenas nas quais realizam operações que lhes possibilitam sobreviver e se desenvolver, em busca de *Bem Estar* social, para si ou para suas organizações. Com a rápida ascensão dos relacionamentos cooperativos e ou divergentes, a formação de estratégias e alianças executada por eles deixa os limites exclusivos da organização isolada e se torna um processo conjunto a ser desenvolvido com parceiros. Esta abordagem teórica parte do pressuposto de que as organizações que ali atuam em um *continuum* Macro, não operam no abstrato e que não podem ser entendidas somente a partir do ponto de vista dos seus líderes, individualmente.

Sem se desvincular das abordagens de *território* o atual debate sobre o ZSEE/MT configura uma amálgama de visões que oscilam entre percebê-lo como uma configuração estática, até a visão de *território* como realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das mudanças dinâmicas, sejam elas físicas, sócio-econômicas, culturais e políticas do contexto local.

Compreendeu-se a idéia de *território* neste sentido, pois possui muitas controvérsias porque amplifica nosso olhar e diversifica as possibilidades de compreender, sistematizar e modificar a realidade complexa. Passa aqui como uma referência globalizante, onde então, está implícita no contexto do *continuum*, como algo que está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento à pretensão uniforme da idéia de globalização. Muitas vezes oferece chances de inclusão do particular (micro) no global (macro), pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade (GEHLEN & RIELLA, 2004).

Segundo Gehlen & Riella (2004), o *território* deve ser constituído como espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena e é construído como representação: como tal, pode ser uma ferramenta, um

recurso do desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva, o ZSEE/MT e os Stakeholders envolvidos se incluem no processo deste planejamento nas diferentes dimensões do mesmo, destacando sua complexidade. Todo o conjunto será afetado; ao mesmo tempo, apontam-se especificidades e particularidades internas (demandas e conflitos) às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção identitários e sócio-econômico-culturais que atribuem sentido ao local. O olhar holístico sobre a construção e aprovação do ZSEE/MT aponta para a incorporação de recursos específicos, propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos gerados no interior de um território, vantagem compartilhada coletivamente.

Concorda-se, neste estudo, com Gutberlet (2002) que esclarece que a elite política e econômica têm se apropriado desse discurso para implementar as suas estratégias de *integração geopolítica* por meio do modelo de desenvolvimento, com a extração em grande escala de minérios, seixos, ouro, madeira e palmeiras, entre outros, e com a *expansão* das fronteiras agropecuárias. Entretanto, como abordado no capítulo II, a escala muito pequena traz muitas incertezas, surpresas e até o desconhecimento da realidade local, razão pela qual muitas das políticas poderão ser levadas ao fracasso. Entre as inúmeras dificuldades que surgem na realização deste zoneamento está a extensão geográfica e a enorme diversidade ecológica, cultural, étnica e social incluída em três Biomas.

Tem-se para o ZSEE/MT o mesmo entendimento de que as políticas de desenvolvimento do Brasil, em especial para o estado de Mato Grosso não têm considerado fundamentais as condições específicas do espaço local. Os municípios e as microrregiões sempre foram tratados como receptores de investimentos e executores de políticas já decididas previamente. É uma realidade histórica que as comunidades raramente podem se empenhar na discussão sobre o rumo do desenvolvimento local, resultando, geralmente, em decisões pouco sustentáveis para as comunidades. Em decorrência, temos uma subutilização das potencialidades locais e muitas vezes até uma interpretação errônea da situação local socioeconômica e física.

Os inúmeros relatos de naturalistas, pesquisadores ou de membros de sociedades civis organizadas têm tratado da complexidade do universo mato-grossense. Estamos apenas conhecendo fragmentos deste universo complexo, desconhecido e caracterizado pela extensão geográfica, diversidade ecológica e história de ocupação e exploração. Durante as entrevistas e discussões sobre a prática da implementação do ZSEE/MT, conduzidas em campo, ocorreram uma série de dificuldades e impasses.

Para muitos autores, os processos de desterritorialização são uma das marcas fundamentais da chamada pós-modernidade, afetando diferenciadamente todos os contextos espaciais, sociais, econômicos, culturais e políticos, tornando-se assim indispensáveis para a compreensão das relações sociais (HAESBAERT, 2001, 2002a).

O problema que se coloca, então, é o de como regionalizar – em um mundo envolvido numa dinâmica constante de desterritorialização, em que convivem, lado a lado, “múltiplos territórios” – aquilo que se denomina fenômeno da “Multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2001, 2002a). Para chegar-se a uma proposta preliminar de “elementos espaciais” a serem considerados numa nova regionalização, é preciso primeiro abordar, ainda que de forma introdutória, o que há de novo nas experiências de espaço-tempo; em segundo lugar, há que se avaliar as limitações dos discursos sobre a desterritorialização, tanto em termos da análise das desigualdades quanto das diferenças sócio-espaciais; por fim, deve-se esclarecer o que se entende por multiterritorialidade e o que ela implica em relação a um novo pensamento sobre o regional – ou, se quiser, sobre o “multirregional”.

II.5 – As necessidades de sustentabilidade socioambiental no contexto territorial nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT

Como mencionado anteriormente, a conceituação, adotada nesta pesquisa, é defendida, como sendo o *território* definido como um espaço determinado por relações de poder, definindo, assim, limites ora de fácil delimitação (evidentes), ora não explícitos (não manifestos), e que possui como referencial o lugar; ou seja, o espaço da vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa. E, considerando ainda, o estabelecimento de

relações, internas ou externas, aos respectivos espaços com outros atores sociais, instituições e territórios. Este conceito pode ser útil para o estudo de uma ampla gama de situações e processos sociais e, sobretudo, para a discussão do “desenvolvimento”, sendo necessários, para isso, alguns ajustes.

O envolvimento de uma discussão em torno do *território* baseada nos dados coletados e nas participações dos Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas do ZSEE/MT nos Pólos não foge da perspectiva da “sustentabilidade” socioambiental como modelo civilizatório de desenvolvimento. Isto se deve aos graves problemas socioambientais causados pelo uso intensivo dos serviços ambientais em várias regiões do mundo, em um *continuum* global/internacional.

Nesta visão holística da relação ou interação homem/natureza, conectada pelos componentes e processos naturais, que sofrem pressões ou fatores de mudanças em um *Continuum* realizados pelos Stakeholders e que estão envolvidos nas discussões e contexto do ZSEE/MT, obriga-se a entender a noção moderna de serviços ambientais – que ainda está presente nas aceções dos gestores e da grande maioria da população – as quais têm seus significados e percepções produzidos “no quadro da consolidação das mudanças advindas com a revolução industrial”, sobretudo no século XIX, e referiu-se, basicamente, aos “elementos da natureza necessários para por em marcha a produção industrial e o comércio colonial”. Neste quadro, a expressão “serviços ambientais” passou a designar “qualquer elemento ou condição existente na natureza, suscetível de exploração econômica”, e, especialmente, apto a se transformar em mercadoria ou serviços para atender e propiciar o bem estar das populações humanas (CASTRO, 2001).

Castro (2001) elucida, então, que a definição de recursos naturais não é algo dado, mas construído historicamente:

“a definição de recursos naturais não é algo dado, mas construído historicamente: e isto ocorre “mediante um processo de atribuição de valores ao ambiente e aos seus componentes. Tais componentes deixam de ser recursos quando não mais são vistos “como ”úteis” aos seres humanos, quando perdem para esses os valores que o definiam como tal”. *Além disso*, “o que é recurso para um grupo social nem sempre o é para outro. A rigor, portanto, não existem recursos naturais que não

sejam, de fato, *sociais*, na medida mesmo em que são homens e mulheres, “vivendo em sociedade, em lugares e tempos diferentes”, que definem, o que, na natureza, é ou não um recurso, de acordo com seus valores, suas necessidades (CASTRO, 2001).

Nesta perspectiva, a apropriação e os distintos usos dos recursos naturais no estado de Mato Grosso ou em uma dada sociedade deve levar em conta as necessidades e interesses dos diferentes grupos sociais (CATEGORIAS), respeitadas suas especificidades étnicas e culturas.

Percebe-se que, pelo menos documental e teoricamente, tal perspectiva guarda coerência com os fundamentos e o conteúdo ambiental da Agenda Mato Grosso Forte e do ZSEE/MT, de modo que *“valorização dos recursos naturais”, pensada como um eixo do PPA, deve significar não apenas a otimização destes recursos, do ponto de vista de seu potencial econômico (de sua transformação em produtos passíveis de serem comercializados nos mercados, gerando emprego e renda), como também a racionalização dos seus usos, visando a conservação e a preservação do ambiente. Em resumo, o eixo Valorização dos Recursos Naturais, aponta para:*

“Um conjunto de políticas, ações, metodologias e procedimentos, fundamentados no respeito à biodiversidade e voltados para o gerenciamento e o manejo dos recursos naturais, cujos objetivos são a sua conservação e uso sustentável, garantindo-se a geração de emprego e renda e qualidade de vida para as populações mato-grossenses” (GALLETI et al., 2007; SEPLAN, 2007)

Os Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas do ZSEE/MT giram em torno dos diversos conceitos de Sustentabilidade que estão reunidos nos diversos grupos sociais ou Categorias, que buscam uma visão alternativa de futuro para responder efetivamente à crise socioambiental, ou seja, propuseram e externaram demandas e aspirações. Tal visão irá requerer uma mudança fundamental na percepção de que o meio ambiente não está limitado aos ecossistemas biofísicos, mas inclui uma rede de interações entre a consciência e sensibilização humana, os sistemas sociais e o meio natural (PURSER, 1997).

Segundo a SEPLAN (2008), o ZSEE/MT, enviado como Projeto de Lei Estadual 273/2008, estabelece em todo o território de Mato Grosso 12 regiões de planejamento, com 4 categorias de uso, 8 subcategorias, 97 zonas e subzonas, 167 áreas protegidas e 15 áreas indicadas para tornarem-se área protegidas. As quatro categorias de uso, sugeridas pelo ZSEE de MT, são: Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar (11 %); Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo (17 %); Áreas que Requerem Manejos Específicos (45%); e Áreas Protegidas (27% do Estado).

II.6 – Fatores de Mudanças Diretos Identificados pelos Stakeholders

No escopo do ZSEE/MT analisou-se que os modelos alternativos são pouco respeitados e negociados, levando a fim de que sejam alcançados resultados construtivos para as diferentes partes interessadas, deveriam ser buscados o consenso e o alinhamento dos Stakeholders sociais a uma única visão organizacional. Para tanto, uma proposta de ZSEE, para um estado ou nação emana conflitos socioambientais de interesses, como resultados da relação e interação estabelecida pelos serviços e fatores de mudanças ambientais, os quais foram identificados pelos Stakeholders nos Pólos de Planejamento de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta são, figura 20:

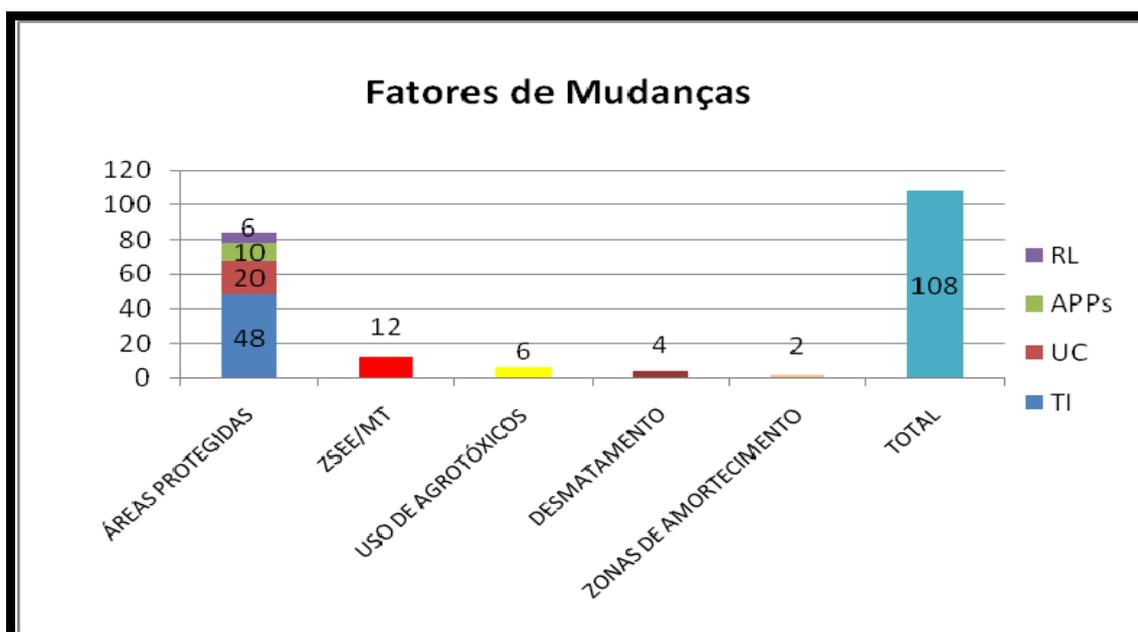


Figura 20 – Fatores de Mudanças

Os Stakeholders citaram, por muitas vezes, mais de um fator e todos foram considerados. O fator de mudança ou conflitos socioambientais na região II, VII e IX de planejamento, que predominou foi das **Áreas Protegidas** – AP, totalizando 84 (77,7%). Desse universo, as Terras Indígenas – TI aparecem, com 48 (57,14%), 20 (30,77%) identificaram com sendo motivo de conflito a criação de áreas destinadas a Unidades de Conservação – UC, 10 (15,39%) como áreas de proteção permanente – APPs e 6 (9,23%) como reservas Legais – RL.

Observa-se que o maior “flagelo” de Fatores de Mudanças Diretos ou conflitos identificados pelos Stakeholders está relacionado com a demarcação de áreas que são de interesse da Categoria de Mercado, onde estes exercem “drive forces”, principalmente pelas atividades de produção de grãos, como soja, milho e algodão. Os protagonistas (Stakeholders) nessa visão externam por frases as suas insatisfações e anseios, como pode ser visto a seguir: “...*TI pontes de Pedra e TI Santana (Necessidades de adequação do ZSEE/MT) . Produção de soja e uso de agrotóxicos em reservas indígenas para o agronegócio...*”; “...*Uso de Agrotóxicos nos entornos de TI...*” Na relação social, identificou-se um nítido conflito de interesses entre as Categorias de Mercado e Comunitário. É uma condição importante a compreensão destes, pois os mesmos são indicadores substanciais para o *bem estar humano*.

No entanto, não podemos afirmar que os conflitos na gestão socioambiental e, principalmente, no gerenciamento das AP, são totalmente negativos, pois, é devido às relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem às negociações e à busca de mecanismos para a regulação da gestão destas áreas. As AP podem ser consideradas como um laboratório para o estudo dos conflitos, pois consistem em espaços com limites definidos, onde podem ser observados e analisados diversos aspectos.

Já a inadequação do ZSEE/MT é entendida como um Fator Indireto de Mudanças, visto que também foi pauta de discussões. 12 (14,28%) dos participantes citaram que o ZSEE/MT não está de acordo com a realidade, externando que as Categorias e Zonas em função das Diretrizes propostas pelo ZSEE/MT são preocupantes e estão fora do contexto real dos Municípios

envolvidos na Região de Planejamento II, VIII e IX. 6 (7,14%). Mencionaram também como Fonte Direta de Mudanças o **uso indevido de agrotóxicos** pelo setor produtivo ou Categoria de Mercado e em terras indígenas. 4 participantes falaram do **desmatamento** acentuado, totalizando (4,76%). Em menor citação, com 2 participantes (2,38%) a problemática indefinida das **zonas de amortecimento - ZA**, que estão sendo usadas de forma ilegal.

Verificaram-se os conflitos mais evidenciados nas Regiões de Planejamento II, VIII e IX pelos Stakeholders de acordo com suas Categorias, e houve predomínio daqueles identificados pelas Categorias de Mercado, com 63 indicações (58,33%). Para esta Categoria nas três RP, ou seja, II, VIII e IX as Áreas Protegidas – AP são as mais conflitantes. Mesmo entre aqueles que vieram de outros municípios do Estado e de Cuiabá prevaleceram as menções sobre as AP, principalmente as terras indígenas – TI e a Criação de Unidades de Conservação – UC. A Categoria Comunitário fez 43 (39,82%) referências a conflitos ou fatores de mudanças nos serviços ambientais, em que 29 (67,45%) destas são em relação às AP, voltadas para as AP. Já a Categoria de Estado fez poucas referências aos conflitos em torno do ZSEE/MT, ficando apenas com 2 identificações (1,85%), na Região VIII e IX (Quadro 9).

Quadro 9 – Fatores de Mudanças Diretos por Categorias de Stakeholders nas RP II, VIII e IX

RP	Fatores de Mudanças Identificados pelos Stakeholders	Categorias de Stakeholders			Total	TOTAL REGIÃO DE PLANEJAMENTO – RP
		Mercado	Comunitário	Estado		
II	Áreas Protegidas	5	3	0	8	9
	ZSEE/MT	1	0	0	1	
	Uso de Agrotóxicos	0	0	0	0	
	Desmatamento	0	0	0	0	
	Zonas de Amortecimento	0	0	0	0	

VIII	Áreas Protegidas	7	4	1	12	13
	ZSEE/MT	1	0	0	1	
	Uso de Agrotóxicos	0	0	0	0	
	Desmatamento	0	0	0	0	
	Zonas de Amortecimento	0	0	0	0	
IX	Áreas Protegidas	25	13	1	39	50
	ZSEE/MT	3	1	0	4	
	Uso de Agrotóxicos	0	3	0	3	
	Desmatamento	0	3	0	3	
	Zonas de Amortecimento	0	1	0	1	
Cbá e outros Estados	Áreas Protegidas	16	9	0	25	36
	ZSEE/MT	5	1	0	6	
	Uso de Agrotóxicos	0	3	0	3	
	Desmatamento	0	1	0	1	
	Zonas de Amortecimento	0	1	0	1	

É importante salientar que nesta pesquisa foram entrevistados 16 Stakeholders procedentes de Cuiabá e de outros estados brasileiros, sendo que estes fizeram menção a 36 (33,4%) dos conflitos, tendo predominado aqueles relacionados com as AP, totalizando 25, ou seja, 69,45%. Os Fatores de Mudanças: Desmatamento, Zonas de Amortecimento e Uso de Agrotóxicos foram pouco citados nas regiões e indicados pelos Stakeholders, e juntos

correspondem a 22,33% do total de indicações. Os membros da Categoria de Estado provenientes de outros estados, Cuiabá e Regiões II, VIII, IX não fizeram nenhuma menção sobre Uso de Agrotóxicos, Desmatamento e Reservas Legais.

Estes Fatores de Mudanças Diretas e Indiretas aqui identificados interagem, o que permite organizá-los de acordo Figura 21 para a abrangência Local:

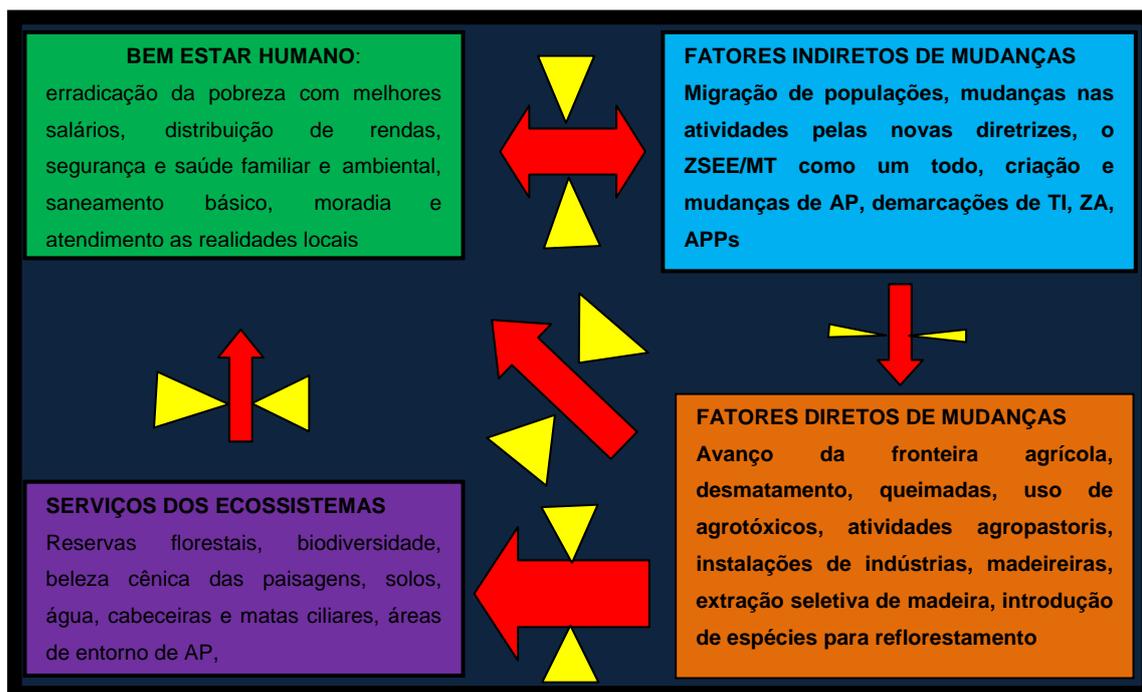
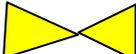


Figura 21 – Interações dos Indicadores de Sustentabilidade no contexto do ZSEE/MT. Segundo (AEM, 2003) adaptado nas características de acordo com ZSEE/MT

 Interações entre os indicadores.

Concorda-se com Little (2008) e parte-se de sua definição básica de conflitos socioambientais:

“embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural. Dada a existência de muitos tipos de conflitos sociais, podemos classificar um conflito determinado como *socioambiental* quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico” (LITTLE, 2008).

A análise etnográfica de um conflito socioambiental específico aqui em questão como Fatores de Mudanças começa com a identificação do *foco central do conflito*: o que realmente está em jogo? É claro que um conflito, em muitos casos, vai ter várias dimensões, movimentos ou fenômenos complexos, mas, da maneira que conseguimos identificar os pontos críticos já estamos avançando no entendimento da dinâmica do conflito.

Concorda-se com Little (2008), uma vez que sua definição enquadra perfeitamente, para esta discussão, os conflitos identificados nos Pólos de Diamantino, Tangará da Serra, em que há, pelo menos, três grandes tipos de conflitos: (1) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais, sobre uso ilegal de APPs, Unidades de Conservação e Terras indígenas, área de entorno etc.; (2) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas, pobreza, fome, miséria etc.; e (3) conflitos em torno de valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside em um choque de valores ou ideologias, como os das culturas indígenas e das populações tradicionais. Essa tipologia serve, em parte, para tratar o foco central do conflito para melhor entendê-lo e resolvê-lo. As principais atividades impactantes ou Fatores Diretos de Mudanças são identificados pelos Stakeholders nos pólos de planejamento e podem ser evidenciados no Quadro 9 e Anexo 2.

Quadro 9 – Principais Fatores Diretos de Mudanças identificados pelos Stakeholders

A identificação e análise neste trabalho dos principais Stakeholders envolvidos é outro elemento fundamental para o estudo de conflitos socioambientais, já que se tenta explicitar os interesses específicos em jogo nesses tipos de conflito, seguido por um levantamento das interações entre cada um desses Stakeholders. Para entender um conflito na sua totalidade, procurou-se a obrigação de entender as intenções e posições de todos os atores sociais envolvidos, independente da preferência dos grupos envolvidos.

Tem-se a sensibilidade de que o modelo de desenvolvimento prioritariamente adotado hoje na região III, VIII e X de Planejamento, como em todo o estado de Mato grosso, está baseado na extração e exploração insustentável dos recursos naturais, priorizando o lucro imediato para os seus protagonistas. Longe de Maximizar ou Ecologizar os impactos decorrentes da atividade econômica no estado de Mato Grosso e no Brasil percebe-se que está sendo priorizada a “produção de grãos a qualquer custo” colocando em risco todo patrimônio ecológico e cultural gigantesco e ainda pouco conhecido. O figura 22 esclarece através da evolução da produção brasileira de soja, por exemplo, e a participação na oferta mundial.

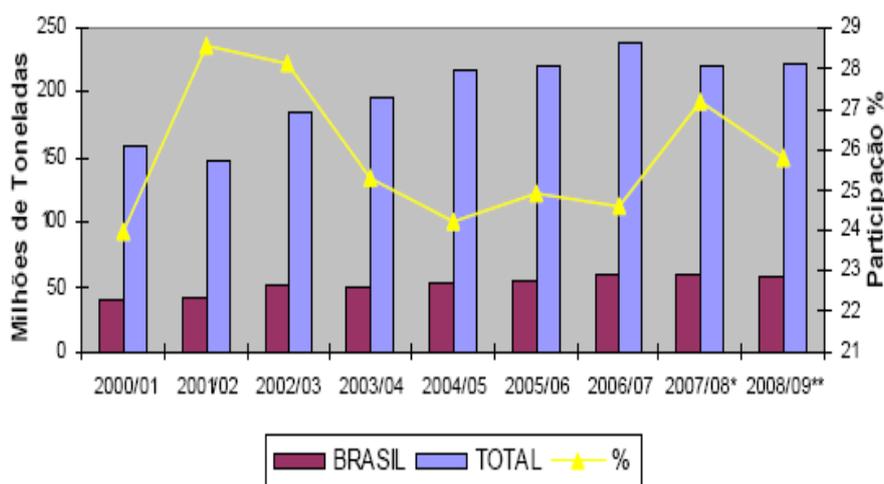


Figura 22 – Evolução da produção brasileira de soja e participação na oferta mundial.

Fonte: USDA e CONAB (março/2009)

É um modelo fundado na apropriação do espaço e na exploração das riquezas, mas muitas vezes sem considerar culturas locais existentes e dinâmicas naturais que regem os ecossistemas. Não diferente desse

entendimento, o modelo agrícola do estado, para atender uma demanda nacional e internacional, gera estratégias e predomínio de Grupos e ou empresários que dominam o mercado internacional, causando grandes influências no Produto Interno Bruto – PIB, Balança comercial e mercado de ações. Como exemplo, podemos citar o Grupo Maggi, que é uma das maiores empresas nacionais e internacionais no ramo de produção de soja. Esta empresa realiza o plantio, a colheita e a comercialização da soja que ele e outros produtores produzem.



Figura 23 – Ponto de Recebimento de Soja – BR 163 Cuiabá/Santarém – Município de Sorriso/MT

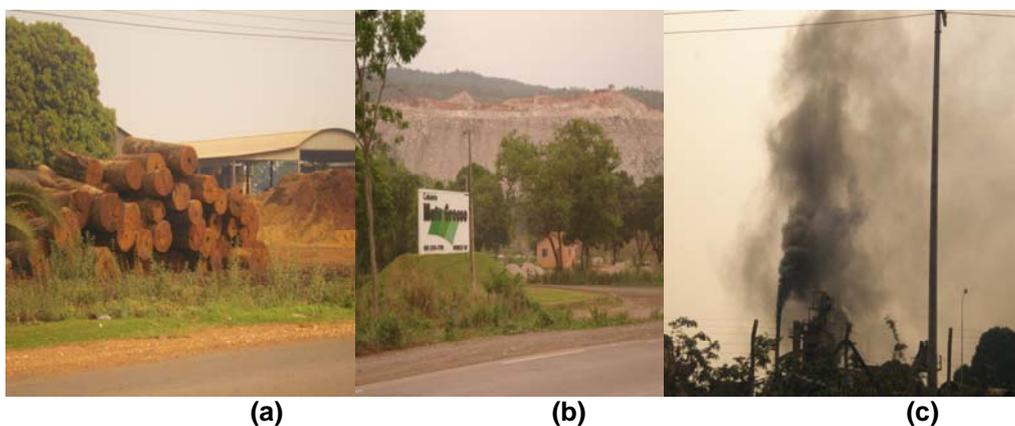
Este modelo evidencia e atesta que estamos baseados no atendimento da demanda internacional e em nível local ficam apenas os compromettimentos socioambientais. O estado de Mato Grosso tem sido propalado como o grande campeão na produção de grãos em nível nacional e internacional. Veja a Tabela 3 que mostra dados da produção estadual em comparação com outros estados, caracterizando o modelo de produção extensiva e mecanizada em escala gigantesca.

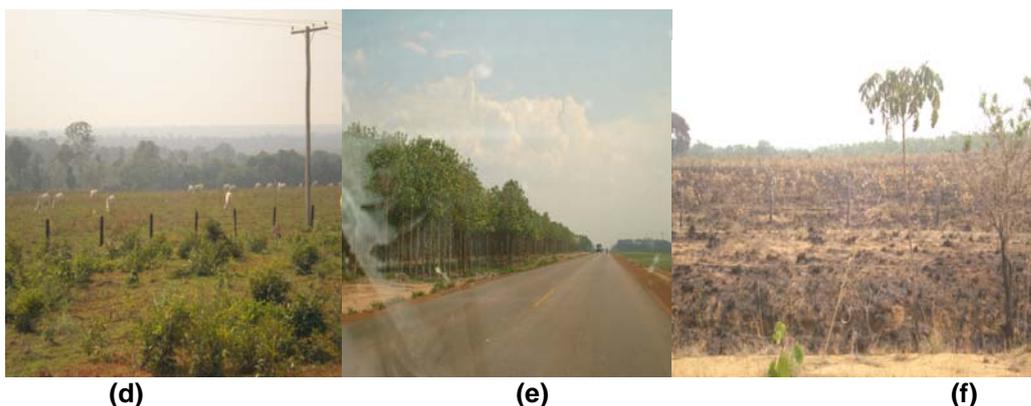
Tabela 3 – Principais estados brasileiros produtores de soja.

Estados / Regiões	2006/07		2007/08* (a)		2008/09** (b)		Var. % (b/a)
	Mil Ton	%	Mil Ton	%	Mil Ton	%	
MT	15.359	26,3	17.848	29,7	17.922	31,1	0,4
PR	11.916	20,4	11.896	19,8	10.043	17,4	(15,6)
RS	9.925	17,0	7.775	13,0	7.839	13,6	0,8
GO	6.114	10,5	6.544	10,9	6.577	11,4	0,5
MS	4.881	8,4	4.569	7,6	4.091	7,1	(10,5)
BA	2.297	3,9	2.748	4,6	2.512	4,4	(8,6)
SP	1.438	2,5	1.447	2,4	1.392	2,4	(3,8)
Norte/Nordeste	4.947	8,5	6.303	10,5	5.950	10,3	(5,6)
Centro/Sul	5.345	91,5	53.716	89,5	51.684	89,7	(3,8)
Brasil	58.392	100,0	60.018	100,0	57.635	100,0	(4,0)

FONTE: CONAB (março/2009)

Este estilo de desenvolvimento traz para o estado de Mato Grosso transformações rápidas com sérias conseqüências socioambientais de médio e longo prazo e em larga escala. A extração predominante das riquezas naturais reflete-se no local em pobreza econômica, exclusão social e degradação ambiental. E isso tem aumentado de forma gritante, tanto no meio rural como na cidade. A dinâmica e a intensidade com a qual estão se dando os impactos pedem a urgente reversão dessa situação. Algumas das principais atividades que hoje se destacam podem causar grandes impactos ambientais e sociais. Estas foram contextualizadas e identificadas pelos Stakeholders entrevistados, como pode ser visto na Figura 24 abaixo:





Figuras 24 – Atividades Antrópicas Impactantes (Fatores Diretos de Mudanças) – (a) Indústria Madeireira (SINOP/MT), (a) Mineradora de Calcário (Nobres/MT) e (c) Indústria de Asfalto (SINOP/MT), Pecuária Extensiva (Colíder/MT), Plantação de Teca (Alta Floresta) e Queimada (Itaúba/MT). FONTE: Fotos Rodolfo Curvo (2008).

Alguns ambientalistas acreditam que a solução para a questão socioambiental, neste quadro estadual, só se dará com mudanças radicais no paradigma da atual trajetória do modelo capitalista; já outros, somados a maioria dos cientistas, políticos, governantes etc. tentam buscar em políticas e estratégias ortodoxas, formas de ajustar a capacidade ecossistêmica da natureza a este mesmo modelo. Nenhuma das duas propostas, até agora, encontraram bases teóricas conceituais convincentes. Porém, uma das constatações quase unânimes, tanto por um grupo como pelo outro, é que não há como retroceder a trajetória tecnológica na qual a sociedade moderna está inserida.

Uns acreditam que o uso da tecnologia em praticamente todos os setores da vida humana é uma realidade constante nos últimos anos do século XX. Salienta-se, entretanto, que a busca do “modelo americanizado” de se viver, baseado no consumismo e na utilização desenfreada dos recursos ambientais, provavelmente, levará o planeta Terra ao seu esgotamento.

O território se tornou “uma variável crucial para explicar as dinâmicas econômicas relativas a diferentes espaços. As condições históricas e culturais e as características sócio-econômicas das diversas regiões jogam um papel importante, sua diversidade explica em grande parte as diferenças de trajetórias de desenvolvimento ordenadas segundo circunstâncias históricas e geográficas” (COULERT e PECQUEUR, 1994; BENKO & PECQUEUR 2001 COLLETIS-WAHL & PECQUEUR, 2002.).

Neste caso, o espaço não é um simples suporte, mas ele se torna território, que é o ponto de reencontro dos atores do desenvolvimento, o lugar onde se organizam formas de cooperação entre empresas, onde se decide a divisão social do trabalho, enfim, “*o lugar de reencontro entre as formas de mercado e as formas de regulação social*”. O território torna-se um componente permanente do desenvolvimento.

Vale salientar a importância da utilização da noção de território ou desenvolvimento territorial, pois o debate em torno dos modelos de desenvolvimento encontra outras expressões como desenvolvimento local, endógeno, exógeno etc. Neste sentido, foi Pecqueur (1989; 1992; 1996) Benko & Pecqueur (2001) Colletis-Wahl & Pecqueur (2002) que indicaram claramente que o espaço-território desempenha o papel de uma variável explicativa no desenvolvimento porque o espaço cessa de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias e ou nas alianças dos atores individuais e das firmas.

No cenário do ZSEE/MT ganham destaque iniciativas como a descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos atores (Stakeholders) da sociedade civil, especialmente ONGs e os beneficiários diretos das políticas. Redefine-se o papel das instituições e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras (Figura XX). Assim, emerge a necessidade de novas unidades de referência que tornem a ação estatal exequível e permeável à participação. Este será o terreno fértil para a evocação da noção de território e/ou enfoque territorial como a nova unidade de referência que funcionará como instância de mediação capaz de contemplar as relações entre os Stakeholders locais e as demais esferas e escalas, como a regional e global no contexto do AEM.

II.7 – Proposta de alterações dos Stakeholders nas Diretrizes nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT

Na estratégia de socialização, debates em torno das Diretrizes propostas no PL do ZSEE/MT foram realizados durante os Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas nos Pólos de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta e podem ser resumidos de acordo com o Figura 24.

As necessidades emanadas como intervenções permearam as questões de Meio Ambiente, Saúde, Educação, Instrumentos, Políticos Institucionais, Cultura, Esporte e Lazer, Tecnológico, Infra-estrutura Econômica, Adensamento, Exploração dos Recursos Naturais, Diversificação Produtivas e Infra-estrutura social.

Proporcionalmente, as propostas de alterações podem ser evidenciadas na Figura XX. Houve predomínio de sugestões de alteração nas questões que tratavam de assuntos das **Políticas Institucionais** com 52 intervenções, totalizando 22% do total dos pedidos de mudança das Diretrizes originais do PL. Outras diretrizes que também foram destacadas são aquelas que tratavam de **Instrumentos de Gestão** que chegaram a 41, totalizando 17%. Ambas somadas totalizam mais de 39%. As que tiveram menor número de propostas foram as de caráter **Tecnológico** com apenas 6 intervenções (2%). As que dizem respeito às preocupações dos Stakeholders para as questões ambientais, **Exploração dos Recursos Naturais e Meio Ambiente**, tiveram intervenções que somadas atingem 9%. O percentual das outras sugestões pode ser visto na Figura 25.

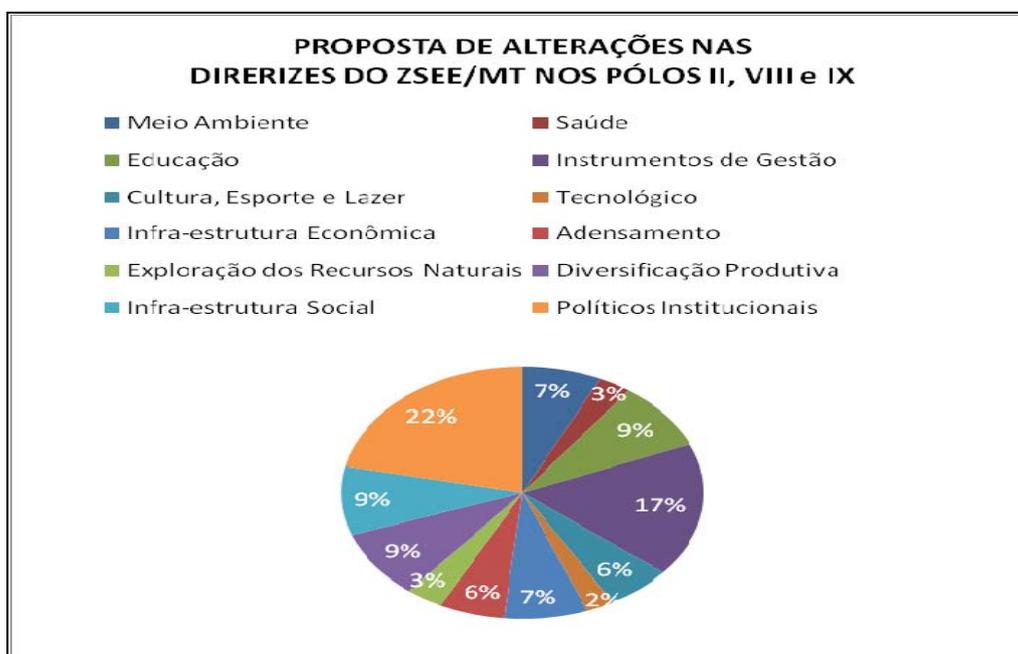


Figura 25 – Propostas de Alterações nas diretrizes do ZSEE/MT
 Fonte: SEPLAN (2009); AL (2009).

Na Figura 25 procurou-se resumir de forma mais clara as Necessidades ou demandas dos Stakeholders oriundas desses debates, que foram compiladas em diretrizes ou intervenções dos participantes.

Para a AEM as intervenções e propostas de alterações nas Diretrizes do ZSEE/MT representaram *Fatores Indiretos de Mudanças*, com escopo sócio-político. Historicamente já se mencionou os Fatores Indiretos de Mudanças nos Serviços Ecosistêmicos, dentre eles lembra-se: PRODOESTE, PROTERRA, POLOCENTRO, PROBOR, PRODEAGRO POLONOROESTE SUDAM, PRODEPAN e muitos outros. Agora o ZSEE/MT passa a ser o principal instrumento de disciplinamento das atividades humanas nos serviços ecosistêmicos. As principais *Pressões* estão relacionadas com a abertura e a colonização do centro-oeste e norte do Brasil, que permitiram a abertura de estradas, expansão da fronteira agrícola e situação de todo o *Bem Estar* dos que ali estavam e daqueles que vieram em busca de satisfazer suas *Necessidades*.

Evidenciou-se que as regiões II, VII e IX de Planejamento do ZSEE/MT – devido aos Planos e Programas Nacionais e Regionais – sofreram enormes influências destes Fatores Indiretos de Mudanças, promovendo as alterações e caracterização dos Serviços Ecosistêmicos atuais. Isso se deve a essas condições e resultados que foram levadas e ou determinadas pelas interações entre os Fatores Indiretos e Diretos de Mudanças, gerados a partir dos mecanismos de gestão sócio-políticos e ambientais dos serviços ecosistêmicos. Todos os municípios desta região foram fundados a partir da década de 70, consolidados em um modelo colonizador em função da expropriação, grilagem e distribuição de terras em grandes latifúndios. Torna-se necessário estabelecer relações entre as demandas (Necessidades), as alterações sugeridas nas diretrizes pelos Stakeholders entrevistados e sua análise como Fator Indireto de Mudança nos Serviços Ecosistêmicos.

CAPÍTULO III – CONFLITOS, DEMANDAS (NECESSIDADES) E ALIANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NAS REGIÕES II, VIII E IX DE PLANEJAMENTO DO ZSEE/MT

III.1 – Caracterização dos Stakeholders Entrevistados

As mudanças sugeridas pelos Stakeholders, independente de sua Categoria ou Grupo Social, evidenciam as **Demandas** ou **Necessidades** que expressam publicamente. O que tem que se destacar é que eles(as) têm as possibilidades de expressá-las livremente, na maioria das vezes. Isso pode ser caracterizado como uma evolução no sentido de Bem Estar Humano, tendo em vista que esses Stakeholders podem ter a opção de escolha e colocar sua posição, o que significa mais do que uma simples opinião, pois subjetiva-se para caracterizar os anseios, as aspirações, a cultura, as etnias, a defesa de interesses, as relações de poder, a dominância e ou a omissão. Externa sonhos, ideais e valores, resultados de contextos ou arenas para impor ou partilhar essas vontades.

Nesse escopo, surgem os conflitos e as alianças. *A priori* os **Conflitos** podem ter um significado negativo, mas podem ser também positivos, a partir do entendimento que deva haver respeito à diversidade de opiniões, desde que haja dialética. Essas intenções giraram em torno de variáveis, como as organizadas no Quadro 11, mas que, neste estudo, evidenciou-se serem predominantemente sociais, políticas e ambientais.

Convencionou-se, utilizando dos entendimentos de Barbanti Jr (2001), que os termos “problema” e “ambiental” foram substituídos por “conflito” e “socioambiental”. Entretanto, é praticamente unânime entre os estudiosos que, em geral, os problemas ambientais são formas de conflitos sociais, que envolvem interesses, sentidos e fins, na relação homem e ambiente. Ou seja, os conflitos ambientais configuram-se quando os atores sociais defendem distintas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum (BARBANTI JR, 2001).

Para se ter como exemplo e para efeito da análise de participação dos entrevistados identificou-se nesta pesquisa nos Grupos de Trabalhos Técnicos e Audiências Públicas a presença e ou participação dos Stakeholders.

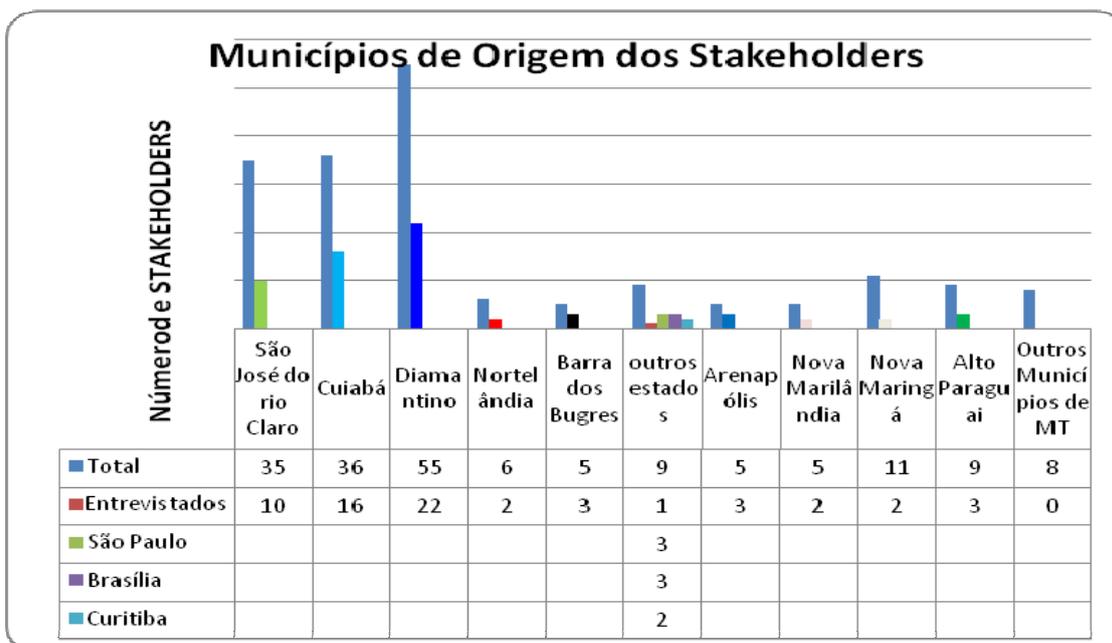


Figura 26 – Municípios de Origem dos Stakeholders
 Fonte: SEPLAN,2008; AL, 2008

Houve preocupação em verificar o município de origem destes e obteve-se como resultado a predominância daqueles que tiveram sua origem no próprio Estado de Mato Grosso, distribuídos em 14 municípios, mostrando que o interesse não é só local, mas em um *continuum* também maior (Figura 26).

Somente oito (8) Stakeholders vieram de outros Estados (2 de Brasília/DF, 3 de São Paulo/SP e 3 de Curitiba/PR). É perceptível, em nossas observações e anotações de campo, que estes 6 (seis) atores, sendo eles: 20, 121, 123, 152, 153 e 181, estavam durante as apresentações no grupo de técnico e audiência pública como consultores técnicos contratados da Categoria de Mercado. Existiam outros, mas não assinaram a lista. Dois (2) Stakeholders provenientes de Curitiba/PR estavam a serviço do Poder Executivo e Legislativo do Município de São José do Rio Claro/MT, sendo a área de formação a de Advocacia com doutorado em Direito Ambiental e a profissão a de professora da Universidade Federal do Paraná e, outra, doutora na área de Engenharia Florestal e empresária do ramo de consultoria e planejamento ambiental e florestal. Dos outros dois (2) com procedência do mesmo estado, um (1) era biólogo com mestrado em Antropologia e com mestrado em Ecologia, prestando serviço para o executivo de Nova Maringá. Além desses, havia dois (2) de São Paulo, especialistas em projetos agro-

florestais e agro-ambientais, com formação em Engenharia Florestal e pós-graduação. Um dos Stakeholders proveniente de Brasília/DF é o representante do MMA – Ministério do Meio Ambiente, delegado pelo Ministro para a representação do Governo Federal.

Conforme a Figura XX abaixo houve predominância de Stakeholders oriundos do Município de Diamantino, com 57 participantes, totalizando 30,97%.

O município de origem dos entrevistados é relevante, pois passa a auxiliar na identificação do Grau de Dominância de Interesses dos Stakeholders, já que seriam aqueles que teriam maior representatividade ou não no processo. Diagnosticou-se que muitos participaram de vários Grupos de Trabalho e Audiências Públicas e estes como eram indicados por outros não houve a necessidade de aumentar a lista.

O ato de participar torna-se crucial no processo de legitimação da política pública. É importante frisar que não fazem parte da Região IX de Planejamento os municípios de Nova Mutum, Capão Verde, Tangará da Serra, Sorriso, Barra dos Bugres, Aripuanã e Cuiabá, totalizando 49 ou 26,63%. Cuiabá sendo o município que não faz parte da região de Planejamento e que apresentou maior número de Stakeholders, sendo 42 correspondendo a 22,82%. Dos que fazem parte deste pólo de Diamantino, os municípios com menor número de presentes foram os de Nova Marilândia (5) e Nortelândia (5).

Segundo Chevalier (2001) é necessária a preocupação com um processo de tamanha envergadura para verificar-se quem são os interessados e os não interessados e o que realmente fazem ou deixam de fazer esses Stakeholders na tomada de decisão para gestão de conflitos e de interesses.

III.2 – A participação dos Stakeholders e Legitimação do ZSEE/MT

Considerou-se a participação do Stakeholders como uma atitude ou ação de interesse. Muitos são os fatores que podem influenciar na ida ou não para participar dos trabalhos técnicos ou da audiência pública no local de sua execução, ou seja, Diamantino. Questões físicas de deslocamento (distância), acesso, meio de locomoção, fatores de custos para passagens, estadia,

alimentação, e ainda a vontade de cada um que pode estar relacionada com o interesse direto ou indireto.

Ainda segundo Chevalier (2001), a análise da participação expressiva dos Stakeholders no processo é necessária por várias razões. Por um lado deve haver um reconhecimento do fato de que os obstáculos para a paz, equidade, sustentabilidade e crescimento que culminam no Bem Estar Humano não podem ser tratados através de meios tecnológicos e isolados do contexto sócio-político. Nos processos decisórios abordam-se as questões da pobreza e da degradação ambiental dos Serviços Ecosistêmicos, as relações de poder e de interesses conflitantes. Ressalta-se que há relações sociais e políticas que envolvem os Stakeholders nesse processo decisório, já que se trata de um Projeto de Lei que tramita na AL e atingirá toda a sociedade. Assim todas as partes (atores) "interessadas (os)" devem ser examinadas (os) e as práticas alternativas exploradas, verificando se existem planos para as mudanças e estas estão baseadas na realidade e adicionadas de forma amplificada na participação.

Então se torna relevante esta participação nas atividades, pois como avaliar e promover a solução de conflitos de interesses se não há representação significativa ou mesma isolada? Se assim não for, não há legitimidade dos preceitos de equidade e sustentabilidade desejada ou propalada.

Concorda-se ainda com Chevalier (2001) que menciona que a análise dos Stakeholders e sua participação necessitam de uma percepção que tenha a vantagem de ser flexível, percebendo o conjunto e chamando a atenção para problemas específicos, propiciando assim, aos atores, as oportunidades com o intuito de "mudança". Isto é particularmente útil no contexto da gestão de recursos naturais ou dos conflitos de interesses aqui diagnosticados, tendo em vista que representam grupos de interesses diferentes ou semelhantes, que associados ou não, emanam questões que determinam a necessidade e análise complexa dessas relações.

Os interesses que geram conflitos devido às diferentes *Necessidades* de cada Grupo Social ou Stakeholders em torno das questões dos Serviços Ecosistêmicos, tais como terra, água e florestas tipicamente podem prevalecer

para uns e para outros não. Os produtores rurais, pequenos agricultores ou pescadores, agentes do governo, ambientalistas e os grupos sociais que “defendem” a preservação e os direitos das etnias nessas regiões de planejamento podem ter uma participação e os interesses (Necessidades) em conflito devem ser considerados na gestão (Necessidades ou interesses particulares ou comuns).

A análise multilateral e o envolvimento são tanto mais necessários que as estratégias administrativas, as demandas ou Necessidades sociais e econômicas, porque estas são conjunturas políticas sistêmicas operando interativamente em níveis micro e macro. Considerações das partes interessadas são igualmente relevantes em situações de custos de oportunidade e *trade-offs* que devem ser resolvidos em nível político (CHEVALIER E FIVELAS DE 1999, GRIMBLE et al., 1995; RAVNBORG E PILAR DEL GUERRERO, 1999).

A participação das comunidades na tomada de decisões passa, então, a ser uma atividade que se enquadra no complexo movimento ao qual se convencionou designar por “participação política”. Esta é preconizada pelas democracias modernas de inspiração euro-ocidental.

Como se pode depreender, a participação política nestes termos seria característica dos que podem ou que querem e que dizem possuir uma tradição democrática mais ou menos sólida de participação.

Entende-se que mesmo com inúmeras justificativas, tal participação restringe-se a um limitado número deles. Isto levanta sérias dificuldades na aplicação da expressão “participação política” em relação às necessidades nos processos decisórios nos países em vias de desenvolvimento nos quais as instituições políticas democráticas são ainda bastante novas e estranhas para a maioria da população.

A importância da participação de todas as Categorias de Stakeholders de forma efetiva na tomada de decisões como no caso deste instrumento de política pública estadual, deveria obedecer às realidades locais com as quais as pessoas se identificam. Agora, até que ponto seria viável a realização de pré-trabalhos técnicos ou pré-discussões de audiências? Isso exige muitos recursos, organização e vontade política. Após a realização das audiências

cogitou-se reivindicações de Grupos dos Movimentos Sociais, justificando as dificuldades de participação em todas as atividades e em seguir as pautas de discussões ao longo de todos os municípios sede no Estado. Mais de 344 foram os documentos protocolados à Comissão Especial do ZSEE/MT na Assembléia Legislativa de Mato Grosso por todas as Categorias participantes em todo o estado de Mato Grosso. Mais de 2906 páginas de documentos compreendendo: ofícios, manifestos, memorandos, solicitações, sugestões, encaminhamentos, pedidos, contribuições, propostas, cartas, e-mails, ementas supressivas, atas, relatórios, retificações, correções, relatórios técnicos, respostas, relações, apelos, aditivos e substitutivos de ementas, cartas religiosas, agradecimentos, cartas indígenas, cartas abertas, resumos etc. Estes são compreendidos como Necessidades oficializadas, e que passarão a ser, caso aprovadas ou ouvidas, os Fatores Indiretos de Mudanças, já que estes direcionaram as Pressões permitidas legalizadas e legitimadas por suas necessidades comuns ou individuais.

A amplitude das dimensões territoriais do Estado de Mato Grosso, e as dificuldades emanadas disso, geraram demandas (Necessidades) e conflitos (não concordâncias) entre o querer e o poder estar participando. Como atitude apreciável, os responsáveis técnicos pela elaboração do ZSEE/MT e gestores da SEPLAN/MT, declararam-se sensibilizados e prometeram disponibilizar recursos ou meios para tal participação.

Não pôde ser constatada a veracidade ou realização de forma legal e institucionalizada desse feito. Informações coletadas em diálogos extra-audiências confirmaram a possibilidade de transporte e pequena ajuda de custo para alguns representantes. Estes disseram que, na verdade, foi concebida a idéia após inúmeras pressões, reuniões e articulações de líderes dos movimentos sociais, ONGs, Sindicatos, Coletivo Jovem, Grupos de estudantes universitários, cientistas e culminando até em uma recorrência ao Ministério Público do Estado com uma representação.

Os grupos dos movimentos sociais (Categoria Comunitário), representantes de diversos setores e da sociedade civil organizada se manifestaram em favor desse feito. Presenciou-se, inúmeras vezes, principalmente nas atividades desenvolvidas nas regiões de Planejamento dos

Pólos de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta a chegada em ônibus desses representantes.

Distantes de justificar ausências ou impossibilidades na participação dos Stakeholders, os preceitos de Almeida (2009) nos elucidam e condizem com ideais teóricos de uma sucessiva incorporação de novos mundos, onde "(...) as organizações políticas, econômicas e culturais, prevalecem sobre os indivíduos, classes, grupos, partidos e Estados nacionais. Elas conseguem aliar-se com grupos locais, integram-se a setores sociais, partidos ou governos, mas organizam-se segundo razões próprias, de ordem global." Dessa forma, prevalecem sobre os indivíduos, que passam a viver a crise da razão.

No mesmo sentido e raciocínio, o caráter particularista das estruturas econômicas, aliado ao desconcerto social e cultural, tem colocado ao indivíduo as mais diversas formas de antagonismos, que lhe dificultam a tomada de decisões e o inibem de participação política.

Uma percepção da participação política dos Stakeholders envolvidos neste processo em uma suposta sociedade globalizada mostra que as barreiras encontradas e impostas por essa globalização em um *continuum* Macro, para a conquista de autonomia, forjam-se na própria globalização, porém são alimentadas e tornam-se grandes empecilhos, no despreparo, intelectual ou político, dos próprios indivíduos em tomar para si as rédeas do mundo global.

Entende-se que ao indivíduo cabe perceber que as dificuldades de participação política na sociedade global não se resumem às questões ideológicas e econômicas do neoliberalismo. Elas também se revelam em ações do cotidiano, como o comportamento consumista na compra de algum produto ou na massificação de valores que sofre dos meios de comunicação. Enfrentar e superar essas dificuldades exige do indivíduo autonomia e a construção de uma identidade pessoal, capaz de delimitar espaços e gerar novas sensibilizações de consciências de cidadania.

Para o exercício desta cidadania é importante perceber também a atuação política dos Stakeholders no processo de construção e participação do processo político deste ZSEE/MT, como sendo um instrumento da política pública de caráter decisório. Isto vai ao encontro das demandas ou

necessidades emergentes de seu quadro social, econômico e ecológico representativo. A atuação não se tem como apolítica, pois se assim fosse, passariam estes Stakeholders em Diamantino, Tangará da Serra, Alta Floresta e ou outros Pólos de Planejamento do ZSEE/MT como “meros espectadores” de uma arena de debates. Hoje se cogita a importância do ZSEE/MT, já que este vai ao encontro da promessa de solução de problemas e equalização do *status* social, ou seja, de sustentabilidade socioambiental ou mesmo de desenvolvimento sustentável. Então se desenvolvem estratégias de comum interesse para a prática ou exercício de atuação política. Para diagnosticar e avaliar este objeto propôs-se investigar as Categorias a que pertenciam os Stakeholders e suas alianças.

III.3 – Alianças como estratégias de cooperação entre as categorias de Stakeholders

Assim, na construção social, seja ela participativa ou não, sempre se percebe a formação de alianças entre os grupos sociais. Em uma análise desta situação nos grupos de trabalho e na audiência pública do ZSEE/MT na região do Pólo de Diamantino identificou-se as possíveis alianças entre os Stakeholders através da autodenominação, ou seja, eles (Stakeholders) diziam a qual grupo social pertenciam ou quais eram os seus parceiros. (Figura 27 e Quadro 10).

Evidenciou-se a predominância de alianças e maior representatividade do autodenominado **setor produtivo** (Categoria de Mercado) do ponto de vista quantitativo de presença. Dos 65 entrevistados, 24, ou seja, 36,92% deles disseram estar defendendo os interesses de um grupo economicamente ativo e produtivo para o Estado, justificando sua participação nesse cenário. Seguidos pela categoria da **sociedade em geral** que defendiam interesses individuais ou coletivos, mas que não se autodenominaram como de nenhum dos outros três grupos. Houve 5 Stakeholders nesta classe de alianças, atingindo 7,69%.

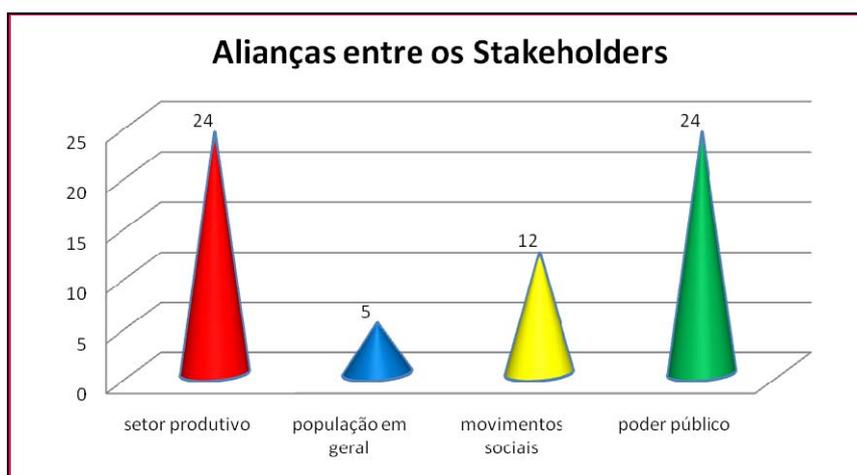


Figura 27 – Alianças entre os Stakeholders

Os Stakeholders da Sociedade Civil Organizada que se caracterizaram como sendo dos **movimentos sociais** – e neste estudo pertencentes à **Categoria Comunitário** que inclui as ONGs, Sindicatos de trabalhadores rurais, MST, sem teto, militantes dos direitos dos estudantes, indígenas – apareceram com 12 representantes (18,46%). Já o **poder público, Categoria de Estado**, representado pelos poderes municipais, estaduais e federais possuía, entre os entrevistados 24 membros (36,92%). Predominaram neste estudo as alianças entre os membros do poder público com o setor produtivo com 73,84%.

Do ponto de vista de caracterização dessa demonstração, qualitativamente os Stakeholders estabelecem Alianças, por cada Categoria (Mercado, Estado e Comunitário, realizando vários tipos de estratégias de colaboração/cooperação, ficando por atividades de caráter esporádicas ou permanentes, chegando ao ponto de serem efetivas na condução do processo. Estas foram agrupadas no quadro 10.

Quadro 10 – Alianças por Categorias entre os Stakeholders

Categorias de Alianças	Tipos de Estratégias de colaboração/cooperação	Caracterização das Intensidades das Alianças	Descrição da Efetividade Alianças	Identificação dos Stakeholders na Categoria
Comunitário	Troca de informações, ajuda de custo	Esporádica, número reduzido de encontros e de	Poucas intervenções, sendo estas com baixo grau de argumentação	7, 12, 17, 27, 28, 32, 38, 44, 63, 132, 144, 164, 183.

	para estadia e alimentação, deslocamento e meio de transporte conjunto, defesa de idéias e posicionamentos,	participantes, pouca articulação,	técnica, retórica ambientalista emotiva, não persuasiva, pouco efetiva, conflitos entre integrantes, desmotivada, desorganizada	
Estado	Troca de informações, assessoria, correções, articulações, coordenação dos trabalhos, mediação das atividades, meios de transporte comum em carro oficial, estadia em mesmo hotel e aposentos, controle da fala, tempo, compartilhar recursos utilitários, formação de mesas (cerimonial), imprensa oficial a disposição	Permanente, número razoável de participantes, financiado pelo poder público, grandes articulações políticas locais e regionais,, mediadora, imparcial ao máximo, ,	Mediadora, controladora, determinante, com poder de decisão, concretizadora,	3, 9, 17, 34, 35, 36, 51, 68, 69, 74, 75, 76, 89, 100, 107, 111, 118, 124, 142, 146, 151, 166, 172, 177
Mercado	Distribuição de camisas, lanches, água, pagamento de estadias, pagamento de assessorias as prefeituras e câmaras de vereadores, financiamento de transporte coletivo, intermunicipal e local.	Permanente, número grande de encontros e de participantes, articulada, poucos conflitos entre integrantes, motivada	Intervenções assessoradas, coordenadas e orientadas, pré-programadas, organizada, articulados	5, 10, 22, 25, 43, 58, 80, 82, 83, 86, 90, 91, 94, 95, 114, 120, 121, 128, 129, 130, 135, 138, 150, 157, 162, 175, 185, 186.
Comunidade em Geral	Compartilhar alimentos, utilitários de escritório (papéis, caneta), água, transporte individual juntos,	Sem nenhuma articulação, pequena quantidade de intervenções pessoais ou orientadas por	Desarticulada, desmotivada, ausente, omissa e distante.	17, 80, 114, 157, 12

	hospedagem em residências particulares.	outros grupos. Quando estavam associadas ao outros grupos, mas se identificaram como pertencentes a eles ou parceiros.		
--	---	--	--	--

O simples fato de ter maior número não significa ser tomador de decisão ou ser detentor do Maior Grau de Influência ou do Maior Grau de Dominância de Interesses, nem que haja interferência maior ou um poder de influência direta ou indireta sobre a tomada de decisão. Mas se está tomando como ponto de partida a necessidade de entender, inicialmente quem e como são e estão os Stakeholders envolvidos no processo e de qual grupo social eles se autodenominam. Devido a essa possibilidade de escolha – opção democrática de ser e estar de se agrupar ou associar com, muitas vezes, liberdade de escolha ou interesses individuais ou coletivos – coloca-se em reflexão qual o melhor direcionamento para nossa análise e discussão. Muitas vezes, nos Pólos de II, VIII e IX de Planejamento os stakeholders se agrupavam, até uniformizados, com *slogans* ou palavras de ordem impressas em camisetas, faixas, panfletos etc.,



Figura 28 – Stakeholders da Categoria de Mercado uniformizados - Audiência Pública no Pólo de Diamantino/MT. Fonte: foto de Rodolfo Curvo (2008)

Acredita-se aqui que quando se autodenominam e dizem a quem estão aliados, ou seja, que grupo ou Categoria têm a vontade de pertencimento, de se unir, de fazer aliança, possibilita uma conclusão, ainda que superficial, de seus interesses ou que valores defendem, suas demandas, seus conflitos e interlocuções como interventores ou não no processo decisório da política pública em questão, o ZSEE/MT.

Fica claro que, entre as Categorias, na do Mercado (setor produtivo) havia maior articulação e organização (Figura 27 e 28. Quadro 10). Descreve-se aqui que os mesmos apresentam estratégias de manipulação e de persuasão muito evidentes e organizadas. Constatou-se esse entendimento devido à maneira ou postura que tomavam antes, durante e depois dos grupos de discussões e na audiência pública. Permaneciam sempre próximos, trocando informações, papéis impressos previamente, distribuição de “falas” pré-concebidas e as devidas intervenções sobre as diretrizes enumeradas e propostas pelo ZSEE/MT, nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Além destas informações se organizaram de tal forma que faziam reuniões pré-trabalhos técnicos de cada Pólo de planejamento, protocolando documentos diversos de suas reivindicações. Informações estas coletadas dos técnicos da SEPLAN, a Categoria Comunitário (Movimentos Sociais), e o próprio de Mercado (Setor Produtivo). Presenciaram-se diversas pré-reuniões destas em vários Pólos de Planejamento. Todas elas foram coordenadas, organizadas e financiadas principalmente pela FAMATO – FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

É necessário tomar uma posição e promover uma reflexão sobre esta ótica demasiadamente dialética, pois torna-se evidente o alienante predomínio das coisas sobre os homens e tem criado enormes barreiras para a tomada de consciência dos indivíduos, o que dificulta ainda mais a superação das dificuldades de participação política e a conseqüente inserção na sociedade globalizada.

Os Stakeholders aliados à Categoria de Mercado (Setor Produtivo) conseguiram ter domínio em número, intervenção e Grau de Influência e Grau

de Poder de Dominância de Interesses, e, conseqüentemente, irão influenciar na tomada final de decisões para a aprovação. Muitas são as pressões políticas e econômicas em torno deste fato. Foi um tanto quanto planejado, premeditado e manipulado pelos seus interesses, gerando conflitos socioambientais evidentes com a Categoria Comunitário, a qual não consegue ter domínio de um aparato mecanizado, que cria constantes necessidades, tensiona as relações sociais e dita as normas no mundo globalizado.

Percebeu-se que os conflitos e demandas foram ditados por regras, às vezes, inexistentes e sem uma lógica da honestidade, da passividade e do entendimento. Pelos discursos e “bate-boca” entre Stakeholders constatou-se um clima tenso e de conflito negativo acentuado. Os Stakeholders mostraram-se escravos do nosso aperfeiçoamento técnico, econômico e de formação. Por isso a clareza da necessidade de modificamos tão radicalmente nosso meio ambiente, utilizando os recursos naturais de forma, na maioria das vezes, desastrosa e que agora devemos modificar ou moldar-nos a nós mesmos, para podermos viver nesse novo ambiente."

Alguns Stakeholders da Categoria Comunitário e, às vezes, de Mercado ali representados têm extremas dificuldades de situar-se em uma sociedade, que assim como assinala o declínio do Estado-nação, faz emergir novos e megacentros mundiais de poder, soberania e hegemonia. A situação foi problemática e contraditória e eles já não conseguiam identificar os donos do poder ali estabelecidos. Os Stakeholders da Categoria Comunitário (dos Movimentos Sociais) ficaram deslocados ainda mais do centro das decisões políticas no processo decisório das intervenções que podem mudar o escopo do ZSEE/MT, diante da doutrina neoliberal que transfere as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito do poder do Mercado.

Num prisma de avaliação, as partes interessadas nesta arena de conflitos de interesses devem ter o hábito de avaliar as condições socioambientais e econômicas sob as quais ocorrem as operações, devendo fazê-lo através de meios interativos. A análise dos Stakeholders ali categorizados deu a entender ser uma base de troca de informações, que é uma característica permanente da vida social e da interação. Orientados para

a ação, os Stakeholders incorporaram a preocupação com a conservação e preservação dos recursos naturais, muitas vezes restritos a algumas partes interessadas, pertencentes à Categoria dos Stakeholders Comunitário (Movimentos Sociais). O problema é que essas condições excluem a participação ativa das pessoas que estão muito distantes ou cujos interesses são simplesmente considerados inconciliáveis com os seus próprios. A exclusão também pode refletir o fato de que o exercício é parte de um jogo de soma zero que não pode ser evitado; a identificação de Stakeholders nessas categorias é então realizada com o objetivo de reduzir a influência de grupos poderosos e combater os seus planos (MACARTHUR, 1997).

A forma restrita de Stakeholders sem estarem entendidos como agrupados e com interesses ou Necessidades comuns ou pessoais implica que o conceito de partes interessadas e de gestão "das relações sociais" e suas estratégias devem ser utilizados criticamente, não podendo ser ingênuas em relação aos mecanismos de inclusão universal. Implicitamente, o conceito das partes não pode ser tão abrangente quanto a coincidir com o conjunto de todos os cidadãos, como Clarke e Clegg (1998) corretamente observaram. Também não pode ser tão descritivo para simplesmente listar todos os intervenientes envolvidos em uma ação que demanda diferenças e conflitos de interesses, em particular o ZSEE/MT, sejam elas apenas contratuais ou de verdadeiros Stakeholders interessados da comunidade (CLARKE E CLEGG, 1998).

Selecionar as partes interessadas em processos participativos é desafiador. Por exemplo: algumas Categorias de participantes podem ser historicamente marginalizadas das decisões de gestão e decisão, podendo, portanto, ser difíceis de identificar ou envolver; pré-conflitos existentes entre as diferentes categorias podem fazê-las se opor a participar de um processo deliberativo e processos participativos tendem a focalizar pequenos grupos para deliberação em profundidade e de aprendizagem mútua, que pode levar a uma falta de representatividade (DANIELS & WALKER, 2001; GRIMBLE & WELLARD, 1997; STRINGER *et al.*, 2006).

IV.4 – Estratégias adotadas pelos Stakeholders para formação de Alianças de cooperação

A crescente popularidade da análise das partes interessadas (Stakeholders) na gestão dos recursos naturais, em parte, reflete um crescente reconhecimento do grau em que os interessados podem e / ou devem influenciar a tomada de decisões de processos (BURROUGHS, 1999; VARVASOVSKY E BRUGHA, 2000; DURAM & BROWN, 1999; SELIN et al., 2000). Análises das partes interessadas podem ser usadas para a compreensão de sistemas ambientais, definindo os aspectos do sistema em estudo, identificando quem tem interesses nesses aspectos do sistema, e priorizando os interessados para a participação nas decisões sobre os aspectos do sistema (GRIMBLE; WELLARD, 1997; MUSHOVE E VOGEL, 2005).

O conceito de estratégia não encontra unanimidade na literatura. Desde a sua origem até sua popularização, nas décadas de 60 e 70, o conceito passou por uma sucessão de redefinições. Não obstante o fato de todas convergirem em um ponto, o de que a estratégia representa um elo que conecta a organização ao ambiente, a discussão a respeito da sua formulação e da sua implementação é extensa.

Enquanto alguns autores compreendem a estratégia como um conjunto de atividades indivisíveis e simultâneas, resultantes de um processo dinâmico e emergente decorrente das interações entre os agentes presentes no cotidiano das organizações (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; QUINN, 1980), outros evidenciam o seu caráter prescritivo, intencional e racional, onde existe clara desarticulação entre planejamento e ação, ou seja, a estratégia deve ser primeiro formulada para posteriormente ocorrer sua implementação (ANSOFF, 1965; STEINER, 1969; 1979; CHANDLER, 1969; ANDREWS, 1971).

Na concepção prescritiva, a estratégia é entendida como um conjunto de cursos de ação ou linhas-mestras conscientemente concebido para se lidar com uma determinada situação (COSTA; SILVA, 2002). Em concordância, Ansoff (1965) argumenta que a estratégia deve ser planejada em um processo de análise formalizado e controlado, que resulta na definição de planos de ação para atingir objetivos

A compreensão da arena de estratégias ali construída passa, portanto, necessariamente pela decodificação da relação existente entre as organizações e seus Stakeholders, ou seja, os diversos grupos afetados por suas operações ou que as influenciam de alguma forma, como funcionários, clientes, fornecedores, comunidade em geral, entidades governamentais e tantos outros no processo decisório, imprimindo “sua cara” ao modelo de ZSEE/MT que configura nada mais que interesses predominantes. Com esta percepção, visualizada neste estudo, a relação organização / Stakeholders acomoda numerosos conflitos de interesses, tornando-se necessário formular processos, visando à integração de Stakeholders heterogêneos durante a formação das suas estratégias. Já os integrantes da Categoria de Estado, exercida principalmente pelos representantes do Legislativo Municipal e Estadual se posicionavam através de faixas de solidariedade à causa (Figura 29).



Figura 29 – Faixa de Cooperação de Membro da Categoria de Estado
Fonte: Foto de Rodolfo Curvo (2008)

A partir dessa apreensão será possível conhecer em que medida estes Stakeholders envolvidos nos grupos de trabalhos e nas audiências públicas reagiram frente às políticas públicas propostas pelo estado e as práticas dessas organizações ali presentes e quais as alternativas para lidar com essas reações (BOWDITCH; BUONO, 1997). Passa a ser um Fator Sócio-Político de Mudança, tendo em vista que exercerá Influências no processo decisório.

Identificaram-se múltiplas partes interessadas (Stakeholders) com suas respectivas estratégias, atividades desenvolvidas, em função de um *Continuum* e seus respectivos representantes (Quadro 9), estando envolvidas no complexo processo decisório em relação ao ZSEE/MT.

Veja Quadro 11 que resume as estratégias por categorias de Stakeholders no Pólo de Diamantino, Ata floresta e Tangará da Serra:

Quadro 11 – Estratégias no *Continuum* Utilizadas pelos Stakeholders por Categorias

Categoria de Stakeholders	Estratégias Identificadas	Atividades estratégicas desenvolvidas	Continuum	Stakeholders Organizacional
Estado	Planejada, ideológica, guarda-chuva, desconexa e consensual.	Reuniões pré, durante e pós grupos de trabalho e audiência, logística de transporte, de materiais e aparato tecnológico, consultoria, articulação institucional, condução das reuniões	Local, Nacional e Estadual/Regional	Poder Público Municipal (vereadores, Prefeitos e funcionários), Estadual (Governo do Estado, SEPLAN, SEMA, SECITEC, Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e Federal (FUNAI e MMA)
Mercado	Planejada, ideológica, guarda-chuva, desconexa, consensual, processual e imposta.	Reuniões pré-, durante e pós grupos de trabalho, logística de transporte e de materiais e aparato tecnológico, consultoria, articulação institucional, distribuição de material orientador para pronunciamento nas Diretrizes	Local, Nacional, Estadual/Regional e Global/internacional	Médios e Grandes produtores rurais (setor produtivo), industriais, empresas ligadas ao agronegócio, professores consultores da UFMT e da UFPR, Empresas de consultoria, profissionais liberais (advogados, engenheiros e biólogos) exportadores de carne, mineradores, sindicatos patronais, “indígenas” produtores e FAMATO.
Comunitário	Ideológica, desconexa e não-realizada	Reuniões durante os grupos de trabalhos, encontros informais, contatos isolados,	Local e Estadual/Regional	Movimentos sociais, Institutos <i>Maiwu</i> , Coletivo Jovem, sindicatos de pequenos produtores rurais, microempresários, MST e Pastoral da Terra.

Segundo Hardy; Fachin (1996) adaptado

Percebeu-se que há uma rede interorganizacional que cresceu e predominou em uma amplitude "hierarquicamente superior" às entidades dos Stakeholders isolados ali presentes, sendo que é simultaneamente maior e, como resultado das propriedades emergentes, maior do que a dos indivíduos interessados e estão agregadas às organizações que a compõem (WESTLEY 1995, WESTLEY, 2002; SCHNEIDER et al., 2003; MANRING & PEARSALL, 2006).

Distante de esgotar o assunto, ainda se discute o entendimento de que há neste contexto de análise dos Stakeholders um "capital social" consubstanciado nesta região de planejamento, onde se corrobora com os preceitos de Putnam (2000), que elucida que o capital social:

(...) "diz respeito às características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 2000).

Entretanto, deve-se atribuir a Bourdieu (1980; 1983) e a Coleman (1988; 1990), o emprego moderno desse termo em seus trabalhos. Para ambos os autores, as fontes de capital social residem na estrutura de relações entre indivíduos, diferentemente do capital econômico que pode ser encontrado em contas bancárias ou do capital humano que se insere nas mentes individuais (BOURDIEU, 1983; COLEMAN, 1990).

Como verdadeiro paradigma, este capital social obtido pela participação e envolvimento destas Categorias nas transformações das suas realidades, ainda que iniciada por entidades externas (*Continuum* Macro – Regional/Estado (Figura XX) passou a ser condição para efetividade do desenvolvimento (PERES, 2000; LLORENS, 2001; LIMA, 2001;). Nesse sentido, a incorporação e o protagonismo de novos Stakeholders em processos de desenvolvimento local e tomadas de decisão nas políticas públicas locais e ou regionais são fontes de especulação, uma vez que o capital social porventura existente pode estar inativo ou ser contraproducente, visto que as intervenções institucionais têm potenciais tanto para construí-lo quanto para destruí-lo (FREY, 2003).

Neste caso, entendeu-se também que o desenvolvimento, a tomada de decisões ou os maiores Graus de Influências e de Dominância de Interesses no *Continnum* Local serão, em grande parte, em função da endogenia e da participação efetiva dos atores que integram esse processo.

Concorda-se com Marteleto (2001) que há uma comunidade geográfica, ou seja, há um sistema de elos ou mesmo um sistema de apoio entre participantes de processos decisórios. Eles representam “um conjunto de participantes (Stakeholders ou atores sociais) autônomos, unindo idéias e recursos em torno de um conjunto de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001). Porém, mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos dessas cooperações podem ser percebidos fora do seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade, as empresas, ou outras instituições ou organizações lá representadas. Decisões no Micro do Pólo de Planejamento de Diamantino são influenciadas pelo Macro, tendo as relações entre eles como intermediárias (MARTELETO, 2000).

Para Llorens (2001) a “vinculação dos diferentes Stakeholders socioeconômicos do *Continnum* Locais e suas inter-relações” possibilitam a articulação dos recursos internos e externos, por meio da integração dos atores territoriais, públicos e privados. De acordo com Lazzarini, Chaddad e Neves (2000), as inter-relações elucidam que neste Pólo de Planejamento do ZSEE formaram-se campos férteis para “a criação de ações coletivas, acesso à informação, aquisição de conhecimento, aumento do poder de barganha ou influência política. Isso identificou-se nesta pesquisa como sendo as estratégias de suas relações.

CAPÍTULO IV – GRAUS DE INFLUÊNCIA DOS STAKEHOLDERS NA TOMADA DE DECISÕES

Estar presente, participar, interagir, estabelecer alianças e estratégias são justificativas de que há um interesse ou demanda da parte presente. Para tanto faz-se necessária a defesa de interesses, exercendo assim um **Grau de Influência** que pode, muitas vezes, ter papel fundamental na tomada e concretização de decisões políticas. Houve a preocupação em identificar neste

estudo a mais próxima classificação dos Stakeholders envolvidos nos Grupos de Trabalhos da Região IX de Planejamento do ZSEE/MT.

Para Whittington (2002), o principal objetivo de entender os Stakeholders aferindo seu Grau de Influência sobre os outros e suas estratégias é tratar da possibilidade de resultados benéficos para a organização e sociedade em geral. Nisso pode vir a repousar o êxito das organizações e ou instituições sociais envolvidas no processo, já que a ‘administração’ das relações com os Stakeholders é essencial a longo prazo para este bom funcionamento (SENDER; FLECK, 2004).

A Tabela 4 categoriza os Stakeholders entrevistados, de acordo com o Grau de Influência, os quais foram agrupados em escalas da seguinte forma:

Após tipificados através da Matriz do Grau de Influência na Tabela 4 organizou-se e qualificou-se os Stakeholders, partindo-se das influências técnica, política, de poder e de decisão, que são características inerentes das estratégias por eles (as) adotadas para influenciar no processo decisório e expor suas necessidades.

Tabela 4 – Matiz do Grau de Influência de Stakeholders

Stakholder	Área	Influência técnica*	Influência política*	Influência de poder*	Influência de decisão*	Grau de influência
ator 3	Estado	2	3	3	2	10
ator 5	Mercado	3	3	3	3	12
ator 7	Comunitário	1	1	2	2	6
ator 9	Estado	3	2	2	3	10
ator 10	Mercado	2	2	2	2	8
ator 12	Comunitário	1	2	3	2	8
ator 17	Comunitário	1	2	2	2	7
ator 20	Estado	2	2	3	2	9
ator 22	Mercado	2	2	1	1	6
ator 25	Mercado	3	2	3	2	10
ator 27	Comunitário	1	2	2	1	6
ator 28	Comunitário	1	2	2	1	6
ator 32	Comunitário	1	3	3	1	8
ator 34	Estado	3	2	2	1	8
ator 35	Estado	1	3	3	1	8
ator 36	Estado	1	3	3	1	8
ator 38	Comunitário	2	2	3	2	9
ator 43	Mercado	1	2	2	1	6

ator 44	Comunitário	1	2	2	1	6
ator 51	Estado	1	2	2	2	7
ator 58	Mercado	2	2	1	2	7
ator 63	Comunitário	1	2	1	1	5
ator 68	Estado	1	2	2	2	7
ator 69	Estado	1	2	2	3	8
ator 74	Estado	1	2	2	2	7
ator 75	Estado	1	2	2	2	7
ator 76	Estado	1	2	3	2	8
ator 80	Mercado	2	2	2	1	7
ator 82	Mercado	1	2	2	2	7
ator 83	Mercado	3	2	2	2	9
ator 86	Mercado	3	2	2	2	9
ator 89	Estado	3	3	3	2	11
ator 90	Mercado	2	2	2	1	7
ator 91	Mercado	2	2	2	2	8
ator 94	Mercado	2	2	2	1	7
ator 95	Mercado	3	3	2	1	9
ator 100	Estado	3	2	2	2	9
ator 107	Estado	3	3	2	1	9
ator 111	Estado	3	3	2	3	11
ator 114	Mercado	2	2	1	1	6
ator 118	Estado	1	2	2	2	7
ator 120	Mercado	2	1	2	2	7
ator 121	Mercado	2	1	2	2	7
ator 124	Estado	3	2	3	2	10
ator 128	Mercado	2	2	2	2	8
ator 129	Mercado	2	2	2	2	8
ator 130	Mercado	2	2	2	2	8
ator 132	Comunitário	2	2	2	1	7
ator 135	Mercado	2	2	2	1	7
ator 138	Mercado	2	2	1	1	6
ator 142	Estado	1	2	3	3	9
ator 144	Comunitário	2	2	1	1	6
ator 146	Estado	2	3	2	3	10
ator 150	Mercado	2	2	2	3	9
ator 151	Estado	3	2	2	3	10
ator 155	Mercado	3	2	2	3	10
ator 157	Mercado	3	3	3	2	11
ator 162	Mercado	2	2	2	1	7
ator 164	Comunitário	1	3	2	2	8
ator 166	Estado	3	3	2	2	10
ator 172	Estado	2	3	2	2	9
ator 175	Mercado	2	2	2	2	8
ator 177	Estado	3	3	2	2	10
ator 183	Comunitário	3	3	2	2	10
ator 185	Mercado	3	3	2	2	10
ator 186	Mercado	3	2	2	2	9

Elaborou-se e analisou-se esta Matriz e percebeu-se que houve predomínio daqueles que apresentaram um **Grau de Influência Baixa**, estando em torno de 30 entrevistados, ou seja, (46,15%), de um total de 65 Stakeholders entrevistados e observados. Destes, 10 (24,44%) são pertencentes à Categoria de Estado, 5 (7,69%) Comunitário e 15 (23,07) Mercado. O que apresentou **Grau de Influência muito alta** foi somente 1 Stakeholder (1,53%) pertencente à categoria de Mercado. Os intermediários em Grau de Influência, ou seja, **Graus de Influência Média** são 20 (30,76%) e **Alta** são 3 (4,61%), somaram juntos 23 (35,37%). 11 dos Stakeholders (16,92%) entrevistados foram enquadrados como **sem Grau de Influência** neste estudo.

As Figuras 31 e 32 demonstram a dispersão e os Graus de influência por Categorias dos Stakeholders de acordo com seu Grau de Influência e em relação à Categoria a que pertencem. Em sua análise, especializada no gráfico, vê-se que existem dois Stakeholders nos extremos valores de o mais Alto Grau e o Grau mais baixo (Figura 30), sendo estes identificados como os atores 5 e 63, respectivamente.

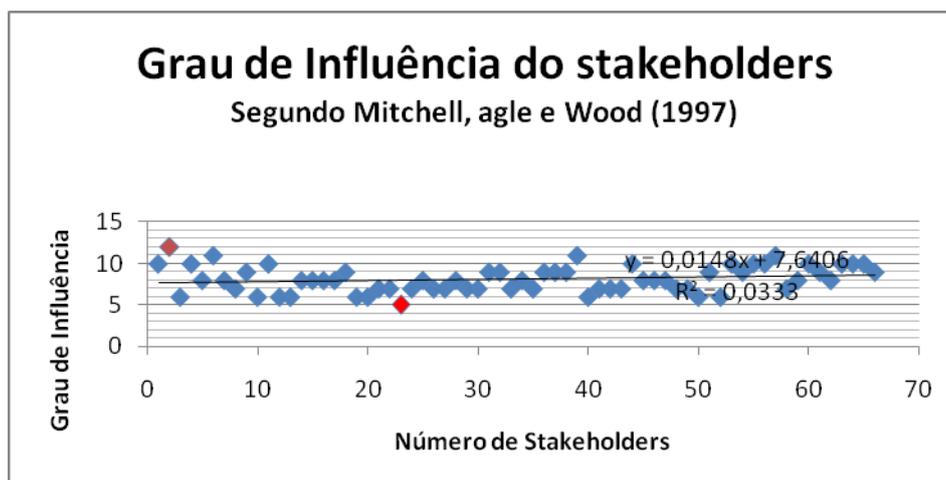


Figura 30 – Dispersão da Média do Grau de Influência dos Stakeholders (linha de Tendência)

Procurou-se ainda identificar por Categoria de Stakeholder o Grau de Influência Média, que totalizaram 20 (30,76%), sendo que deste, na Categoria de Estado houve o predomínio com 11 Stakeholders (16,92%). Já na Categoria

de Stakeholder Comunitário identificamos 6 Sem Influência (9,23%) ou 15 com e Influência baixa (23,07%), totalizando 21 Stakeholders. Apenas 1 Stakeholder da categoria de Mercado foi identificado com Grau de Influência Muito Alta.

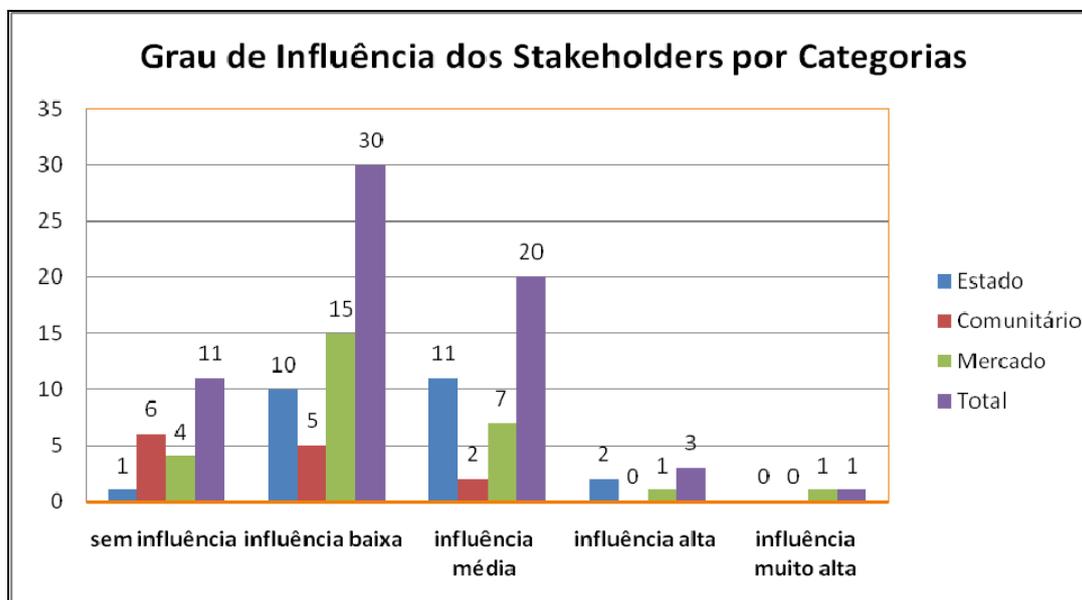


Figura 31 – Grau de Influência dos Stakeholders por Categoria

O Quadro 12 organiza de uma forma geral as ferramentas adotadas pelos Stakeholders por Categoria que foram essenciais para determinar o Grau de Influência:

Quadro 12 – Ferramentas adotadas pelos Stakeholders por Categoria e influências

INFLUÊNCIAS	CATEGORIA DE STAKEHOLDERS	PRINCIPAIS FERRAMENTAS
Técnica	Estado	Uso de computadores, notebooks, impressoras, materiais de escritório, cadernetas de anotações, transporte de pessoais e de aliados, pagamentos de diárias, alimentação, assessoria especializada, contratação de pessoal etc
	Comunitário	Caderneta de anotação, lápis e ou caneta
	Mercado	Uso de computadores, notebooks,

		impressoras, materiais de escritório, cadernetas de anotações, camisetas, panfletos, faixas, transporte de pessoais e de aliados, pagamentos de diárias, alimentação, assessoria especializada, contratação de pessoal
Poder	Estado	Elaboração, apresentação e controle dos Grupos de Trabalho
	Comunitário	Representação de Classes, estudantis ou de ONGs, Sindicatos, Associações etc
	Mercado	Intimidação, agressividade, imposição, interpelação, interrupção de falas, passeatas, palavras de ordem, torcidas organizadas, aplausos excessivos, vaias etc.
Política	Estado	Alteração e Aprovação definitiva do Projeto de Lei do ZSEE/MT
	Comunitário	Pressão pelo voto
	Mercado	Financiamento de campanhas
Decisão	Estado	Alteração e Aprovação definitiva do Projeto de Lei do ZSEE/MT
	Comunitário	Poucas ou nenhuma
	Mercado	Pressão econômica

Elaborou-se um Mapa de Avaliação do Grau de Influência dos Stakeholders (Figura 32):

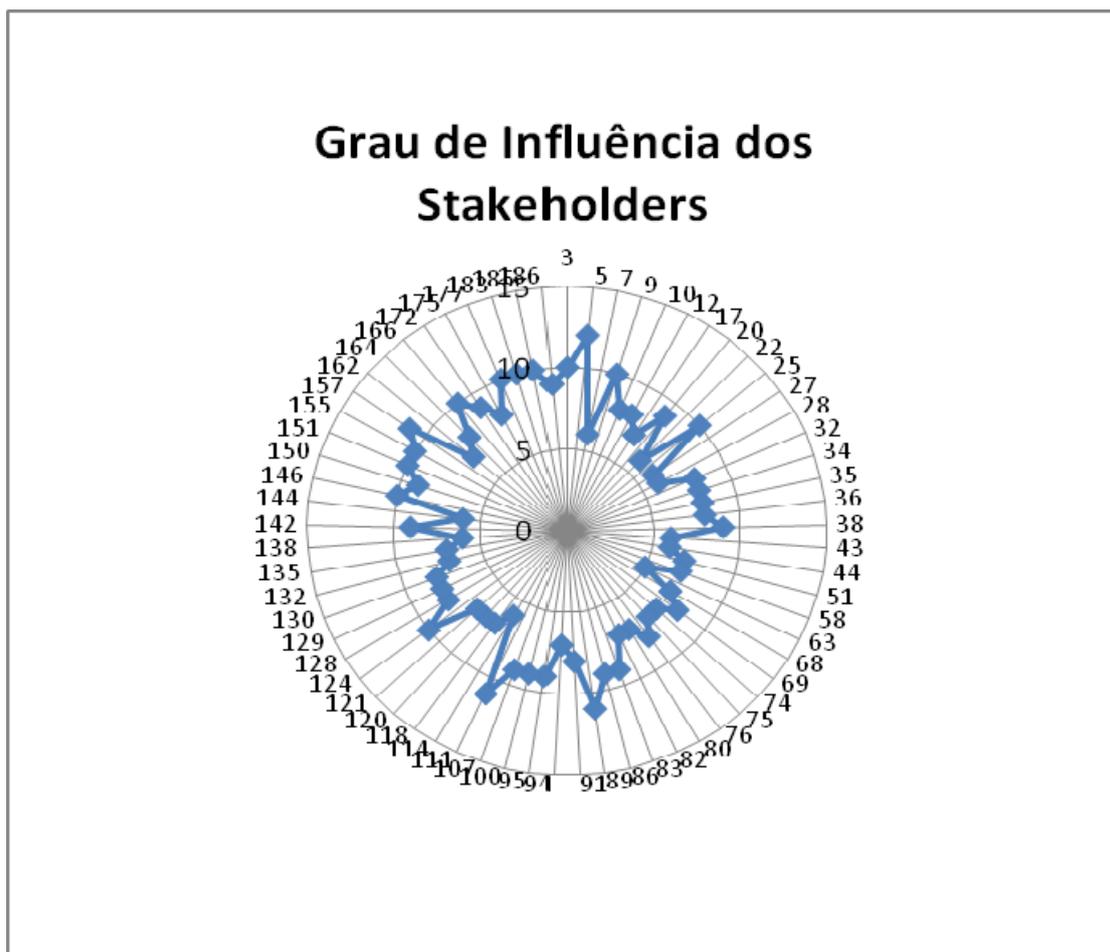


Figura 32 – Mapa Avaliação do Grau de Influência dos Stakeholders Segundo Mitchell, Agle e Wood (1997)

O Mapa de Avaliação do Grau de Influência (Figura 32) permite identificar em uma análise mais individual cada Stakeholder. Percebeu-se que alguns Stakeholders se destacavam e apresentavam maior Grau de Influência. Dentre todos destacamos 4 Stakeholders, sendo 1 da Categoria de Mercado (ator 5), possuindo Grau Máximo de Influência Muito Alto e igual a 12, seguido de três Stakeholders com Grau de Influência alta, 2 da Categoria de Estado (atores 89 e 107), com 1 da Categoria de Mercado (ator 157). O menor Grau de Influência aferido foi do Ator 63, pertencente à Categoria Comunitário. Os referidos atores apresentam seu Grau de Influência em função de características qualitativas, que permitiram a sua qualificação de acordo com Anexo 3.

A análise dos conflitos a partir do Grau de Influência nas decisões das políticas públicas estaduais mostra que estes vão de encontro às questões socioambientais, sendo parte quase intrínseca de uma abordagem da ecologia política. Conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre as Categorias aqui identificadas (grupos sociais) em função de seus distintos modos de inter-relacionamento político, econômico e socioambiental, suas necessidades e estratégias por eles (as) adotadas para influenciar na tomada de decisão.

A percepção nesta pesquisa da necessidade de aferir o Grau de Influências dos Stakeholders envolvidos nos Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas conduz para uma reflexão sobre a questão das suas necessidades individuais e, às vezes, coletivas. E, como asseverou Dumont (2000), como renunciador, *“bastou-se a si mesmo”*:

“O renunciante basta-se a si mesmo, só se preocupa consigo mesmo. O pensamento dele é semelhante ao do indivíduo moderno, mas com uma diferença essencial: nós vivemos no mundo social, ele vive fora deste (...) um indivíduo-fora-do-mundo. O renunciante pode viver como eremita solitário ou juntar-se a um grupo de colegas de renúncia, sob a autoridade de um mestre-renunciante, representando uma determinada disciplina de libertação” (Dumont, 2000).

A palavra individualismo abrange várias idéias, doutrinas e atitudes cujo fator comum é a atribuição de centralidade ao “indivíduo”, o que significa que há dissolução dos laços sociais, o abandono, pelos indivíduos, de suas obrigações e compromissos sociais coletivos. O individualismo seria uma ideologia central da civilização ocidental, mas que é projetada em outras sociedades e culturas como um dado universal da experiência humana.

“A individualidade é a experiência fundamental de “estar-fora-do-mundo” e, portanto, livre de obrigações sociais imperativas e rotineiras, presente nos papéis que assumem os profetas, líder messiânicos, do xamã (...) do bandido social, dos santos, dos peregrinos, dos mártires e, em parte dos malandros” (DaMatta, 1999).

Na perspectiva de DaMatta (1999), foi somente na civilização ocidental que a experiência do indivíduo isolado do grupo passou a ser uma instituição central e normativa. No Brasil, portanto, o indivíduo não é somente uma parte essencial do mundo, mas é também um ser dotado de uma independência e de uma autonomia que não tem paralelo em nenhuma outra sociedade.

Talvez a maior influência sobre o uso da palavra individualismo tenha sido a de Tocqueville (1999) tomando o individualismo como uma categoria chave para compreender os valores da sociedade americana. Para Tocqueville (1999), o individualismo é “uma nova expressão nascida a partir de uma nova idéia [...], um sentimento deliberado e pacífico que dispõe cada cidadão a se isolar de seus companheiros e a se apartar de sua família e amigos abandonando a sociedade mais ampla”, primeiro minando “as virtudes da vida pública”, em seguida atacando e destruindo todas as outras, acabando por ser “absorvido por um puro egoísmo”. Em muitas definições psicológicas, o termo “individualismo” equivale a egoísmo, indicando uma total independência interna do indivíduo em relação às outras pessoas ou às instituições.

Um conceito propriamente dos conflitos aqui identificados como demandas vai além de um foco restrito de um embate político e econômico da proposta do ZSEE/MT para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras percepções (SARAVIA, 2006). Um olhar mais aprofundado pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque as Categorias (os grupos sociais) envolvidas são politicamente marginalizadas ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado ou exercem uma dominação exacerbada.

Ao se trabalhar diretamente com muitos desses grupos – povos indígenas; quilombolas; agroextrativistas; ribeirinhos; favelados, sem terras etc. – a influência de cada categoria ou de seus Stakeholders mais evidentes explicita as bases latentes dos conflitos e dá visibilidade a esses grupos marginalizados.

Ao colocar o conflito em si como o foco central da tomada de decisões, e não um grupo social em particular, obriga-se a identificar os distintos Stakeholders ou atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito,

analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal. O mapeamento das interações políticas ajuda a entender a dinâmica própria de cada conflito. Um conflito pode vacilar durante anos entre os estágios latente e manifesto: pode haver momentos do conflito ficar muito “quente” e depois perder sua visibilidade, para posteriormente “esquentar” de novo (FLORES; CAVALCANTI, 2006).

O entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões (quadro 10), sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa (DOWBOR, 2003).

Touraine (1994) ensina que a preocupação central seria a identidade dos sujeitos, aqui chamados de Stakeholders, tendo em vista que estes exercem a sua Influência em uma democracia que tem como fator a identidade. Assim, esta democracia por eles (as) praticada e utilizada para influenciar a direções de seus Interesses são condições políticas de existência de um Sujeito, isto é, a constituição do indivíduo (ou Categorias), “como criador de si mesmo, de sua vida intelectual e coletiva”. Não se tratam estas ações de influências de aprender a viver juntos com nossas diferenças, mas associar sempre discussão, compreensão e respeito pelo outro, combinando a lei da maioria com o respeito pela minoria.

Enfim, o espaço ou arena construída pelos Stakeholders combina o respeito pela “liberdade negativa”, ou seja, a defesa das garantias institucionais que sustente a sua capacidade de resistência aos abusos das influências e poder e, de outro, o apoio à luta dos sujeitos, no contexto de sua cultura e de sua liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas. A proposta é construir uma sociedade com base nessa dupla idéia – a ênfase na unidade da cidadania, da lei e da ação racional e o favorecimento de uma política do sujeito.

Touraine (1994), um autor clássico contemporâneo, afirma que a sociedade moderna define-se pela separação crescente entre racionalização e afirmação do sujeito, isto é, a criatividade do ator social, que, para este estudo

sobre Stakeholders, ele designou por subjetivação. O sujeito afirma-se através de duas maneiras complementares e opostas. Por um lado é liberdade, derrubada de determinismos sociais e criação pessoal e coletiva da sociedade; por outro, é resistência do ser natural e cultural ao poder que dirige a racionalização. É individualidade e sexualidade, família e grupo social, memória nacional ou cultural, filiação religiosa, moral ou étnica. Ele enfatiza que a maior ameaça que pesa sobre o mundo atual é seu dilaceramento entre o mundo da instrumentalidade e o mundo das identidades, no quais fica vazio o espaço da liberdade. No entanto, é preciso agora reverter essa visão pessimista e lembrar que a modernidade foi constantemente marcada pela busca da complementaridade, ou seja, a associação da racionalização com a liberdade e identidade (TOURAINÉ, 1994).

Por isso analisam-se as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos Stakeholders e buscam-se perfilar as distintas tentativas de resolução. Dessa forma, os conflitos sociais se inserem plenamente no paradigma que tem como foco as relações e Graus de Influências de cada Stakeholder;

Outro elemento fundamental percebido nesta pesquisa é a identificação dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, seguido por um levantamento das interações entre cada um dos atores sociais dentro da arena política. Identificaram-se também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política, sejam elas explícitas ou implícitas (LITTLE, 2006b).

A análise dos Stakeholders e suas Influências técnicas, políticas, de poder e de decisão não acontece em arenas formais em torno dos Grupos de Trabalhos e Audiências públicas nos pólos de planejamento estudados, mas sim em jogos ocultos de poder, seja nos arquivos oficiais do Estado, no aparato jurídico/institucionais, nas intervenções das categorias por via oficial pelo protocolamento de documentos e manifestos. Ganhou-se neste estudo o acesso e estabeleceu-se um diálogo com os principais Stakeholders e seus conflitos (isto é, tanto com os “bandidos” da história quanto os “mocinhos”). O esforço de dialogar com membros distintos das Categorias permitiu entender seus respectivos pontos de vista, influências, interesses e demandas.

Um Stakeholder pode funcionar nos níveis de articulação local, regional, nacional ou global (continuum) com seus Graus de Influência pessoais ou de suas organizações. Em geral, cada Stakeholder durante os Grupos de Trabalho tem um nível específico que serve como seu principal nível de funcionamento e eficácia política (LITTLE, 2006b).

Presenciou-se que o nível principal de articulação e Grau de Influência dos Stakeholders neste processo, por sua vez, serviu como base para a descrição das relações que os mantém como Influentes, funcionando nos níveis superior e inferior. Quando utilizadas estrategicamente, essas “relações transníveis” podem ser uma fonte de poder para os Stakeholders. Stakeholders locais podem conseguir apoio de outros Stakeholders, funcionando nos níveis regional, nacional ou internacional para promover seus interesses específicos mediante ações tais como a aplicação de pressão política, o lançamento de uma campanha na mídia ou a cessão de financiamento para obras de infraestrutura. A mobilização dos Stakeholders em outros níveis rara vez aconteceu de forma mecânica, mas tendeu a ser volátil e irregular, já que dependeu da conjuntura política e social, da proximidade e da intensidade das relações e do tema específico sendo tratado, neste caso o ZSEE/MT (RIBEIRO1998; LITTLE, 1998; 2006).

Percebeu-se que houve Stakeholders locais que “pularam” níveis ao convocar Stakeholders operando no nível internacional que têm interesses afins e assim circundar Stakeholders regionais ou nacionais hostis (LITTLE, 2006;)

A análise dessa teia de relações vai muito além de uma “contextualização” para demonstrar como essas conexões transníveis são estabelecidas, cultivadas e acionadas em momentos diferentes do conflito, exercendo esses Stakeholders um Grau de Influência para aprovar e executar suas demandas e anseios (LATOURE, 2004;).

A partir do entendimento de que os Stakeholders exercem diferentes graus de Influências e possuem uma relação de Poder instituída entre eles (as) pode-se agora afirmar que muitos ou quase todos os problemas socioambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação ambiente–sociedade. Assim, em torno de

problemas socioambientais há confrontos entre Stakeholders que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias a cada um deles. Em síntese, pode-se afirmar que durante o processo de confrontação entre interesses opostos, configuram-se os conflitos socioambientais, e da relação confronto-negociação entre eles (as), resultam os mecanismos de coordenação que permitem a regulação desses conflitos.

Para Scotto & Limoncic (1997); Andrade; Dias (2003) a área de interseção deste processo depende, essencialmente, de alguma forma de entendimento, de acordos entre as partes, visando definir, por exemplo, o que é público e o que é privado, o que pode ser feito individualmente e o que deve ser legitimado pela coletividade. Isto não se dá de maneira automática, mas com base em negociações (SCOTTO & LIMONCIC, 1997); ANDRADE; DIAS, 2003).

Com efeito, acredita-se que a sustentabilidade das influências aqui aferidas bem como seu aprofundamento, implica em graus mais altos e formas mais intensas de participação dos cidadãos na formulação, implementação, avaliação e gestão das políticas públicas. Acredita-se que a legitimidade democrática desta política pública estadual encontra-se na sensibilização e conseqüente conscientização da sua importância, na negociação sempre tensa de espaços para o seu exercício e na realização de processo normativo transparente, democrático e igualitário (BARBANTI, 2002; STRAUSS; WESTLAND, 2005).

CAPÍTULO V – GRAU DE DOMINÂNCIA DE INTERESSES DOS STAKEHOLDERS NA REGIÃO IX DE PLANEJAMENTO – PÓLO DE DIAMANTINO

V.1 – As Principais Intervenções Nas Diretrizes Dos Grupos De Trabalho e Audiência Pública do ZSEE/MT

Há análise de muitas particularidades e diferenças nas arenas de convivência humana durante a discussão do ZSEE/MT: territoriais, sociais, culturais, étnicas, econômicas e políticas que se expressam em um imenso

mosaico de lugares e contextos, habitados por pessoas que vivem ou não nas plenas condições de cidadania, mas sendo notórias as suas permanentes inter-relações. A fatídica marca das desigualdades entre os simples moradores e os Stakeholders abreviam as potencialidades dialógicas das diferenças. Enquanto as pessoas povoam os lugares, os Stakeholders possuem condições e poder para interferir nas decisões coletivas que dizem respeito ao destino desses lugares. No Brasil, alguns Stakeholders são definitivos e muitos são meros moradores.

A contradição que se abre todos os dias no país, mais especificamente em Mato Grosso contrapõe a riqueza do mosaico de diferenças socioculturais miscigenadas e as sutilezas/evidências dos matizes elitistas, patrimonialistas e preconceituosas que obscurecem diferenças, aprofundam desigualdades e ampliam assimetrias. Tais contradições terminam apagando a diversidade e dividindo a vida coletiva em dois mundos: o mundo dos dominantes e o mundo dos dominados.

Cada um dos Stakeholders ali presentes usa de suas ferramentas ou estratégias possíveis e disponíveis para defender os interesses pessoais ou de seus pares e exercer um Grau de Dominância de Interesses.

Assim determinou-se o **Grau de Dominância de Interesses**, que podemos definir como sendo uma importante ferramenta para identificar os principais Stakeholders na tomada de decisões da política pública do ZSEE/MT. Definiu-se o Grau de Dominância de Interesses a partir de três Matrizes: do Grau de Poder, do Grau de Urgência e do Grau de Legitimidade.

V.2 – Grau de Poder dos Stakeholders

Na análise da Matriz do **Grau de Poder** (Tabela 5 e figura 3) em função da Categoria Stakeholders percebeu-se que houve, novamente, dominância do ator 5 com o maior Grau de Poder, pertencente à Categoria de Mercado. Nesta Categoria apresentaram o Grau de Poder Muito Alto 8 de seus membros, totalizando 12,30% do total de Stakeholders. Outros apresentaram Graus de Poder Alto 19 (29,23%), Médio (1) e Regular (1), representando 30,7% juntos. Já na Categoria de Estado houve 13 Stakeholders, sendo em maior número os

com Grau de Poder Médio, chegando a um percentual de 20%. Seguidos dos de Grau de Poder Alto com 9 (13,84%) e 1 (1,53%) apenas com Grau de Poder Muito Alto. Na Categoria de Mercado identificou-se maior número de Stakeholders, ou seja, 19 (29,23%) com Grau de Poder Alto e 8 (12,3%) com Grau de Poder Muito Alto. 2 Stakeholders desta categoria apresentaram Graus de poder Regular e Médio, 1,53% cada. A Categoria Comunitário apresentou 2 (3,07%), com grau de Poder Regular, 2 (3,07) com poder médio e 6 (9,23%) alto.

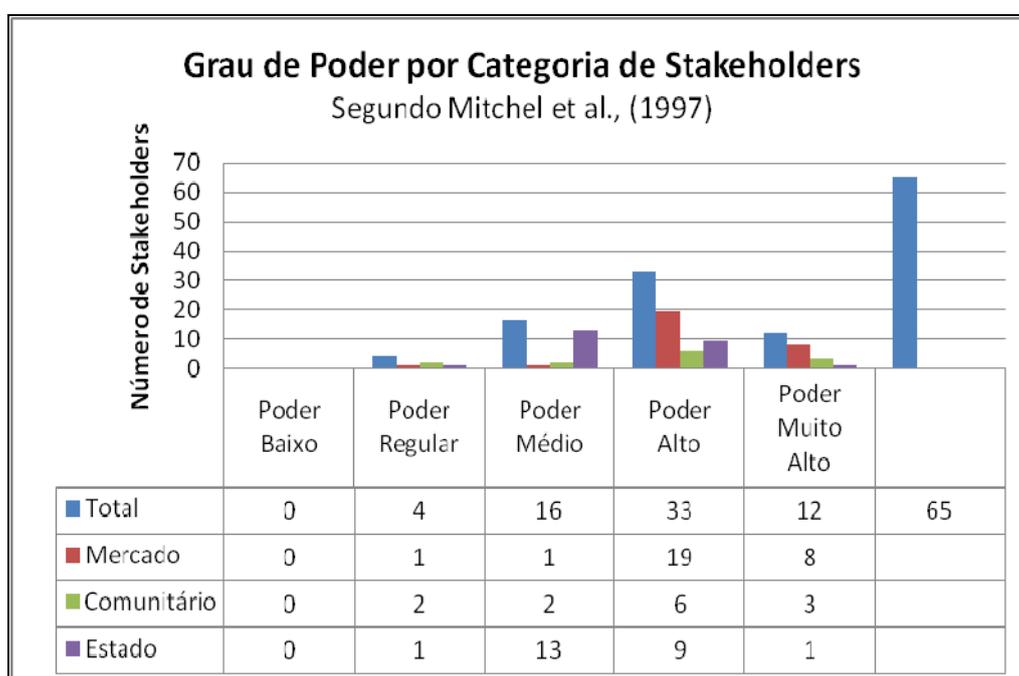


Figura 33 – Grau de Poder por Categoria de Stakeholders

Em uma análise comparativa em cima do universo de cada Categoria, a Comunitário foi a que apresentou menor número *per capita*. De um total de 13 desta Categoria, 3 possuem Grau de Poder muito Alto (23,07%), enquanto na Categoria de mercado predominantemente o número é de 19, de um total de 29, ou seja, 65,51% (Mercado). A Categoria de Estado não possuiu nenhum representante com Grau de Poder Muito Alto. Assim, 11 Stakeholders tiveram o Grau de Poder Muito alto, num total de 16,92%, 33 (50,76) com Poder Alto, 17 (26,15%) Médio, 4 (6,15%) Baixo e nenhum com Grau de Poder Baixo (0%).

**Tabela 5 – Matiz do Grau de Poder dos Stakeholders
Segundo Mitchell, Agle e Wood (1997)**

Atores	Categoria	MEIOS UTILITÁRIOS	MEIOS SIMBÓLICOS	MEIOS COERCITIVOS	Grau der Poder	Média
ator 3	Estado	2	3	1	6	2
ator 5	Mercado	5	5	5	15	5
ator 7	Comunitário	1	3	2	6	2
ator 9	Estado	4	3	2	9	3
ator 10	Mercado	5	3	3	11	3,66
ator 12	Comunitário	3	5	5	13	4,33
ator 17	Comunitário	2	4	4	10	3,33
ator 20	Estado	4	3	1	8	2,66
ator 22	Mercado	5	3	3	11	3,66
ator 25	Mercado	5	2	5	12	4
ator 27	Comunitário	1	4	5	10	3,33
ator 28	Comunitário	1	4	5	10	3,33
ator 32	Comunitário	1	4	5	10	3,33
ator 34	Estado	4	5	1	10	3,33
ator 35	Estado	4	5	1	10	3,33
ator 36	Estado	4	5	1	10	3,33
ator 38	Comunitário	4	5	4	13	4,33
ator 43	Mercado	5	3	4	12	4
ator 44	Comunitário	2	2	2	6	2
ator 51	Estado	4	3	3	10	3,33
ator 58	Mercado	5	3	4	12	4
ator 63	Comunitário	2	3	2	7	2,33
ator 68	Estado	4	4	1	9	3
ator 69	Mercado	5	3	5	13	4,33
ator 74	Estado	4	3	2	9	3
ator 75	Estado	4	2	3	9	3
ator 76	Estado	4	4	1	9	3
ator 80	Mercado	5	3	3	11	3,66
ator 82	Mercado	4	3	3	10	3,33
ator 83	Estado	3	3	1	7	2,33
ator 86	Mercado	4	4	2	10	3,33
ator 89	Estado	5	4	4	13	4,33
ator 91	Mercado	4	3	3	10	3,33
ator 94	Mercado	4	3	4	11	3,66
ator 95	Mercado	4	4	3	11	3,66
ator 100	Estado	4	4	3	11	3,66
ator 107	Estado	4	4	2	10	3,33
ator 111	Estado	3	2	2	8	2
ator 114	Mercado	5	3	5	13	4,33
ator 118	Estado	3	3	2	8	2,66
ator 120	Mercado	4	2	5	11	3,66

ator 121	Mercado	4	1	3	8	2,66
ator 124	Estado	4	3	1	8	2,66
ator 128	Mercado	2	2	2	6	2
ator 129	Mercado	4	4	3	11	3,66
ator 130	Mercado	5	5	1	11	3,66
ator 132	Comunitário	2	5	5	12	4
ator 135	Mercado	4	2	4	10	3,33
ator 138	Mercado	4	2	4	10	3,33
ator 142	Estado	4	1	3	8	2,66
ator 144	Comunitário	1	4	4	9	3
ator 146	Estado	4	3	4	11	3,666666667
ator 150	Mercado	5	3	4	12	4
ator 151	Estado	4	2	1	7	2,33
ator 155	Estado	4	3	3	10	3,33
ator 157	Mercado	4	5	5	14	4,66
ator 162	Mercado	4	2	5	11	3,66
ator 164	Comunitário	3	4	5	12	4
ator 166	Estado	4	3	2	9	3
ator 172	Mercado	5	3	5	13	4,33
ator 175	Mercado	5	3	5	13	4,33
ator 177	Estado	4	3	2	9	3
ator 183	Comunitário	4	5	4	13	4,33
ator 185	Mercado	5	3	5	13	4,33
ator 186	Mercado	5	4	5	14	4,66

A figura 34 organiza a média dos Graus de Poder dos Stakeholders. Percebe-se em sua análise que o ator 5 é o que possui maior Grau de Poder, com média 5. E 4 Stakeholders apresentaram menor Grau de Poder e destes, 2 são pertencentes às Categorias Comunitário, 1 de Estado e 1 de Mercado.

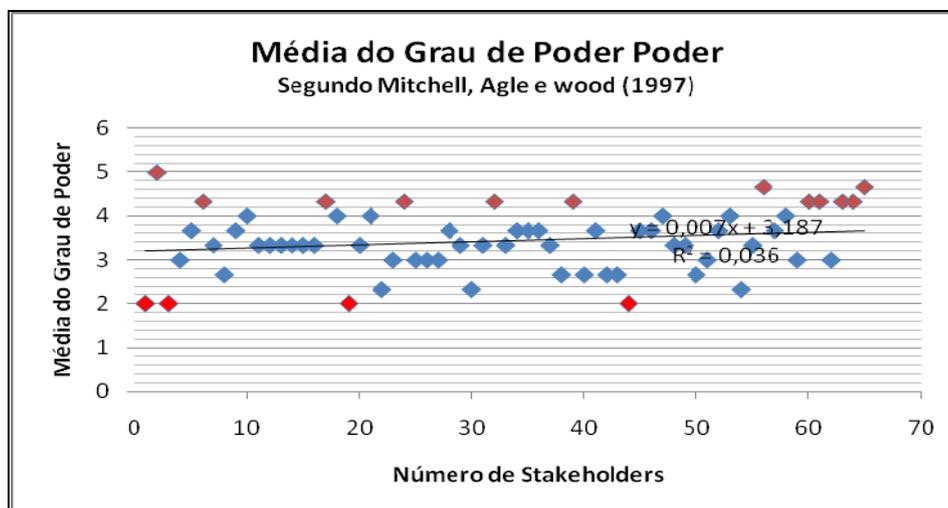


Figura 34 – Média do Grau de Poder dos Stakeholders

O Mapa da Figura 35 torna mais evidente os Stakeholders que apresentam o maior Grau de Poder, entre eles o ator 5, que mais se destaca e os que apresentaram menor grau.

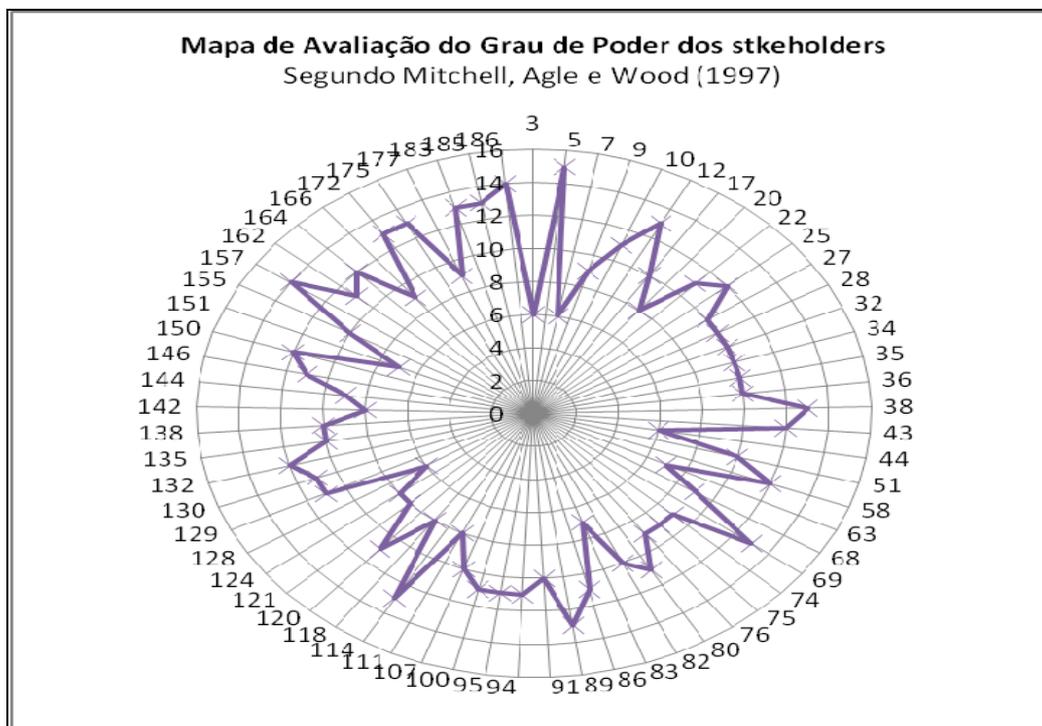


Figura 35 – Mapa de Avaliação do Grau de Poder dos Stakeholders

Já a análise da Figura 35 nos ajuda a ilustrar e permite identificar os principais Stakeholders. Percebeu-se que alguns Stakeholders se destacavam com maior Grau de Poder. Dentre todos destacamos, baseados nas suas particularidades, 12 Stakeholders, sendo 1 da Categoria de Mercado (ator 5), possuindo Grau de Poder Muito Alto. De um total de 12 que se destacaram, em relação ao Grau de Poder, 8 (12,30%) são da Categoria de Mercado (atores 5, 69, 114, 157, 172, 175, 185 e 186), 3 (4,61%) da Categoria Comunitário (atores 12, 38 e 183) e com 1 da Categoria de Estado (ator 89). O menor Grau Poder medido foi dos Atores e suas Categorias: 3 (Estado), 7 (Comunitário), 44 (Comunitário), e 129 (Mercado).



Figura 36 – Veículo de Transporte do Stakeholders 5 da Categoria de Mercado Pólo de Planejamento de Diamantino/MT
Fonte: Foto de Rodolfo Curvo

Os Stakeholders da Categoria de Mercado possuíam mecanismos e estratégias de alianças que eram evidentes. Como meios de logística realizavam transporte de aliados em carros adquiridos com recursos de suas organizações (Figura 36) e meios conjuntos de transportes, como ônibus (Figura 37).



**Figura 37 – Veículo de Transporte do Stakeholders financiado pela da Categoria de Mercado para transporte de Aliados.
Pólo de Planejamento de Diamantino/MT – Fonte: Foto de Rodolfo Curvo**

Os referidos atores (Stakeholders) apresentam seu Grau Poder, aferidos através de Meios Utilitários, Simbólicos e Coercitivos (Quadro 13 e Tabela 4). Tendo como base os dados coletados em campo foi possível qualificá-los e agrupá-los.

Avaliaram-se as características mais detalhadas dos meios determinantes daqueles que apresentaram Grau de Poder Muito Alto agrupados de acordo com o Quadro 13.

Quadro 13 – Meios ou estratégias (alianças) determinantes do Grau de Poder utilizados entre os Stakeholders

Atores	Categoria	Meios Utilitários	Meios Simbólicos	Meios Coercitivos
5	Mercado	Patrocinado pela FAMATO, locação de meios de transporte para aliados, distribuição de tickets alimentação, computadores, direcionamento das diretrizes e falas por meio de orientação pré-organizada	Boa articulação e oratória, postura incisiva, liderança, organizador e influente.	Impõe suas idéias, gesticulador, fala em tom alto, impede a fala de outras Categorias, intimida, ameaça, joga, manipula, deturpa, interfere.
12	Comunitário	Sem meio de transporte individual ou de	Boa articulação, grau de instrução superior, pós-	posição com embasamento teórico, técnico e acadêmico,

		parceiros, sem apoio informatizado, sem materiais de escritório, poucos meios de articulação	graduanda em educação e meio ambiente (UFMT), postura, oratória boa a regular, posição com embasamento, boa interação com seus parceiros, de origem indígena,	fala e gesticula com severidade em alto e bom tom.
38	Comunitário	Transporte rodoviário, pai funcionário público e militante do movimento indígena e presente, representante do instituto Maiwu e Coletivo Jovem, recursos próprios, material de apoio escasso.	Boa aparência, bem vestida, fala com coerência, desinibida, alegre, cativante, conhecida pelas etnias, universitária, grau de criticidade elevado, apoio de professores universitários e sindicatos.	Conhecimento e embasamento teórico médio, fala alto, interrompe as falas, postura firme, não se deixa dominar, responde quando questionada o inibida. Muitas intervenções nas diretrizes, ou seja, tempo de fala muito alto.
69	Mercado	Meio de transporte próprio, notebook, celular, alto poder aquisitivo, moradia própria em Diamantino,	Muito popular na região, pouca oratória e domínio do assunto, postura boa, linguagem coloquial, demonstra pouco conhecimento sobre o assunto	Interrompe as falas, impõe suas idéias, mesmo sem coerência, gesticula nervosamente, não deixa o outros falar. Ameaça, coação
89	Estado	Meio de transporte próprio, notebook, celular, alto poder aquisitivo, moradia própria em Diamantino,	Muito popular na região, pouca oratória e domínio do assunto, postura boa, linguagem coloquial, demonstra pouco conhecimento sobre o assunto	Interrompe as falas, impõe suas idéias, mesmo sem coerência, gesticula nervosamente, não deixa o outros falar. Ameaça, coação
114	Mercado	Meio de Transporte próprio, pagamento de transporte coletivo para aliados, infra-estrutura de materiais	Pouco conhecimento sobre o assunto, um pouco introvertido para fala. Não articula bem as palavras em público.	Nervoso, intempestivo, articulador.
157	Mercado	Morador local, produtor rural, não usa equipamentos, veículo próprio mas sem para aliados.	Fala e gesticula bem, bons argumentos, postura fina, fala alto, boa aparência, vestido com traje de advogado, bem relacionado e articulado com a classe dos produtores.	Interrompe fala, alto tempo de fala, impositivo, intransigente, um pouco agressivo
172		Meio de transporte institucional com motorista, equipamentos, coordenadora de mesa de grupos de trabalho, ,	Domínio do assunto, postura neutra, sem posicionamento institucional ou pessoal, boa aparência, fala e coordena bem suas atividades, grau universitário	Interrompe falas, não admite personalidade no discurso, corrige as pessoas, intimida, inibe, constrange.

175		Produtor rural de grande latifúndio, equipamentos, meio de transporte, hospedagem em hotel bom, alimentação com amigos e aliados	Falta conhecimento no assunto, mas com boa dicção, fala alto e tem controle da situação	Fala com constrangimento, estilo satírico, discurso impositivo, inibidor, e interrompe falas.
183	Comunitário	Funcionário público, diretor do museu do índio da UFMT, equipamentos escassos, pouco aliados.	Boa argumentação, fala bem, tem conhecimento de sua causa, bons contatos, articulador.	Discurso sentimental, emotivo, cativante, defende interesses dos mais pobres, de idade,
185	Mercado	Empresário do ramo de mineração, representante da METAMAT, bem relacionado membro da e articulador	Pouco tempo de fala, tímido, poucas intervenções coerentes	Carismático e arrogante ao mesmo tempo, discurso convincente, impostado, impositivo quando fala e anda.
186	Mercado	Grande produtor rural da agro-soja, equipamentos, aliados uniformizados, fez e organizou passeata	Pouco tempo de fala, conhecimento médio da causa, defende o agronegócio e atividades em grande escala, uso de agrotóxicos, bem relacionado	Fala alto, um pouco persuasivo, controlador das situações, articulador, dominador, ameaças de demissão de funcionários da assembleia, inibidor.

Os Stakeholders se organizam de tal forma e apresentam características que são expressas pelos seus Graus de Legitimidade e Desejabilidade, influenciando e determinando qualitativamente o seu Grau de Dominância de Interesses.

V.3 – O grau de Legitimidade e as Desejabilidades dos Stakeholders

A análise do **Grau de Legitimidade** através da Matriz da Tabela 6, Figura 38) em função da Categoria Stakeholders percebeu-se que, desta vez que não houve a dominância do ator 5, pertencente à Categoria de Mercado, mas mesmo assim continua na Classe dos que têm Maior Legitimidade, apresentando Grau de Legitimidade Total igual a 12, sendo o máximo 15.

Na Categoria Comunitário, os Stakeholders apresentaram o maior Grau de Legitimidade, sendo ela Muito Alta. Apareceu em 9 de seus membros, totalizando 13,84% do total de Stakeholders e 100% dos que têm esse Grau.

As outras Categorias não apresentaram nenhum Stakeholders com Grau de Legitimidade Muito Alta. 27 Stakeholders têm Grau de Legitimidade Alta (41,53%), sendo 22 (33,84%) da Categoria de Mercado, 4 Comunitário (6,15%) e 1 Estado (1,53%). Os que tiveram Grau de Legitimidade Média são 29 (44,61%), sendo 24 (36,92%) da Categoria de Estado e 5 (7,69%) da categoria de Mercado. Ninguém teve Grau de Legitimidade Regular nem Legitimidade Baixa.

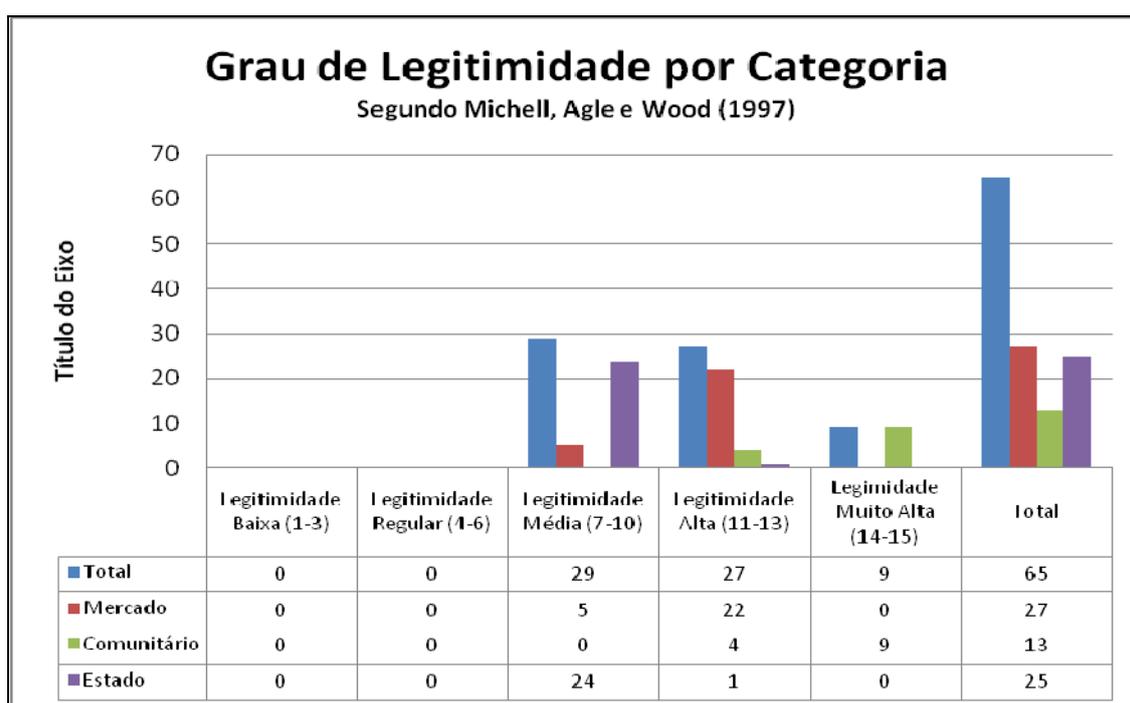


Figura 38 – Grau de Legitimidade por Categoria de Stakeholders

Comparando o universo de cada Categoria, a Categoria Comunitário foi a que apresentou maior número *per capita*. De um total de 13, 9 (69,23%) desta Categoria têm Grau de Legitimidade Muito Alta. No entanto, na Categoria de Mercado de um total de 27, 22 Stakeholders têm Grau de Legitimidade Alta, ou seja, 81,48%. A Categoria de Estado não possui nenhum representante com Grau de Legitimidade Muito Alta, nem Baixa e Regular, sendo que de um total de 25, 24 possuem Grau de Legitimidade Alta, ficando com 96% deles e apenas 1 com Legitimidade Alta (4%).

Fez-se uma análise das características mais marcantes dos Meios determinantes daqueles que apresentaram Grau de Legitimidade Muito Alto,

mas com nota máxima, ou seja, 14 e 15. Agrupou-se qualitativamente de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6 - Matriz do Grau de Legitimidade

Stakeholder	Categoria	Desejabilidade para Organização	Desejabilidade Para Sociedade	Desejabilidade Pessoal	Grau de Legitimidade Total (DO+DS+DP=DT)
ator 3	Estado	4	3	2	9
ator 5	Mercado	5	2	5	12
ator 7	Comunitário	5	5	5	15
ator 9	Estado	4	3	2	9
ator 10	Mercado	5	2	5	12
ator 12	Comunitário	5	5	5	15
ator 17	Comunitário	4	4	5	13
ator 20	Estado	4	3	3	10
ator 22	Mercado	5	2	5	12
ator 25	Mercado	5	2	5	12
ator 27	Comunitário	5	5	5	15
ator 28	Comunitário	5	5	5	15
ator 32	Comunitário	4	4	5	13
ator 34	Estado	4	3	2	9
ator 35	Estado	4	3	2	9
ator 36	Estado	4	3	2	9
ator 38	Comunitário	5	5	5	15
ator 43	Mercado	5	2	5	12
ator 44	Comunitário	5	4	5	14
ator 51	Estado	4	3	2	9
ator 58	Mercado	4	4	4	12
ator 63	Comunitário	5	4	5	14
ator 68	Estado	4	4	2	10
ator 69	Estado	4	4	2	10
ator 74	Estado	4	3	2	9

ator 75	Estado	4	3	3	10
ator 76	Estado	3	2	3	8
ator 80	Mercado	5	1	5	11
ator 82	Mercado	5	1	5	11
ator 83	Mercado	5	2	5	12
ator 86	Mercado	5	1	5	11
ator 89	Estado	5	3	5	13
ator 91	Mercado	5	1	5	11
ator 94	Mercado	5	1	4	10
ator 95	Mercado	5	1	5	11
ator 100	Estado	4	1	5	10
ator 107	Estado	4	3	2	9
ator 111	Estado	4	3	2	9
ator 114	Mercado	4	4	4	12
ator 118	Estado	4	3	2	9
ator 120	Mercado	4	2	5	11
ator 121	Mercado	4	1	5	10
ator 124	Estado	5	3	2	10
ator 128	Mercado	5	1	5	11
ator 129	Mercado	5	1	5	11
ator 130	Mercado	5	1	5	11
ator 132	Comunitário	5	3	5	13
ator 135	Mercado	5	1	5	11
ator 138	Mercado	4	1	5	10
ator 142	Estado	4	4	2	10
ator 144	Comunitário	4	4	4	12
ator 146	Estado	4	4	1	9
ator 150	Mercado	5	1	4	10
ator 151	Estado	4	4	2	10
ator 155	Mercado	5	1	5	11
ator 157	Mercado	5	1	5	11
ator 162	Mercado	5	1	4	10

ator 164	Comunitário	5	5	5	15
ator 166	Estado	4	4	1	9
ator 172	Estado	4	4	1	9
ator 175	Mercado	5	1	5	11
ator 177	Estado	4	3	4	11
ator 183	Comunitário	5	5	5	15
ator 185	Mercado	4	3	5	12
ator 186	Mercado	4	2	5	11

Preocupou-se também aferir a média do Grau de Legitimidade (Figura 39).

Destacaram-se 7 Stakeholders com média maior e apenas 1 com média menor.

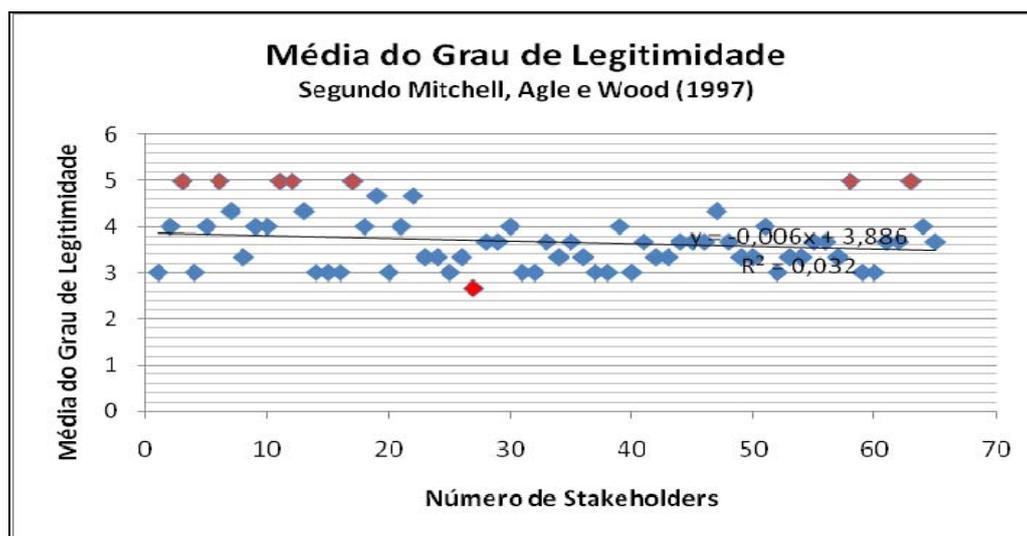


Figura 39 – Média do Grau de Legitimidade dos Stakeholders

A figura 40 demonstra quais os atores envolvidos no processo que apresentam Maior e Menor Grau de Legitimidade, que irá determinar o Grau Final de Dominância dos Stakeholders.

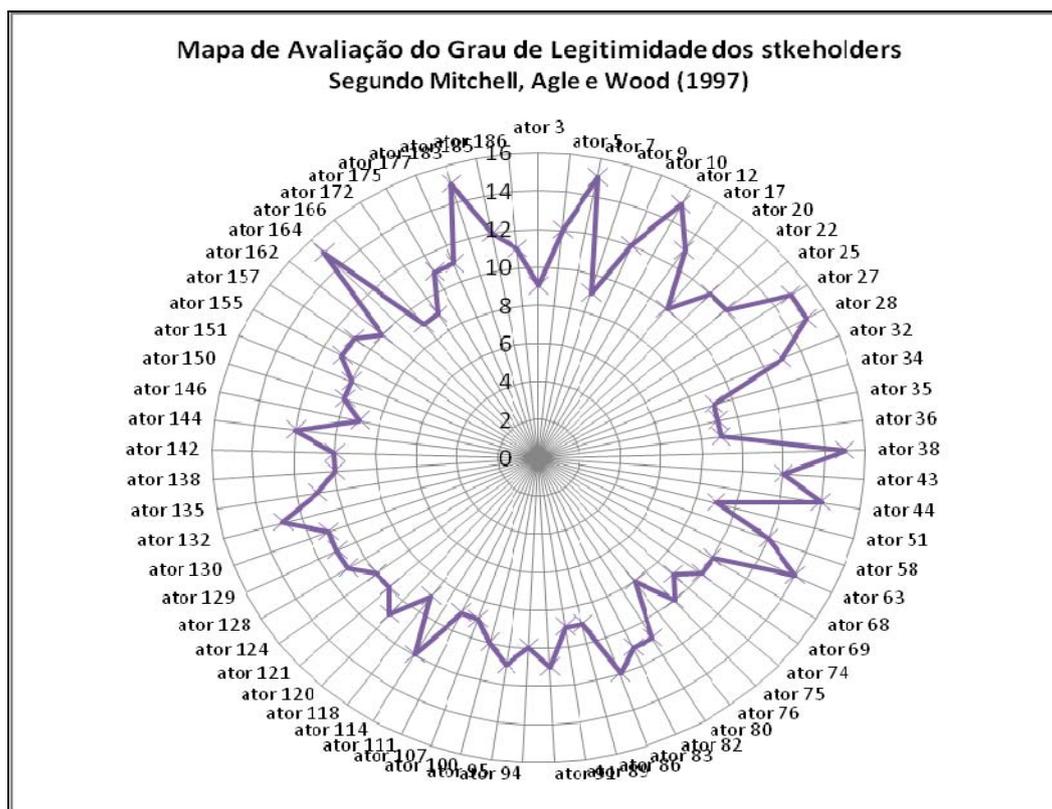


Figura 4 – Mapa de Avaliação do Grau de Legitimidade dos Stakeholders

O Quadro 14 reúne as características dos atores ou Stakeholders cujos Graus de Desejabilidades para a organização, sociedade e pessoal, permitiram aferir e construir a Matriz do Grau de Legitimidade (Tabela 5).

Quadro 14 – Características qualitativas determinantes dos Graus de Legitimidade dos Stakeholders

Atores	Desejabilidade para Organização	Desejabilidade Para Sociedade	Desejabilidade Pessoal
7	Representa segmento de defesa dos direitos a terra, reforma agrária, posiciona-se como instituição	Fala dos direitos coletivos	Melhoria da qualidade de vida
12	Intitula-se como indígena, defende a cultura, representa a Associação de Mulheres Indígenas.	Fala do Bem comum, externa melhoria na qualidade de vida	Estuda e trabalha e é militante em sua causa. Teve a mãe assassinada por pistoleiros um mês após a audiência do Pólo de Tangará da Serra.

27	Indígena de Barra do Bugre defende a causa.	Quer melhoria para seu povo, saia da miséria	Diz que também quer ter casa, carro, escola, hospitais
28	Representa os povos Umutina. Defende sua causa	Externa a melhoria para todos	Falou sobre a divisão de riquezas
38	Representa o Instituto Maivu - Movimento Indígena – pertence a etnia Kura-Bakairi (Mestranda) EA.	Esclarecida quanto o poder do sistema instituído e deseja melhoria para todos, mas com luta de classes	Fala do seu futuro e que almeja sucesso pessoal
44	Membro dos Movimentos Sociais (Categoria Comunitário) Coletivo Jovem	Esclarecida e deseja melhoria para todos. Direitos iguais e de respeito. Contra modelos hegemônicos e impositivos.	Fala muito da educação.
63	Membro de Pequenos Produtores de Piraputanga em Diamantino/MT	Pouco esclarecido, mas atuante.	Fala pouco, mais militante pela causa.
164	Membro da Associação de Mulheres Indígenas - Etnia Umutina	Bem esclarecida e atuante. Militante em sua causa e de seu povo. Pensa e crítica modelos impostos.	Fala bastante e muito militante. Ser respeitada. Ter dignidade preservada.
183	Representa o Instituto Maivu - Movimento Indígena – pertence a etnia Kura-Bakairi (Mestranda) EA. Pai do ator 38.	Externa anseios para vencer o sistema. Preocupa-se com seu povo, justiça e equidade socioambiental. Líder com forte argumentação	Fala que tudo que conseguiu foi lutando para si e pelos outros.

Está análise qualitativa e subjetivo acima descrita (quadro14) evidencia que para a legitimidade ter sua plenitude é necessário que esta não seja apenas substanciada pelos interesses ou necessidades individuais. Neste contexto, a

Categoria Comunitário se destaca sobre todas as outras, já que esta define e idealiza um ZSEE para Mato Grosso, como sendo uma política que deveria ir ao encontro dos interesses da sociedade em geral. Mas ainda, não deixam isso por menos, tendo em vista que são atuantes, politizados e se organizam, mesmo com dificuldades, em torno da defesa de seus interesses individuais e principalmente coletivos. Torna-se claro que a legitimidade predomina nessa Categoria, haja vista que lutam por sociedades mais justas e ainda pelos seus direitos.

V.4 – Grau de Urgência dos Stakeholders e a análise de sua Criticalidade e Sensibilidade Temporal

Para a análise e identificação dos Stakeholders utilizou-se também a Matriz de Urgência (Tabela 7 e Figuras 41 e 42) onde os Stakeholders foram classificados de acordo com seu **Grau de Urgência**. Dos Stakeholders entrevistados, ou seja, 65, identificou-se 7 Stakeholders com maior Grau de Urgência, ou seja, Alta, sendo destes pertencentes 3 à Categoria de Mercado (4,61%) e 4 Comunitário (6,15%), sendo 7 integrantes desta Categoria de Mercado e Comunitário, totalizando 10,76% dos Stakeholders. A categoria de Estado teve ainda 1 Stakeholder (1,53%) com Grau de Urgência Média e na Categoria de Comunitário predominou o Grau de Urgência Média com 9 integrantes (13,84%), 24 da Categoria de Mercado (36,92%) e 1 do Estado (1,53%). O Grau de Urgência Baixa predominou na Categoria de Estado, tendo 22 (33,84%) dos representantes, sendo assim o segundo maior percentual dentro das Categorias e dos Graus de Urgência.

Em uma análise mais específica de um total de 14 Stakeholders da Categoria Comunitário esta teve 9 Stakeholders com percentual igual a 64,28% com Grau de Urgência média. Na Categoria de Estado, de 23, 22 (95,65%) têm Grau de Urgência e da categoria de Mercado com 29, 24 são de Grau de Urgência Média, ou seja, 82,75%.

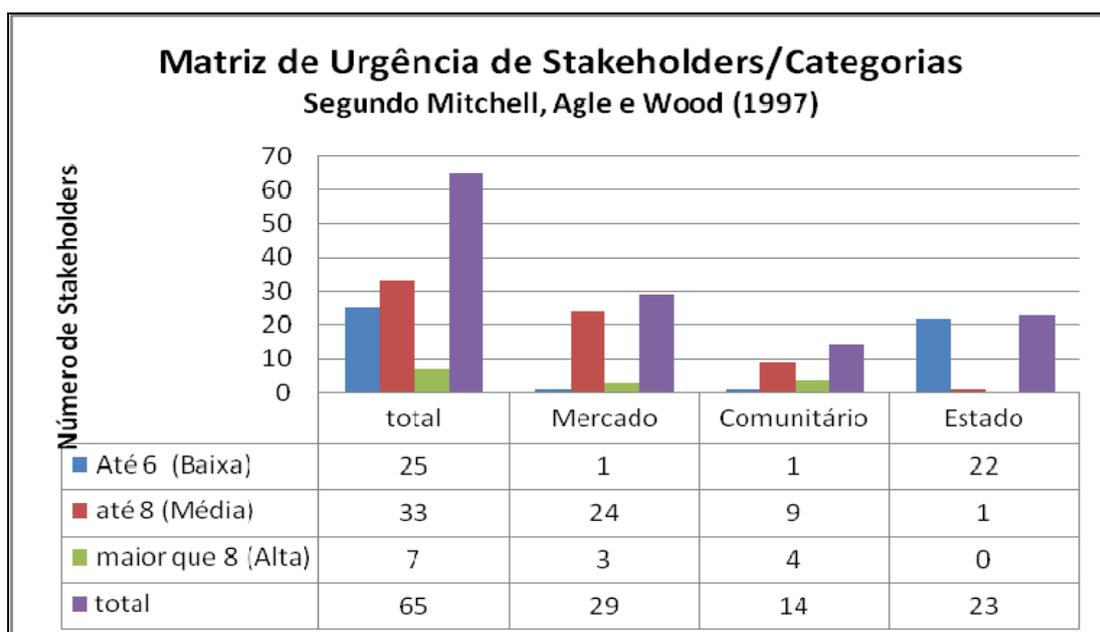


Figura 41 – Número de Stakeholders por Categoria na Matriz de Urgência

A Tabela 7 expressa cada ator ou Stakeholder, com os valores atribuídos para a Criticalidade e Sensibilidade Temporal que permitiu a determinação do Grau de Urgência e sua média.

Tabela 7 – Matriz do Grau de Urgência por categoria de Stakeholders

Atores	Categoria do Stakeholders	Criticalidade	Sensibilidade Temporal	Grau de Urgência	Média
ator 3	Estado	2	1	3	1,5
ator 5	Mercado	5	5	10	5
ator 7	Comunitário	4	4	8	4
ator 9	Estado	2	1	3	1,5
ator 10	Mercado	4	4	8	4
ator 12	Comunitário	5	5	10	5
ator 17	Comunitário	4	4	8	4
ator 20	Estado	2	1	3	1,5
ator 22	Mercado	4	3	7	3,5
ator 25	Mercado	5	5	10	5
ator 27	Comunitário	4	4	8	4
ator 28	Comunitário	4	4	8	4

ator 32	Comunitário	4	4	8	4
ator 34	Estado	2	2	4	2
ator 35	Estado	2	1	3	1,5
ator 36	Estado	1	2	3	1,5
ator 38	Comunitário	5	5	10	5
ator 43	Mercado	3	5	8	4
ator 44	Comunitário	3	4	7	3,5
ator 51	Estado	2	1	3	1,5
ator 58	Mercado	4	4	8	4
ator 63	Comunitário	4	4	8	4
ator 68	Estado	2	2	4	2
ator 69	Mercado	4	3	7	3,5
ator 74	Estado	2	1	3	1,5
ator 75	Estado	2	2	4	2
ator 76	Estado	2	2	4	2
ator 80	Mercado	4	4	8	4
ator 82	Mercado	4	3	7	3,5
ator 83	Estado	2	2	4	2
ator 86	Mercado	4	3	7	3,5
ator 89	Estado	4	3	7	3,5
ator 90	Mercado	4	3	7	3,5
ator 91	Mercado	4	4	8	4
ator 94	Mercado	4	4	8	4
ator 95	Mercado	4	4	8	4
ator 100	Estado	2	2	4	2
ator 107	Estado	2	1	3	1,5
ator 111	Estado	2	2	4	2
ator 114	Mercado	4	4	8	4
ator 118	Estado	2	1	3	1,5
ator 120	Mercado	4	4	8	4
ator 121	Mercado	3	4	7	3,5
ator 124	Estado	2	1	3	1,5

ator 128	Mercado	2	2	4	2
ator 129	Mercado	3	4	7	3,5
ator 130	Mercado	4	3	7	3,5
ator 132	Comunitário	4	4	8	4
ator 135	Mercado	4	4	8	4
ator 138	Mercado	4	3	7	3,5
ator 142	Estado	2	1	3	1,5
ator 144	Comunitário	3	4	7	3,5
ator 146	Estado	2	2	4	2
ator 150	Mercado	4	3	7	3,5
ator 151	Estado	2	3	5	2,5
ator 155	Estado	2	3	5	2,5
ator 157	Mercado	5	5	10	5
ator 162	Mercado	4	4	8	4
ator 164	Comunitário	5	5	10	5
ator 166	Estado	3	4	7	3,5
ator 172	Mercado	3	3	6	3
ator 175	Mercado	3	4	7	3,5
ator 177	Estado	2	2	4	2
ator 183	Comunitário	5	5	10	5
ator 185	Mercado	4	4	8	4
ator 186	Mercado	4	4	8	4

A Figura 43 mapeia e destaca os principais Stakeholders de acordo com o critério do Grau de Urgência. Os Atores enumerados no Quadro 15 apresentam em sua Categoria específica as seguintes características e estratégias adotadas que foram determinantes neste trabalho para a aferição do Grau de Urgência de cada um.

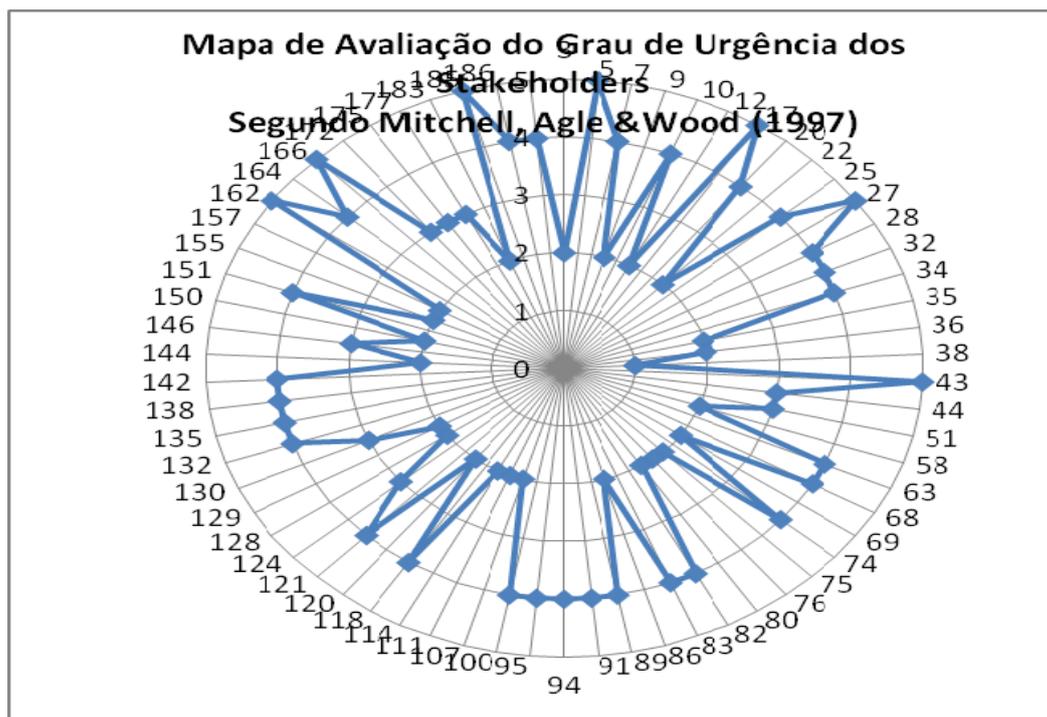


Figura 42 – Mapa de Avaliação do Grau de Urgência do Stakeholders

Fez-se também uma análise das Características e estratégias adotadas pelos Stakeholders com o maior Grau de Urgência, visando entender como se chegou aos valores de maior expressividade para os mesmos. O Quadro 15 organiza estas Características.

Quadro 15 – Caracterização Individual e Algumas Estratégias adotadas pelos Stakeholders com Maior Grau de Urgência

ATORES	CATEGORIA	GRAU DE URGÊNCIA	CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS DE CRITICALIDADE	CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS DE SENSIBILIDADE TEMPORAL
5	Mercado	10 (alto)	Exigência de posicionamento na tomada de decisão, manifesta-se como descontente, crítico ao modelo, demonstra autoritarismo, interfere nas Diretrizes de cada Categoria ou Zona de forma a propor mudanças na escrita e simbólica. Muito crítico.	Necessidade de urgência, demonstra impaciente, angustiado e nervoso
12	Comunitário	10 (alto)	Crítico Efetiva. Usa de	Reclama da falta de

			argumentação que busca valores éticos e morais. Posiciona com firmeza nos interesses da classe. Criticou as políticas de governo e do próprio ZSEE/MT em relação as AP (TI e UC).	recursos na população e necessidade de resolver rapidamente a situação. O ZSEE/MT deveria mudar essa situação. Demonstra desilusão,mas tem a perspectiva imediata de transformação.
25	Mercado	10 (alto)	Crítico efetivo, usa da Hermenêutica para a interpretação e intervenção nas Diretrizes, estabelecendo forte argumentação jurídica e de escrita (português) em defesa de seus interesses e da sua Categoria Busca em suas intervenções o consenso das Categorias para aprovar suas mudanças	Demonstra preocupações e ansiedade com forte indícios de querer aprovar ali mesmo de forma rápida.
38	Comunitário	10 (alto)	Crítica efetiva. Usa da argumentação acadêmica, humana e da lógica social. Interfere nas Diretrizes rebatendo os opositores.	Exige resolução, seja pelo ZSEE/MT ou outra ação dos problemas socioambientais. Denúncia fome, miséria e descaso com a situação das etnias.
157	Mercado	10 (alto)	Crítico efetivo. Usa da Hermenêutica. Domina a Língua Portuguesa e interfere incisamente, propondo a mudança de termos nas Diretrizes em seu favor ou da sua Categoria.	

164	Comunitário	10 (alto)	Crítica efetiva e emotiva. Não domina a língua, mas interfere quando vê seus direitos sendo infringidos ou mudados. Crítica a metodologia de socialização do ZSEE/MT.	Quer mudanças mais rápidas para sua Categoria., principalmente em relação as condições de saúde e socioeconômicas
183	Comunitário	10 (alto)	Crítico efetivo. Experiente nas intervenções . Com calma e com muita emoção cita exemplos de vida e de sua história profissional.	Suplica por mudanças melhores nas condições de saúde e econômica. Pede direcionar as diretrizes para resolver a miséria e fome das etnias no estado.

A figura 43 destaca o aparecimento de 7 Stakeholders com a média do Grau de Urgência em torno de 5, colocando-os como aqueles que **têm** mais Urgência.

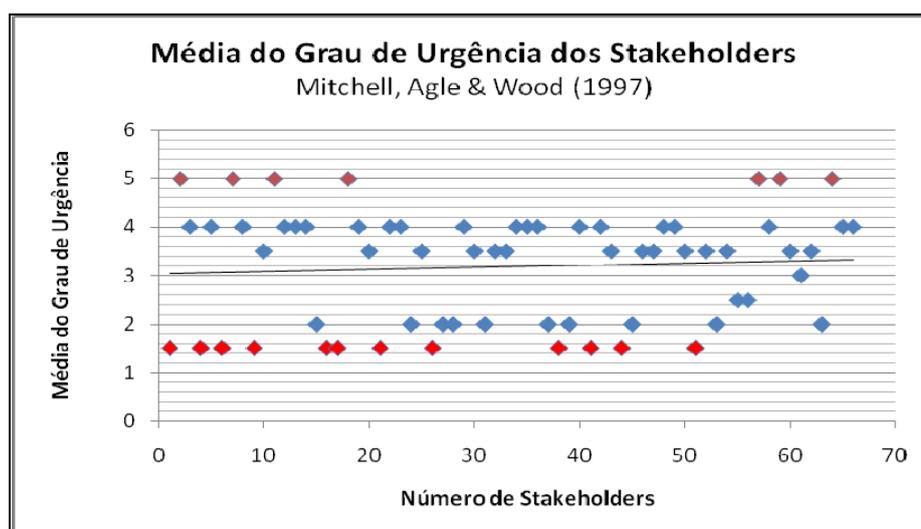


Figura 43 – Média do Grau de Urgência e Linha de Tendência

V.5 – Grau de Dominância de Interesses e suas influências na tomada de decisões no ZSEE/MT

V.5.1 – Matriz do Grau de Dominância de Interesses

Entende-se que há uma nítida relação entre o Grau de Dominância de Interesses e a capacidade que os Stakeholders têm em “fazer valer seus interesses ou Necessidades fisiológicas e psicológicas.

Atentou-se para as observações de Frey (1999) que elucida que o exame da ‘vida’ de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico como é o caso do ZSEE/MT como Fator Indireto de Mudanças do Ecossistema, não deixa dúvidas referentes à interdependência entre os processos e os resultados das políticas e o contexto social. Ainda segundo o mesmo autor, a evolução histórica da política, por exemplo, a socioambiental, mostra de forma nítida como ambas dimensões têm se influenciado de forma recíproca e permanente.

Entende-se ser necessário apropriar-se do escopo da relação da política com a cultura. Pretende-se através desta visão incorporar o estudo de compreensão do ZSEE/MT como um estudo da política, a partir da incorporação da noção de cultura política, que deixa de se restringir às questões políticas formais do estado de Mato Grosso, às práticas institucionais, às discussões centradas no aparelho estatal e suas leis, passando a levar em conta elementos conformadores da dinâmica interna das relações sócio-políticas entre os diferentes atores sociais (individuais e coletivos) que chamamos de Stakeholders. Entre estes e o Estado há exemplos de suas percepções, visões de mundo, valores, sentimentos e necessidades em busca do Bem Estar.

Em síntese, esta nova abordagem de análise do ZSEE/MT, partindo do campo teórico da cultura política, passará, sobretudo, a levar em conta conceitos como o de paixão e o de desejo (Necessidades Psicológicas) e a refletir como estas paixões e estes desejos terminam por serem determinantes dos comportamentos e condutas dos indivíduos ou dos grupos, cada um na sua Categoria, de forma isolada ou em interações, diante da sociedade e da

política, como Fator de Mudança associado a concepção de valores de Graus diferentes de Dominância de Interesses.

Mas porque se relaciona a cultura com a política? Concorde-se com o conceito nas palavras de Soihet, Bicalho e Gouveia (2005):

As culturas políticas constituem fator de agregação social, contribuindo de modo decisivo na constituição de uma visão comum de mundo, de uma leitura compartilhada do passado e do futuro. Formam desse modo 'um patrimônio indiviso', composto por vocabulários, símbolos e gestos, por todo um arsenal de ferramentas que possam exprimir valores, idéias e desejos políticos de um dado conjunto social (SOIHET, BICALHO E GOUVEIA, 2005)

Assim, o conceito de cultura política ampliou-se, denotando a possibilidade de existência de uma multiplicidade de culturas políticas, confluentes ou conflitantes, devido às diferentes necessidades dos grupos sociais, às diferentes formas de serviços disponíveis, para satisfazer e chegar a um Bem estar mais digno de ser humano.

Esta situação acima descrita está além do identificado nas relações de poder e de influência nos participantes do processo de decisão do ZSEE/MT. Percebeu-se neste estudo, em contexto diferente, que há 'constelações' de atores ou Stakeholders que participam do processo das decisões no ZSEE/MT, nas condições de seus interesses ou necessidades em cada situação e cujas orientações valorativas – elementos que podem ser considerados condicionantes do grau de conflito e demanda reinante neste processo político – sofreram e sofrerão modificações significativas à medida que se possa agravar o uso e acesso a serviços. Os problemas socioambientais decorrentes das atividades se consolidam esse novo campo da política socioambiental para o estado de Mato Grosso ou como um verdadeiro, institucionalizado e legítimo fator de Mudança Indireto (FREY, 1999).

Weber (1999) define esta relação como sendo num escopo de 'poder' e a apropriação do conceito nos possibilitará entender o que vem a ser Grau de Dominância de Interesses. Entende-se aqui como sendo: "toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências,

seja qual for o fundamento dessa probabilidade”, ou seja, diz respeito à capacidade de todo e qualquer sujeito ou grupo social (Stakeholders) de imputar sentido, de impor a sua vontade sobre a dos demais, defendendo seus interesses ou suas necessidades individuais ou coletivas. Este Grau de Dominância de Interesses constitui toda e qualquer oportunidade que um homem, ou um grupo de homens, tem de realizar sua vontade, mesmo contra a resistência de outros homens que participam da vida em sociedade, de conseguir impor sua vontade sobre a vontade de outras pessoas (WEBER 1999).

Nessa perspectiva fez-se a análise dos Stakeholders através da Matriz do Grau de Dominância de Interesses dos Stakeholders para avaliar como estes interagem e quais tinham as condições de exercer maior influência sobre os outros, e além disso serem influenciados na condução.

Tabela 8 – Matriz do Grau de Dominância de Interesses dos Stakeholders

Ator	Grau de Poder GP	Grau de Legitimidade GL	Grau de Urgência Total	Grau de Dominância de Interesses GDI=GP+GL+GU	Grau de Dominância de Interesses GDI=GP+GL+GU/3
ator 3	2	3	1,5	6,5	2,16
ator 5	5	4	5	14	4,66
ator 7	2	5	4	11	3,66
ator 9	3	3	1,5	7,5	2,5
ator 10	3,66	4	4	11,66	3,88
ator 12	4,33	5	5	14,33	4,77
ator 17	3,33	4,33	4	11,66	3,88
ator 20	2,66	3,33	1,5	7,49	2,49
ator 22	3,66	4	3,5	11,16	3,72
ator 25	4	4	5	13	4,33
ator 27	3,33	5	4	12,33	4,11
ator 28	3,33	5	4	12,33	4,11
ator 32	3,33	4,33	4	11,66	3,88
ator 34	3,33	3	2	8,33	2,77
ator 35	3,33	3	1,5	7,83	2,61
ator 36	3,33	3	1,5	7,83	2,61
ator 38	4,33	5	5	14,33	4,77
ator 43	4	4	4	12	4

ator 44	2	4,66	3,5	10,16	3,38
ator 51	3,33	3	1,5	7,83	2,61
ator 58	4	4	4	12	4
ator 63	2,33	4,66	4	10,99	3,66
ator 68	3	3,33	2	8,33	2,77
ator 69	4,33	3,33	3,5	11,16	3,72
ator 74	3	3	1,5	7,5	2,5
ator 75	3	3,33	2	8,33	2,77
ator 76	3	2,66	2	7,66	2,55
ator 80	3,66	3,66	4	11,32	3,77
ator 82	3,33	3,66	3,5	10,49	3,49
ator 83	2,33	4	2	8,33	2,77
ator 86	3,33	3	3,5	9,83	3,27
ator 89	4,33	3	3,5	10,83	3,61
ator 90	3,33	3,66	3,5	10,49	3,49
ator 91	3,33	3,66	4	10,99	3,66
ator 94	3,66	3,33	4	10,99	3,66
ator 95	3,66	3,66	4	11,32	3,77
ator 100	3,66	3,33	2	8,99	2,99
ator 107	3,33	3	1,5	7,83	2,61
ator 111	2,66	3	2	7,66	2,55
ator 114	4,33	4	4	12,33	4,11
ator 118	2,66	3	1,5	7,16	2,38
ator 120	3,66	3,66	4	11,32	3,77
ator 121	2,66	3,33	3,5	9,49	3,16
ator 124	2,66	3,33	1,5	7,49	2,49
ator 128	2	3,66	2	7,66	2,55
ator 129	3,66	3,66	3,5	10,82	3,60
ator 130	3,66	3,66	3,5	10,82	3,60
ator 132	4	4,33	4	12,33	4,11
ator 135	3,33	3,66	4	10,99	3,66
ator 138	3,33	3,33	3,5	10,16	3,38
ator 142	2,66	3,33	1,5	7,49	2,49
ator 144	3	4	3,5	10,5	3,5
ator 146	3,66	3	2	8,66	2,88
ator 150	4	3,33	3,5	10,83	3,61
ator 151	2,33	3,33	2,5	8,16	2,72
ator 155	3,33	3,66	2,5	9,49	3,16
ator 157	4,66	3,66	5	13,32	4,44
ator 162	3,66	3,33	4	10,99	3,66
ator 164	4	5	5	14	4,66
ator 166	3	3	3,5	9,5	3,16
ator 172	4,33	3	3	10,33	3,44

ator 175	4,33	3,66	3,5	11,49	3,83
ator 177	3	3,66	2	8,66	2,88
ator 183	4,33	5	5	14,33	4,77
ator 185	4,33	4	4	12,33	4,11
ator 186	4,66	3,66	4	12,32	4,10

Posteriormente os Stakeholders ora estudados foram caracterizados a partir dos dados da pesquisa e tipificados.

V.5.2 – Tipologias de Stakeholders e seus Graus de Dominância de Interesses

A partir dessa premissa, identificou-se neste estudo o Grau de Dominância de Interesses por Categoria (Tabela 8, Quadros 16, 20 e 21) dos Stakeholders que participaram dos Grupos de Trabalhos e de audiências públicas do ZSEE/MT. Verificou-se esses Graus com base na Tipologia proposta por Mitchell, Agle e Wood (1997) e construída a partir das Matrizes de Poder, Legitimidade e Urgência (Tabela 8).

Dos 65 entrevistados, a Categoria de Estado apresentou 24 Stakeholders (36,9%), sendo deste 20 irrelevantes, totalizando 30,76% e já entre os 24 desta Categoria, 83,33%. Viu-se que apenas 1 Stakeholder é dependente e 3 são discricionários, 1,53% e 4,61%, respectivamente. Entre a totalidade da Categoria 4,16% e 12,5 % são dependentes e discricionários, respectivamente (Quadro 15):

Quadro 16 – Tipologia de Stakeholders na Categoria de Estado

Tipologia de Stakeholders	Número Geral	Percentual Total (%)	Percentual per capita (na Categoria)	Stakeholders
Dependente	1	1,53	4,16	17
Irrelevante	20	30,76	83,33	3,9,34,35,36, 51,68,74, 75,76, 100, 107, 111, 118, 124, 142, 146, 151,166,177

Discricionário	3	4,61	12,5	69, ,89, ,172
Total	24	36,9	100	24

A Categoria Comunitário apresentou 3 Tipologias de Stakeholders: Dependentes, Definitivos e Adormecidos, totalizando 6,15%, 9,23% e 4,61%, respectivamente. Os da mesma Categoria apareceram com seguintes percentuais: 30,76%, 46,15% e 23,07% pela mesma ordem (Quadro 16).

Quadro 17 – Tipologia de Stakeholders na Categoria Comunitário

Tipologia de Stakeholders	Número Geral	Percentual Total (%)	Percentual (%) <i>per capita</i> (na Categoria)	Stakeholders
Dependente	4	6,15	30,76	7, 27, 28, 32
Definitivo	6	9,23	46,15	12,17,28,132,164,183
Adormecido	3	4,61	23,07	44,63,144
Total	28	19,99	100	28

Na Categoria de Mercado, que representa a maioria dos 65 entrevistados, identificamos número mais disperso e diverso dentro das Tipologias encontradas. Houve predomínio de Stakeholders Irrelevantes e Exigentes com 8 e 7 integrantes desta Categoria, totalizando 12,3% 10,76% do total, e 28,57 e 25% na mesma Categoria, respectivamente. Somados atingem 15 pessoas, ou seja, 53,57%. Os Stakeholders dependentes foram os que tiveram menor número, aparecendo apenas 1, correspondendo a 1,53% do total e 3,57% na mesma Categoria.

Houve número significativo dos Stakeholders Definitivos na Categoria de Mercado com 6 representantes (9,23%) e o percentual na mesma Categoria 21,42% dos 4 tipos identificados. Entre os que têm maior Grau de Dominância, ou seja, os Definitivo e Exigente têm-se um total de mais de 46,42%, com 21,42% e 25%, respectivamente. Os outros, Adormecido, Perigoso e Discricionário aparecem com 2 pessoas cada, perfazendo 3,07% do total de

Stakeholders e da Categoria de Mercado 7,14%. Somados têm percentual de 9,21% do total de entrevistados (Quadro 18).

Quadro 18 – Tipologia de Stakeholders na Categoria de Mercado

Tipologia de Stakeholders	Número Geral	Percentual Total (%)	Percentual <i>per capita</i> (na mesma Categoria)	Stakeholders
Definitivo	6	9,23	21,42	5, 25, 43, 58, 114 e 185
Dependente	1	1,53	3,57	10
Adormecido	2	3,07	7,14	22 e 83
Exigente	7	10,76	25	80, 91, 94, 95, 120, 135, 162
Irrelevante	8	12,3	28,57	82, 86, 121, 128, 129 e 130
Perigoso	2	3,07	7,14	157 e 186
Discricionário	2	3,07	7,14	150 e 175
Total	28	43,03	100	28

Em uma explicação sucinta, os Stakeholders Dependentes são aqueles que deixam de ser sujeitos do processo e muitas vezes se deixam ser levados pelos outros e controlados, sendo sua alienação apenas consequência.

Serra (2008) define a palavra “alienados” como: alienação vem do latim *alienus*, que veio a dar “alheio”, significando “o que pertence a um outro”. No domínio do direito, a alienação designa o ato de transferência da posse ou do direito de propriedade de alguma coisa para outrem, seja por doação seja por venda ou omissão. No domínio da psiquiatria, a alienação era, até a algum tempo, a perda da noção, quer da identidade pessoal quer da realidade.

Ainda segundo o mesmo autor, Alienação é:

“no domínio estritamente filosófico, o tema da alienação é trazido para primeiro plano por Hegel e retomado, posteriormente, por Feuerbach, por Marx – cuja formulação é, sem dúvida, a mais conhecida – e, já no século XX, por autores como Luckács, Marcuse ou Sartre, que tendem, no entanto, a dar ao termo um sentido marcadamente hegeliano, de “objectivação” ou “reificação”. Comum a todos estes filósofos – e não somente a Hegel e a Marx, como especifica Wood –, é a idéia de que “a alienação refere-se, fundamentalmente, a uma espécie de atividade na qual a essência do agente é afirmada como algo externo ou estranho a ele, assumindo a forma de uma dominação hostil sobre o agente (SERRA, 2008).”

Hoje em dia há a tendência de utilizar o termo nos mais variados domínios, dando-lhe o significado extremamente *lato* de todo o processo mediante o qual o homem deixa de ser autônomo, de ser dono de si mesmo, para se tornar propriedade (escravo) de um outro – algo ou alguém - que por ele decide acerca da sua vida. É precisamente nesse sentido que se fala na “alienação” provocada pela ideologia, pela droga, pelo materialismo, e neste estudo pelo ZSEE/MT e seus interlocutores e Stakeholders. A passividade diante do processo é clara.

Já os Stakeholders identificados como Adormecido passam a ser qualificados como enfadonho, monótono, pouco sensível, descuidado, sem vigor, indiferente ao processo do ZSEE/MT. Nesta pesquisa identificamos como sendo aqueles que têm poder para impor sua vontade na organização, porém não têm legitimidade ou urgência e assim seu poder fica em desuso, tendo ele pouca ou nenhuma interação com o processo.

Os Stakeholders Exigentes são aqueles que reivindicam seus direitos e quando o atributo mais importante no processo deste for urgência, ele o tem. Sem poder e sem legitimidade, não devem atrapalhar tanto o processo, porém devem ser monitorados quanto ao potencial de obterem um segundo atributo.

Os Stakeholders tipificados no contexto do ZSEE/MT como Perigosos são aqueles que de alguma forma podem causar risco ou dano ao processo. Deles emanam desejos e necessidades que são colocadas em primeiro plano. Podem causar turbulências, desconfortos e desagregação. Possuem poder e

urgência, mas não têm legitimidade. Então podem periclitar, independente da ética e da moral, podem fazer de tudo para conseguirem o que querem. Não pensam na coletividade e consequência de suas ações, atitudes e posturas.

Já os Irrelevantes são aqueles que têm pouco valor quanto a Legitimidade, não têm Poder e não têm Urgência. São apáticos ao processo, não opinam, não falam nada, não expressam suas vontades, seus desejos, sonhos. Muitas vezes se demonstram céticos às suas necessidades.

Os Discricionários identificados neste estudo demonstram ausência ou baixo Poder. Assim têm uma influência, mas no final do processo contribuem no ponto de vista crítico e na construção.

Assim o fato de elaborar uma análise a partir do Grau de Dominância de Interesses desses tipos de Stakeholders identificados e qualificados conduz ao sentido de procurar esclarecer por onde trilham os caminhos de dominância, baseados em suas estratégias e características de cada Stakeholder ali inserido. Identificou-se que de todos os Stakeholders entrevistados, 12 aparecem tipificados como DEFINITIVOS, sendo 6 da Categoria de Mercado e 6 da Categoria de Comunitário (Movimentos Sociais). Em uma análise mais detalhada destes participantes Stakeholders, percebe-se que o Grau de Poder aferido pela Matriz de Poder (Tabela 8) e que todos os tipificados como DEFINITIVOS desta Categoria Comunitário (Quadro 20) possuem valores (pontuações) menores em relação às outras Matrizes, ou seja, as de Legitimidade e de Urgência. Traz-se à luz a discussão da questão do Grau de Poder.

Para explicar o que levou a isso ou o que foi determinante para esses valores que foram cruciais para a Tipologia de Stakeholders (Tabela 8), recorreu-se ao entendimento mais profundo da questão de Poder x Grau de Dominância de Interesses. Como este Grau de Poder interfere na caracterização destes Stakeholders como DEFINITIVOS? Baseou-se para esta conclusão no fato de que as estratégias, recursos disponíveis, sejam eles financeiros, tecnológicos, logísticos, coercitivos e de simbologia, predominaram na Categoria de Mercado e do Estado (Tabelas 8 e Quadros 19 e 21). A Categoria de Comunitário mostrou-se pouco articulada e com escassa disponibilidade destes “recursos”.

Já as Matrizes de Legitimidade dos Stakeholders da Categoria de Mercado foram sempre menores ou iguais às outras Matrizes de Urgência e Poder, ou seja, apresentaram menor Grau de Legitimidade em relação às outras Matrizes na mesma Categoria e em outras Categorias também, Estado e Comunitário.

Teorizando e contextualizando à luz de outros entendimentos vê-se que o Poder e a Legitimidade podem ser os determinantes de uma política pública, como no caso do ZSEE/MT. Como isso implicou em Graus ou Tipologias diferentes de Stakeholders nos trabalhos técnicos e audiências públicas do ZSE/MT? Em verdade, o Poder gira em torno de quais artifícios, meios, estratégias, caminhos, situações etc. os Stakeholders usaram para “impor” seus pensamentos, valores, sentimentos e angústias e vontades. Então a princípio, os Stakeholders DEFINITIVOS são os atores (sujeitos) principais para a tomada decisão desta política pública de Zoneamento.

A percepção a respeito do relacionamento dos Stakeholders e da sociedade era, até meados da década passada, bastante estreita e confundida com atitudes filantrópicas. Até a ascensão do movimento ambientalista, o setor de Mercado não mantinha um canal de comunicação institucional com seus Stakeholders. Seus interlocutores-chave eram aqueles que pertenciam aos “segmentos” com os quais estabeleciam relações estritamente comerciais ou profissionais: os órgãos públicos reguladores, os fornecedores e os compradores, basicamente.

A responsabilidade das organizações pelos impactos que suas atividades causam na sociedade, no meio ambiente e em seus colaboradores é um tema que nasceu no âmbito das empresas, mas que se revela cada vez mais fundamental também para governos e organizações do “terceiro setor” na gestão dos recursos naturais. O desenvolvimento de um consenso internacional e “*multistakeholders*” sobre os conceitos e práticas de todos envolvidos nas decisões políticas, é uma oportunidade não apenas de disseminar mais estas práticas, mas também pela possibilidade de levar novos “segmentos” de organizações e instituições a refletirem sobre suas próprias práticas de gestão e sobre os impactos de sua operação no mundo que as cerca.

As demandas e conflitos socioambientais estão intimamente ligados às Políticas Públicas e as relações entre todos os atores sociais e suas instituições e organizações. Elas operam afetando e sendo afetadas por estas. Serão afetadas não apenas nas formas de produção, mas também nas preferências e expectativas dos *Stakeholders* (os diversos grupos que têm interesses relacionados com a tomada de decisões, como clientes, empregados, acionistas, fornecedores, membros de sindicatos, associações, organizações governamentais, não-governamentais e a sociedade em geral, entre outros).

V.5.3 – Grau de Dominância de Interesses dos Stakeholders e suas ações, demandas e seus conflitos sociopolíticos

Hoje, agregaram-se a esses *Stakeholders* os potenciais vítimas e sujeitos das situações socioambientais e os grupos de interesse organizados em entidades civis, preferencialmente, em ONGs, Sindicatos, Associações, representações de classes e profissionais, as quais, em geral, posicionam-se na vanguarda, funcionando como sinalizadores prévios das demandas dos demais *Stakeholders*. A Figura 44 indica os mais comuns encontrados nas reuniões de discussão dos ZSEE/MT.



Figura 44 – Stakeholders determinantes das demandas e dos conflitos Socioambientais no contexto da proposta de ZSEE/MT. FONTE: Elaboração própria

Estas formas de colocar as demandas e os conflitos socioambientais em torno do ZSEE/MT estão em função das ações, atitudes, posições e dos 'tipos' de Stakeholders e entende-se ainda estarem intimamente associados ao Grau de Dominância de Interesses dos mesmos.

Baseou-se esta pesquisa nos conhecimentos em Diálogos com *Stakeholders*. Segundo Welp et al. (2006); Welp; Stoll-Kleeman (2006), constitui-se de estruturas de processo de comunicação, que integraram os executores desta pesquisa com os *Stakeholders*. Os *Stakeholders que foram entrevistados* possuem o conhecimento necessário, identificado neste estudo, para ajudar, compreender, representar e analisar as problemáticas das mudanças globais e regionais socioambientais, bem como, os tomadores de decisões, gestores ou outras Categorias de *Stakeholders*. Esta nova abordagem de diálogos aqui executada com *Stakeholders* tem sido utilizada em vários trabalhos de pesquisas como: (SILVEIRA; SILVA2000); (FALKENMARK et al. 2004) ; (SILVA; GIRAD 2004); (GARCÍA-MARZÁ 2005); (RASCHE & ESSER, 2006); (PATI; PARK; AUGENBROE 2006).

Nesta esfera da ação coletiva aqui identificada, toma-se a noção de que a escolha individual é voluntária e planejada, guiada pela maximização dos lucros e tomada a partir de um conhecimento completo do ambiente. Neste sentido, a racionalidade individual seria incompatível com a racionalidade coletiva (RIBEIRO, 2006).

Em uma análise mais concreta e de profundidade teórica o ZSEE/MT passa por uma solução clássica de controvérsias que seria, em um primeiro entendimento, a existência de uma força externa coercitiva, como o Governo do Estado de Mato Grosso ou da Categoria Mercado (Setor Produtivo). Essa solução, no entanto, além de ser provável e clara, se coloca como um segundo dilema coletivo, pois a coerção imparcial é em si mesma um bem público. Quem garante que o Estado não pode "desertar" de suas obrigações? Quem garante que ele não pode usar seu poder, conferido por sua suposta imparcialidade, para seu proveito próprio? Quem são os maiores e verdadeiros prejudicados pela proposta de ZSEE/MT? (PUTNAM, 1996).

Identificou-se como foco principal, que venham a produzir significativos *insights* e disseminar a transição da sustentabilidade entre a sociedade e as organizações dos Stakeholders, através da busca de mecanismos que promovam a preservação e conservação ambiental. Notou-se que o envolvimento das atividades dos *Stakeholders durante os Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas do ZSEE/MT* é totalmente diversificado, estimulado por interesses individuais inseridos no contexto (*Continuum*) internacional, nacional, regional e local, ou seja, o diálogo nos Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas abrangem *Stakeholders* que buscam soluções positivas e em conjunto através da negociação e acordos, e, além disto, os diálogos contêm a função de agregar vários elos dos setores produtivos (PRUITT; WADDELL, 2005).

Com estas âncoras pertinentes, este estudo insere-se no contexto da complexidade, em função das mudanças, necessidades, conflitos e demandas oriundas das expectativas do ZSEE/MT. O agronegócio passou a ser visto como um dos fatores mais importantes e identificados neste estudo, por uma Categoria em específico, que é a do Mercado. Por intermédio desta relacionaram-se incertezas e conflitos gerando a imprevisibilidade e a amplitude de soluções. Com este conteúdo, verifica-se uma extensão do ato individual para o ato coletivo, buscando-se múltiplas dimensões para sua compreensão.

Através deste raciocínio, busca-se a inserção de diferentes abordagens com o foco central na construção de relacionamentos em redes oriundas de conflitos ambientais através de diálogos entre *stakeholders* envoltas em seus diálogos, convenções e redes embasadas na interdisciplinaridade, complexidade e a sustentabilidade, ou seja, em uma realidade multifacetada.

À medida que *stakeholders* diferentes participavam das tomadas de decisões, em que se percebe que são embasadas em seu próprio benefício, aumenta o potencial para o conflito, pois as diferenças são acentuadas com base nos resultados por competitividade (ENGEL; KORF, 2005). E nas organizações dos agronegócios, categoria de Mercado, esta lógica está sendo evidenciada, pois suas fraquezas poderão desestruturar e ameaçar os seus principais produtos e serviços.

Enxerga-se que este ‘cenário’ que inicialmente era baseado na esfera econômica vem se abrindo às novas formas de pensamentos e ações pautadas em ciências como a sociologia, antropologia e ciências políticas (SANDLER, 1995; 2000). Tais mudanças têm permitido a formação de redes mediante as convenções já estabelecidas bem como novas estruturas de convenções permitindo desta forma um olhar interdisciplinar durante o desenvolvimento deste estudo.

Vê-se que historicamente no estado de Mato Grosso e agora com o incremento da consciência, do aumento da sensibilização socioambiental e nesta proposta de ZSEE/MT há reforços de dominâncias de interesses que geram e determinam os conflitos e as demandas entre os interesses econômicos e socioambientais propriamente ditos para cada Categoria de Stakeholders. Da mesma maneira como a dimensão material desses conflitos de interesses e cenários socioambientais, entende-se que o ZSEE/MT conduz à cristalização de ‘constelações’ específicas de grau de dominância de interesses. Mesmo sendo um programa socioambiental concreto, não deixa de ser elaborado, exclusivamente, por Stakeholders da Categoria de Estado, ou seja, agentes planejadores, os quais devem ser considerados como resultado natural ou não de um processo político, intermediado por estruturas institucionais, reflete ‘constelações’ específicas de interesses comuns e divergentes. Neste caso percebem-se os grau de dominância de interesses entre as Categorias de Estado (Poder Legislativo Estadual (Assembléia Legislativa – AL) que Coordena o ZSEE/MT e o Poder Executivo estadual que o propôs) e de todas as Categorias ali representadas (Mercado e Movimentos Sociais).

Neste estudo, com a análise de um Plano de Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico identificou-se a transformação de Zonas de Economia ativa, como as industriais ou rurais em zonas de proteção ambiental (Áreas de Proteção) ou com outras atividades diferentes das que já estavam sendo executadas, as quais promovem sem dúvida alguma resistência por parte dos interesses socioeconômicos afetados, o que representa uma modificação das condições do processo político do ZSEE/MT.

Eventualmente, os interesses socioeconômicos conseguem que as Categorias específicas de Stakeholders no processo de decisão desta proposta exerçam uma pressão bastante forte dentro do sistema político-administrativo, de modo que essas novas condições do processo sociopolítico, freqüentemente aqui de caráter conflituoso, possam no que diz respeito à imposição de seus objetivos, definir os conteúdos (diretrizes do ZSEE/MT) e às decisões de distribuição, como as definições de Zonas e criação de Áreas Protegidas, que podem levar à revisão do plano original do ZSEE/MT pelos proponentes.

Além disso, percebeu-se neste estudo que vale lembrar que todos os fatores condicionantes desta política pública são sujeitos a alterações ao longo do tempo para ir, dinamicamente, se ajustando às “necessidades e demandas sociais”, **que deveriam não ser deturpadas ou influenciadas pelo Grau de Dominância de Interesses**, tão somente, de certas Categorias de Stakeholders.

Viu-se que os Movimentos Sociais, mesmo em minoria aqui representados, por exemplo, têm aumentado significativamente as condições favoráveis à implementação de políticas socioambientais mais substanciais para o estado de Mato Grosso. Atualmente, porém, com os problemas socioeconômicos – particularmente referentes ao desemprego, a questão fundiária, a fome e a miséria – agravam o tema “socioambiental” e que passa, felizmente, nesta proposta de ZSEE a entrar nas agendas de discussões governamentais e da sociedade mato-grossense.

Identificaram-se e registraram-se muitas interações das diferentes instituições e dos grupos tanto do Executivo, do Legislativo e como da sociedade em geral na gênese e na implementação desta proposta.

Concordamos com Miller (1994; 2009), que na tomada de decisões de políticas públicas onde há um exercício permanente para a prática de dominância de interesses, e que envolve neste ZSEE para o estado de Mato Grosso, um conjunto de decisões que refere-se aqui a conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos (ZSEE/MT), as situações técnicas (construção e elaboração do ZSEE/MT pela SEPLAN e seus técnicos) e ao conteúdo material dessas decisões políticas (diretrizes do ZSEE/MT).

V.5.4 – As redes sociopolíticas em torno do ZSEE/MT e a gestão de conflitos, demandas e dominância de interesses das Categorias para a justiça ambiental

Nesse mesmo entendimento elucidado por Miller (1994; 2009), configurou-se que o ZSEE/MT passa por um processo político emaranhado em uma trama (rede) de relações sociais que se repetem periodicamente, e que aqui mostraram-se menos formais e delineadas do que relações sociais institucionalizadas, nas quais é prevista uma distribuição concreta de papéis organizacionais. Todavia, essas relações sociais aqui identificadas não se evidenciaram suficientemente regulares, harmônicas ou em equilíbrio dinâmico para que possam surgir ‘confiança’ entre seus integrantes Stakeholders, ou seja, a de se estabelecer opiniões e valores próximos do comum.

Entendeu-se neste estudo que com esse embricamento histórico, o ZSEE/MT passa das questões sociais e ambientais a outro estágio de evolução, promovendo um entendimento da mudança do conceito de ‘natureza’ para o de ‘meio ambiente’, mais próximo à tônica da conservação dos recursos naturais, saído dos aspectos técnicos específicos para a necessidade de **gerir as relações sociais** que vão determinar o modo de uso dos recursos naturais.

Sem negar a existência de uma realidade objetiva para o ZSEE/MT nem o poder causal independente dos fenômenos naturais, passa-se a enfatizar a incorporação e seus Stakeholders, dentro da análise dos problemas socioambientais, dos processos de negociação sobre como definir e enfrentar os riscos ambientais e tecnológicos e o uso e ocupação do estado de Mato Grosso. Nesse contexto, esta pesquisa concretiza estudos no campo socioambiental que passam a focar essa nova modalidade de conflito social: os conflitos que tem a natureza como suporte, advindos do ZSEE/MT.

Lembra-se que são os ‘velhos’ conflitos socioambientais em Mato Grosso e que agora passam a ser entendidos sob a ótica socioambiental. “Novas” demandas dos Stakeholders, que por conta da institucionalização da questão socioambiental manifestam-se em forma de conflitos, como é o caso de populações que, por conta da instalação de grandes empreendimentos, são

expulsas ou passam a estar sujeitas a uma baixa qualidade de vida, tendo grandes dificuldades de acesso aos bens e serviços públicos e privados.

Muitos Stakeholders mencionaram como conflitos principais e evidentes no escopo do ZSEE/MT o caso das tensões geradas na implantação de Áreas Protegidas – AP (Unidades de Conservação - UC e Terras Indígenas – TI), Áreas de Proteção Permanentes – APPs e delimitação das Áreas de Entorno – AE, que, se não impõe a desapropriação das terras, passam a impor certas limitações de uso por populações ‘estabelecidas’ em suas atividades econômicas e de caráter exploratório. Esses são o que aqui convencionou-se chamar conflitos socioambientais dirimidos na percepção dos sujeitos envolvidos no ZSEE/MT e da política pública em questão.

Indagou-se neste estudo se esta não poderia ser uma estratégia de alguns movimentos sociais, corporações, organizações governamentais e não-governamentais e todos os Stakeholders, a qual dadas as intenções de legitimar a propalação que têm adquirido e apropriado da bandeira ambiental; ou se ainda há um desvio do enfoque original do movimento ambientalista que passa a entender como sociais os problemas ambientais.

Enquadram-se perfeitamente as observações de Castells (1999) que coloca que o que está por trás dessa nova fase do ambientalismo é a idéia de justiça ambiental:

“o conceito de justiça ambiental, como noção ampla que reafirma o valor da vida em todas suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia, vem conquistando, gradativamente as mentes e as políticas [...]. Contudo, o que vem ocorrendo com o ambientalismo vai além da questão estratégica. O enfoque ecológico à vida, à economia e às instituições da sociedade enfatiza o caráter holístico de todas as formas de matéria, bem como de todo processo de informações. Nesse sentido, quanto mais adquirimos conhecimento, tanto mais percebemos as potencialidades de nossa tecnologia, bem como o abismo gigantesco e perigoso entre nossa capacidade de produção cada vez maior e nossa organização social primitiva, inconsciente e, em última análise, destrutiva. É esse o fio que costura as relações cada vez mais estreitas entre revoltas sociais, locais e globais, defensivas e ofensivas, engajadas na luta por

questões ou por valores, surgindo em torno do movimento ambientalista.” (CASTELLS, 1999).

Neste sentido, os conflitos socioambientais emergentes e evidentes em decorrência da proposta de do ZSSE/MT podem ser entendidos como “conflitos que têm os elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos/espços públicos x interesses privados/tentativa de apropriação de espços públicos” (ACSELARAD ET AL, 1995;BREDARIOL, 1997).

Entretanto, notou-se que, pela própria indefinição desta proposta de lei, existe no ZSEE/MT, pelo menos no que se percebeu-se no entendimento dos Stakeholders, uma construção sobre o que é privado e coletivo. Desta forma existe uma luta ou conflitos de interesses (de acesso público/privado a determinados recursos), mas também há uma luta simbólica sobre o que é público e o que é privado, e mesmo sobre o que é ‘ambientalmente correto’. Concluiu-se aqui que os conflitos socioambientais ora identificados são conflitos entre interesses e entre valores dos Stakeholders da Categorias de Estado, Mercado e Comunitário.

A própria definição do objeto, ZSEE/MT, como ‘conflito’ supõe-se considerá-lo como determinante das interações entre diversos grupos de Stakeholders e seus graus de dominância de interesses. Essa interação pode ser cooperativa, com formação de estratégias de cooperação e alianças entre os sujeitos ou atores envolvidos; geralmente, no entanto, ela foi neste estudo identificada como muito conflituosa entre as Categorias de Mercado e Movimentos Sociais. Concebeu-se como senda que as disputas ocorrem em torno do controle de bens e recursos ou do poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores pessoais e, às vezes coletivos. O próprio processo conflituoso constituiu os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes quando do início do processo (ALONSO & COSTA, 2001).

Evidenciou-se ainda que à medida que *Stakeholders* diferentes tomam decisões embasadas em seu próprio benefício aumentam o potencial para o

conflito, pois as diferenças são acentuadas com base nos resultados por competitividade (ENGEL; KORF, 2005). E nas organizações dos agronegócios, neste estudo representados pelos Stakeholders da Categoria de Mercado, que se auto-denominam “setor produtivo”, esta lógica está sendo evidenciada, pois suas fraquezas poderão desestruturar e ameaçar os seus principais produtos e serviços.

Estas formas de colocar o problema da ação coletiva tomam a noção de que a escolha individual é voluntária e planejada, guiada pela maximização dos lucros e tomada a partir de um conhecimento completo do ambiente. Neste sentido, a racionalidade individual seria incompatível com a racionalidade coletiva. Contrariamente, vários casos reais têm mostrado que esquemas institucionais alternativos a estes podem ser efetivos na gestão dos recursos naturais. Diversos grupos têm conseguido manter suas formas comunitárias de acesso a espaços e recursos naturais por vários anos sem destruí-los (OSTROM, 1996); assentados rurais do entorno de um parque têm favorecido a conservação ambiental através da formação de corredores ecológicos em suas terras (BEDUSCHI FILHO, 2001); proprietários e usuários dos recursos naturais de uma área de proteção ambiental têm conseguido regular os diversos usos dos recursos sem a necessidade de coação (ANDRADE, s/d).

No escopo da nova economia institucional entende-se que os arranjos institucionais tornam eficientes a gestão sustentável dos recursos naturais, sem a necessidade da coação do Estado ou a privatização dos recursos. Então pergunta-se: Quais as características destes arranjos institucionais? Como os agentes formam e reformam estas instituições? Quais são as variáveis internas e externas que limitam ou estimulam os indivíduos a mudar suas instituições? Como uma situação conflituosa, onde, a princípio os atores tenderiam a agir isoladamente, pode se converter em uma ação coletiva? Estas são algumas das questões endereçadas por estes autores.

Houve a preocupação em entender como se dá a escolha pela mudança institucional em direção a arranjos auto-organizados pela discussão em torno do ZSEE/MT. Entendeu-se que os Stakeholders envolvidos no uso do recurso natural para as regiões de planejamento ora estudadas podem, mas não fazem em comum acordo a escolha por mudar suas estruturas de governança,

de liderança e de influência/dominância a partir de um cálculo interno sobre os benefícios e custos (imediatos e a longo prazo) da mudança. A escolha estratégica individual também é permeada pelo sistema de valores internos e pelas taxas de desconto do futuro (o quanto os indivíduos consideram benefícios futuros em relação aos presentes).

Percebeu-se também que quando se trata do crescente aumento da preocupação com as questões ambientais pelos Stakeholders entrevistados, e, conseqüentemente da emergência de conflitos denominados 'sócioambientais', dois quadros de argumentações podem ser recortados. Alguns Stakeholders colocam que a problemática ambiental toma grande força hoje por conta dos efeitos nefastos do atual estágio de avanço da fronteira agrícola no estado de Mato Grosso; outros apontam para a problemática ambiental como uma questão socialmente construída, um problema que existe em termos de como cada sociedade a construiu. Gerhardt e Almeida (2002) colocam que ambas as abordagens podem ser questionadas.

Quanto à noção de que a preocupação com questões socioambientais seriam uma conseqüência natural do atual estágio de degradação ambiental, esses autores colocam que muitos acidentes ecológicos já aconteceram no passado e tomavam proporções tão grandes quanto agora. Esses efeitos devastadores de certas ações dos homens já eram percebidos por alguns e mesmo assim não existia uma comoção tão grande em torno de tais questões (GERHARDT & ALMEIDA 2002).

Por outro lado, pesquisas têm mostrado que a própria noção de meio ambiente é socialmente construída, variando entre as sociedades e mesmo dentro delas.

No entanto, assumir que a problemática ambiental é inventada e que o meio ambiente que se vê é algo de certa forma já pronto para o olhar daquele que observa, não deve significar que a inexistência de uma realidade objetiva. De fato, as representações sobre meio ambiente se objetivam, por exemplo, na degradação de ambientes naturais, na criação de secretarias de meio ambiente, na criação de áreas protegidas, na criação de fóruns para resolução de conflitos e etc.

Portanto, os problemas ambientais não são apenas invenções sociais abstratas, mas situações reais onde, a todo momento, componentes objetivos e subjetivos se ajustam.

Assim, Gerhardt e Almeida (2002) sugerem um terceiro enfoque. "*Nem tanto absolutivista, nem tanto subjetivista, este se baseia em uma concepção que, por um lado, reconhece a existência de certas condições objetivas, mas considera, contudo, que estas condições são histórica, social e culturalmente produzidas e, portanto, inventadas.*" Para entender essa perspectiva que assume uma postura dialética entre subjetividade e objetividade que se estabelece em relação às questões ambientais é possível usar a idéia de um 'campo ambiental' em formação.

Retomando ainda a idéia de redes sociopolíticas para Schubert (1991); Prittwitz (1994); Procopiuck & Frey (2009) ganham importância o conceito de redes sociopolíticas os processos decisórios dos sistemas político-administrativos dos estados e nas democracias modernas, ao passo que os processos e procedimentos formais e prescritos pelas constituições perdem a influência sobre a determinação real dos conteúdos. As redes de Stakeholders, que se formam em torno destas políticas específicas, podem ser consideradas como tipos antagônicos ao tipo institucional da hierarquia. Ainda ensinam que as redes sociopolíticas são uma estrutura horizontal de competências, uma densidade comunicativa bastante alta e, inter-relacionado com isso, um controle mútuo comparativamente intenso. Prittwitz (1991) assinala ainda que as barreiras de acesso às tramas de redes socioambientais estabelecidas são relativamente baixas, se comparadas aos sistemas corporativistas de negociação.

Entende-se como Windhoff-Héritier (1987); Hanneman & Riddle, (2005); Zurbriggen (2005) que existem entre as redes sociopolíticas, muitas que são excludentes e fechadas. Nesses casos, as relações entre os poucos envolvidos tendem a ser intensas, rotineiras e freqüentemente institucionalizadas. Para a análise de políticas públicas, as redes dos Stakeholders entrevistados aqui são de grande importância, sobretudo enquanto fatores dos processos de conflito e de coalizão na vida político-administrativa no e para o estado de Mato Grosso. Foi observado, no caso desta realidade sociopolítica que as mais consolidadas

são as pertencentes à Categoria de Mercado onde os membros de tais redes costumam rivalizar-se, e não criam laços externos de solidariedade, mas criam internamente, o que lhes possibilitam se defender e agir contra os de outras redes sociopolíticas que são considerados “concorrentes”. Os fatos de os membros de diversas instituições sociopolíticas e administrativas se movimentarem em decorrência do ZSEE/MT, dentro da esfera do grau de dominância de seus interesses não reduzem o seu controle recíproco e nem se solidarizam, conduzindo a um estarrhecimento e a um fechamento recíproco de suas redes sociopolíticas (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987; HANNEMAN& RIDDLE, 2005; ZURBRIGGEN, 2005).

Com efeito, observou-se nesta pesquisa que há com freqüência fronteiras e delimitações entre as burocracias estatais do Poder Executivo e Legislativo do estado de Mato Grosso, os políticos, e os grupos de interesses (Categorias de Estado ora identificadas) que estão envolvidos na definição do ZSEE/MT e que agora se desfazem. A impetuosidade, arrojando com violência, e agitados pelo ímpeto do “poder” surgem relações de cumplicidade nas Categorias, tendo como objetivo comum a obtenção de um favorecimento não coletivo - o maior possível – sejam eles de recursos ou de áreas territoriais e ou atividades profissionais para sua respectiva áreas de atuação sociopolítica e econômica.

Vê-se em abordagem teórica aqui, que na atual conjuntura mato-grossense em torno do ZSEE/MT está caracterizada a ocorrência e necessidade dessas disputas entre as várias Categorias que, muitas vezes, as tornam imponentes, impondo cada um sua importância particularmente acirrada, deixando transparecer uma certa incapacidade de ação conjunta e, logo, comprometendo a governabilidade do sistema político com verdadeira e lógica legitimidade. Entendeu-se que a representatividade subjetiva da rede sociopolítica instituída e construída nos grupos de trabalhos técnicos e audiências públicas de discussão do ZSEE/MT extrapolam a uma conseqüente debilitação da capacidade de conduzir reformas, que deveriam ser vistas pelos seus sujeitos como indispensáveis. Deve-se ser bem entendido que não se restringe ao âmbito exclusivo do poder executivo e legislativo mato-grossense, mas se reproduz, freqüentemente, nas sobreposição das lealdades entre todas

as Categorias de Stakeholders ora participantes do processo decisório e de intervenções nas diretrizes propostas. Notou-se não somente pelos cenários, mas também pela condução e conteúdo das proposições emanadas.

V.6 – Cenários para a construção geopolítico-administrativo do Brasil e de Mato Grosso frente a proposta do ZSEE/MT

Prospectar o futuro é uma das mais antigas e intrigantes necessidades humanas. Neste estudo faz-se um chamamento para construir um diálogo sobre a questão dos prováveis **cenários** para o futuro, advindo da proposta do ZSEE/MT. Não se pretende elaborar esses cenários, mas sim fornecer subsídios para tal.

Segundo Brasiliano (2008) aquele que antecipa as tendências e age proativamente tem muito mais chances de sucesso que os concorrentes. A prospectiva nos ensina que o futuro sempre está por ser realizado, dependendo da visão de quem o constrói. Portanto cenários prospectivos dependem das visões e expectativas dos executivos, governantes, ambientalistas, acadêmicos, cientistas e especialistas. Há a necessidade de possuir técnicas e métodos definidos, evitando o famoso *achotécnico*. A construção de cenários não pode de forma alguma ter uma visão projetiva, ou seja, levar em consideração somente os fatos e dados que aconteceram no passado.

As definições, apresentadas pelos principais autores, obedecem a um fundamento básico da prospectiva – o futuro é múltiplo e incerto. Desses autores destacamos os seguintes conceitos:

“O conjunto formado pela descrição, de forma coerente, de uma situação futura e do encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura.” GODET (1997), complementa sua definição afirmando que um cenário não é a realidade futura, mas um meio de representá-la, com o objetivo de nortear a ação presente à luz dos futuros possíveis e desejáveis.

Para SCHWARTZ (1996), cenários são uma ferramenta para ordenar a percepção sobre ambientes alternativos futuros, nos quais as decisões pessoais podem ser cumpridas. Ou um conjunto de métodos organizados para sonharmos sobre o futuro de maneira eficiente. De forma resumida, o autor define cenários como “histórias de futuro”, que podem nos ajudar a reconhecer e nos adaptarmos aos aspectos de mudança do ambiente presente (SCHWARTZ 1996).

PORTER (1992) define cenários no contexto da indústria como: “..uma visão internamente consistente da estrutura futura de uma indústria. Baseia-se em um conjunto de suposições plausíveis sobre as incertezas importantes que poderiam influenciar a estrutura industrial, considerando as implicações para a criação e a sustentação da vantagem competitiva. “O conjunto completo de cenários, e não o mais provável é então utilizado para projetar uma estratégia competitiva.”

Segundo a visão de RATTNER (1979),

“...a construção de cenários visa a um procedimento sistemático para detectar as tendências prováveis da evolução, numa seqüência de intervalos temporais, e procura identificar os limites da tensão social nos quais as forças sociais poderiam alterar essas tendências. Essas atitudes envolvem juízos sobre que estrutura e parâmetros são importantes e que objetivos e metas inspiram e motivam essas forças sociais” (RATTNER 1979).

Para HEIJDEN (1992) os cenários são ferramentas que têm por objetivo melhorar o processo decisório, com base no estudo de possíveis ambientes futuros. Não devem ser tratados como previsões capazes de influenciar o futuro, nem como histórias de ficção científica montadas somente para estimular a imaginação. Os cenários têm como foco assuntos e informações de grande importância para os tomadores de decisão, assim como os elementos previsíveis e imprevisíveis do ambiente que afetam o sistema em que a empresa está inserida.

Os cenários são imagens alternativas de futuro que facilitam a tomada de decisões. Eles são ferramentas poderosas desenhadas para melhorar o

processo de planejamento estratégico de uma organização, ao explorar um conjunto de situações “e se isso acontecer...”.

Chamado de “pensar cenariamente”, este processo incentiva o desenvolvimento de histórias divergentes sobre o futuro, deixando a organização preparada para as eventualidades que possa enfrentar, “ensaiando para o futuro” (HEIJDEN, 1992).

Configuram futuros possíveis ou prováveis mediante a simulação e desdobramentos de certas condições iniciais diferenciadas e a explicitação dos eventos que levariam à sua concretização. Cenários são ambientes alternativos nos quais os acontecimentos de hoje surtem efeito. Eles não são previsões, nem tampouco estratégias. Ao contrário, são narrativas vivas de futuros diferentes e divergentes, desenhados especialmente para ressaltar os riscos e oportunidades inerentes às estratégias, enriquecendo o processo de planejamento. Um leque de cenários alternativos proporciona um caminho para se focar no futuro, porém sem perder a perspectiva das outras possibilidades.

Contudo, segundo Godet (1971) todos os que pretendem prever ou prever o futuro são impostores, porque o futuro não existe e, portanto, não está escrito em parte alguma.

Concorda-se com a definição de Motomura (2004) em que o termo **Cenários** são como sondas para o futuro. Seu valor está em sensibilizar os sujeitos sociais executivos para as possibilidades que eles dificilmente perceberiam de outra forma. Cenários reduzem as chances de surpresas indesejáveis e capacitam os executivos a tomar melhores decisões, em melhor timing.

Ainda são poucos os que se perguntam uma questão fundamental: "Queremos ou não controlar nosso próprio futuro ou do estado de Mato Grosso?" Para aqueles que respondem afirmativamente, Cenários têm um valor incalculável.

O propósito essencial de cenários é apresentar aos sujeitos da sociedade uma imagem significativa de futuros prováveis, em horizontes de tempo diversos oriundos das atividades humanas (Stakeholders) nos ambientes naturais ou não. A partir desse pensamento, acredita-se ser

relevante aprofundar-se em estudos com maior rigor científico para a definição dos cenários que poderão advir do ZSEE/MT.

A análise dos Stakeholders e a compreensão de suas demandas pode contribuir substancialmente para “projetar” o inter-relacionamento de suas organizações ou instituições com o ambiente daqui a alguns anos. Eles podem, também, projetar formas de alterar esse relacionamento, visando assegurar um posicionamento mais favorável da sociedade no futuro.

É importante que se faça uma distinção clara entre cenários e previsões. Frequentemente previsões não passam de simples extrapolações de tendências. Cenários por sua vez, são sistemas complexos, que buscam revelar sinais precoces de alterações do futuro.

Opina-se para a construção de cenários que possam advir das mudanças devido à aprovação e execução do ZSEE/MT. Pensa-se ser crucial refletir sobre o que se identifica como conflitos e demandas e que venham a contribuir para a construção de um "bom" cenário para os estado de Mato Grosso, visando a sua sustentabilidade socioambiental e para a sociedade mato-grossense em geral. Acredita-se que esta pesquisa identifica pontos positivos e negativos para a elaboração de cenários, tendo em vista que o mesmo deveria permear o que segue:

1. O ZSEE/MT afetar o julgamento dos Stakeholders sobre como o futuro deve ser. Sejam positivos ou negativos estes serão emanados pelos Stakeholders e por isso, a arte de prepará-los e interpretá-los é apenas o primeiro passo para alterar o futuro.
2. Reconhece-se que ainda que passado e presente sejam importantes no estabelecimento de direções para o futuro de Mato Grosso, o ZSEE/MT transformará as tendências, o que requer visões de um futuro radicalmente diferente. Em outras palavras, eles podem levar em conta a dinâmica do futuro e o poder de ação humana para moldá-lo.
3. Permite a tradução de declarações sobre o futuro em *insights* sobre riscos/probabilidades para o tomador de decisões. Cenários de qualidade guiam os Stakeholders em "cálculos" mentais sobre o que pode acontecer e as inter-relações entre os fatos e suas decisões.

4. Testa-se a partir deste ZSEE/MT todos os elementos de um sistema mais amplo e suas interações com o ambiente. Por isso, eles deveriam levar em conta, de forma abrangente e equilibrada, aspectos econômicos, tecnológicos, sociais, políticos, psicológicos, culturais, espirituais, etc.
5. Oferece-se descrições tão vívidas do futuro que os Stakeholders podem colocar-se na situação de compreender esse futuro de uma maneira que não seria possível apenas por meio de números e gráficos.
6. Dá-se "pistas" que podem ser verificadas anos antes da ocorrência dos eventos que elas sinalizam. Essa é uma diferença fundamental entre cenários de qualidade e meras especulações futurísticas sem fundamento.
7. Resulta-se de reflexões de pessoas com referenciais intelectuais, culturais e sociais diversos. A diversidade de opiniões assegura a riqueza dos futuros idealizados e dá margem aos executivos para optar pelo futuro que eles desejam construir.

Próximas a todos esses entendimentos acima mencionados, as mudanças nos cenários geopolíticos-administrativos do Brasil já resgatadas nesta tese pela nossa história de colonização e estratégias de uso e ocupação, foram sempre consolidadas através das políticas públicas e estas sempre decididas pela organização estatal. Aqui está a importância do conhecimento dos Stakeholders que participam da decisão desta política pública, porque estes determinarão modelos e cenários para o futuro. Podemos evidenciar isto pelas divisões territoriais, as quais deram origem dos estados do Brasil.

Considera-se que a criação de novas regiões, estados e municípios vem sendo objeto de transformação ao longo da história, adaptando ao mundo produtivo, a decisão de Stakeholders definitivos. Desde as Capitânicas Hereditárias, o Brasil muda e novas áreas são criadas. A Figura 45 ilustra essa evolução, onde ao longo de décadas muda-se as divisões desde as origens mais remotas:

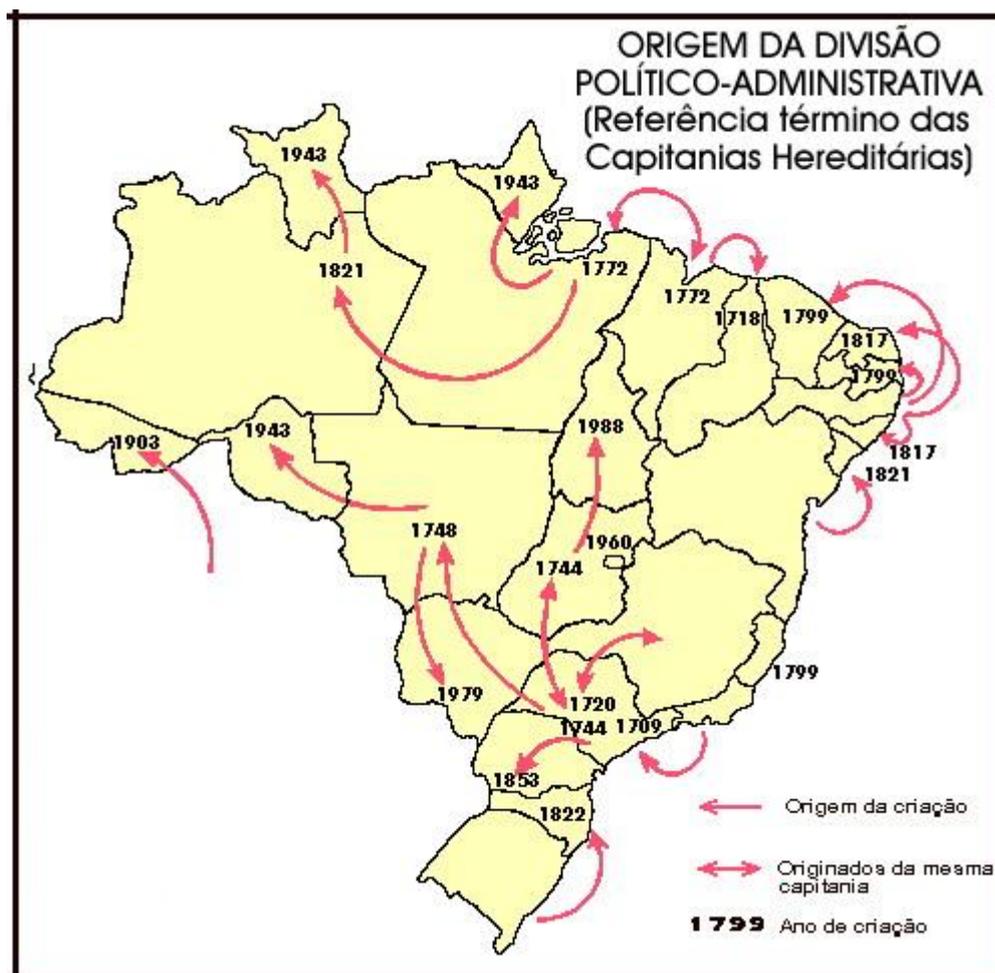


Figura 45 – Origem da Divisão Política-administrativa do Brasil
Fonte: IBGE, 2008 (Diretoria de Geociências, Departamento de Estruturas Territoriais)

Tudo não passa de medidas para o desenvolvimento econômico regional para os estados do Brasil e neste estudo, não sendo diferente, para Mato Grosso. Subdividiu-se aqui em duas categorias:

1 – *Ação estatal* para o desenvolvimento da infra-estrutura, concentrada no transporte rodoviário (abertura de estradas e novas fronteiras), como parte central dos esforços para a integração da Região Centro-oeste. Projetos selecionados de colonização rural. Criação de novos estados e municípios. A redução de impostos. A distribuição de terras e financiamento de empreendimentos para corporações foram os fatores mais importantes para atrair investidores privados aos projetos de desenvolvimento aprovados pelo estado.

2 – A *ação privada* foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos NACIONAIS E INTERNACIONAIS mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a serem empregadas como capital de investimento, principalmente na criação de gado, agronegócios, indústria e projetos de mineração.

O ZSEE/MT, versão analisada neste estudo, é mais uma política estatal orientada pelo âmbito federal e que trás conseqüências regionais e municipais e suas intervenções na dinâmica socioambiental de todas as localidades (Zonas ou Regiões de Planejamento) para agora e para o futuro próximo. Muitos serão os cenários futuros, mas evidentes são as transformações, demandas e conflitos. Uma projeção deste cenário de atuação e do contexto de políticas de desenvolvimento vem sendo objeto de inúmeras discussões. Em uma visão Macro identificamos que essas projeções vêm ao encontro das políticas adotadas pelo ZSEE/MT. Organizou-se características importantes e identificadas neste estudo para uma futura elaboração de cenários para Mato Grosso x ZSEE/MT (Figura xxx).

A Proposta do ZSEE/MT para o Estado de Mato Grosso está inserida em um contexto e em um sistema complexo de múltiplas dimensões em interação, da qual se definem as condições de evolução futura e transformação regional ao longo do tempo. A delimitação e compreensão desse sistema e sua lógica de funcionamento requerem um referencial analítico capaz de articular e simular o movimento e a dinâmica das dimensões e suas relações de causalidade.

Procurou-se a compreensão das inter-relações entre os Stakeholders ou dos atores sociais envolvidos no ZSEE/MT, identificando os de maior capacidade de influência sobre os Cenários futuros da região, com pesos diferenciados na estrutura de poder ou Grua de Dominância de Interesses. Identificou-se nas regiões estudadas, inicialmente, por um conjunto de variáveis distribuídas nas dimensões econômica, sócio-cultural, ambiental, político-institucional, tecnológica e espacial, entre outras (Figura 46). Torna-se relevante discutir, primeiramente os *contextos* destes cenários. Percebe-se através deste estudo que o ZSE/MT implica em contextos que determinarão

cenários para todo o estado, já que estes regulam executam e interagem com todos os envolvidos, inclusive os Stakeholders.

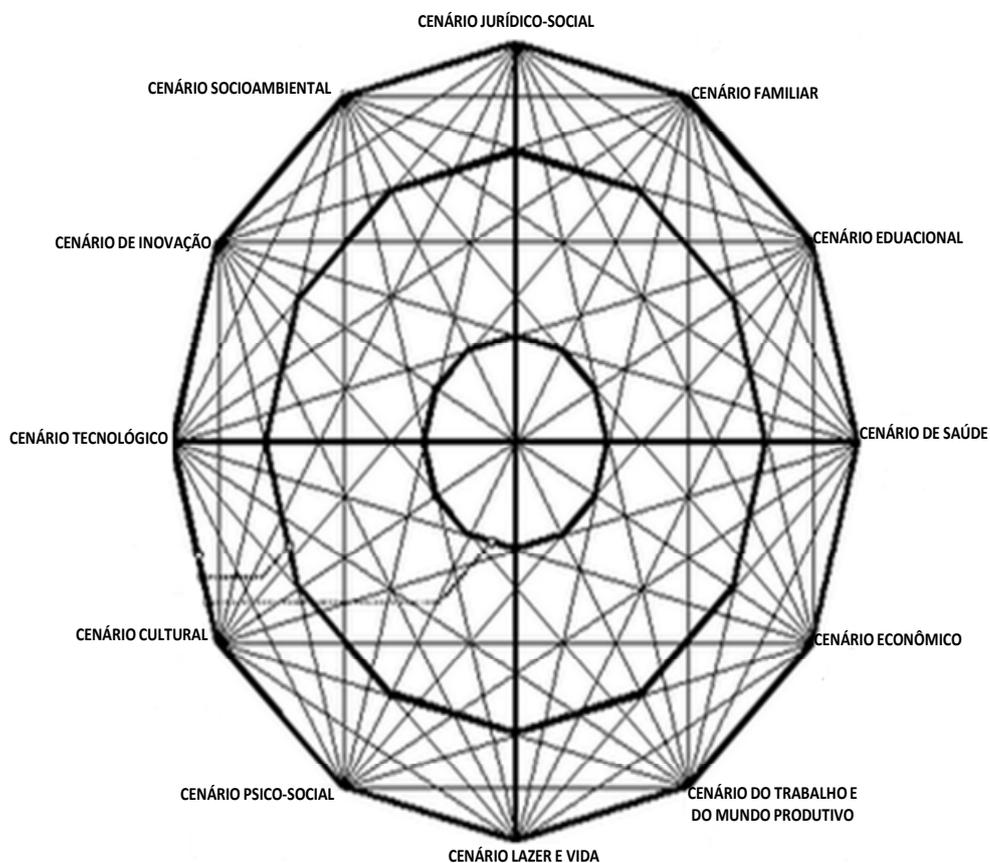


Figura 46 – Contextos dos Cenários para o ZSEE/MT

O ZSEE/MT como política pública constitui instrumento da ação governamental para o futuro, legitimando um aparato legal/jurídico, ou seja, como destacam Müller & Surel, (1998); Bucci (2002):

“são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. Em realidade, há um componente prático e finalístico na idéia de política pública como “programa de ação governamental para um setor da sociedade ou um espaço geográfico”, buscando a concretização de determinados objetivos e metas (MÜLLER & SUREL, 1998; BUCCI, 2002;).

Os Cenários não podem passar por 'cenas' estáticas de momentos históricos e nem de meras abstrações projeções de futuro. Eles estão inseridos nos contextos que embasam a sua definição. Os contextos são representações interativas, dinâmicas, inter-ligadas e inter-dependentes gerando uma concepção de *equilíbrio dinâmico*. Este no contexto do ZSEE/MT é uma expressão central, enfatizada principalmente por Capra (1996). Já Ramos (1981;1996) não tem ilusão a respeito de uma sociedade ideal, sem conflitos, e por isso dedicou-se à elaboração de cenários ou sistemas sociais, sendo a economia apenas um entre eles.

No entanto, é correto inferir da relação entre as duas obras que as organizações pequenas, como a da Categoria de Movimentos Sociais, por exemplo, por sua dinamicidade, possibilidade de interação simbólica e adaptação aos contextos naturais e são parte indispensável do paradigma emergente.

O tamanho das instituições pode influenciar na tomada de decisões dos cenários de um determinado grupo de Stakeholders em uma política pública como o ZSEE/MT. Para Ramos (1981) há vários determinantes deste fato, os quais são transcritos a seguir:

a) a capacidade de um cenário social para fazer face e para corresponder, eficazmente, às necessidades de seus membros, exige limites mínimos ou máximos a seu tamanho. Em outras palavras, cada cenário social tem um limite concreto de tamanho, abaixo ou acima do qual perde a capacidade de atingir eficazmente suas metas (por exemplo, a extração e o processamento de recursos) e de conseguir de seus membros o mínimo de consenso de que necessita para a própria preservação.; b) Nenhuma norma geral pode ser formulada para determinar, com precisão, antecipadamente, o limite de tamanho de um cenário social; a questão do tamanho constitui sempre um problema concreto, a ser resolvido no próprio contexto; c) A intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proporção do aumento de seu tamanho. (RAMOS, 1981).

A socialização é vista por Capra (1996); e Ramos (1981) como necessária, porém muito perigosa, por implicar alienação da consciência

cósmica. Esta tensão entre social e cósmico não é passível de ajustes políticos porque transcende a política. No entanto, a disposição política, alicerçada em valores pós-materialistas, pode contribuir decisivamente para a articulação social de pequenos grupos e indivíduos constituintes de um tecido social mais amplo. Percebe-se, assim, que para os dois autores a mudança social parte de um contato com o cósmico ou o eu mais íntimo, considerados, de certa forma, o contexto do social emergente. Esta emergência, entretanto, requer qualificações, como a interação simbólica e afetiva, que uma multidão ou um grande aglomerado de pessoas torna inviável. Além disso, não há, aqui, a ilusão de juntar forças por meio de grupos de Stakeholders que, somados, tornariam a sociedade um todo algo límpido e cristalino (CAPRA, 1996; RAMOS, 1981).

No entendimento aqui proposto, os contextos e enfoques são todas as instituições da sociedade, suas organizações e formas de convívio. Longe de quantificar estes cenários ou defini-los, porque evita-se errar menos, acredita-se ser necessário, apenas neste estudo, delimitar e sugerir enfoques para a construção e elaboração dos cenários para contribuir para o ZSEE/MT, ou seja, o de promover a discussão em todas as direções e que venham a entender a complexidade e as necessidades de promover reflexões acerca de todos estes enfoques e contextos.

Longe de concluir o assunto ou de maximizar discussões pensa-se ser relevante e imperioso no processo de tomada de decisão – que acarretará como resultado de aprovação do ZSEE/MT pela Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso, e com um maior poder – justificar que houve legitimidade. Concorda-se com Bonavides (2003) que a legitimidade tem por base princípios como “o espírito, a razão, a consciência da Constituição, o alfa e ômega de toda lei fundamental, o sentimento profundo de cidadania, que a faz intangível e inquebrantável” (BONAVIDES, 2003).

Na verdade, isto não quer dizer que o poder sociopolítico instituído ou mais emergente não necessite do aparato jurídico, como o ZSEE/MT, para ter seus atos legitimados, mesmo que também represente a vontade deste mesmo poder sociopolítico, pois, uma vez delimitados os contornos da expressão do poder estatal político sob o ponto de vista sociológico, deve-se considerar que

este “poder sociopolítico” oriundo de relações sociais das Categorias em redes socioambientais em seus respectivos contextos, enfoques e cenários, exerce sua capacidade de mando dentro de uma ordem jurídica pré-existente.

Ressalta-se que o ZSEE/MT irá com sua aprovação reger estas mesmas relações sociais que instituíram o ‘poder’ de fato, e, somente com a instauração de instituições jurídicas voltadas a esse fim, é que se pode falar em legitimidade do poder, acarretando a transmutação de sua natureza que originalmente era de poder de fato (político) para poder legítimo, entendido tal como sendo o poder político-jurídico.

Ademais, para que haja o efetivo respeito à democracia no estado de Mato Grosso, é necessário que o processo democrático desta política pública inclua mecanismos que possibilitem a assimilação de suas decisões. Seria democrática e legítima a decisão supostamente possível de ser aceita. Desta forma, seria legítima a decisão em que se pode supor que um terceiro espere que os demais atingidos pela decisão também a aceitem.

Zymler (2003) argumenta que “um dos pontos marcantes da legitimidade da política pública, visto como, o *“convencimento fatural da validade do direito ou dos princípios e valores nos quais as decisões vinculativas se baseiam”*. Para o sociólogo alemão, legitimidade não seria um dado ou um valor apriorístico, ou seja, um sistema que se baseia em princípios anteriores à experiência. Neste caso, dar-se-ia um sentido procedimental ao ZSEE/MT e ao seu conceito ao expressá-lo como legitimação, entendido como o mecanismo por meio do qual as pessoas se mostram inclinadas a acatar e respeitar as decisões jurídicas dos processos de construção sociopolítica no estado de Mato Grosso, onde identificou-se os seguintes critérios e enfoques sugeridos pelos entrevistados para a elaboração de Cenários para o estado de Mato Grosso de acordo com o anexo 4.

Pode-se afirmar então que, apesar de existir no estado de Mato Grosso um arcabouço legal importante e um conjunto de ferramentas de planejamento e gestão, como o zoneamento e sua gestão, o que garantiria sua eficácia seria uma implementação transparente, construção legitimada pela participação e pró-atividade de seus pares. Para garantir transparência, é indispensável um envolvimento maior de toda a sociedade, neste caso os Stakeholders, de

forma que sua ação seja complementar à do Estado, exigindo deste o cumprimento da lei e a melhoria dos instrumentos de que dispõe para a gestão dos recursos naturais e do ambiente, e da melhoria da qualidade de vida da população, em busca de equidade e justiça socioambiental.

CAPÍTULO VI – ANÁLISE DE REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DO ZSEE/MT

VI.1 – Entendendo as relações Socioambientais através da Análise de Redes Sociais – ARS

Muitas são as preocupações com as questões socioambientais de todos os ‘segmentos’ da sociedade. Há muito tempo se propala, desde a segunda metade do século XIX, a percepção do meio ambiente como um campo do conhecimento dedicado ao estudo da economia da natureza ou das relações dos seres vivos com os meios em que vivem.

Problematizando a questão socioambiental através do uso da equação recurso-escassez, esta vertente atribuiu aos elementos da natureza uma utilização econômica e colocou o controle e a proteção dos recursos naturais como a principal via de resolução dos problemas sociais, econômicos e ambientais de toda a sociedade. Entretanto, segundo Scotto & Limonicic (1997), os trabalhos sobre o meio ambiente foram, aos poucos, se aproximando das ciências sociais, fazendo emergir algumas linhas de pensamento ecológico social que procuram defender que a gestão de relações sociais contraditórias também é fator determinante para a definição dos diferentes modos de uso e apropriação dos recursos naturais.

Para defender este argumento, estas vias lançam seu olhar sobre os Stakeholders que estão envolvidos com o uso e a gestão dos recursos naturais, como também, sobre os processos decisórios e as correlações de força que configuram cada situação-problema socioambiental (IBASE, 1997), como é o caso do ZSEE/MT. Essa ótica considera a gestão do meio ambiente como resultante da participação destes Stakeholders ou atores sociais na construção de sujeitos coletivos, da constante composição ou cooperação,

oposição e negociação entre interesses individuais e coletivos em torno da apropriação dos bens naturais.

Nestes termos, o meio ambiente constitui-se, teoricamente, em recursos da natureza não passíveis de apropriação individual, já que deles depende, direta ou indiretamente, o bem estar da sociedade. Por causa disto, definem-se esses recursos naturais como bens de uso comum. Entretanto, devido aos múltiplos jogos de interesses, no seio da sociedade, que muitas vezes vão de encontro à idéia de bem coletivo, os recursos naturais passam a ser objetos de apropriação privada e uso diversos. Assim, torna-se necessário reconhecer o meio ambiente como um campo de tensão permanente entre interesses individuais e coletivos. Segundo Scotto & Limoncic (1997), os primeiros podem ser caracterizados como sendo aqueles que orientam ações e práticas nas quais prevalece a lógica do uso privado dos bens públicos. Este modo de uso dos recursos naturais pode acarretar danos ao meio ambiente, afetando sua disponibilidade para outros segmentos da sociedade e incorrendo em prejuízos ao uso comum dos bens públicos em questão.

Por outro lado, existem interesses que são expressões do caráter público do meio ambiente e seus porta-vozes defendem a permanência e disponibilidade dos bens ambientais coletivos. A sustentabilidade desses recursos, para garantir a sobrevivência e qualidade de vida da sociedade, é um dos princípios básicos que se vinculam a esta corrente.

Pode-se afirmar que todos os problemas socioambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza–sociedade. Assim, travam-se, em torno de problemas socioambientais, confrontos entre os Stakeholders ou atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias a cada um deles. Em síntese, pode-se afirmar que durante o processo de confrontação entre interesses opostos, configuram-se os conflitos sócioambientais, e da relação confronto - negociação entre atores sociais – resultam os mecanismos de coordenação que permitem a regulação destes conflitos.

Para Scotto & Limoncic (1997), a área de interseção deste processo depende, essencialmente, de alguma forma de entendimento, de acordos entre

as partes, visando definir, por exemplo, o que é público e o que é privado, o que pode ser feito individualmente e o que deve ser respeitado pela coletividade.

VI.2 – Análise da Rede Social – ARS no contexto do ZSEE/MT

VI.2.1 – Interações entre Stakeholders nos Grupos de Trabalhos das Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT

a) Grau de Centralidade

As interações são evidentes entre os Stakeholders de uma ou mais Categorias, permitindo que eles (as) possam trocar informações, cooperar e interceder de forma positiva para irem em busca de soluções de suas necessidades. A partir dos dados coletados e exibidos a Figura 47 construiu-se uma rede social de intersecções ou interações de cooperação para entender as relações entre os Stakeholders, através da qual foi possível analisar as medidas de **Centralidade**. Evidenciou-se que entre todos os Stakeholders entrevistados (65) os que apresentaram maior Grau de Centralidade de Saída (Tabela 8), ou seja, aqueles que têm mais interações com os outros Stakeholders, foram respectivamente o(s): 5, 89, 107, 12, 7, 3, 157, atingindo 18, 10, 8, 7 e 6 intersecções cada, com Centralidade de Saída Normalizada, isto é, com um percentual de 28,12%, 15,62%, 12,5%, 10,93% e 9,37%, respectivamente. Estes são os que mais se destacam na rede e que apresentam maior símbolo (Tabela 8 e Figura 41).

Identificou-se também aqueles outros nós que têm ou não interações com cada Stakeholders, ou seja, o Grau de Centralidade de Saída. Os Stakeholders 5 e 12 possuem 10 e 8 interações cada e conseqüentemente apresentam Centralidades de Saída Normalizadas em 15,62% e 12,5% de todas as interações.

Na seqüência de análise percebeu-se que ator 27 é um Stakeholder que não interage com nenhum dos 65 Stakeholders, tendo Graus de Centralidades de Saída e Graus de Centralidade de Saída Normalizada igual a 0 e 0%. Notou-se também que 6 nós (Stakeholders) não interagem com outros,

totalizando os Graus de Centralidade de Entrada e Graus de Centralidade de Entrada normalizados em 0%. Evidenciamos que há mais interações de saída do que de entrada, e isto passa a ser um dado importante, pois mostra que há necessidades em influenciarem, maiores do que as necessidades de serem influenciados. São pró-ativos ao irem em busca de seus ideais e vontades para que eles sejam concretizados. Muitos Stakeholders apresentaram este perfil, principalmente os 5 e 89, os quais eram os Coordenadores, em quase todos os Pólos de Planejamento pelas articulações e direções a serem tomadas pelos outros Stakeholders de sua Categoria, a de Mercado.

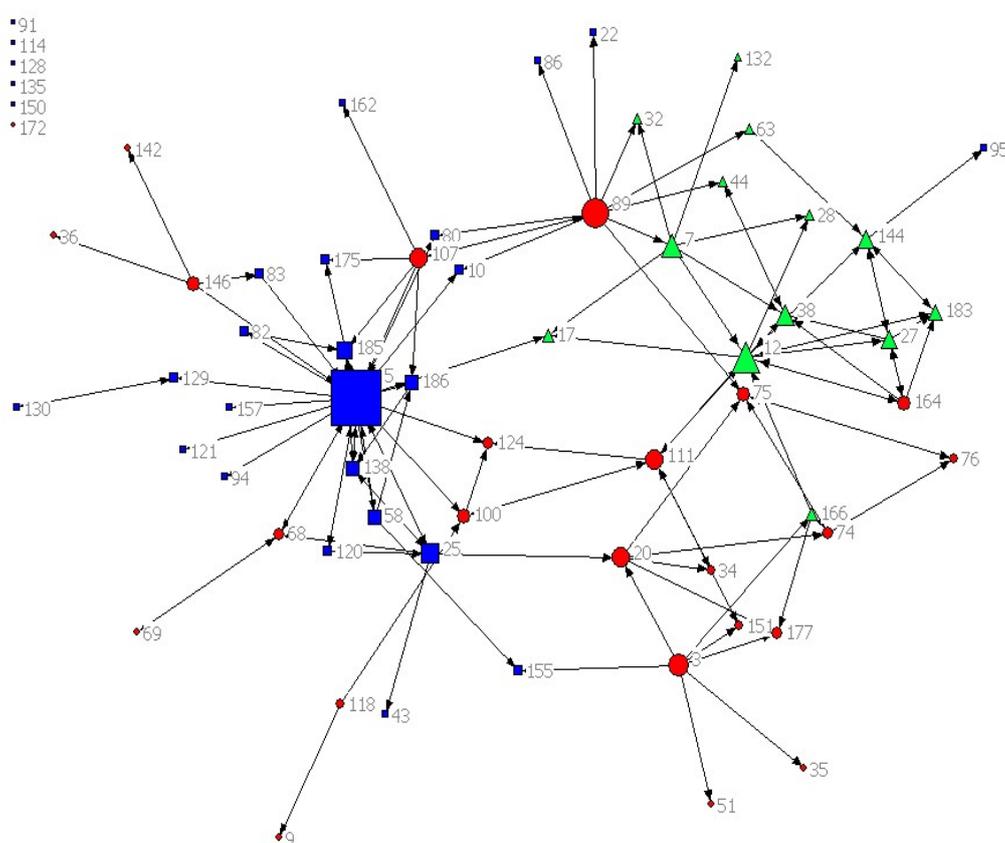


Figura 47 – Rede Social no Contexto do ZSEE/MT e Stakeholders centrais

Dos Stakeholders identificados como mais interativos e conseqüentemente mais influentes na rede, ou seja, devido aos seu altos Graus de Centralidades de Saída e de Entrada, já mencionados acima, 3 são da Categoria de Estado (Stakeholders 89, 107 e 3), 2 da Categoria de Mercado (Stakeholders 5 e 157) e 2 da Categoria Comunitário (Stakeholders 12 e 7), podendo ser observados (Anexo 6 e Figura 41), a seguir.

b) Densidade da Rede

Em relação a sua conectividade essa medida refletiu que a rede ora construída permite mostrar uma baixa profundidade, força ou durabilidade, em relação à integração da rede. Devido ao escore baixo de Densidade girando em torno de 3,1%, percebe-se que poucos Stakeholders são atingidos e estão pouco integrados a todos os demais ou a sua maior parte.

Compreender esta rede do ponto de vista de seus relacionamentos é interessante para verificar a forma, a abrangência, a consistência e a dinâmica interna dos Stakeholders e de seus comportamentos em relação ao ZSEE/MT. Complementando esta análise, identificou-se qual dos Stakeholders exerce papel de liderança, no caso o Stakeholder 5, que é o que tende a favorecer o processo de cooperação e integração que, em última análise, amplia as chances de alcançar melhores resultados dos seus interesses ou de sua Categoria, que é a de Mercado.

A proposta foi analisar três abordagens complementares da presença de poder e controle na rede: a densidade ou multiplexidade da rede de Stakeholders, o nível de centralidade e a concentração da influência na rede. Essas abordagens permitiram considerar a rede como um todo, isto é, todas as formas de relacionamento identificadas anteriormente agora são vistas conjuntamente (BORGATTI; FOSTER, 2003).

O nível de centralidade da rede social no contexto dos Pólos de Planejamento ora estudados parte dos dados levantados no escore de Densidade. Entendeu-se, com base na teoria de redes sociais, que a figura do líder ou Stakeholders que mais se destacou na rede facilita a compreensão do sistema, principalmente em redes de grande porte, como a formada durante a realização dos trabalhos técnicos e audiências públicas durante a socialização das diretrizes do ZSE/MT. A posição do Stakeholders 5 aparece com mais destaque, pois é ocupada por uma ação que detém os maiores Graus de Centralidade de Saída e de Entrada. Por esse padrão, nenhum Stakeholder da rede ocuparia a posição do mesmo (HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

Para Moe (2005), no entanto, os estudos de redes foram incluídos na verdade, em sua qualidade essencial em geral, vista como um processo em curso que exige o esforço dos Stakeholders ou atores sociais para manter e desenvolver suas relações com os outros nas suas redes, ou seja, ser intervenientes nos relacionamentos na mesma ou em redes diferentes. Este deve, para ter destaque e sucesso realizar atividades com os outros, apresentando um maior número de intersecções. Nesse escopo, as redes sociais passam a ter uma natureza de caráter informal, tanto que a medida em que as atividades são realizadas por membros depende de fatores, como o grau de participação e de influência daqueles que estão dispostos a participar das atividades em redes. Além disso, a rede é um processo contínuo – de cujo processo deve haver desfecho – caracterizado pelo desempenho de seus integrantes e de suas relações de cooperação e entendimentos (MOE, 2005).

O grau de influência na rede foi obtido pelas respostas dos pesquisados que o identificaram, em uma relação pré-definida dos stakeholders com o Stakeholders 5, pois este se tratava do mais influente por ser o representantes da Categoria de Mercado. Ele teria aquelas atitudes e ações mais influentes nas decisões internas e externas em relação aos outros Stakeholders. Entende-se que a posição de líder pode não ser estática em uma rede e que pode se alterar em função da natural dinâmica dos relacionamentos.

Os Stakeholders que fazem parte desta rede são parte interessada e torna-se evidente as relações entre as organizações, o estado e eles (Stakeholders). Não há como distanciar das necessidades de compreensão dos processos políticos envolvidos e vai além esta percepção, pois a trama de envolvidos sugere que a influência das partes interessadas sobre as organizações ou instituições é o resultado provisório dos processos de ação, reação e interação entre os vários membros (BAKKER; HOND, 2008).

Rowley; Moldoveanu (2003) esclarece que as dimensões para estudos e compreensão de relações entre Stakeholders em redes sociais, deve concentrar-se em como são as relações com as corporações, organizações e suas instituições, não em um viés único, mas de múltiplos sentidos, onde estas exercem um papel fundamental nas negociações e decisões comuns na e para a sociedade, em contrapartida estes Stakeholders também são partes

interessadas do ponto de vista individual e coletivo. Estes deveriam se mobilizar ao ponto de haver definições e decisões em prol de todas as partes interessadas (ROWLEY; MOLDOVEANU, 2003).

Karl Marx já considerava há séculos passados que “a sociedade não é simplesmente um agregado de indivíduos, mas é a soma das relações que estes indivíduos mantêm entre si”.

Na análise de redes sociais no contexto do ZSEE/MT foram observados os Stakeholders ou atores sociais, seus papéis e suas ligações. A análise de rede social é uma ciência interdisciplinar especializada no comportamento. Ela está fundamentada na observação que os atores sociais são interdependentes e que as conexões entre eles possuem importantes conseqüências para cada indivíduo. (FREEMAN, 2004)

A Análise da Rede social trata de sistemas interativos de relações entre pessoas ou grupos. O que interessa é o posicionamento estrutural de cada ator dentro de um contexto, isto é, sua posição na rede.

Uma etapa importante na elaboração das entrevistas foram as definições dos tipos de relacionamento que se deseja mapear entre os membros do grupo analisados. Um ponto que foi central para o entendimento da dinâmica do grupo foi fazer o mapeamento de sua rede de comunicação, porém somente esse tipo de relacionamento não foi suficiente (CROSS & PARKER, 2004). Então procurou-se outros tipos de relacionamentos que puderam ser coletados nas Categorias e identificados como os seguintes:

- Relacionamentos que revelam o grau de colaboração – Isso foi possível por meio do mapeamento da rede de comunicação, de aquisição de informação, de resolução de problemas e de inovação.
- Relacionamentos que revelam o potencial de compartilhamento de informação – Descobertos através do mapeamento da rede de consciência das competências, de acesso, de engajamento e de segurança.
- Relacionamentos que revelam a rigidez – Revelados de acordo com o mapeamento da rede de tomada de decisão, de desejo de comunicar mais, de fluxo de tarefas e de poder e influência.

- Relacionamentos que revelam bem estar e encorajamento – Definidos por meio do mapeamento da rede de simpatia, de amizade, de suporte à carreira, de suporte pessoal, de energia, de confiança.

A rede construída dos relacionamentos foi cuidadosamente estudada, sempre tendo em vista os objetivos que o grupo deseja alcançar. Por exemplo, se o objetivo do líder do grupo é aumentar seu grau de confiança, é muito mais importante coletar informações sobre as pessoas que cada um dos membros confia (rede de confiança) do que coletar informações sobre as pessoas que cada um dos membros utiliza para resolver um problema (rede de resolução de problemas).

Apesar de ser possível mapear todos os tipos de relacionamentos existentes dentro de um grupo, a chave foi identificar relacionamentos que avaliam um desafio ou imperativo estratégico do grupo analisado e que sejam passíveis de modificação, uma vez que se verificaram áreas para possíveis melhorias (CROSS & PARKER, 2004).

Com base em CROSS & PARKER (2004), utilizou-se os principais tipos de relacionamento que foram mapeados na maioria das dinâmicas da rede aqui construída, categorizando-a como: a que tem informação necessária para o indivíduo realizar o seu trabalho; de quem o indivíduo tem consciência sobre as competências e os conhecimentos; e com que pessoas o indivíduo desejaria se comunicar mais para desempenhar melhor o seu trabalho.

O produto desta etapa da entrevista e construção da rede social originou uma lista das pessoas que compõem o grupo e os tipos de relacionamentos que se deseja mapear. Assim, serviu como subsídio para a etapa seguinte de coleta das informações dos membros do grupo.

Permitiu-se também evidenciar nesta pesquisa de redes sociais que os relacionamentos entre os Stakeholders ou atores envolvidos têm laços fracos, quando se trata de Categorias diferentes. Na mesma Categoria, a de Mercado apresentou-se mais homogênea e a de Estado mais dispersa, tendo em vista a necessidade de imparcialidade. Como pode ser constatado na figura XX, os Graus de Centralidade de Saída e de Entrada dos Stakeholders dessa Categoria, que exercem maiores pressões são feitas pelos membros do

Poderes Executivo e Legislativo Municipais, ou seja, os Stakeholders 89, 107 e 111 (Figuras 42 e 43).

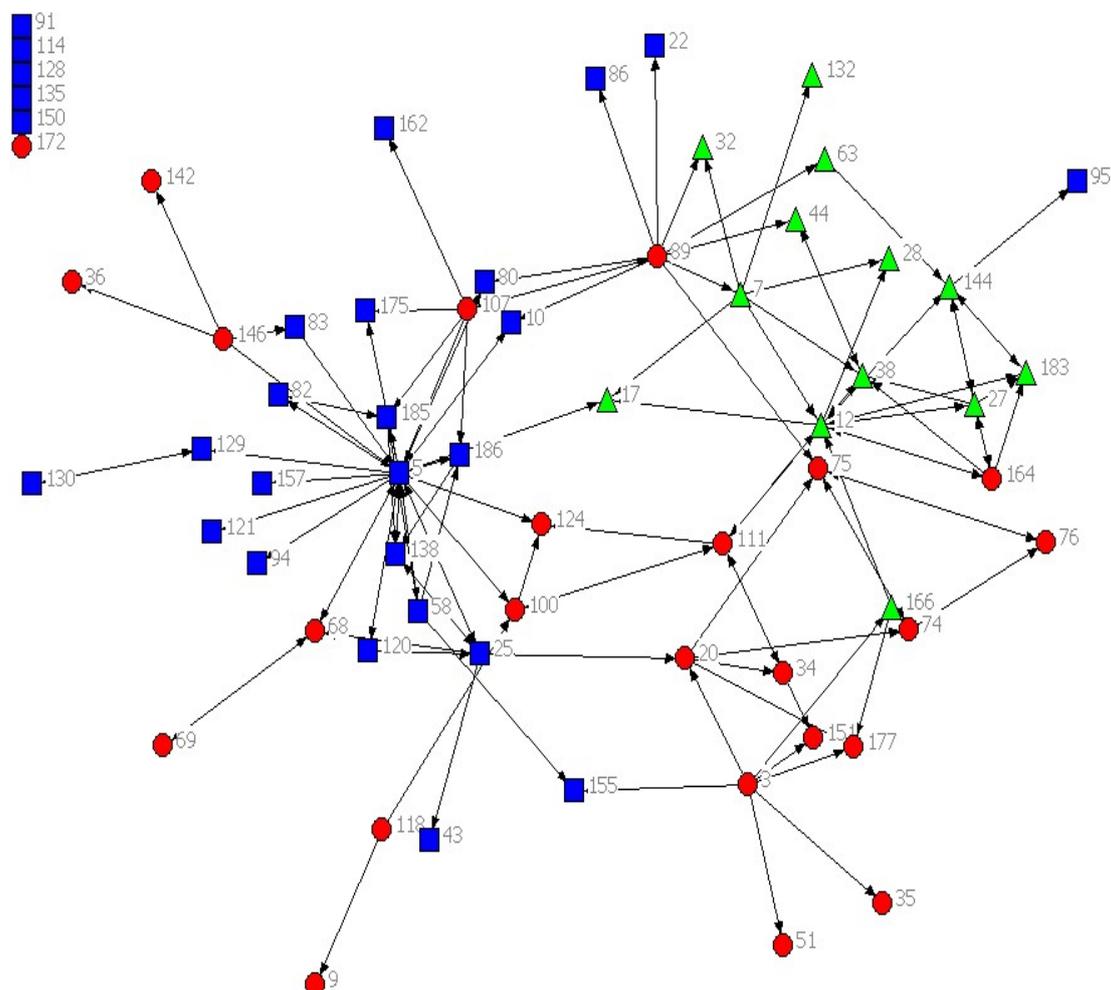


Figura 48 – Rede Social no contexto do ZSEE/MT

A análise da rede social acima permite ainda aferir, através do SOFTWARE UCINET, o cálculo do Grau de Centralização, através do qual temos outro indicador de grande utilidade para a interpretação e análise desta rede. Esse indicador medido é descrito a seguir.

c) Índice de Centralização

Medindo-se o Índice de Centralização, este apresentou-se como uma condição especial em que os Stakeholders exercem papéis claramente Centrais ao estarem ligados a muitos nós, sendo que muitos deles necessitam

de passar por este nó central para se ligarem uns aos outros. Para melhor compreensão, pode-se observar as Figuras 41 e 42 que apresentam Stakeholders que exercem claramente um papel central. Este tipo de rede indica que existem Stakeholders menos centrais do que outros e assemelha-se ao comportamento de uma rede bem diferente de uma estrela (Figura 43). Ao contrário, valores baixos neste indicador, indicam a ausência de Stakeholders claramente centrais (Figura 43). Os Índices de Centralização de Saída e de Entrada estão em torno de 25,41% e 12,72%, respectivamente. Isso permite concluir que na rede analisada há mais Stakeholders Centrais de Saída do que dispersos, ou seja, que agem mais com individualismo, pois os valores de Centralização são baixos, caso se pense no geral. Tais Stakeholders exercem suas influências mais no sentido de relações com outros que consigo próprios, ou seja, permitem um menor acesso às negociações ou cooperações. No caso abaixo, o Stakeholder 12 tem alto índice de Centralização – Figura 49. (HARDY, 2006).

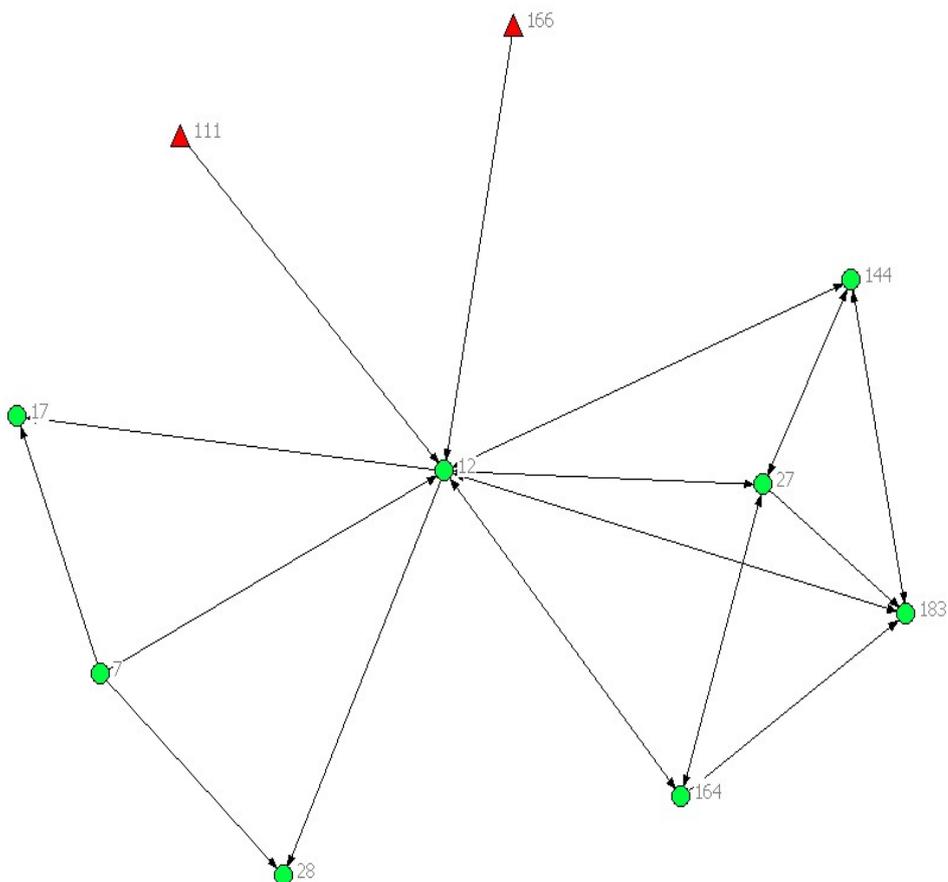


Figura 49 – Visualização do alto Índice de Centralização do Stakeholder 12

Da mesma forma, o Stakeholder 5 apresenta o Índice de Centralização também alto.

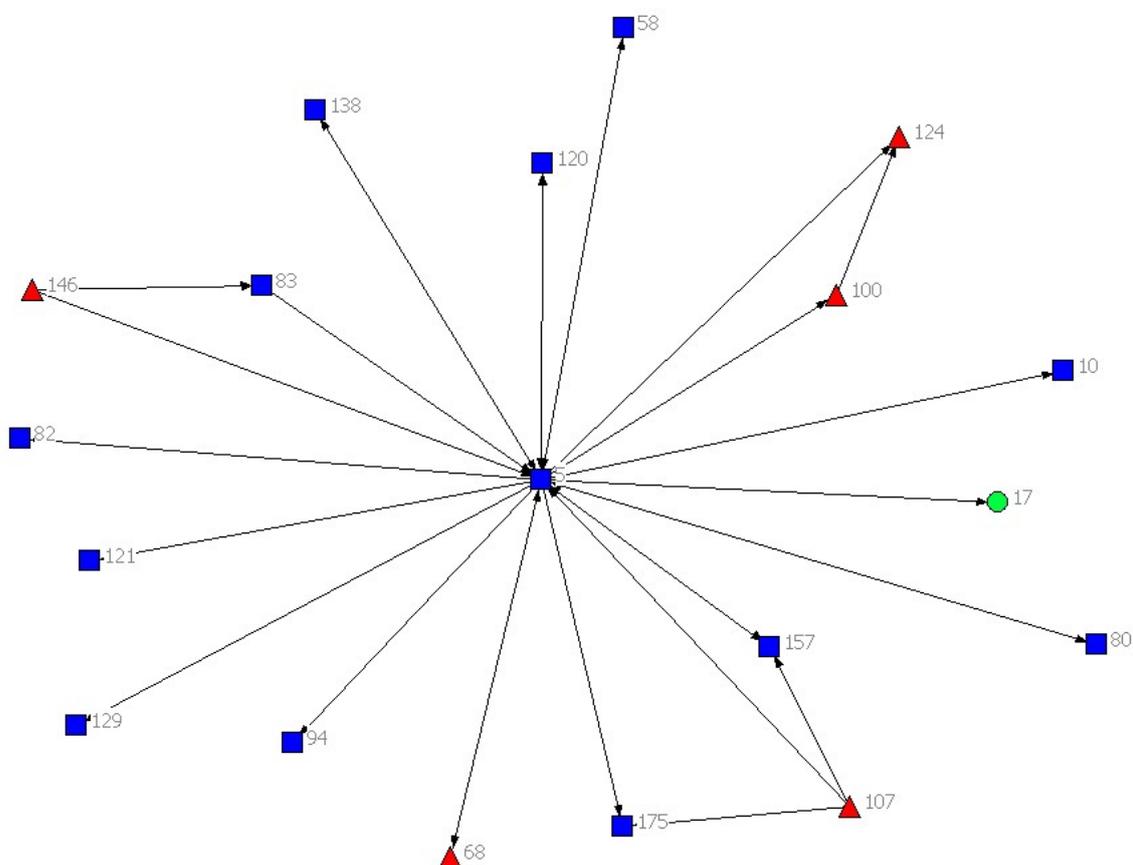


Figura 50 – Visualização do alto Índice de Centralização do Stakeholder 5

De acordo com a análise proposta por Hardy (2006) existe na rede pesquisada a ocorrência “baixo índice de Centralização” na maioria dos Stakeholders. Após a retirada daqueles Stakeholders que não estabeleciam relações diretas com o Stakeholder 27, percebe-se que este tem baixo Índice de Centralização, mas alto de Centralidade. A diferença é que na Centralidade mede-se o número direto de conexões, mas estas não servem de ponte para outras, caindo o número.

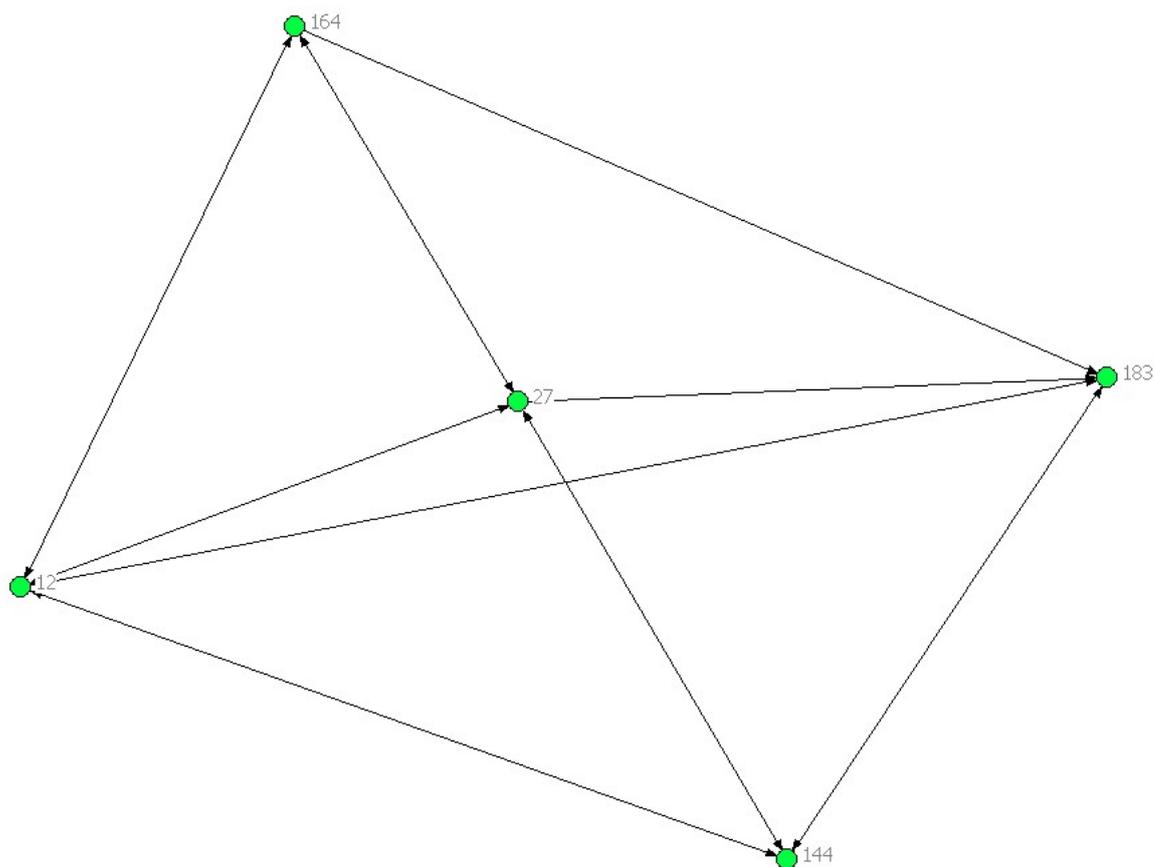


Figura 51 – Visualização do alto Índice de Centralização do Stakeholder 27

d) Grau de Intermediação

Uma razão considerada de grande importância para indicadores de redes neste estudo é a do Grau de Intermediação dos Stakeholders (Anexo 7). Isto expressa o seu “controle da comunicação” e interpreta-se como a possibilidade que um nó tem para intermediar as comunicações entre pares de nós. Nesse contexto identificou-se este grau com mais segurança.

Nesta mesma análise, pode-se ainda encontrar caminhos geodésicos entre todos os pares possíveis. A medida de intermediação de um nó obtém-se contando as vezes que este aparece nos caminhos (geodésicos) que ligam todos os pares de nós da rede, a estes atores chama-se aqui de **Stakeholders Ponte**.

Nesse entendimento, os resultados obtidos pelo Stakeholder 5, da categoria de Mercado, foram os de maior Grau de Intermediação em torno de 628.33 caminhos, com o Grau de Intermediação Normalizado chegando a 15, 58% do total. Com menores valores, se destacam os Stakeholders 157, 89, 111, 12, representando todos juntos em termos percentuais, 20,66%. A maioria dos Stakeholders tem Grau de Intermediação sem significância ou ausentes, igual a zero.

Para PARREIRAS (2006) o Grau de Intermediação, por seu turno, analisa o quanto um nó está no caminho geodésico entre outros nós.

d) Grau de Distanciamento e de Proximidade

O Anexo 8 mostra o Grau de Distanciamento e de Proximidade de todos os Stakeholders da rede social (Figura 41 e Tabela 14) e esta mede o quanto o nó que representa este está próximo ou distante de todos os demais nós da rede. Assim, os que apresentam maior Grau de Distanciamento de Entrada, ou seja, o quanto os nós estão distante deles são os Stakeholders: 3, 91, 114, 118 e 128. Isso indica que estes Stakeholders são pouco interativos, ou seja, estão distantes dos demais, levando-se em consideração a rede como um todo. Já na relação deles com outros, ou seja, aqueles que têm maior Grau de Distanciamento de Saída, que vão de encontro aos outros que mais estão distantes, isto é, que não têm muitas interações, destacaram-se os Stakeholders: 9, 10, 17, 22, 28, 32, 35, 36, 43, 51, 86, 91, 94, 95, 114, 121, 124, 128, 132, 135, 142, 151, 155, 162, 172, 175 e o 177, totalizando 41,54% de todos os Stakeholders. O Stakeholder que apresentou menor distanciamento de saída foi o 107. Dentre todos, este possui o menor distanciamento em relação à rede.

Já os que apresentam maior Grau de Proximidade de Entrada e de Saída, ou seja, que estão mais próximos dos outros nós, quando se considera toda a rede e todos os nós, pode-se afirmar que: em relação à Entrada, os que estão mais próximos de toda a rede e conseqüentemente de todos os outros nós, são os Stakeholders: 124, 28, 17 e 151. Já entre os que têm maior Grau de Proximidade de Saída estão os Stakeholders: 107 e 89.

Para explicar o significado destes resultados obtidos recorre-se a Rodrigues e Mustaro (2006), cuja teoria dos grafos é muito útil para o estudo e análise de redes, pois os Stakeholders são os vértices e os laços sociais são as arestas, sendo que estas arestas podem ser orientadas ou não, dependendo da reciprocidade dos laços entre os Stakeholders. Como nem sempre as relações entre estes são recíprocas, pode-se utilizar grafos orientados para a representação das redes.

Segundo Marteleto (2001) Rodrigues; Mustaro (2006) um conceito importante para avaliação das redes é o de centralidade. Calcular a centralidade de um membro da rede (nó), significa identificar a posição em que ele se encontram em relação a trocas e à comunicação na rede. Assim procede-se neste estudo e identifica-se como mais Central o Stakeholder 5, da Categoria de Mercado. Quanto mais ao centro estão localizados na rede os Stakeholders, mais bem posicionados estão em relação às trocas e à comunicação, o que aumenta o seu poder na rede. As medidas de centralidade podem ser divididas em três tipos (Marteleto, 2001): da informação, de proximidade e de intermediação. Na centralidade da informação, um indivíduo é central em relação à informação quando, por seu posicionamento, recebe informações vindas da maior parte do ambiente da rede. A centralidade de proximidade está relacionada ao menor caminho que o Stakeholder precisa percorrer para alcançar os outros elos da rede, ou seja, quanto menor este caminho, mais Central é o indivíduo. Por fim, a Centralidade de intermediação consiste no potencial daqueles que serviram de intermediários; calculou-se o quanto um Stakeholder facilita o fluxo de informação nesta rede.

VII – CONCLUSÃO

Esta Tese refletiu um trabalho de investigação sobre os Stakeholders e a compreensão da Rede Social no contexto do ZSEE/MT sob os pontos de vista: prático, real e primordialmente qualitativo.

Qualitativamente, estes Stakeholders foram tipificados de acordo com suas características, em suas relações e interações sociais, sendo possível

perceber que os mesmos extrapolaram em Aspirações e Realidades emergentes, individuais e coletivas, que vão ao encontro dos interesses e necessidades fisiológicas e psicológicas de toda a sociedade mato-grossense. Em uma concepção crítica, o ZSEE/MT passa por entraves políticos e de tomadas de decisão que estão sendo “ditados” ou que estão de acordo com o modelo de desenvolvimento proposto para o país e para estado de Mato Grosso, tornando-se o futuro e principal fator Indireto de Mudança dos Bens e Serviços do ecossistema. O estado de Mato Grosso pressupõe e torna imperativa a produção, principalmente de grãos, os quais são sua base econômica principal. O importante é que, como resultado deste modelo, surgem os impactos socioambientais decorrentes dos Fatores Diretos de Mudanças nos serviços do Ecossistema.

O Bem Estar Humano no estado de Mato Grosso é influenciado pela concentração de renda, em que predominam as influências e necessidades de uma Categoria, a de Mercado, determinando os caminhos e que terão forte dominância de interesses como fator determinante nos grupos de trabalhos e nas audiências públicas, pois estes fornecem melhores condições para aquisição de alianças que venham ao encontro dos interesses ou necessidades desta. Muitas são as suas estratégias, mas verificou-se que as lideranças e poderes para a satisfação das suas necessidades giram em torno da organização denominada FAMATO.

Evidenciou-se, também, nesta pesquisa, que há nítida e sólida articulação na Categoria de Mercado, prevalecendo e fazendo destacar seus líderes, os quais foram os grandes intervenientes e interventores no processo que está em fase de conclusão e consolidação. Institucionalmente ou tendo a compreensão em termos de organização, há predominância de ações definitivas por parte da FAMATO, que através de seus co-adjuvantes influenciarão no texto final a ser aprovado pela AL de Mato Grosso.

As “impressões digitais” da Categoria de Mercado marcam e estarão integradas às Diretrizes de todas as Categorias e Zonas propostas pelo ZSEE/MT no estado de Mato Grosso, pois estas serão vistas através de suas opiniões ou de todos os documentos que foram protocolados e as intervenções feitas por estes, nos quais não há muito a preocupação com a conservação e

ou preservação dos Recursos Naturais para o estado. Fizeram pressões econômicas, políticas e sociais que são próprias de insatisfação e de perplexidade em uma política pública de desejável e utópica harmonia, que visa, em princípio, o Bem estar Humano, erradicação da pobreza, fome e miséria. As Pressões ou fatores de mudanças dos ecossistemas mato-grossenses são conseqüências de suas atividades econômicas, ou seja, o agronegócio.

Entre os atores das Categorias de Mercado e Comunitário destacaram-se nítidos conflitos ou discordâncias, oriundos das diferentes necessidades e demandas, principalmente no que diz respeito ao que foi instituído e criado pelas diretrizes e mapeamento do ZSEE/MT em função de se adequar as atividades produtivas em grande quantidade (mecanizada e em grandes latifúndios) em função da criação de Áreas Protegidas, principalmente as UC e as TI. As atividades agrícolas nas áreas de entorno de TI são outro fator preponderante no contexto do ZSEE/MT. Os conflitos e demandas permanecem em uma inércia socioambiental em que, de um lado, a Categoria de Mercado justificou o uso, a diminuição e a não criação de AP, independente da existência ou mudança de Legislação vigente, para que eles possam aumentar suas atividades econômicas. Nesta ainda ficaram evidenciados os conflitos em TI, que – segundo os seus representantes Stakeholders – foram criadas sem critério e a ermo, prejudicando parcelas de todo o setor produtivo, responsável pela geração de riquezas e emprego no estado de Mato Grosso. Sarcasticamente foi argumentado nas discussões e opiniões por Membros desta categoria que *“nunca foram perguntar aos índios se eles querem continuar como índios e ainda serem pobres e viverem na fome, miséria e descaso do poder público!”*

Nesta arena fica de um lado, uma minoria, composta pelos representantes dos movimentos sociais, pertencentes aqui à Categoria Comunitário, os quais *“dizem exercer no contexto do ZSEE/MT a verdadeira militância de resistência àquilo que são, para eles, como imposição idealizada premeditadamente pela força do capital social e do modelo capitalista perverso e de periferia”, e se caso se concretize ideologicamente essas preposições*

acarretarão prejuízos imensos para toda a sociedade em termos sociais, étnicos, culturais e ambientais.”

De outro lado estão os representantes da Categoria de Estado, exercidos pelos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, Estaduais e Federais. O proponente do projeto de Lei é o Executivo Estadual, tendo sido o projeto elaborado pela SEPLAN/MT que defende a sua aprovação baseado em um longo e criterioso estudo, construído historicamente por mais de vinte anos. Segundo seus representantes, o PL tem grandes e inovadoras propostas, devido às necessidades de criação e readequação das atividades econômicas e de uso inadequado do território. O ZSEE/MT como passa a disciplinar esse uso, não é bem recebido por muitos.

Para entender melhor isso, aferiu-se os Graus de Influências e muitos “líderes” ou tomadores se destacaram nas decisões. Estes são sujeitos de suas ações e muito ativos, definitivos, com grande poder de decisão e persuasão colocando em situação delicada a condução do processo. Novamente destacaram-se membros da Categoria de Mercado, que apresentaram perfis com Alto Grau de Influência no processo e que mais uma vez foram e serão agentes determinantes na condução do processo final do ZSEE/MT.

Está-se distante da crucificação destes, mas, o que se percebe é que estes estão, no contexto social, organizados e em busca de satisfação de seus interesses. A liberdade de escolha é um dos critérios para avaliar o grau de evolução social e o Bem Estar Humano. O que não se pode é sobrepor direitos e deveres individuais sobre os da coletividade. Por isso o preocupante é o imediatismo e ao mesmo tempo a capacidade de diálogo limitado.

A sobreposição de satisfação das necessidades não pode se concentrar em uma Categoria, pois assim permanece e legitima a desigualdade e injustiça e social e ambiental, acarretando desastres de magnitude assombrosa para a vida no estado e no planeta. Além disso, comprometem a opção de escolha e acesso mais digno a todos os bens e serviços ambientais. Não deve haver comprometimento das funções ambientais.

O que se percebeu de forma mais clara neste estudo é que as alianças giram em torno de líderes, como no caso do Stakeholder 5 da Categoria de Mercado, do Stakeholder 12 da Categoria Comunitário e do Stakeholder 89 da

Categoria de Estado, que têm grande interesse e fazem de tudo para impor suas necessidades. Todas as manifestações, intervenções e organizações de eventos permitiram evidenciar os Graus de Dominâncias de Interesses.

Os atores ou stakeholders se posicionam e fazem tudo para articular, organizar sua classe, ao ponto de investir recursos financeiros, pois acreditam que as perdas seriam maiores, ou seja, segundo os integrantes o PL teria um cunho mais ecológico e contrário aos interesses das populações locais e do estado de Mato Grosso como um todo. Todas as demandas ou intervenções enumeradas e identificadas neste estudo, giram em torno de uma perspectiva de satisfação, seja ela individual ou coletiva, de todas as Categorias.

O ZSEE/MT é uma proposta moderna e atualizada que tem critérios definidos, com embasamento científico e respaldo legal federal, mas que no contexto das relações sociais vem diretamente de encontro aos múltiplos interesses e necessidades das Categorias. Isto é preocupante do ponto de vista da conservação e preservação dos recursos naturais, já que os substitutivos – que servirão de lastro ou referência para os Deputados da AL de Mato Grosso proporem e aprovarem as mudanças – podem ser contrários aos comentários do relator. Esse escopo é levantado aqui como um dos mais importantes, pois caso seja mudada sua concepção de conservacionista para exploratória, independente de estudos sérios, cai-se no entendimento de que não há seriedade e compromisso com a vida nem com as pessoas, e confirma-se a ideia de que o capital é mais importante que a vida.

Em termos de sustentabilidade, os substitutivos apresentados e que estão em trâmite, giram em torno das intervenções e propostas coletadas nos Grupos de Trabalhos e Audiências Públicas em todos os Pólos de Planejamento do ZSEE/MT. Estas, muitas vezes, repetem historicamente modelos de desenvolvimento ultrapassados, capitalistas e ecologicamente equivocados e desastrosos, além de socialmente excludentes. As pressões nos ecossistemas são enormes.

O que é mais preocupante é que se o que for aprovado e estiver neste contexto, estará configurando e legitimando uma proposta supostamente construída socialmente, mas que na verdade é uma imposição direcionada pelos Deputados da AL de Mato Grosso e por toda a

Categoria de Estado em parceria e convivência com a Categoria de Mercado. Deturpar todo o ZSEE/MT configura a aplicação de uma dramaturgia democrática sem espaço real de expressão para os segmentos sociais, que vislumbraria o PL original que tem como escopo a mais próxima realidade do universo social, físico e ambiental, com a premissa para um planejamento de uso e ocupação do território, agregando o desenvolvimento com a sustentabilidade, a conservação e a preservação dos ecossistemas e consequente melhoria de vida para toda a sociedade mato-grossense.

VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se e frisa-se a necessidade de continuidade de estudos para o acompanhamento e entendimento das demandas e dos conflitos no contexto do ZSEE/MT, o que é de extrema relevância, tendo em vista que as intervenções e discussões futuras serão objetos de análise e critérios para uma suposta mudança e aprovação pela Comissão especial do ZSEE/MT da AL do estado de Mato Grosso e estas culminaram em ementas que servirão como substitutivos legais ou propostas de substituição dos termos que se encontram na proposta original.

Muitos são os pedidos de mudanças, às vezes até de Categoria, em Zonas que pelo ZSEE/MT eram para ser de AP. Tais pedidos e ou propostas, são sem embasamento de caráter técnico nem rigor científico devido, baseando-se, simplesmente em um interesse de uma Categoria que exerce uma atividade econômica naquela região. A pressão política e econômica dos propositores gira em torno dessa prerrogativa de questionamento com viés somente econômico. Poucas são as resistências, exercidas em liderança pelo Stakeholders 12 e outros Órgãos e ambientalistas, e não convém aqui enumerá-las.

Antecipadamente espera-se que os técnicos da SEPLAN/MT adiantem seu parecer técnico e jurídico, o qual será enviado para o Executivo estadual para que este venha a **vetar** substitutivos propostos pelos Parlamentares, caso estes venham a causar danos aos serviços ambientais e estejam em desacordo

com a legislação ambiental vigente ou sejam tecnicamente inviáveis. Ainda se espera que, caso o mesmo seja votado com as mudanças na íntegra que vêm a descaracterizar o PL original, o posicionamento da SEPLAN seja de promover a intervenção junto ao MMA em Brasília/DF.

Tanto o MMA como estes funcionários públicos externam que se o ZSEE/MT sofrer mudanças e se torne mais político do que técnico, o mesmo deverá ser reavaliado e se assim não for, não passará pelo aval do MMA, tendo em vista que será ilegal e contrário ao Programa Nacional de Zoneamento. Eles categoricamente se sentem co-responsáveis por quaisquer prejuízos e “eles”, acredita-se, que não se calarão.

Percebe-se que se houverem mudanças drásticas, o PL não será aprovado pelo MMA e retornará para correções e tudo voltará a “estaca zero” novamente.

Salienta-se aqui que, logo após o Zoneamento ser aprovado no estado pela Assembléia, este será encaminhado para análise do Ministério do Meio Ambiente. Após isso, a Resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) que dispõe sobre o zoneamento de Mato Grosso será elaborada e votada com base no parecer emitido pelo MMA.

Por isso sugerem-se estudos para o futuro, que venham a promover entendimentos e ou a compreensão da trama ou do emaranhado de relações entre os Stakeholders e quais foram realmente as verdadeiras intervenções, quais as emendas ou substitutivos geraram, de quem elas partiram e o que isso implica na evolução da política socioambiental do estado de Mato Grosso, permitindo assim mapear a evolução e o perfil da concretização real de uma política pública de Ordenamento Territorial, e as necessidades reais que não comprometam as funções ambientais.

As aspirações de todos os Stakeholders deveriam ser percebidas como frutos de realidades muito dinâmicas e coletivas. O fluxo de relações obedece uma lógica de alianças de acordo com as demandas de cada Categoria, sendo que não devem se sobrepor umas sobre as outras e nem devem ser marcadas pela Dominância de Interesses, no sentido econômico e nem de “política eleitoreira”.

Sabe-se que a pressão política está em consonância com as definições geradas até o momento, tendo em vista que o estado como um todo tem sua base econômica voltada para o agronegócio, e estes integrantes encontrados na Categoria de Mercado usam o seu poder econômico e político para pressionar a Categoria de Estado. Alegam que “depois, *na hora da eleição quem irá patrocinar as campanhas? para quem irão pedir votos? Quem irá se eleger se estes não servem para representar a “Classe”* e assim vão os discursos...

Acredita-se definitivamente que não há o que finalizar nesta pesquisa, pois através da Ciência, do estudo com rigor científico é que se pode “levar” ou compartilhar com toda a sociedade o **conhecimento**, a verdade por mais relativa que seja, permitindo assim que sejamos não só sujeitos de nossas relações sociais, mas que tenhamos também meios de intervir, mudar, exigir, construir e sonhar com o destino e o futuro das futuras e atuais gerações e da natureza como um todo, concretizando utopias e cultivando e disseminando valores reais de paz, amor e respeito a dignidade, a moral, a ética e a justiça e Bem Estar socioambiental.

IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERBACH, J.D., ROCKMAN, B.A. **Conducting and Coding Elite Interviews**. Political Science and Politics, vol.35 pp. 673-676. 2002.

ACSELRAD, H. *Cidadania e Meio Ambiente*. In: ACSELRAD, H. (org.) **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

ACSELRAD H, H. S, & PÁDUA J.A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 2004.

ADGER, W. N. **Social and ecological resilience: are they related?** *Progress in Human Geography* 24,3 (2000) pp. 347–364.

AEM – Avaliação Ecosistêmica do Milênio. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>. Acessado em 23/04/2010, às 23:05 horas. 2003. 2005.

ANDRADE, J. C. S.; GÓES, M. F. B.; VARGENS, E. C. e FRANCO, M. T. R. – **Conflitos sócio-ambientais na área de influência do Complexo Costa do**

Sauípe: proposta para uma grade analítica. Disponível no site <http://read.adm.ufrgs.br>

ANSOFF, H. I., **Corporate Strategy – An Analytical Approach to Business Policy for Growth and Expansion.** John Wiley & Sons. 1965.

ARBEX JÚNIOR, J.. *"Terra Sem Povo", Crime Sem Castigo.* In: TORRES, Maurício (ORG.). **Amazônia Revelada. Os descaminhos ao longo da BR-163,** Brasília, DF, CNPq, 2005

AL – Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **O Zoneamento Sócio, Econômico e Ecológico de Mato Grosso.** Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/v2008/>. Acesado em 23/03/2008.

ALENCAR, A.; Nepstad, D.; McGrath, D.; Moutinho, P.; Pacheco, P.; Diaz, M Del C.; Soares Filho, B. **Desmatamento na Amazônia: Indo Além da Emergência Crônica.** IPAM, Belém, 2004, 90 p.

ALENCAR, A.; Nepstad, D.; MCGRATH, D.; PENA, S.; VERA DIAZ, M. DEL C.; COSTA. R. **A pavimentação da Cuiabá-Santarém: Exploração desordenada ou oportunidade de governança?.** Revista Proposta. Fase. No 99, Dez./ Fev. de 2003/04. 60-65pp.

ALEXANDER, C. S.; MIESING, P.; PARSONS, A. L. **How important are stakeholder relationships?** StateUniversity of New York at Albany, 2005. **Anais eletrônicos.** New York, 2005. Disponível em: <<http://www.albany.edu/pm157/research/stakeholder.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2008.

ALONSO, A. & COSTA, V. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais* In: *Ecologia Política, Natureza, Sociedad e Utopia.* Buenos Aires: Clacso, 2002.

ALVES JÚNIOR, G. T. **O planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Revista Caminhos de Geografia, Niterói, v. 4, pp. 17-30, Jun./2003.

ALVES, D. **An analysis of geographical patterns of deforestation in Brazilian Amazônia the 1991-1996 period.** In: **Patterns and Processes of Land use and Forest Change in the Amazon** (eds Wood C, Porro R), University of Florida, Gainesville, 2002.

AMAYO, E. **A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica.** **Estud. Av.,** São Paulo, v. 9, n. 24, 1995. Acesso em: 19 June 2007. Pré-publicação. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Junho de 2007. 9:37 horas.

AMEND, M., Reid, J, Gascon, C. Benefícios Econômicos Locais das áreas protegidas na região de Manaus, Amazonas. No Prelo.

ANDERSEN L.E. A. Cost-Benefit Analysis of Deforestation in the Brazilian Amazon. IPEA, Rio de Janeiro, 1997.

ANDRADE, J.C.S.; DIAS, C.C. **Conflito & Cooperação**: análise das estratégias sócioambientais da Aracruz Celulose S.A. Ilhéus-Ba: EDITUS, 2003. 351p

ANDRADE, M. C. de. **A questão territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, 135 p.

ANDREWS, K.R. The Concept of Corporate Strategy. Homewood, IL: Dow Jones-Irwin, 1971.

ARMSTRONG, D. et al. *The place of inter-rater reliability in qualitative research: an empirical study*. Sociology, v.31, n.3, p. 597-606, ago. 1997

ARY, D., JACOBS, L.C., RAZAVIEH, A., & SORENSEN, C.. *Introduction to research in education*, 7th ed. Belmont, CA: Thomson & Wadsworth. 2006

ATKINSON, R. e FLINT, J. - "**Accessing Hidden and Hard-to-Reach Populations: Snowball Research Strategies**". *Social Research Update*, nº 33, disponível também em www.soc.surrey.ac.uk/sru/SRU33.html. 2003.

AYRES, R.U. **Sustainability economics: where do we stand?**, *Ecological Economics* 67 (2). 2008, pp. 281–310.

BAKKER, F. G. A; HOND, F. DEN– **Introducing the Politics of Stakeholder Influence**: A Review Essay of Bakker and den Hond. *Business Society*; 47: 8-20. 2008

BARAT, J. *Transporte e energia no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil. 1991. 143 p.

BARBANTI JR, O. **Conflitos Socioambientais: teoria e prática**. In ANPPAS, Indaiatuba, São Paulo, 2001.

BARTUNEK, J. M. & SEO, M. *Qualitative research can add new meanings to quantitative research*. **Journal of Organizational Behavior**, v. 23, n.2, , mar., 2002

BECKER, H. E MCCALL. **Symbolic interaction and cultural studies**. Chicago: The University of Chicago Press. Biernacki, P. e Waldorf, D. (1981). *Snowball sampling – problems and techniques of chain referral sampling*. Sociological Methods & Research, vol.10, nº2, p.141-163, 1990.

BECKER, C. **Sustainability Ethics and Sustainability Research**, Habilitation Thesis, Technical University of Kaiserslautern, 2009.

BECKER, B. K. **Grandes Projetos e produção do espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, nº 51, p. 230-254, 1989.

_____. **Síntese das Políticas de Ocupação da Amazônia. Lições do Passado e Desafios do Presente**. Brasília: MMA/SCA. 2000b

_____. – *Cenários de Curto Prazo para o Desenvolvimento da Amazônia*. Cadernos do IPPUR, Vol. XIV nº 1, Jan/Jul 2000, UFRJ. 2000a

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos (2001) - **Assentamentos Rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva**. São Paulo: Iglu: Fapesp.

BELLI, P., J. Anderson, H. Barnum, J. Dixon, and J. Tan. **Economic Analysis of Investment Operations: Analytical Tools and Practical Applications**. Washington D.C.: World Bank Institute. 2001

BENKO, G. & PECQUEUR, B. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. *Geosul*. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez, 2001.

BERRY, J.M. **Validity and Reliability Issues in Elite Interviewing**. Political Science and Politics, vol.35, pp. 679-82. 2002.

BIWAS, M. R.; BIWAS, A. K. *Complementarity Between Environment and Development Processes*. **Environmental Conservation**, v.11, n. 1, p.35-44, 1984.

BOEIRA, S. L. **Ecologia Política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra**. Ambiente & Sociedade - Ano V – Nº 10 - 1o Semestre de 2002

BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S. K.. *Qualitative research for education: An introduction to theories and methods*, 5th ed. Boston: Allyn and Bacon. 2007

BOGDAN R. C. ;S. K. BIKLEN - **Qualitative Research for Education: an Introduction to Theory and Methods**. 3rd Edition. Hardcover. Nicholasville, KY, USA. 1994.

BORGATTI, S. P.; FOSTER, P. C. *The network paradigm in Organizational research: a review and typology*. **Journal of Management**, 29(6), 991-1013. 2003.

BORGATTI, S.P.; EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet for Windows**: software for social network analysis. Harvard: Analytic Technologies, 2002. Disponível em: <<http://www.analytictech.com>> Acesso em: 28 abr. 2009.

BREDARIOL, C. S. *Conflitos Sócio-Ambientais Urbanos Casos na cidade do Rio de Janeiro* In: SCOTTO, G & LIMONCIC, F. (Orgs.) **Conflitos Socioambientais no Brasil**. Vol. II: O caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

BROWDER, J. O.; Godfrey, B. J. **Rainforest Cities: Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon**. New York: ColumbiaUniversity Press, 1997.

BROWN, B.J. et al. Global al sustainability: toward definition. **Environmental Management**, v.11, n.6, p. 713-719. 1988.

BUCCI, M. P. Di. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 241.

BUYSSE, K. ; VERBEKE, A. Proactive environmental strategies: a stakeholder management perspective. **Strategic Management Journal**. v. 24, n. 5, p. 453-470, Chichester:May 2003

BOURNE, L. and Walker, D.H.T. “**Visualising and mapping stakeholder influence**”, *Management Decision*, Vol. 43 No. 5, pp. 649-60. 2005.

_____, L. AND WALKER, D.H.T. “**Using a visualising tool to study stakeholder influence – two Australian examples**”, *Journal of Project Management*, Vol. 37 No. 1, pp. 5-21. 2006.

BOURDIEU, P. *The forms of capital*. In **Soziale Ungleichheiten (Soziale Welt, Sonderheft 2)**. Goetting: Otto Schartz & Co.,. p. 183-198. Título Original: “Ökonomisches Kapital, kulturelles kapital, soziales kapital”. O artigo aparece pela primeira vez em inglês traduzido por Richard Nice. 1983

CAHN, M. A. *Environmental Deceptions. The Tension Between Liberalism and Environmental Policymaking in the United States*. New York, StateUniversity of New York., 1995.

CAPRA, F. A *Concepção Sistêmica da Vida*. In: **O ponto de mutação**. São Paulo, Cultrix, 1996. p. 447.

_____. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix - Amana-Key, 1997. 256 p.

CARVALHO, G.; BARROS, A. C.; MOUTINHO, P.; NEPSTAD, D. Sensitive development could protect Amazônia instead of destroying it. *Nature*, nº 409, p. 131, 2001.

CARVALHO, G.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; DIAZ, MARIA DEL CARMEN; SANTILLI, M.; BARROS, A. C. *Frontier expansion in the Amazon, balancing development and sustainability*. **Environment**, v. 44, nº 3, p. 34-45, 2002.

CARVALHO, J. C. B & MATIAS, L. F. **Concepções teóricas e metodológicas do modelo Digital do ambiente aplicadas ao zoneamento Ambiental**^{1º} SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008. ISBN: 978-85-88454-15-6.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura Vol 2: O poder da identidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1999.

CASTRO A. C. **Localização e identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preços e custos de transporte relacionados**. CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, Brazil, 2002.

CASTRO, M. I. M. **Sociedade e Natureza em Mato Grosso, 1870-1930**. CDS/UNB, Brasília, 2001

CHANDLER, A. **Railroads, the Nation's First Big Business**. New York: Columbia University Press. 1965.

CHEVALIER, J. **Stakeholder analysis and natural resource management**. Ottawa: Carleton University: 2001 (<http://www.carleton.ca/~jchevali/STAKEH2.html>) Site visitado em 03/10/2009 – as 22:31 horas (Horário Oficial de Brasília).

CHOMITZ, K. M.; Thomas, T. S. *Geographic patterns of land use and land intensity in the Brazilian Amazon*. Washington, D.C.:World Bank, 2001.

CHRISTOPOULOS, D. **Peer Esteem Snowballing: A methodology for expert surveys**. INSNA 29th annual conference, Corfu, May 2007.

CINTRA, G. Dados explícitos e implícitos em pesquisa documental. **II Congresso Nacional da ABRALIN**. Florianópolis: ABRALIN, 2000 (CD-ROM). p. 221 – 225

CLARK, W.C. **Sustainability Science: A Room of Its Own**, *Proceedings of the National Academy of Science***104** (2007), pp. 1737–1738.

CLARKE , T. & CLEGG, S. – **Changing Paradigms: The Transformation of Management Knowledge for the 21 st Century** , London, HarperCollins, 1998

COCHRANE, M. A e t al. Positive Feedbacks in the Fire Dynamic of Closed Canopy Tropical Forests. *Science*, Jun 11 1999: 1837-1841.

COHEN, T. T. E. **Contribución metodológica para la investigación de redes tecnosociales**. Pre-til. Bogota, n.12, 2006.

COHEN, L.; MANION, L. **Research Methods in Education**, 4th ed., London, Routledge, 1990.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais** - 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004

COLLETIS-WAHL, K.; PECQUEUR, B. Territories, Development, and Specific Resources: What Analytical Framework?. *Regional Studies*. Reino Unido, v. 35, n. 5. 2002.

COLEMAN, J. S. – Social Capital in the creation of human capital. In. WINSHIP, C. & ROSEN, S. (org.). Organizations and Institutions: sociological and economic approaches to the analysis of social structure. **American Journal of Sociology**, v. 94, supplement, p. 95-121, 1988.

_____. Social Capital. In: _____. **Foundation of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, Cap. 12, p. 300-321. 1990.

COULERT, C. & PECQUEUR, B. **Disctricts industriels, systemes productifs, localisés et développement**. Actes du Colloque Nouveaux Dynamismes Industriels et Economie du Développement. Grenoble, IREP, 1994.

CORBURN J. **Street science: community knowledge and environmental health justice**. Cambridge: MIT Press; 2005.

COSTA, L.; MARTINHO, C.; FECURI, J. (Coords.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

COSTA, L.; SILVA, J. **As tipologias estratégicas "realmente existem"?** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 21., 2002, Salvador. Anais. Salvador: ANPAD, 2002.

CPT. Conflitos no Campo Brasil. 2003. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>

CUNHA, J. M. P. da – **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

DECRETO nº 96.044 de 12/10/88

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papirus, 2001.

DE PABLO, C. L. et al. Design of a Information System for Environmental Planning and Management (SIPA). **Journal of Environmental Management**, v.40, p.231-243, 1994.

DIAZ, M. C. V. et al. O. Prejuízo oculto do fogo: custos econômicos das queimadas e dos incêndios florestais da Amazônia. Instituto de Pesquisa Ambiental do Amazônia e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br>>.

DINIZ, A. M. A migração e evolução da fronteira agrícola. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

DNIT/ ECOPLAN. Relatório de Impacto Ambiental da BR-163. 2003.

DOWBOR, L. **A reprodução social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DORUSSEN, H., LENZ, H., BLAVOUKOS, S. **Assessing the Reliability and Validity of Expert Interviews**. European Union Politics vol.6 pp315-37. 2005.

DUARTE, R. - Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, mp. a1rç3o9/-125040,2 março/ 2002

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 17ª e 18ª. Edições . São Paulo: Perspectiva, 2002;2005.

ENGEL, A. & KORF, B. **Negotiation and mediation techniques for natural resource management**. Roma: FAO, 2005. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/008/a0032e/a0032e00.HTM>>. Acesso em: abril 2009.

EGLER, C. A. G. Mudanças recentes no uso e na cobertura da terra no Brasil. In: SEMINÁRIO MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Uso_Completo.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2008.

ELAIS, N. **Sociology of knowledge: new perspectives – part one**. *Revista Sociologia*, 1971:5. Tradução e revisão de NASCIMENTO, L. F. & FERNANDES, D. C - Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008.

FALKENMARK, M., L. et al. Towards integrated catchment management: increasing the dialogue between scientists, policy-makers and *stakeholders*. **International Journal of Water Resources Development**, Dublin, v. 20, n. 3, p. 297 - 309, 2004.

FARIA S. F. S. Análise crítica do macro-planejamento de transporte de cargas no Brasil: uma releitura da obra de Vasco Neto. Revista *Bahia Análise & Dados Salvador*, v. 13, n. 2, p. 153-160, set. 2003

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio eletrônico**. Século XXI, versão 3. Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, L. C. Indicadores político-institucionais de Sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas. *Rev. Ambient. Soc.* no.6-

7 Campinas Jan./June 2000.

DataBase

SIELO:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2000000100002&script=sci_arttext

Acesso em 28/12/2009.

FLITNER, M. - *Heimat als Zeitlandschaft – Subjektive Zeiten, Eigenzeiten, Weltzeit*. Schriftenreihe des deutschen Rates für Landespflege, Landschaft und Heimat, 77: 50-542005. 2005.

FLORES, E. C.; CAVALCANTI, J. D. S. **O fardo da legitimidade: a democracia para além dos parlamentos**. *prim@ facie* – ano 5, n. 9, jul./dez. 2006, pp. 64 – 72

FRANK, O. AND SNIJDERS, T. **Estimating the size of hidden populations using snowball sampling**. *Journal of Official Statistics* vol 10, pp. 53-67. 1994.

FREEMAN, R.E. **Strategic management: A stakeholder approach**. New York, NY, USA: Basic Books. 1984.

FREY, K. **Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação**. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 165–185, 2003.

_____. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. In, **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPP**. Nº 21, Junho de 2000 www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2005.

_____. **Análise de políticas públicas: algumas reflexões Conceituais e suas implicações para a situação brasileira**. PPGSPIUFSC, Cadernos de Pesquisa, nº 18, Setembro, 1999.

GALETTI, L.S.G.; HIGA, T.C.S; CAPOROSSI, S. S. A. **Plano Prurianual do Governo do Estado de Mato grosso – PPA 2004/2007 – Eixo de valorização dos recursos Naturiais do estado de Mato Grosso**. SEPLAN/MT. 2007.

GALLAGHER, D. R.; ANDREWS, R. N. L.; Chandrachai, A.; Kaewta R., *Environmental Management Systems in the U.S. and Thailand: A Case Comparison*. Greener Management International, vol. 46, pp. 41-56. Reprinted In: **Strategic Sustainability: The State of the Art in Corporate Environmental Management Systems**, edited by Robert Sroufe and Joseph Sarkis (Greenleaf Publishing, 2007). 2004.

GARCÍA-MARZÁ, D. Trust and dialogue: theoretical approaches to ethics auditing. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 57, n. 3, p. 209, 2005.

GEHLEN A. I & .RIELLA, E - **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento Sustentável**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 20-26.

GEIPOT. Análise de rotas alternativas para a soja. 2000. Disponível em: http://www.geipot.gov.br/estudos_realizados/soja/quadros_24,27.htm

GIL, A. C. – **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª edição. Editora Atlas, São Paulo. 2007.

GLATTHORN, A. & JOYNER, R. L.. *Writing the winning thesis or dissertation: A stepbystep guide*, 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Corwin Press. 2005

GOLDSCHMIDT, A. **Stakeholder – Como interagir com tantos públicos diferentes**. 2003. Acesso em: 21/06/2007. Disponível em: <http://integracao.fgvsp.br/ano6/04/financiadores.htm>.

GOMES, Â. C. **História, historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões**. IN: SOHET, BICALHO & GOUVÊA. *Culturas Políticas*, Rio de Janeiro, Mauad.2005.

GOODCHILD, M. F. E QUATTROCHI, D. A., Scale, multiscaling, remote sensing and GIS, *Scale in Remote Sensing and GIS*, Lewis Pub, CRC Press, Boca Raton, 1997.

GOODMAN, L. **Snowball Sampling"**. *Annals of Mathematical Statistics*, vol. 32, nº 1. 1961.

GRIMBLE, R.; AGLIOBY, J. & QUAN, J. – *"Trees and Trade-offs: A Stakeholder Approach to Natural Resource Management"*, International Institute for Environment and Development, Gatekeeper Series No. 52, 19pp. De 1995

GRUPO GPT/ TECNOCARGO. Disponível em: <[http:// www.gpt.com.br](http://www.gpt.com.br)>

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de influencia da BR-163.Julho de 2004.

GUTBERLET, J.. **Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica**.*Estud. av.* [online]. 2002, vol.16, n.46, pp. 157-174. ISSN 0103-4014.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

_____A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HANNEMAN, R.; RIDDLE, M.. *Introduction to Social Network Methods*. Riverside: University of California. Disponível em : <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>. Acesso em : 13 agosto 2009.2005

- HANNEMAN, R. *Introduction to Social Network Methods*, Webbok. 1998
- HARDJONO, T. E; KLEIN, P. – *Introduction on the european corporate sustainability framework*. *Journal of Business Ethics* 55: 99–113. 2004
- HARDY, T. *Manual Ucinet 6 (versión 6.1)*, 2006. Texto também disponível em: <http://www.arschile.cl/ucinetv1/>
- HARPER, D. – **Online etymology dictionary**. Acessado em dezembro de 2008. <http://www.etymonline.com/index.php>.
- HAYTHORNTHWAITE, C. Social network analysis: an approach and technique for the study of information exchange. **Library & Information Science Research**, Norwood, v.18, n.3, p.323-342, Autumn 1996.
- HORTON, B.; Colarullo, G.; Bateman, I.J.&Peres, C.A. Evaluating non-user willingness to pay for a large-scale conservation programme in Amazonia: a UK/Italian contingent valuation study. *Environmental Conservation*. Volume 30. 2003, pp. 139-146.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal . Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Agropecuários 1970 e 2000 . Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.
- INPE. PRODES Digital . Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/Prodes.html>>.2003.
- JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, março/ 2003 p. 189-205, março/ 2003.
- JOHNSON, J.C., BOSTER, J.S., HOLBERT, D. **Estimating relational attributes from snowball samples through simulation in social networks**, *Social Networks* vol. 11, pp 135-58. 1989.
- KARAMANOS, Anastasios & CHOI, Chong Ju. 1999. Stakeholder identification and value. Paper apresentado no painel “Corporate Social Responsibility” do encontro da Academy of Management 1999, Chicago.
- KATES R. et al. **Sustainability science**, *Science* **292** (5517), pp. 641–642. 2001.
- KATES, R.W. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**. Vol. 47, Number 3, pp 8–21. *Environmente*, 2005.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo:Atlas, 2005.

LAM, N.; QUATTROCHI, D. A., , **On the issues of scale, resolution, and fractal anlysis in the mapping sciences**, In Prof Geographer, 44, 88-98.1992.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução de C. A. Mota de Souza. São Paulo: Edusc, 2004.

LAURANCE, W.F.; COCHRANE, M.A.; BERGEN, S.; FEARNSIDE, P.M.; DELAMÔNICA, P.; BARBER, C.; D'ANGELO, S.; FERNANDES, T. **The future of the Brazilian Amazon**. Science. 2001 (291), pp. 438-439.

LAURENTI, Ruy. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Rev. Assoc. Med. Bras. [online]. 2005, vol.51, n.1, pp. 3-4. ISSN 0104-4230.

LEONZO, N. **Civilização e barbárie, história e cultura. Representações culturais e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do II Reinado e I República**. 1998. Tese (História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

LERNER, L. C. - **Convenção da Diversidade Biológica – Compromissos Assumidos e Resultados Obtidos pelo Brasil**. III ENCONTRO DA ANPPAS 23 A 26 DE MAIO DE 2006. BRASÍLIA – DF. 2006.

LESTER, J. (ed) **Environment Politcs and Policy. Theories and Evidence**. London and Durhan, Duke University Press, 1989

LILLEKER, D.G. **Interviewing the Political Elite: Navigating a Potential Minefield**. Politics, vol.23, pp207-14. 2003.

LIMA. S. M. V. **Mudança organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LIMA, J. C. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas**. Política & Trabalho, n. 17, p. 46-63, set./2001.

LITTLE, P. E. (a) **The political ecology of Amazon floodplain fisheries**. In: IMBERGER, J.; GAYNOR, A.; LEYBOURNE, M.; TOUSSAINT, S. (Ed.). *Water: histories, cultures, ecologies*. Perth: University of Western Australia Press, 2006. p. 192-204.

_____(b). **Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006

LLORENS, F. A. **Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento.** In. *Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política.* Rio de Janeiro: BNDES, 2001. p. 135-160.

MACARTHUR, J. **"Stakeholder Roles and Stakeholder Analysis in Project Planning: A Review of Approaches in Three Agencies** -- World Bank, ODA and NRI," New Series Discussion Papers, Development and Project Planning Centre, University of Bradford, UK, #73, 22 pp., 1997a (March).

_____. **"Stakeholder Analysis in Project planning: Origins, Applications and Refinements of the Method,"** Project Appraisal 12 (4): 251-265, 1997b

MAHAR, D. J. **Government policies and deforestation in Brazil's Amazon region.** Washington, D.C.: World Bank Publication, 1989.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira.** 1ª ed. Brasília: Banco Mundial, 2003. 100 p.

MARINHO, A. & FAÇANHA, L. O. de F. **Programas sociais :efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARKUSEN, A. **Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator.** In DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). *Economia e território.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação.** Ciência da Informação, v.30, n.1 , jan./abr. 2001. p.71-81.

MARX, K. **Karl Marx: Selected Writings in Sociology & Social Philosophy** , tr. TB Bottomore. New York: McGraw-Hill. ([1857] 1956) Borgatti et al. (2009) identificam quatro grandes categorias de relações: as semelhanças, as relações sociais, interações e fluxos.

MATHEUS, R.F.; SILVA, A.B.O. e. **Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação. DataGramZero – Revista de Ciência da Informação,** Rio de Janeiro, v.7, n.2, abr. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr06/Art_03.htm> Acesso em: 27 abr. 2009.

MATOS, H. (2006) **Comunicação Política e Comunicação Pública**. In: Revista Organicom, n. 4. ECA/USP. São Paulo.

MATUS, C. **Política, Planejamento e Governo**. Brasília. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.

MENEZES, P. M. L. & COELHO NETO, A.L. – **Escala: Estudo de Conceitos e Aplicações**. Igeo - Dep Geografia – Laboratório de Cartografia (GeoCart). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acessado em 29/12/2009, as 20:34 min. Disponível em: <http://www.geocart.igeo.ufrj.br/prod.htm>

MILLER, H. T. **Post-Progressive Public Administration: lessons from policy networks**. In: Public Administration Review, v.54, n. 4, p.378-386, 1994.

MILLER, H. T. & SAPAT. A. – **Antiessentialism and Public Administration: Issues and 'Isms'**. (Symposium introduction as editors.) *International Journal of Organizational Theory & Behavior*. Vol. 12, No. 3 or 4. 2009.

MINTZBERG, H. **The strategy concept: Five P's for strategy**. California Management Review, v. 30, n. 1, 1987.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de Estratégias**. Porto Alegre: Bookman, 2000

MITCHELL, R.K et al. "Rumo a uma teoria da identificação das partes interessadas: a definição do princípio de quem e o que realmente conta", *Academy of Management Review* 22 (4): 853-886, 1997

MOTOMURA, O. **The Biggest Challenge in Management**. *The Global Congress on Human Resource Management is the largest international human resource convention. The next annual gathering will take place in Rio de Janeiro, Brazil in August 2004. Acessado em abril de 2009: www.oscarmotomura.com.br/en/artigos_om/download.asp?arquivo...pdf*

MÜLLER, P & SUREL, Y. **L'analyse des politiques publiques**. Paris: Montchrestien, 1998. p. 16

NATAL, J. **Do desenvolvimentismo ao neoliberalismo – a saga do Brasil no Século XX**. Rio de Janeiro: Publicati, 2006.

NEPSTAD, D. C. **Large Scale impoverishment of Amazonian Forests by Logging and Fire**. *Nature* . Vol 398. 1999. 505-508 pp.

_____. **Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests.** *Forest Ecology and management*, Washington, D.C., nº 154, 2001, 395-407.

NEPSTAD, D.C.; MCGRATH, D.; ALENCAR, A.; BARROS, A.C.; CARVALHO, G.; SANTILLI, M.; VERA DIAS, M.C. **Frontier Governance in Amazonia.** *Science* Jan 25 2002 Vol. 295.

NITSCH, M. **Anotações sobre o documento de Detalhamento da metodologia para execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal.** Berlim, 1998a. p.23.

NOLASCO, F. **Avaliação da Sustentabilidade em Agroecossistemas: um método fitotécnico.** Viçosa, 1995. 225 p. Tese (doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa–MG.

NUNES, P. H. F. **A influência dos recursos naturais na transformação do conceito de território.** *Revista Questiones Constitucionales*. Número 15, julio-diciembre, 2006.

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development. **Governance for Sustainable Development: Adapting Institutions and Decision-Making in 5 OECD Countries**, 2001, ISBN: 92-64-18695-6, Euros 90, 420 p. <http://www.oecd.org/dataoecd/29/9/1890501.pdf>. Acesso em 12/12/2009.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica Mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** Tese de livre-docência. São Paulo, USP, 1997.

ONU – Organização das Nações Unidas

ORR, D.W. **Ecological Literacy. Education and Transition to Postmodern World.** New York Press. New York Press., 1992.

OSTROM, E. – **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action.** Cambridge University Press: New York, 8° ed. 1996.

OTTE, E.; ROUSSEAU, R. **Social network analysis: a powerful strategy, also for the information sciences.** *Journal of Information Science*, Cambridge, v.28, n.6, p.441-453, Dec. 2002.

PAEHLKE, R. **Environmental and the Future of Progressive Politics.** New Haven and London, Yale University Press., 1989.

PAESE, A. & SANTOS, J. E.(1) – **Análise multiescalonada da conectividade da paisagem da bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu.** In: Faces da Polisssemia da Paisagem – Ecologia, Planejamento e Percepção. Editora RIMA. Volume 1. São Carlos/SP, 2004. 408pp.

_____ (2) – **Ecologia da Paisagem: abordando a complexidade dos processos ecológicos.** In: Faces da Polisssemia da Paisagem – Ecologia, Planejamento e Percepção. Editora RIMA. Volume 1. São Carlos/SP, 2004. 408pp

PASSOS, M. M. **BR-163: de estrada de colonos a corredor de exportação.** Maringá: Massoni, 2007. 220 p.

PATI, D., PARK, C.; AUGENBROE, G. **Roles of building performance assessment in stakeholder dialogue in AEC.** Automation in Construction, Amsterdam, v. 15, n. 4, p. 415-427, 2006.

PARREIRAS, F; SILVA, A. B.O.; MATHEUS, R. F.; BRANDAO, W. C. **RedeCi: colaboração e produção científica em ciência da informação no Brasil.** *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2006, vol.11, n.3, pp. 302-317. ISSN 1413-9936. Acessado em: 23/12/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n3/a02v11n3.pdf>

PERES, F. C. Capital social: a nova estrela do crescimento econômico. **Preços agrícolas**, p.6-9, maio/2000.

PETERSON, G. et al. **Ecological Resilience, Biodiversity, and Scale.** *Ecosystems* (1998) 1: 6–18. USA.

PHILIPS, A. Economic values of protected areas. Guidelines for protected areas managers. World Commission on Protected Areas (WCPA), Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 2. 1998, 52p.

PIRES, É. L.; MULLER, G.; VERDI, A. R. **Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos.** *Geografia* Associação de Geografia Teorética. Rio Claro/SP, v. 31. set/dez. de 2006.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. 2000. disponível em:

PORTO M.F. *Uma ecologia política dos riscos.* Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.

PORTO, Marcelo Firpo e MILANEZ, Bruno. **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.6, pp. 1983-1994. ISSN 1413-8123.

PRITTWITZ, V. von. *Politikanalyse.* Opladen: Leske + Budrich, 1994.

PROCOPIUCK, M. & FREY, K. **Redes de Políticas Públicas e de Governança e sua análise a partir da Websphere Analysis**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 63-83, out. 2009.

PUE – Portal da União Européia. Indicadores para AEM/OECD. *Measuring sustainable development/ Integrated economic, environmental and social frameworks*. August 2004. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/evaluation/methodology/tools/tool_ind_how_pt.htm#12. Acessado em 11/05/2009, as 10:54 horas.

PUTNAM, R. D. et al. - *Making Democracy Work*, Princeton: Princeton University Press. 1995.

_____. *Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2ª Ed. 1996.

_____. b) *Bowling Alone: The Collapse and a Revival of American Community*. New York, Simon & Schuster. 2000.

_____. a) **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações. Uma reconceituação da riqueza nas nações**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981.

_____. **A redução sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

RASCHE, A.; ESSER, D. From stakeholder management to stakeholder accountability. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 65, n. 3, p. 251, 2006.

RAVBORG, H. & GUERRERO, M DEL P. & WESTERMANN, O. - *Metodología de Análisis de Grupos de Interesse Colectivo para el Manejo de los Recursos Naturales en Microcuencas*. Guía 4, Instrumentos metodológicos para la toma de decisiones en el manejo de los recursos naturales. Centro Internacional de Agricultura Tropical, Cali, Colômbia, 1999

RIBEIRO, A. M. V.; VIANA, E. A. S.; CARVALHO, J. L. R.; MACHADO, M. N. da M. **A construção do corpus para a análise do discurso da equidade e da desigualdade sociais (Deds) em obras de ficção**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PSICOSSOCIOLOGIA E SOCIOLOGIA CLÍNICA, 11., 2007. *Anais...* Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, K. O. et al. **Conflitos sócioambientais e ação coletiva. Algumas reflexões sobre áreas de proteção ambiental (APAS).** Pôster apresentado no XLIV CONGRESSO DA SOBER "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento". Universidade Federal de Lavras - MG – Brasil. 2006.

ROCHA J. M – **A gestão dos recursos naturais: uma perspectiva de sustentabilidade baseada nas aspirações do "lugar".** Anais – Livro de resumos. IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em ambiente e sociedade. ANPPAS.. Brasília - DF – Brasil. Junho de 2008.

RODRIGUES, A et al. **É correto pensar a sustentabilidade em nível local? Uma análise metodológica de um estudo de caso em uma Área de Proteção Ambiental no litoral sul do Brasil.** Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.

RODRIGUES, L. C.; MUSTARO, P. N. **Levantamento de características referentes à análise de redes sociais nas comunidades virtuais brasileiras de jogos on-line.** Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Departamento de Ciência da Computação. 2006. <<http://www.sbc.org.br/bibliotecadigital/download.php?paper=560>> Acesso em: 18 abr 2009.

ROSSETTO, A. M. **Proposta de um Sistema Integrado de Gestão do Ambiente Urbano (SIGAU) para o Desenvolvimento Sustentável de Cidades.** 2003, 423 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, SC, 2003.

ROSSETTO, A; M; ORTH, D. M.; ROSSETTO, C. R. **Gestão ambiental integrada ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em Passo Fundo (RS).** *Rev. Adm. Pública* [online]. 2006, vol.40, n.5, pp. 809-840. ISSN 0034-7612.

ROWLEY, T. "Moving beyond dyadic ties: a network theory of stakeholder influences", *Academy of Management Review*, Vol. 22 No.4, pp.887-911. 1997.

ROWLEY, T. J.; MOLDOVEANU, M. "When Do Stakeholders Act? An Interest and Identity-based Model of Stakeholder Mobilization." *Academy of Management Review* 28(2): 204–219.2003

SÁNCHEZ, Roberto Omar. **Zoneamento agroecológico do Estado de Mato Grosso: Ordenamento ecológico-paisagístico do meio natural e rural.** Cuiabá: Fundação de Pesquisa Cândido Rondon, 1992. 155 pp. il.

SANTOS, M. H. de C. **Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas**. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SARAVIA, D. G. **Manual de instrumentos para gestão dos conflitos**. Centro de Servicios Municipales “Heriberto Jara”, A. C, 2006.

SATO, M. - **Zoneamento socioeconômico ecológico do Mato Grosso: o perigo do retrocesso**. Publicado em 21 de março de 2010. Fonte: Andréa Azevedo. Jornal a Tribuna de Mato grosso. Rondonópolis/MT.2010.

SCOTT, J. **Social Network Analysis**. Newbury Park, Sage. 1992

SCOTTO, G.; LIMONCIC, F. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1997

SEROA DA MOTA, R. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. CEMA/IPEA e COBIO/MMA. Rio de Janeiro, 1997, 254p.

SCHEREYOOG, G, & STEINMAN, H. **Strategic Control: A New Perspective un**; Academy of Management Review, 1987, Vol.12.

SCHEFFER, M., F. WESTLEY, W. A. BROCK, AND M. HOLMGREN.. Dynamic interactions of societies and ecosystems—linking theories from ecology, economy, and sociology. Pages 195-239 *in* L. H. Gunderson and C. S. Holling, editors. *Panarchy: understanding transformations in human and natural systems*. Island Press, Washington, D.C., USA. 2002.

SIMPSON, R. D.; Sedjo, R.; Reid, J. W. Valuing Biodiversity for Use in Pharmaceutical Research. *Journal of Political Economy*, 104(1): 1996, pp. 163-185.

SILVEIRA, J. M. F.; SILVA, C. J. da. **Uso de “stakeholder analysis” no sistema de baías Chacororé e sinhá mariana, pantanal de mato grosso**. III simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal. Os desafios do milênio. EMBRAPA. Corumbá/MS.

SILVA, C. J. da; Girard, P. **New challenges in the management of the Brazilian Pantanal and catchment**. *Wetlands Ecology and Management* 12: 553–561, Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands. 2004

SILVA, G. E.; ALFRADIQUE, C. N - **A Importância da Participação Popular como Forma de Controle Social de Obras Públicas e Exercício da**

Democracia. Texto de opinião. Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro. 2006.

SOARES-FILHO, B., A. Alencar, D. Nepstad, G. Cerqueira, M del C. Diaz, S. Rivero, L. Solorzano, E. Voll. Simulating the Response of Deforestation and Forest Regrowth to Road Paving and Governance Scenarios Along a Major Amazon Highway: The Case of the Santarém-Cuiabá Corridor. *Global Change Biology*. 2004 (10), pp. 745-764. <http://www.cultura-brasil.com.br/pintura.htm> acesso 19 de junho de 2007; às 9:24 horas

SOUZA, M. J. L. *O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.* In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

STEINBERGER, M (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Brasília: Paralelo 15 ; LGE Editora, 2006. p. 29-82.

STEINER, G. A. **Top Management Planning**, Macmillan, New York. 1969.

STEINER, G. A. **Strategic Planning - What Every Manager Must Know**, Free Press, New York. 1979.

STRAUSS, A. L., & WESTLAND, J. Teaching about controversial issues. In *EE Capacity Building Workshop* – March, 2005. Disponível em: <http://www.moea.state.mn.us/ee/controversial.cfm>. Acesso em 01/07/2008.

SUDMAN, S. e KALTON, G., "New Developments in the Sampling of Special Populations". *Annual Review of Sociology*, nº 12, pp. 401-429. 1986.

TURNER, M. G., et al. **Effects of changing spatial scale on analysis of Landscape Pattern**, In *Landscape Ecology*, 3, 153-162. 1989.

TRIVERS, J. E MILGRAM, S.. **An experimental study of the small world problem.** *Sociometry*, 32, p.425-443. 1969.

VIEIRA, M. M. F. & ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIG, N. & KRAFT, M. **Environmental Policy in the 1990s: Toward a New Agenda.** Washington, Congressional Quarterly Inc., 1998.

WEISS, Joseph W. **Business ethics: a stakeholder and issues management approach.** 2a.ed. Forth Worth, Texas: Dryden Press, 1998.

WELP, M. & STOLL-KLEEMANN, S. Integrative theory of reflexive dialogues. In: STOLL-KLEEMANN, S.; WELP, M. (Ed.). **Stakeholder dialogues in natural resources management**, Heidelberg: Springer-Verlag, 2006

WELP, M. et al. Science-based stakeholder dialogues in climate change research. In: STOLL-KLEEMANN, S.; WELP, M (Ed.). **Stakeholders dialogues in natural resources management**. Heidelberg: Springer-Verlag, 2006a.

WELP, M. et al. Science-based stakeholder dialogues: theories and tools. **Global Environmental Change**, Guildford, v. 16, n. 2, p.2006b.

WESTLEY, F. **Governing design: the management of social systems and ecosystems management**. Pages 391- 427 in L. H. Gunderson, C. S. Holling, and S. S. Light, editors. *Barriers and bridges to the renewal of ecosystems and institutions*. Columbia University Press, New York, New York, USA. 1995.

_____. **The devil in the dynamics: adaptive management on the front lines**. Pages 333-360 in L. H. Gunderson and C. S. Holling, editors. *Panarchy: understanding transformations in human and natural systems*. Island Press, Washington, D.C., USA. 2002.

WINDHOFF-Héritier, A. *Policy-Analyse: eine Einführung*. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

ZURBRIGGEN, C. *Las redes de políticas públicas*. Una revisión teórica. Barcelona : Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya. 2005.

ZYMLER, B. **Política e Direito: Uma Visão Autopoiética**, 1ª. ed. 2ª. tiragem, Curitiba: Juruá, 2003.

ANEXOS

Anexo 1

Anexo 1 – Enfoques identificados pelos Stakeholders por Categorias

Categorias de Stakeholders	Enfoques de território (Segundo RAFFESTIN, 1993)	Principais comentários (Palavras-chaves de identificação) durante a definição de ZSEE	Número de Stakeholders	Total
Estado	Jurídico-política	<p>“...defesa dos recursos naturais para o desenvolvimento local e regional”...;</p> <p>“... implementação políticas públicas...”;</p> <p>“... Adequação do ZSEE/MT a realidade de seu município...”;</p> <p>“... Criação de políticas públicas que venham de encontro aos interesses da população de Alto Paraguai...”;</p> <p>“... Ampliação das áreas protegidas e fiscalização...”;</p> <p>“... Políticas públicas de encontro com as demandas sociais...”</p>	17	24
	Cultura(lista)	<p>“... Garantia dos direitos dos trabalhadores rurais, de ter a terra e viver com dignidade...”</p>	1	
	Econômica	<p>“... rativação do agronegócio...”;</p> <p>“... Desenvolvimento municipal e geração de riquezas para as populações necessitadas...”;</p> <p>“... Desenvolvimento local, ampliação do percentual de exploração de madeira para 50%. Melhoria da qualidade de vida local...”;</p> <p>“... Recuperação da economia local, estabelecer parcerias visando, melhoria da qualidade de vida da população local...”;</p> <p>“... melhoria da qualidade de vida de todo mundo. Meios de promover a reativação do agro negócio para manter a base econômica de nosso estado...”</p>	6	
Comunitário	Jurídico-política	<p>“Basta no Brasil cumprir as Leis que existem...só”</p>	4	13
	Cultura(lista)	<p>“... Políticas públicas de encontro com as demandas sociais e indigenistas, que deve visa a manutenção da cultura e respeita modo vida dos povos indígenas...”</p>	9	
	Econômica	<p>“... crescimento econômico, para que haja mais justiça, é notório a luta de classes...”;</p> <p>“... crescimento, distribuição, rendas”</p>	0	
Mercado	Jurídico-política	<p>“... instrumento que visa o desenvolvimento local e que através do</p>		

	<p>zoneamento possa promover de forma adequada as realidades locais...";</p> <p>"... criação de leis visem a ampliação das áreas protegidas e fiscalização...";</p> <p>"... rever as leis ambientais, pois fora da realidade...";</p> <p>Garantir dos direitos coletivos. Condições melhores para o trabalho e produção..."</p> <p>"... crescimento econômico..."</p>	7	28
Cultura(lista)		0	
Econômica	<p>"... Políticas públicas, desenvolvimento, sustentável, readequação, interesses sociais, poder, agronegócio, país, nacional, respeito, produtores, base, sólida, econômica...";</p> <p>"... crescimento econômico...";</p> <p>"... adequar a realidade econômica de exploração dos recursos naturais dos municípios...";</p> <p>"... é uma maneira de as populações menos favorecidas de mudar de vida, poder comer, andar de carro, é uma forma de ajudar, definir com critérios e pensar na distribuição as terras, direitos, para que todo mundo tenha...";</p>	21	

Anexo 2

Anexo 2 – Fatores Diretos de Mudanças nos Serviços Ambientais Contexto do ZSEE/MT identificados pelos Stakeholders

Atividades	Cobertura Vegetal	Solo	Recursos Hídricos e Atmosfera	Situações socioambientais	Relação atividadae/município região IX
Expansão da agricultura pecuária extensiva	Desmatamento (florestas e cerrado) queimadas regulares	Erosão e lixiviação	Contaminação e assoreamento, produção de gás metano	Invasão de AP (TI, UC e APPs), grilagem, expansão irregular da atividade e conflitos de terra	Diamantino, Nortelândia, Arenapólis, Nova Brasilândia, Campos novo do Parecis, Nova Marilândia,
Mecanização e monocultivo d soja, milho e algodão	Desmatamento e queimadas principalmente no cerrado	Contaminação do solo por agrotóxicos, Compactação do solo e perda de nutrientes	Contaminação hídrica e atmosférica por agrotóxicos e assoreamento	Abandono das atividades de pequenas produção e migração para as cidades	Dimantino, Campo Novo do Parecis,
Expansão e extração ilegal de florestas	Corte seletivo, perda da biodiversidade, aumento do risco de incêndio	Erosão pontual pela extração e expansão pelas vias de transporte	Assoreamento e processos erosivos pontuais	Percussor para outras atividades de extração e exploração, impactos da ocupação antrópica	Nova Maringá, São José do Rio Claro,
Projetos de reflorestamento	Substituição de florestas nativas por monocultivo e aumento do risco de incêndio, introdução de espécies alienígenas	Acidificação e contaminação do solo	Assoreamento, poluição hídrica e atmosférica pelo uso de herbicidas e pesticidas	Conflitos de atividades que dependem da floresta nativa	Diamantino e Nova Maringá
Garimpo de ouro e diamante	Retirada da cobertura vegetal, facilitando o avanço e aumento do fogo	Degradação da superfície, erosão e contaminação por metais pesados	Assoreamento e alteração do regime hidrográfico, poluição hídrica e do ar por mercúrio	Impactos a saúde, problemas sociais (criminalidade prostituição, violência, tráfico)	Alto Paraguai e Diamantino
Extração de calcário, brita e cimento	Desmatamento (por transporte e ocupação)	Erosão	Assoreamento e alteração do regime hidrográfico, contaminação do lençol freático	Percussor para outras atividades de extração e exploração, impactos da ocupação antrópica	Diamantino

Pesca e caça predatória			Uso de explosivos e venenos na pesca, sobre-exploração da fauna	Desequilíbrio nas populações de animais, redução da disponibilidade para populações tradicionais	Diamantino e Nova Maringá
Expansão da infra-estrutura viária	Desmatamento nas margens e estradas principais e vicinais	Movimento de terra e cortes de estradas, construções de canais etc.	Poluição atmosférica por pela circulação de automóveis e hídrica por contaminantes e assoreamento	Estimula a migração para a região, aumenta os impactos ambientais (lixo e esgoto) e cria demandas de energia	Diamantino, Alto Paraguai, Campos Novo do Parecis, nova Marilândia
Projetos convencionais de assentamento	Desmatamento em florestas e cerrado	Erosão e perda de fertilidade	Poluição hídrica pelo uso de agrotóxicos, por esgoto e lixo doméstico, assoreamento de rios, desmatamento de matas de galeria	Avanço da fronteira agrícola com ocupação de áreas florestadas. Graves problemas sociais e econômicos (fome, miséria, pobreza)	

Anexo 3

Anexo 4

Anexo 4 – Critérios e Enfoques sugeridos pelos Stakeholders para Elaboração de Cenários

VARIÁVEIS IDENTIFICADAS NOS GT DA PROPOSTA DE ZSEE/MT	Variáveis Externas	Variáveis Internas	Comentários dos Stakeholders
Econômicas	Dinamismo da Economia Nacional, Demanda por Recursos Naturais e Produtos Agropecuários, Demanda por Bioprodutos, Demanda por Informações Genéticas, Demanda Mundial e Nacional por Energia-Intensivos, Demanda Mundial e Nacional por Manufaturados, Demanda Nacional de Energia Elétrica;	Dinâmica da Economia Regional, Investimentos Privados na Região, Gastos e Investimentos Públicos na Região, Estrutura Produtiva, Oferta de Transporte, Oferta de Energia, Oferta de Comunicação, Demanda Regional por Energia Elétrica, Demanda Regional por Bens e Serviços na Região, e Atividade Econômica não Legalizada	- ritmo e velocidade de crescimento da produção de bens e serviços da economia brasileira e regional, com a ampliação da capacidade produtiva da economia nacional e regional; volume, quantidade e qualidade da demanda mundial, nacional e regional por recursos naturais e produtos agropecuários; volume, quantidade e qualidade da demanda mundial, nacional e regional por Bioprodutos, decorrentes do aproveitamento econômico da biodiversidade e seus derivados e produtos sintéticos; volume, quantidade e qualidade da demanda mundial, nacional e regional por informações genéticas para a pesquisa e para o desenvolvimento da indústria moderna nos segmentos bióticos, biotecnológicos e farmacêuticos; volume, quantidade e qualidade da demanda mundial e nacional de produtos com alta densidade de energia; volume, quantidade e qualidade da demanda mundial, nacional e regional de produtos manufaturados.
Socioculturais	Dinâmica Populacional Nacional e Fluxo Migratório para a Região;	Dinâmica Populacional Regional, Padrão Sócio-Cultural, Situação Social e Questão Agrária	- taxa de crescimento e estrutura etária da população brasileira e comportamento da natalidade e fertilidade, mortalidade e expectativa de vida, volume e ritmo de deslocamento da população brasileira no território, especialmente voltado para a Região de Mato Grosso.

			mecanismos e instrumentos de ação voltados para a elevação dos níveis de educação da população e da qualificação da mão-de-obra brasileira e regional, orientada para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e de Mato Grosso; conjunto de diretrizes, mecanismos e instrumentos de ação voltados para geração e produção de energia e definição da matriz energética nacional e regional, orientada para assegurar a oferta adequada de energia.
Tecnológicas	Geração de tecnologias, patentes e resultados de políticas de investimentos nacionais em Ciência e Tecnologia	Modo de Exploração dos Recursos Naturais, Capacidade Científica e Tecnológica da Região, Rede e Tecnologia da Informação	- conjunto de práticas, tecnologias e sistemas de produção e aproveitamento dos recursos naturais com suas formas de alteração dos biomas regionais (Cerrado, Pantanal e Floresta) e da capacidade de reprodução desses sistemas ecológicos; capacidade instalada em equipamentos, laboratórios, instalações e, principalmente, recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento, contribuindo para o domínio dos processos e produtos e nível geral de qualificação da mão-de-obra do Estado de Mato Grosso, parte importante das vantagens competitivas regionais e componente do modo de aproveitamento dos recursos naturais; amplitude e intensidade da rede física e do sistema de telecomunicações que integra a Amazônia ao mundo, escala e velocidade da produção e movimento do conhecimento e das informações sobre a região;
Espaciais	Urbanização, Integração e continuum Continental	Criação de Novas cidades, (municipalização), intimamente associado a abertura de Novas Fronteiras e a distribuição das Atividades Sócio-Econômicas na Região.	- nível de concentração da população regional no espaço urbano e amplitude e configuração do sistema urbano regional; grau de articulação econômica, comercial e cultural do estado de Mato Grosso, com os países vizinhos da América Latina e do Norte, União Européia.

			<p>Ásia, Oriente Médio e África; forma de ocupação e organização do espaço regional expressada pela distribuição das atividades econômicas, compondo pólos diferenciados e especializados com diversos níveis de articulação externa e no conjunto da Região.</p>
Ambientais	<p>Política nacional de Meio ambiente para a regulamentação, fiscalização e criação de áreas protegidas; Ampliação da aplicação de Leis ambientais na esfera federal; Leis ambientais em consonância mais adequada com as atividades;</p>	<p>Política estadual de meio ambiente e os critérios para a criação de Áreas Protegidas, fiscalização e aplicação das Leis no âmbito regional e municipal.</p>	<p>- necessidades de definição de políticas de conservação e preservação de áreas importantes; definir possibilidades de exploração e consolidação de economias ou Zonas já estruturadas;</p>

Anexo 5

Anexo 5 – Resumo das intervenções durante os Grupos de Trabalho e Audiências Públicas

Meio Ambiente	
Investimento público e privado e preservação do meio ambiente	Preservar nascentes e cabeceiras dos rios na região.
Consolidação da APA - Rio Paraguai.	Desenvolver programas de educação ambiental.
Incentivar a prática de recuperação das nascentes e matas ciliares.	Aumentar a fiscalização nos rios para diminuir a caça e a pesca predatória.
Divulgar e aplicar as leis de defesa do meio ambiente.	Proteger as bacias dos rios Paraguai e Prata.
Coleta seletiva de lixo.	Recuperação do rio Ribeirão do Ouro, verificando a poluição de corpos d'água por esgotos domésticos e comerciais.
Aproveitamento dos tanques degradados pelo garimpo para piscicultura.	Recuperar as áreas degradadas, matas ciliares dos nossos rios e ribeirões.
Reflorestamento das nascentes dos rios da região através de programas ambientais.	Criação de APAs.
Qualificação de líderes comunitários para educação ambiental nas comunidades.	Reciclagem de lixo.
Intensificar a fiscalização do desmatamento nas áreas proibidas.	
Saúde	
Consolidação do consórcio regional de saúde	Curso de extensão de medicina via federal/estadual.
Conclusão do pronto atendimento de	Capacitação de agentes de saúde

Diamantino.	voltados para a prevenção de doenças.
Aperfeiçoar a gestão regional da saúde/câmara regional de gestão da saúde.	Implementar especialidades médicas na região (Otorrinolaringologista, cardiologista, dermatologista e geriatria).
Implantar hospital regional para referência em média e alta complexidade Fortalecimento do consórcio de saúde.	
Educação	
Capacitação dos assentados da agricultura	Qualificar mão-de-obra voltada para o turismo
Instalação de faculdade pública	Pulverizar os campus das universidades federal e estadual.
Conclusão da obra do CEPROTEC	Buscar cursos profissionalizantes para estudante de nível médio e comunidade. SENAI/SENAC
Incluir programas de educação ambiental e turismo nas escolas	Criação de cursos superiores voltados para a economia regional.
Capacitação para famílias em situação de vulnerabilidade social (complemento de renda)	Implantação de projetos voltados para alfabetização do homem do campo.
Organizar palestras nos bairros incentivando a população na área de segurança, saúde, educação e meio ambiente e pastorais.	Tornar obrigatório as disciplinas Meio Ambiente e Educação para o Transito nas escolas.
Ampliar recursos para educação infantil, básica e média.	Colocar para funcionar o CEPROTEC local.
Qualificar a mão-de-obra local (região).	Maior investimento na educação infantil e juvenil.

Aquisição de transporte escolar.	Qualificar os profissionais das diversas áreas com especializações, mestrados e doutorados.
Ofertar capacitações e planejar infraestrutura adequada dentro das necessidades regionais.	Capacitação dos gestores/equipe de trabalho públicos e privados.
Inserir matéria na grade educacional em todos os níveis (consciência ambiental)	
<i>Instrumentos de Gestão</i>	
Formação de cooperativa de pequenos produtores	Pesquisa e fomento da demanda de mercado a nível regional para agregar valor.
Criação de política de incentivo para atrair indústrias para o estado privilegiando as regiões mais pobres do estado	Elabora projetos para aproveitar a produção regional.
Fomentar a ampliação do setor da indústria	Integração de consórcios intermunicipais e apoio logístico.
Criação do produto turístico	Incentivos para criação do cinturão verde para produtos orgânicos (nível regional).
Criar conselho regional de turismo	Implantação do parque industrial na região.
Fortalecer as associações visando comercialização, importação/exportação	Criação de programas de valorização do comércio local.
Incentivo (linhas de crédito) para investimento no setor turístico – todo trade.	Firmar parcerias com EMPAER, UNED, Secretaria de Agricultura para fortalecer produção e comercialização local.
Mais incentivo na criação de pequenas indústrias de fabricação de doces –	Divulgação das potencialidades regionais atraindo assim

aproveitamento das frutas da região.	investimentos.
Instalar uma agência do SEBRAE na região.	Incentivos municipais para instalação de grandes indústrias alimentícias diversificadas.
Diagnosticar as irregularidades e proceder à retomada e distribuição de lotes na região.	Criação de parceria empresa-escola para inserção dos alunos no mercado de trabalho.
Criação de ONG regional para social	Divulgação da região em eventos nacionais e internacionais.
Criar incentivos para investimento em reflorestamento	Divulgação das potencialidades do agronegócio regional.
Fomentar a ampliação do setor industrial	Divulgação do calendário de eventos da região.
Incentivar a criação de parques industriais nos municípios da região	Projetos voltados ao cooperativismo nos assentamentos para fomentar recursos.
Conhecer perfil da demanda do mercado internacional.	Planos e incentivos para a criação de indústrias regionais.
Incentivar o produtor rural a ter mais de uma fonte de renda	Divulgar e aplicar as leis em defesa do meio ambiente.
Incentivar o potencial turístico na região.	Criar mecanismo para redução da carga tributária.
Certificação dos produtos florestais, agropecuários (ex.: boi verde, soja verde, etc.)	Organizar associações e cooperativas para comprar em grandes quantidades visando redução de custos.
Fortalecimento das associações dos assentamentos através de cooperativas.	Desenvolver ações comunitárias para incentivar o ensino superior.
Ampliação de linhas de crédito para as empresas instaladas, voltadas para a produção regional.	Firmar acordos com empresas regionais para contratação e qualificação de profissionais locais.

Criar canais de divulgação dos potenciais regionais	
<i>Político Institucional</i>	
Desenvolver política visando o fortalecimento dos assentamentos e da pequena propriedade	Reformar o estado brasileiro (priorizar).
Assessoria/melhoria na utilização do crédito do governo federal.	Política de realocação dos assentados nas parcelas (rural).
Incentivos fiscais e redução de impostos para novas indústrias e empresas.	Otimização das políticas públicas visando fortalecer a agricultura familiar.
Implantar delegacia do adolescente e da mulher.	Criar legislação a nível estadual para gerir as reservas permanentes contínuas.
Implantar consórcios municipais de saúde.	Ajustar o imposto ITR à produção.
Incentivo municipal e estadual para o desenvolvimento do turismo.	Elaborar planejamento local e regional mediante necessidades do mercado, tendo em vista a inserção no mercado.
Criação de alternativas de renda para os municípios que vivem do garimpo.	Redimensionamento dos assentamentos (rural).
Implementar projeto de zoneamento econômico ecológico regional.	Estruturar os órgãos para efetivação de fiscalização ambiental.
Criar políticas para fortalecimento das médias e pequenas empresas.	Incentivos fiscais para a implantação de novas indústrias e linhas de crédito para investimento de área privada na região via FCO.
Adotar políticas de produção e comercialização para os novos assentamentos.	Criar políticas públicas para que as reservas permaneçam em áreas contínuas

Fortalecer ações integradas entre os órgãos com atuação na região (INCRA/IBAMA/INDEA/EMPAER, etc.)	Reforma fiscal/tributária adequando as necessidades locais/regionais
Fazer reforma agrária na Camargo Correa Arrossental Agropecuária S/A.	Fortalecer ações integradas entre órgãos com demanda regional (EMPAER, INDEA e INCRA).
Colocar para funcionar o CEPROTEC.	Regularização fundiária regional (urbana e rural).
Limitar constitucionalmente a extensão territorial das propriedades privadas, independentemente da natureza jurídica da ocupação das terras (proprietário, posseiro, arrendatário, etc.)	Criação de alternativa de rendas para municípios que vivem da exploração do garimpo.
Promover a regularização fundiária rural e urbana.	Criar o programa família na escola buscando o comprometimento dos pais na educação dos filhos.
Criar e implementar o Código de Posturas Municipal.	Implantação da escola agrotécnica para a região.
Mais comprometimento do poder público na saúde e na educação	Criação e implementação do código de posturas municipal.
Desenvolver políticas visando reduzir as desigualdades regionais do estado.	Apoiar projetos turísticos regionais.
Organizar o sistema de comercialização na agricultura familiar	Maior divulgação dos projetos para que a sociedade sinta-se envolvida, buscando sua participação nas ações.
Atrair indústrias visando o fortalecimento das cadeias produtivas existentes	Atrair, com incentivos fiscais, agroindústrias que estejam centralizadas em uma região do país.
Fomentar a criação de mais assentamentos visando eliminar grandes	Investir na polícia investigativa no serviço reservado.

latifúndios improdutivos	
Fortalecer as políticas de sanidade animal visando a proteção do rebanho bovino para fortalecer as exportações	Integrar os municípios da região para fortalecer a economia.
Redução de impostos sobre insumos, defensivos e equipamentos agrícolas.	Implementar consórcio municipal de saúde na região.
Implantação de uma política agrícola sustentável em termos econômicos e ambientais	Implantar delegacia do adolescente e da mulher.
Reconhecer a diversidade cultural.	Implantar hospital regional equipado.
Fomentar/estimular a participação das associações/sindicatos	Integrar os municípios da região para fortalecer a economia.
Indústria energética extraída de grãos.	
<i>Cultura, Esporte, Lazer</i>	
Criar roteiro turístico integrado para a região	Divulgar através de rádios a importância da cultura regional.
Criação do calendário das festas culturais e religiosas integrado da região	Viabilização para linha de crédito para rede de hotelaria.
Divulgar na mídia as nossas potencialidades turísticas	Alavancar infra-estrutura do turismo e organização de rota turística regional
Unificar o mapeamento do potencial turístico da região	Fomentar o turismo regional através da criação de um roteiro regional.
Incentivo na implantação de uma agência de viagens e turismo	Incentivar as práticas esportivas na rede pública de ensino.
Explorar o potencial pesqueiro visando o fortalecimento do turismo, incentivar os festivais de pesca.	Práticas recreativas / educativas nas comunidades.
Viabilização de recursos para o esporte – trabalho de base.	Projeto local voltado para feiras e artesanatos

Reconhecimento do patrimônio histórico	
Tecnológico	
<i>H-Bio – derivado da soja.</i>	Implantar unidade de produção científica de sistemas de produtos agropecuários adaptado ao Chapadão dos Parecis.
Desenvolver tecnologia para exploração da piscicultura (Alto Paraguai).	Fomentar pesquisas voltadas às potencialidades regionais.
Racionalizar cientificamente os métodos de exploração da minhocultura.	Definir perfil produtivo através de pesquisa para produção e comercialização.
Infra Estrutura Econômica	
Conclusão da BR 163	Investimento para viabilizar a industrialização
Asfaltamento que liga MT 160 – S. José a Juína	Melhoria da malha viária de São José a Nortelândia.
Conclusão da BR 364 até a Itamarati	Ampliar a distribuição de redes de fornecimento de energia elétrica
Conclusão da Ferronorte até a região	Implantação de parque de exposição
Criação de uma rota turística Amazônia/Pantanal/Pacífico	Instalação de parque industrial.
Conclusão da rodovia que liga Nova Diamantino a Nova Mutum.	Estruturar hotéis e pousadas para atender o turismo
Concluir a Ferrovia Ferronorte Itiquira-Porto Velho	Construção de estradas (malha viária) Posto Gil / Nortelândia, Alto Paraguai / Sucupira.
Melhorar a malha viária, principalmente Diamantino	Melhoria nas rodovias BR 364, MT 121 e /BR 163

Arenápolis.	
Terminar a MT 121 que liga Diamantino a Nova Mutum	Criação de seccionais das associações nas regiões.
Adensamento	
Implantação de frigorífico	Organizar-se em associações/cooperativas para buscar recursos de baixo custo financeiro
Criação de alambique	Organizar-se em associações/cooperativas para comprar em grandes quantidades (redução de custos).
Cinturão verde central de abastecimento	Organizar a cadeia produtiva do leite.
Implantação de indústrias para beneficiar subprodutos da agropecuária.	Fortalecimento dos APLs (cadeias produtivas regionais).
Mais usinas de álcool e açúcar na região (mão-de-obra)	Criação de associações para comercialização de insumos.
Implantação de agroindústrias visando o fortalecimento da agricultura familiar.	Implantação de parque industrial de agronegócios.
Limitar o tamanho das áreas de exploração agropecuária.	Incentivo para indústrias garantindo a estabilidade de empregos.
Exploração Recursos Naturais	
Investimento para exploração de recursos com uso de tecnologias de manejo sustentável	Gestão das bacias hidrográficas.
Incentivar a produção de energia renovável (biodiesel).	Proteção dos mananciais.
Racionalizar o método de exploração da minhocultura.	Incentivar e explorar o cultivo de plantas naturais.

Implantar projeto de zoneamento econômico e ecológico regional.	Desenvolver o ecoturismo.
<i>Diversificação Produtiva</i>	
Criação de APL Piscicultura/Avicultura/ETC.	Incentivos para cultivos irrigados.
Divulgação dos pontos turísticos da região	Instalação de laticínios na região face à grande oferta de leite.
Criação da Central de sebo para biodiesel/perfume	Implantar projetos de silvicultura para produção de madeira e celulose de uso industrial
TRAF – Turismo rural agricultura familiar	Incentivar o cultivo de culturas que utilizam mão-de-obra familiar
Melhoria da infra-estrutura turística no destino receptor	Buscar novos investimentos para produção diversificada.
Promover cursos gastronômicos com comida típica regional.	Organização da produção tendo em vista o mercado local e regional.
Incentivar a produção orgânica.	Fazer diagnóstico de verificação do potencial de produção entre os agricultores familiares.
Incentivar a produção de energia renovável.	Incentivo municipal e estadual para o desenvolvimento turístico na região.
Criação de central de sebos para perfumaria.	Incentivos às empresas para parcerias que produzem a própria matéria prima ofertando emprego e renda.
Viabilização de linhas de crédito para a rede hoteleira.	Desenvolver projetos na área do turismo, como alternativa econômica.
Promover a diversificação da agricultura	

Infra-estrutura Social	
Viabilizar recursos no esporte para as pessoas idosas. PNEE	Projetos de assentamento com acompanhamentos técnicos.
Estruturar transporte adequado para portadores de necessidade especiais	Instalação do sistema de captação e tratamento de esgoto.
Ampliação de programas sociais para crianças e jovens.	Sensibilizar a comunidade a organização de associações.
Estimular a participação da sociedade de forma mais efetiva e tomada de decisões	Maior policiamento nas ruas.
Reforma agrária dentro dos assentamentos	Ações por parte da polícia, assistência social, judicial, conselho tutelar, promotoria no combate à violência doméstica.
Conscientização através de cursos e palestras (motivação, auto-estima, valores, etc.)	Capacitação para famílias em situação de vulnerabilidade social.
Incentivos financeiros federais (pastoral).	Implantação da rede de esgoto da região.
Adotar políticas de produção e comercialização para novos assentamentos	Instalação do sistema de captação de esgoto para prevenção e erradicação de doenças hídricas na população.
Organizar um sistema de comercialização dos pequenos produtores.	Ampliar os serviços de assessoria e assistência técnica aos assentamentos rurais.
Revitalizar os assentamentos existentes.	Criação e manutenção de espaços verdes.
Construção de estação de tratamento de esgoto e lixo em toda região.	

Anexo 6

Anexo 6 – Graus de Centralidade de Saída e de Entrada dos Stakeholders

Stakeholders		Grau de Saída	Grau de Entrada	Grau de Saída Normalizado (%)	Grau de Entrada Normalizado (%)
2	5	18.000	10.000	28.125	15.625
32	89	10.000	2.000	15.625	3.125
37	107	8.000	1.000	12.500	1.563
6	12	7.000	8.000	10.938	12.500
3	7	6.000	1.000	9.375	1.563
1	3	6.000	0.000	9.375	0.000
56	157	6.000	3.000	9.375	4.688
11	27	5.000	3.000	7.813	4.688
10	25	5.000	3.000	7.813	4.688
3 8	111	5.000	3.000	7.813	4.688
21	58	4.000	1.000	6.250	1.563
51	144	4.000	4.000	6.250	6.250
5 2	146	4.000	0.000	6.250	0.000
58	164	4.000	2.000	6.250	3.125
17	38	3.000	5.000	4.688	7.813
23	68	2.000	3.000	3.125	4.688
41	120	2.000	1.000	3.125	1.563
36	100	2.000	3.000	3.125	4.688
63	183	2.000	4.000	3.125	6.250
8	20	2.000	1.000	3.125	1.563
25	74	2.000	1.000	3.125	1.563
26	75	2.000	4.000	3.125	6.250
59	166	2.000	1.000	3.125	1.563
64	185	2.000	4.000	3.125	6.250
49	138	2.000	4.000	3.125	6.250
40	118	2.000	0.000	3.125	0.000
19	44	1.000	2.000	1.563	3.125

14	34	1.000	1.000	1.563	1.563
45	129	1.000	2.000	1.563	3.125
30	83	1.000	1.000	1.563	1.563
27	76	1.000	2.000	1.563	3.125
28	80	1.000	2.000	1.563	3.125
29	82	1.000	2.000	1.563	3.125
22	63	1.000	1.000	1.563	1.563
53	150	1.000	1.000	1.563	1.563
24	69	1.000	1.000	1.563	1.563
65	186	1.000	3.000	1.563	4.688
46	130	1.000	1.000	1.563	1.563
7	17	0.000	3.000	0.000	4.688
12	28	0.000	2.000	0.000	3.125
15	35	0.000	1.000	0.000	1.563
18	43	0.000	1.000	0.000	1.563
39	114	0.000	1.000	0.000	1.563
4	9	0.000	1.000	0.000	1.563
13	32	0.000	2.000	0.000	3.125
3 4	94	0.000	1.000	0.000	1.563
47	132	0.000	1.000	0.000	1.563
44	128	0.000	0.000	0.000	0.000
9	22	0.000	2.000	0.000	3.125
50	142	0.000	1.000	0.000	1.563
35	95	0.000	2.000	0.000	3.125
20	51	0.000	1.000	0.000	1.563
5	10	0.000	2.000	0.000	3.125
54	151	0.000	2.000	0.000	3.125
55	155	0.000	2.000	0.000	3.125
16	36	0.000	1.000	0.000	1.563
57	162	0.000	1.000	0.000	1.563
42	121	0.000	1.000	0.000	1.563
43	124	0.000	3.000	0.000	4.688

60	172	0.000	0.000	0.000	0.000
61	175	0.000	2.000	0.000	3.125
62	177	0.000	3.000	0.000	4.688
31	86	0.000	1.000	0.000	1.563
48	135	0.000	1.000	0.000	1.563
33	91	0.000	0.000	0.000	0.000

Anexo 7

Anexo 7 – Grau de Intermediação e Intermediação Normalizada (%)

STAKEHOLDERS		GRAU DE INTERMEDIÇÃO	GRAU DE INTERMEDIÇÃO NORMALIZADO
2	5	628.333	15.584
56	157	270.167	6.701
32	89	206.667	5.126
38	111	183.333	4.547
6	12	173.500	4.303
49	138	148.000	3.671
36	100	131.333	3.257
10	25	79.000	1.959
17	38	73.000	1.811
23	68	65.000	1.612
64	185	52.250	1.296
3	7	48.333	1.199
37	107	47.917	1.188
8	20	45.500	1.128
26	75	37.000	0.918
51	144	32.000	0.794
45	129	17.000	0.422
21	58	16.000	0.397
22	63	15.000	0.372
59	166	14.000	0.347
11	27	8.667	0.215
28	80	8.583	0.213
19	44	7.833	0.194
65	186	0.917	0.023
63	183	0.667	0.017
18	43	0.000	0.000
9	22	0.000	0.000
20	51	0.000	0.000
29	82	0.000	0.000

14	34	0.000	0.000
7	17	0.000	0.000
12	28	0.000	0.000
25	74	0.000	0.000
34	94	0.000	0.000
15	35	0.000	0.000
4	9	0.000	0.000
5	10	0.000	0.000
30	83	0.000	0.000
39	114	0.000	0.000
40	118	0.000	0.000
41	120	0.000	0.000
42	121	0.000	0.000
43	124	0.000	0.000
44	128	0.000	0.000
13	32	0.000	0.000
46	130	0.000	0.000
47	132	0.000	0.000
16	36	0.000	0.000
1	3	0.000	0.000
50	142	0.000	0.000
35	95	0.000	0.000
52	146	0.000	0.000
53	150	0.000	0.000
54	151	0.000	0.000
55	155	0.000	0.000
24	69	0.000	0.000
57	162	0.000	0.000
58	164	0.000	0.000
27	76	0.000	0.000
60	172	0.000	0.000
61	175	0.000	0.000

62	177	0.000	0.000
31	86	0.000	0.000
48	135	0.000	0.000
33	91	0.000	0.000

Anexo 8

Anexo 8 – Grau de Distanciamento e Proximidade dos Stakeholders

Stakeholders		Grau de Distanciamento de Entrada	Grau de Distanciamento de Saída	Grau de Proximidade de Entrada	Grau de Proximidade de Saída;
1	3	4160.000	2916.000	1.538	2.195
2	5	3143.000	1586.000	2.036	4.035
3	7	4033.000	3088.000	1.587	2.073
4	9	4096.000	4160.000	1.563	1.538
5	10	3093.000	4160.000	2.069	1.538
6	12	2236.000	3275.000	2.862	1.954
7	17	2154.000	4160.000	2.971	1.538
8	20	3105.000	3906.000	2.061	1.639
9	22	3104.000	4160.000	2.062	1.538
10	25	3153.000	1611.000	2.030	3.973
11	27	2263.000	3277.000	2.828	1.953
12	28	2200.000	4160.000	2.909	1.538
13	32	3969.000	4160.000	1.612	1.538
14	34	2263.000	3288.000	2.828	1.946
15	35	4096.000	4160.000	1.563	1.538
17	38	2259.000	3276.000	2.833	1.954
19	44	2285.000	3289.000	2.801	1.946
20	51	4096.000	4160.000	1.563	1.538
21	58	3158.000	1622.000	2.027	3.946
22	63	4033.000	3234.000	1.587	1.979
23	68	3155.000	1624.000	2.029	3.941

24	69	3170.000	1664.000	2.019	3.846
25	74	2943.000	4032.000	2.175	1.587
26	75	2924.000	4032.000	2.189	1.587
27	76	2942.000	4033.000	2.175	1.587
28	80	3156.000	1626.000	2.028	3.936
29	82	3154.000	1696.000	2.029	3.774
30	83	4096.000	1563.000	1.563	4.095
31	86	4033.000	4160.000	1.587	1.538
32	89	4096.000	1034.000	1.563	6.190
33	91	4160.000	4160.000	1.538	1.538
34	94	3095.000	4160.000	2.068	1.538
35	95	2227.000	4160.000	2.874	1.538
36	100	2228.000	3287.000	2.873	1.947
37	107	4096.000	1029.000	1.563	6.220
38	111	2233.000	3275000	2.866	1.954
39	114	4160.000	4160.000	1.538	1.538
40	118	4160.000	3173.000	1.538	2.017
41	120	3158.000	1619.000	2.027	3.953
42	121	3095.000	4160.000	2.068	1.538
43	124	2165.000	4160.000	2.956	1.538
44	128	4160.000	4160.000	1.538	1.538
45	129	3031.000	4096.000	2.112	1.563
46	130	3048.000	4096.000	2.100	1.563
47	132	3971.000	4160.000	1.612	1.538

48	135	4033.000	4160.000	1.587	1.538
49	138	3151.000	1619.000	2.031	3.953
50	142	4096.000	4160000	1.563	1.538
51	144	2260.000	3284.000	2.832	1.949
52	146	4160.000	1371.000	1.538	4.668
53	150	3169.000	1662.000	2.020	3.851
54	151	2196.000	4160.000	2.914	1.538
55	155	3046.000	4160000	2.101	1.538
56	157	3154.000	1622.000	2.029	3.946
57	162	4033.000	4160.000	1.587	1.538
58	164	2265.000	3279.000	2.826	1.952
59	166	4096.000	3161	1.563	2.025
60	172	4160.000	4160.000	1.538	1.538
61	175	3093.000	4160.000	2.069	1.538
62	177	2930.000	4160.000	2.069	1.538
63	183	2262.000	3286.000	2.829	1.948
64	185	3151.000	1656.000	2.031	3.865
65	186	3154.000	1658.000	2.029	3.860